

NÚMERO: 30/2005



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

CARLOS MURILO PRADO SANTOS

**O REENCANTAMENTO DAS CIDADES: TEMPO E ESPAÇO NA MEMÓRIA DO
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA/SP**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências
como parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes-Luchiari

CAMPINAS - SÃO PAULO

Fevereiro/2006

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

Sa59r	<p>Santos, Carlos Murilo Prado.</p> <p>O reencantamento das cidades : tempo e espaço na Memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP / Carlos Murilo Prado Santos. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.</p> <p>Orientador: Maria Tereza Duarte Paes Luchiari. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.</p> <p>1. Patrimônio cultural - Proteção. 2. Desenvolvimento regional. 3. Planejamento urbano. I. Luchiari, Maria Tereza Duarte Paes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.</p>
-------	--

Título em inglês: Reenchantment of the cities.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Cultural property, Protection of, Regional development, Urban planning.

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Titulação: Mestre em Geografia.

Banca examinadora: Maria Tereza Duarte Paes Luchiari, Arlete Moysés Rodrigues, Marly Rodrigues.

Data da defesa: 13-02-2006.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

CARLOS MURILO PRADO SANTOS

**O REENCANTAMENTO DAS CIDADES: TEMPO E ESPAÇO NA MEMÓRIA DO
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA/SP**

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes-Luchiari

Aprovado em: ____ / ____ / ____

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes-Luchiari _____ **Presidente**

Profa. Dra. Marly Rodrigues _____

Profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues _____

Campinas, 13 de fevereiro de 2006

Aos meus pais, Antônio Carlos e Fátima, ao meu irmão, Jú Branco (In memórian) e a toda a população de São Luiz do Paraitinga.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho recebeu generosas e enriquecedoras contribuições de diversos órgãos e pessoas. Mesmo sabendo que algumas omissões serão cometidas, sendo impossível lembrar e mencionar todos os colaboradores, gostaria de expressar minha profunda gratidão aos vários conhecidos e amigos pelo apoio recebido ao longo do período em que trabalhei nesta pesquisa. Estou especialmente grato a:

- Antônio Carlos do Santos e Fátima Maria I. P. Santos, meus pais, que sempre me auxiliaram e incentivaram de forma grandiosa na confecção desta pesquisa, colaborando com idéias e discussões a respeito do cotidiano de São Luiz do Paraitinga, e me auxiliando no levantamento de dados locais;
- a Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes-Luchiari, por sua dedicação e encorajamento, em todos os momentos, aberta à discussão e à busca de novos horizontes na ciência geográfica;
- um agradecimento muito mais do que especial aos nossos anjos da guarda da Secretaria da Pós Graduação do IG, Valdirene e Ednalva;
- aos professores e funcionários do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) por estarem sempre a disposição para discussões e ajudas necessárias;
- aos professores do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em especial à Profa. Dra. Tânia Maria Fresca, que sempre me incentivou a seguir pesquisando;
- a Zuleika pelas correções e discussões geográficas, e claro, pelas suas belas feijoadas da vida;
- a Melissa pelo companheirismo no dia-a-dia de pesquisa e pela confecção de grande parte de meus mapas;
- a Profa. Solange A. de Oliveira pela revisão ortográfica dessa pesquisa;

- a Natalia (Nani) e ao Túlio Sene pelas constantes ajudas no inglês;
- um agradecimento especial para meus amigos de pós-graduação Ana e Henrique, Marandola, Jonas, Gabi, Mario Lucio, Rodrigo Dutra, Cláudio, Adalberto, Marco Aurélio, Fabiano, Gustavo Gaúcho, Carlos Panamenho, Alessandro, dentre outros, pelas contribuições na troca de opiniões e baratos e afins.... ;
- a rapaziada do Grupo de Estudos Turismo, Patrimônio e Território do Laboratório de Geografia Urbana (IG/Unicamp);
- a todos os funcionários atenciosos de museus, arquivos, instituições e bibliotecas pesquisados;
- a todos os funcionários que me ajudaram nos levantamentos realizados na Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, em especial a Odilon Bonafé;
- a todas as pessoas que me concederam depoimentos no momento de levantamento de campo expresse meus profundos agradecimentos, pois fazem parte de meu trabalho;
- a toda a população de São Luiz do Paraitinga, sempre aberta a conversas e discussões;
- a rapaziada da capoeira da FEF/Unicamp, Juquinha, Vilsão, Élson, Dú, Lili, Einstein, Nani, Deneb, Cris, Silvio, Bárbara, Brunão, Rita, Padre, Vando, e demais capoeiristas, que me receberam de braços abertos durante minha estada na Unicamp.
- aos amigos da República 11 de Setembro (Tulião, Flavio Chapéu, Simone Purga, Rodrigo Foz e Georg Wolks) , da República Os Cara Velho (Paulão, Eduin e Juca) e da República 51, por belos dias de convivência.

“Porque huma das couzas que as nacções mais cultas costumão ter grande cuidado no tempo presente hé a semetria, e armonia does edeficios que de novo se levantão nas Povoações das Cidades, e Villas para que da sua disposição não rezulte a comodidade publica mas tambemo agrada com que se fazem mais appetecíveis, e habeis as Povoações, conhecendo-se da sua boa ordem com q’estão dispostas a polícia, e a cultura dos seus habitadores...”

Morgado de Mateus, São Paulo, 15-9-1766 (D.I., Vol. 65, p. 106)

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa com a delimitação do Centro Histórico I e II.....	23
Figura 02 – Mapa de expansão urbana de São Luiz do Paraitinga.....	33
Figura 03 – Mapa de usos do solo urbano de São Luiz do Paraitinga.....	45
Figura 04 – Urbanização no Vale do Paraíba no século XVII.....	129
Figura 05 – Urbanização no Vale do Paraíba no século XVIII.....	147
Figura 06 – Localização do Município de São Luiz do Paraitinga.....	153

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 01 – Margens do rio Paraitinga, entorno do Centro Histórico local.....	25
Foto 02 – Rua Raul Alceu Prezotto, entorno do Centro Histórico local.....	25
Foto 03 – Vista parcial da cidade de São Luiz do Paraitinga em 1930.....	31
Foto 04 – Vista parcial da cidade de São Luiz do Paraitinga em 1998.....	31
Foto 05 – Procissão saindo da Igreja Matriz, década de 1930	49
Foto 06 – Procissão da Festa do Divino Espírito Santo em 2003.....	49
Foto 07 – Hotel Central localizado na Rua Coronel Domingues de Castro.....	65
Foto 08 – Praça Oswaldo Cruz em processo de reforma.....	103
Foto 09 – Praça Oswaldo Cruz em processo de reforma.....	105
Foto 10 – Praça Oswaldo Cruz em processo de reforma.....	105
Foto 11 – Praça Oswaldo Cruz em processo de reforma.....	105
Foto 12 – Praça Oswaldo Cruz em processo de reforma.....	105
Foto 13 – Praça Oswaldo Cruz em processo de reforma.....	105
Foto 14 – Praça Oswaldo Cruz em processo de reforma.....	105
Foto 15 – Mercado Municipal em processo de reforma.....	111
Foto 16 – Mercado Municipal em processo de reforma.....	113
Foto 17 – Mercado Municipal em processo de reforma.....	113
Foto 18 – Mercado Municipal em processo de reforma.....	113
Foto 19 – Mercado Municipal em processo de reforma.....	113
Foto 20 – Mercado Municipal em processo de reforma.....	115
Foto 21 – Igreja de Bom Jesus dos Matosinhos, Ouro Preto-MG.....	133
Foto 22 – Capela São João Batista, Ouro Preto –MG.....	133
Foto 23 – Casario localizado no centro histórico de Mariana – MG.....	135
Foto 24 – Casario localizado no centro histórico de Ouro Preto – MG.....	135
Foto 25 – Casa localizada no centro histórico de Paraty – RJ	135
Foto 26 – Sobrado localizado no centro histórico de Paraty – RJ	135
Foto 27 – Igreja de Santa Rita dos Homens Pardos, Paraty – RJ.....	137
Foto 28 – Capela de Nossa Senhora das Mercês, São Luiz do Paraitinga – SP.....	137
Foto 29 – Igreja Matriz de São Luiz do Paraitinga.....	137
Foto 30 – Casa de partido baixo localizada em São Luiz do Paraitinga.....	139
Foto 31 – Casario localizado na Praça Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga.....	139
Foto 32 – Casario localizado na Praça Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga.....	139
Foto 33 – Casa que pertenceu ao Barão do Paraitinga em 1928.....	157
Foto 34 – Casa que pertenceu ao Barão do Paraitinga em 2005.....	157
Foto 35 – Construção da segunda torre da Igreja Matriz.....	159
Foto 36 – Reforma da Igreja Nossa Senhora do Rosário.....	159
Foto 37 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário, 1921.....	161
Foto 38 – Igreja Matriz após a reforma em 1966.....	161
Foto 39 – Antiga ponte de madeira, 1926.....	163
Foto 40 – Ponte de concreto construída em 1934.....	163
Foto 41 – Casario localizado na Praça Oswaldo Cruz, 1926.....	165
Foto 42 – Casario localizado na Praça Oswaldo Cruz 1930.....	165
Foto 43 – Fazenda da Fábrica.....	169
Foto 44 – Fazenda Boa Vista.....	171
Foto 45 – Fazenda do Chapéu.....	171

Foto 46 – Fazenda São Luiz.....	171
Foto 47 – Fazenda Pinheirinho.....	173
Foto 48 – Carnaval na Praça Oswaldo Cruz, 2005	217
Foto 49 – Carnaval na Praça Oswaldo Cruz, 2005.....	217
Foto 50 – Moçambique se apresentando em São Luiz do Paraitinga.....	221
Foto 51 – Cavahada se apresentando em São Luiz do Paraitinga.....	225
Foto 52 – João Paulino e Maria Angu pelas ruas do Centro Histórico da cidade... 225	
Foto 53 – João Paulino e Maria Angu pelas ruas do Centro Histórico da cidade... 225	
Foto 54 – Dança de Fitas se apresentando na Praça Oswaldo Cruz.....	227
Foto 55 – Folia do Divino Espírito Santo Folia do Divino Espírito Santo.....	229
Foto 56 – Folia do Divino Espírito Santo Folia do Divino Espírito Santo.....	229

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução da população total de São Luiz do Paraitinga: 1836 – 1950.....	167
TABELA 2 – Número de estabelecimentos e classes de área de São Luiz do Paraitinga: 1920.....	177
TABELA 3 – Número de estabelecimentos e classes de área de São Luiz do Paraitinga: 1934.....	178
TABELA 4 – Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de São Luiz do Paraitinga: 1950 – 1995/96.....	181
TABELA 5 – Evolução do efetivo de bovinos e produção leiteira de São Luiz do Paraitinga: 1950 – 1995/96.....	182
TABELA 6 – Evolução dos principais produtos agrícolas de São Luiz do Paraitinga: 1950 – 1995/96.....	184
TABELA 7 – A evolução da população total urbana e rural de São Luiz do Paraitinga: 1950 – 2005.....	186
TABELA 8 – Número de Estabelecimentos Comerciais por Classe e Gênero de São Luiz do Paraitinga – 2003.....	189
TABELA 9 – Número de Estabelecimentos Prestadores de Serviços por Classes de Serviços de São Luiz do Paraitinga – 2003.....	190
TABELA 10 – Número de Estabelecimentos Industriais por Gênero Industrial em São Luiz do Paraitinga – 2003.....	193

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS	XI
ÍNDICE DE FOTOS	XIII
ÍNDICE DE TABELAS	XV
RESUMO	XIX
ABSTRACT	XXI

INTRODUÇÃO	01
-------------------	-----------

PARTE I – Patrimônio histórico, turismo e território: uma abordagem geográfica

Cap. 1 – A técnica e a norma na valorização do patrimônio	11
--	-----------

Cap. 2 – Forma, Função, Processo e Estrutura: a refuncionalização do patrimônio cultural em São Luiz do Paraitinga	19
---	-----------

Cap. 3 – Dos ideais românticos aos ideais econômicos, a preservação do patrimônio no Brasil	57
--	-----------

PARTE II – O planejamento urbano e a gestão do patrimônio cultural em tempos de espetáculo

Cap. 4 – Planejamento urbano e patrimônio: um percurso à integração contemporânea	71
--	-----------

Cap. 5 – Planejamento e patrimônio, a desconstrução do passado?	81
--	-----------

Cap. 6 – Mitos e ilusões, a preservação e o exercício da cidadania	99
---	-----------

PARTE III – A pena e o facão: uma história de Capitães, Barões e Coronéis	125
Cap. 7 – No caminho do ouro: o processo de urbanização no Vale do Paraíba do Sul	127
Cap. 8 – Uma trilha e uma tropa de burros, o café alcança as margens do Paraitinga	151
Cap. 9 – Do auge cafeeiro à condição de pequeno núcleo urbano: as cidades mortas do Alto Vale	177
PARTE IV – A cidade imperial de São Luiz do Paraitinga: o patrimônio cultural e a refuncionalização do território	197
Cap. 10 – Versões e contravenções, as contradições do tombamento	199
Cap. 11 – Festas, fogos e folguedos: indústria cultural e a espetacularização do patrimônio	215
Cap. 12 – Desorganizando e reorganizando o território: o turismo e o desenvolvimento local	239
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	251
LISTA DE ENTREVISTADOS	265



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

**O REENCANTAMENTO DAS CIDADES: TEMPO E ESPAÇO NA MEMÓRIA DO
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA/ SP**

RESUMO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Carlos Murilo Prado Santos

A sociedade contemporânea vem passando por um período de rápidas transformações em que a valorização do entretenimento, associado ao espetáculo, desponta como a grande panacéia do século XXI. O turismo como vetor de desenvolvimento econômico passa a ser divulgado e incorporado pelas políticas públicas e estratégias econômicas. Em um momento em que a produção de imagens assume uma posição estratégica no planejamento urbano, a espetacularização do patrimônio cultural passou a ser uma ferramenta primordial na refuncionalização do território com vistas ao desenvolvimento local por meio do desenvolvimento do turismo. Com o fito de desmistificar as construções simbólicas a respeito do turismo como a melhor saída ao desenvolvimento local e à preservação, procuramos analisar a atividade turística como uma prática que produz e consome espaço, buscando abordar o patrimônio como um conjunto de formas-conteúdo da cidade (Santos 2002), considerando o espaço uma construção permanente, resultante de um conteúdo social variável. Desse modo, baseado no processo de preservação e refuncionalização do patrimônio em função da atividade turística, buscamos realizar um diálogo entre ciência geográfica e o desenvolvimento local. São estas reflexões a respeito das novas funções e usos atribuídos ao patrimônio do lugar São Luiz do Paraitinga que orientam nossas pesquisas.

Palavras-Chave: patrimônio cultural, refuncionalização e desenvolvimento local.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

REENCHANTMENT OF THE CITIES: TIME AND SPACE IN THE MEMORY OF
CULTURAL PATRIMONY OF SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA/ SP

ABSTRACT
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Carlos Murilo Prado Santos

The contemporary society has been going through a period of fast transformations in which the appraisal of the entertainment, associated with the spectacle, appears as the big XXI century panacea. The tourism as a power of economic development turns to be promoted and incorporated by the public policies and economic strategies. In a moment in which the image production assumes a strategical position in the urban planning, the act of making the cultural patrimony a spectacle has started to be a primordial tool in the territory "refunctionalization" aiming the local development through the tourism development. With the purpose of desmystifying the symbolic constructions about the tourism as the best outlet to the local development and to the preservation, we endeavour to analyse the touristic activity as a practise that produces and consumes space, and we strive to treat the patrimony as a shapes-content assemblage (Santos, 2002), considering the space a permanent construction, offspring of a variable social content. Therefore, based in the process of preservation and "refunctionalization" of the patrimony subordinated to the touristic activity, we try to achieve a dialogue between the geographical science and the local development. These reflections around the new functions and usages attributed to the patrimony of São Luiz do Paraitinga are the ones which guide our researches.

Key Words: cultural patrimony, local development, refuncinalization.

Introdução

Todo trabalho tem uma história, em parte este trabalho funde-se com minha própria história de vida. Tendo vivido durante vinte e dois anos em São Luiz do Paraitinga, sempre me preocupei com os rumos que estavam sendo dados para um de seus maiores bens, o patrimônio arquitetônico local. Ao crescer em contato direto com esse acervo, percebi que o mesmo vem sofrendo ao longo dos anos uma considerável degradação, na maior parte, reflexos da ausência de ações planejadas para a organização e uso do território, tanto na área urbana, quanto na área rural.

Além dos problemas relacionados à preservação¹ do patrimônio, também chamou minha atenção a progressiva decadência econômica do município, iniciada com a falência da cafeicultura no final do século XIX, obrigando sua população a migrar em busca de melhores condições de vida, rumo às cidades vizinhas maiores como Taubaté e São José dos Campos.

Com a grande divulgação na mídia de que o turismo seria a vedete do século XXI para o crescimento e desenvolvimento econômico das cidades, e que a posse de um patrimônio tombado é um grande trunfo para seguir esse caminho, passei a refletir a respeito das possibilidades dessa atividade ser desenvolvida em São Luiz do Paraitinga.

Então pensei: o turismo é uma atividade nova e precisa de uma infraestrutura peculiar para ser ativado, conquanto, para isso acontecer é necessário realizar intervenções urbanas na cidade, seja para melhorias na paisagem, seja para a construção de estruturas básicas. Por outro lado, a cidade possui um patrimônio tombado que precisa ser preservado. Como, então, resolver este dilema, preservação X utilização? Assim, esta pergunta inicial desencadeou na problemática principal desta pesquisa.

¹ Embora cientes da distinção entre os termos preservação e conservação para refletir sobre o patrimônio ambiental, onde o primeiro refere-se a preservação total e o segundo prevê o uso racional e controlado do mesmo, nesta pesquisa adotamos o termo preservação por ser este o termo mais corrente nos trabalhos relacionados à proteção de patrimônios arquitetônicos, mesmo considerando seus diferentes usos.

De que modo, a refuncionalização² do território para o uso turístico do patrimônio tombado pode ser um vetor de desenvolvimento local, visto que normalmente a refuncionalização é baseada na espetacularização do patrimônio e na exclusão da população ao acesso a esse patrimônio por meio de uma nova organização no uso do solo urbano?

Desse modo, a análise da refuncionalização territorial em São Luiz do Paraitinga foi providencial, já que a cidade está passando por um intenso processo de intervenções urbanas destinadas a refuncionalização de seu território para o uso turístico, amparada na manutenção das formas do passado, pois o patrimônio tombado, é tido como o principal atrativo da cidade³.

Com isso, buscamos construir um caminho metodológico que nos possibilitou analisar o patrimônio de São Luiz do Paraitinga enquanto um conjunto de formas-conteúdo da cidade que pode auxiliar no desenvolvimento local, para assim, apontar em que bases vêm se dando essa refuncionalização. É importante destacar que nesta pesquisa o turismo é visto como uma boa opção para impulsionar o desenvolvimento local, mas que não deve ser visto como a única solução.

Com as tendências contemporâneas de valorização dos espaços das cidades, pautadas nas estratégias do planejamento urbano, tanto por parte do Estado quanto dos empreendimentos privados, vemos que o patrimônio das cidades ganhou destaque, e, ao menos no discurso, passou a ser defendido como um importante referencial da história de uma cidade, da memória do lugar e também como um importante recurso econômico voltado às atividades da indústria cultural. Com a valorização da imagem e do entretenimento, o turismo, associado ao patrimônio cultural, passou a ser considerado um ótimo filão para o mercado e também para as políticas

² Adotaremos o termo refuncionalização por considerá-lo mais adequado para uma abordagem geográfica, considerando que este processo está presente nas intervenções urbanas contemporâneas, denominadas por revitalização, renovação, requalificação, restauração, enobrecimento, gentrification, entre outras. Mesmo considerando seus diferentes usos, estes termos são geralmente utilizados como sinônimo de interferências materiais.

³ Aqui cabe uma colocação a respeito do título escolhido. Devido o processo de tombamento de patrimônios agregar valor cultural e econômico aos bens culturais, podemos dizer que as cidades com sítios históricos tombados passam por um processo de *reencantamento* com a espetacularização do patrimônio. Geralmente estas áreas, modernizadas, passam a ser ocupadas pelo setor turístico e pelas populações privilegiadas economicamente, seja para a função de moradia, seja para o uso turístico, pois os usos têm custos elevados, baseados num certo *glamour* pelo usufruto de um bem cultural.

públicas urbanas. Em um momento em que a superficialidade das ações assume uma posição estratégica no planejamento urbano, a espetacularização do patrimônio passou a ser uma ferramenta primordial na refuncionalização do território com vistas ao desenvolvimento local.

Visto que o patrimônio cultural transformou-se em um recurso econômico para as cidades que os possuem, a sua valorização passou a ser incentivada pelo Estado e, conseqüentemente, muitas cidades estão tombando os seus patrimônios. Com isso, passa a ocorrer a banalização do próprio patrimônio, que por meio da normatização, passa a ser concebido como um rótulo, uma grife que possibilita a extração de uma *renda monopolista* (Harvey, 2005, p.221) da terra⁴.

Nesses lugares, com o objetivo de atrair cada vez mais turistas, cria-se uma imagem superficial de seu cotidiano e, por meio de intervenções urbanas, tanto para a espetacularização quanto para a adequação das infra-estruturas básicas destinadas a receber turistas, escondem a realidade, ocorrendo o que Zukin (1996) chamou de *disneyficação* do lugar, mascarando os conflitos e lutas travadas no cotidiano.

Com a divulgação massiva de que o turismo é uma boa saída para o desenvolvimento sócio-econômico das cidades, considerando o patrimônio como um dos mais valiosos e importantes recursos a esse propósito, se torna fundamental pensar o turismo e a preservação enquanto prática social, na medida em que estas atividades consomem e produzem elementarmente, espaço (Cruz, 2000).

Assim, a análise do desenvolvimento local e da preservação associados ao processo de refuncionalização territorial voltados ao desenvolvimento turístico assume ares obscuros, pois, grande parte da população residente nestas áreas é segregada em função da afirmação destas práticas.

⁴ Mais detalhes consultar Harvey (2005).

Como chama a atenção Luchiarri (2000), a *urbanização turística*⁵ vinda com a refuncionalização do território para o uso turístico, traz consigo, impactos positivos e negativos para a área afetada, onde podemos destacar a segregação sócio-territorial da sua população dentro de seu próprio território, já que a maioria não tem condições de pagar por essa modernização urbana.

Portanto, com vistas a analisar como se dá o processo de refuncionalização territorial em uma cidade que pretende se tornar turística e suas relações com preservação do patrimônio tombado, esta pesquisa recai sobre o patrimônio de São Luiz do Paraitinga, a partir do qual desenvolvemos argumentos sobre a função e a possibilidade da utilização deste patrimônio como vetor de desenvolvimento local.

A discussão a respeito da constituição do espaço geográfico⁶ e de um método para seu entendimento e análise, vem se dando desde os primórdios do pensamento geográfico. Assim, na primeira parte desta pesquisa, procuramos discutir o espaço urbano dentro de um plano maior, o espaço geográfico, o espaço banal em constante transformação. Procurando tomar o espaço de forma fragmentada, adotamos como régua mestra nesta análise as categorias – forma, função, estrutura e processo – trabalhadas por Lefebvre (1978) e Santos (2002).

Adotamos estas categorias de análise com o objetivo de entender e analisar o patrimônio arquitetônico tombado enquanto *formas-conteúdo* da cidade (Santos, 2002), para então, entender os símbolos criados para mascarar a realidade em que este se encontra. Ao partimos para uma análise do espaço por meio das formas

⁵ “A urbanização turística coloca as cidades no mercado de paisagens naturais e artificiais. Algumas cidades chegam a definir toda sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens atrativas para o consumo e para o lazer (...) As regiões, as cidades, os lugares turísticos vestem-se de novas materialidades: galerias, shopping centers, edificações, condomínios fechados, infra-estrutura viária e uma infinidade de objetos e serviços especializados para o turismo” (Luchiarri, 2000, p. 108 -122).

⁶ Nesta pesquisa entendemos o espaço geográfico enquanto um sistema de objetos e um sistema de ações. “Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, do outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma” (Santos, 2002, p. 63)

herdadas do passado, as *rugosidades*⁷ do território (Santos, 1978), um importante elo de ligação com o pretérito, poderemos revelar combinações que exercem grande influência nos eventos atuais e futuros, principalmente no que se refere à organização e ao uso do território.

No âmbito do espaço urbano, tomamos o patrimônio histórico arquitetônico de São Luiz do Paraitinga, tombado em 1982 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT)⁸, como um conjunto de formas-conteúdo, e buscamos compreender como as novas normas e técnicas de organização territorial para o uso turístico, estão sendo materializadas no território.

Portanto, na primeira parte desta investigação, buscamos compreender até que ponto as novas formas de uso e apropriação do patrimônio tombado, influenciadas pelas ideologias da sociedade de consumo, amparados ou não pelas estratégias de gestão e do planejamento urbano, tem auxiliado na refuncionalização destes lugares enquanto um espaço coletivo e de exercício da cidadania.

Visto que a problemática principal desta pesquisa recai sobre o desenvolvimento local, na segunda parte analisamos como vem sendo feita a refuncionalização turística da cidade em relação a necessidade de planejamento urbano e de elaboração de seu Plano Diretor para ordenar e definir os objetivos almejados com a afirmação da atividade turística.

O planejamento urbano enquanto prática de organização e gestão do território das cidades, é um importante caminho para a preservação de um patrimônio histórico arquitetônico urbano. Mesmo em cidades onde existem propostas de gestão e preservação, esta tarefa tem se mostrado complexa e de difícil solução, pois, geralmente estão associadas ao capital privado, tirando o caráter social da política de preservação.

⁷ As rugosidades, segundo Santos (2002, p. 140), são formas, construídas ou naturais, deixadas no território. "(...) chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. (...) as rugosidades nos trazem os restos da divisão social do trabalho já passadas (...), os restos de tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho".

⁸ O processo de tombamento foi iniciado em 1969 e concluído com a Resolução 55 de 13 de maio de 1982, inscrevendo a cidade no Livro do Tombo do Estado de São Paulo (Governo do Estado de São Paulo, 1982).

Isso posto, ao procurar enquadrar estas áreas nas tendências atuais de utilização dos espaços da cidade apoiadas no marketing, por meio de um processo de planejamento e gestão amparados na construção de signos e símbolos que buscam construir uma imagem positiva do lugar, muitas cidades que vêm tendo seu patrimônio refuncionalizado estão, ao mesmo tempo, descaracterizando esses patrimônios por meio de variadas intervenções realizadas indevidamente.

Ao transpormos para a gestão das cidades a lógica de uma empresa, um modelo que trata a cidade enquanto um empreendimento, uma mercadoria propriamente dita, temos que estar atentos às propostas adotadas para o patrimônio, pois, ao partir para uma construção simbólica independente, poderemos criar novos problemas, além de não resolver os já existentes nas cidades.

Por estarem amplamente amparadas na criação de imagens positivas, muitas mudanças são realizadas independentemente de seus resultados e, o patrimônio é constantemente descaracterizado em sua essência enquanto estrutura básica do território. Desse modo, podemos afirmar que o patrimônio é um importante caminho para a discussão do planejamento urbano de uma cidade, já que a falta ou sua ineficiência, enquanto norma de organização do território, poderá gerar problemas à preservação e à gestão dos mesmos.

Já na parte III, descrevemos e analisamos a evolução histórica de São Luiz do Paraitinga, para assim, apontar o contexto em que foi criado e depois tombado o patrimônio arquitetônico local, com vistas a entender como se deu esse processo de criação. Desse modo, a análise da evolução histórica local, por meio das atividades econômicas predominantes e seus respectivos contextos, nos permitem descrever os variados usos do território que se deram no município e suas conseqüências para a organização do espaço urbano local, dando ênfase ao período em que a cafeicultura predominou na região.

A cafeicultura no Vale do Paraíba, apesar de posições contrárias, foi muito importante para São Luiz do Paraitinga, época na qual foi construído grande parte do patrimônio arquitetônico e simbólico local, já que com a expansão desta atividade, a

Vila de São Luiz se transformou na *Imperial Cidade de São Luiz do Paraitinga*⁹, e despontou como um importante centro comercial regional.

Com as mudanças sociais advindas da evolução tecnológica e a conseqüente valorização do turismo e do entretenimento, São Luiz do Paraitinga vem desenvolvendo tais atividades, apoiada na memória da cafeicultura expressa em seu patrimônio cultural e arquitetônico. Visto que a manutenção de seu patrimônio cultural é um dos vetores que possibilitarão a afirmação do turismo na cidade, a carência de planos destinados à preservação e à gestão patrimonial pode por em risco o desenvolvimento local, processo esse que já ocorreu com a ascendência e queda da cafeicultura.

Com isso, na terceira parte desta pesquisa analisamos a evolução sócio-espacial do município, enfatizando a emersão do seu patrimônio e suas conseqüências dentro da evolução urbana local e regional, com vistas a destacar a importância da cafeicultura na formação deste patrimônio e, em seguida, apontar que a sua decadência é um exemplo clássico da ausência de políticas e planos voltados ao desenvolvimento das cidades brasileiras a longo prazo.

Para finalizar esta pesquisa e confirmar que a ausência de planejamento é um fator decisivo para o desenvolvimento local, na quarta parte, apontamos como está este processo hoje. Como está a organização do território, após o tombamento e a transformação da cidade em Estância Turística do Estado? Como vem se dando este processo de refuncionalização e no que isto tem implicado com relação ao lado simbólico do patrimônio? Como está sendo feita esta espetacularização do patrimônio tombado para o desenvolvimento local?

Assim, pretendemos apresentar as contradições sócio-espaciais inerentes ao processo de tombamento, amparadas no discurso da preservação da memória do lugar, e na criação de imagens muitas vezes descoladas da realidade local. O patrimônio local vem sendo preparado para o consumo do turista por meio de uma autenticidade memorial encenada, e de intervenções territoriais urbanas, que apontam

⁹ Título atribuído pela Coroa Portuguesa às cidades que apresentassem bons rendimentos econômicos no período. São Luiz do Paraitinga foi agraciada com esse título em 1873, graças aos bons resultados alcançados com a economia do café.

para mudanças nas práticas sócio-espaciais cotidianas, decorrentes desta nova tendência que predomina no lugar.

A partir de agora espetacularizadas com a valorização do pitoresco e do singular, a cultura local vem sendo utilizada como um produto voltado ao entretenimento da sociedade, como podemos apontar pelas novas formas de apropriação turística de diversas manifestações culturais cotidianas que vem ocorrendo em São Luiz do Paraitinga.

Desse modo, nesta última parte, analisamos as possibilidades criadas pela tendência de apropriação turística do lugar São Luiz do Paraitinga, e a influência desse processo no desenvolvimento local.

PARTE I

Patrimônio histórico, turismo e território: uma abordagem geográfica

CAPÍTULO 1

A técnica e a norma na valorização do patrimônio

No decorrer da história o homem vem se deparando com uma série de transformações técnicas, que modificam cada vez mais suas condições de vida, abrangendo as dimensões sociais e espaciais. A intensa diversificação do uso das máquinas está transformando a própria condição de existência do homem. O homem vem sendo colocado de frente com diversos prazeres e necessidades até então desconhecidos, criando em torno de si o que podemos chamar meio técnico (Friedmann, 1968). Diferentemente dos animais que só dispõem do meio natural para satisfazer suas necessidades, o homem possui o intelecto. Se não consegue se satisfazer com as matérias naturais, ele as transforma.

Assim, podemos afirmar que o conjunto de atos técnicos desenvolvidos permitirá que o homem controle a natureza, criando uma sobrenatureza; *“(...) a técnica é o contrário da adaptação do sujeito ao meio, posto que é a adaptação do meio ao sujeito”* (Ortega y Gasset, p 17, 1963). E nessa relação entre o homem, o meio e a técnica, podemos dizer que a cidade é sua maior expressão.

Ao analisar o patrimônio arquitetônico urbano, iremos perceber que as técnicas utilizadas nas construções, na forma e na função, servem como uma possibilidade de adaptação do sujeito ao meio na produção do espaço urbano. No caso de São Luiz do Paraitinga, os portugueses com suas construções se beneficiaram do ambiente natural utilizando as encostas dos morros para alicerces das casas. Além de utilizar a encosta, grande parte das construções foi realizada às margens do rio Paraitinga, visando com isso, a satisfação de algumas necessidades básicas, como as fisiológicas e de higiene, uma característica comum em cidades portuguesas dos séculos XVII, XVIII e XIX. Neste sentido cabem aqui as colocações de Santos (2002, p. 217), para quem: *“(...) cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se espera. (...) Há uma relação entre objetos e necessidades”*.

Com o grande número de objetos desenvolvidos através da evolução técnica, o homem vem mudando sua forma de perceber e de pensar o mundo. O homem artesão que fabricava um produto em todas as suas etapas produtivas foi substituído pelas máquinas, o que propiciou uma grande mudança intelectual no homem, transformando o meio e sua percepção, mudando assim, o sentimento com relação a este meio. *“Não se trata apenas das transformações do meio orgânico, mas daquelas do meio técnico-econômico e do meio social, evoluções contínuas, e hiatos das revoluções”* (Friedmann, 1968, p. 73). O homem age para melhor viver, criando e recriando, sempre que necessário, novos objetos e novos comportamentos. Estando assentada na evolução técnica, a civilização tecnicista pode ser caracterizada pela produção em série, pelo consumo, pelos meios de comunicação e pela cultura de massa¹⁰.

Visto que o homem cotidianamente desenvolve novas técnicas e se desenvolve intelectualmente, podemos considerar as técnicas como um conjunto de meios instrumentais e sociais que possibilita o homem produzir e reproduzir o espaço. Devido a esta possibilidade de transformação, as técnicas são parte integrante do meio, *“(...) o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo”* (Santos, 2002, p. 42). O planejamento urbano é um bom exemplo de imaterialidade das técnicas e das normas refletindo nas materialidades do território, pois se trata de um trabalho intelectual que irá transparecer nas materialidades dos objetos por meio de intervenções urbanísticas, organizando e reorganizando o território.

Ao definir as técnicas como parte integrante do espaço, por meio de sua história, elas nos auxiliarão a empiricizar o tempo e qualificar as materialidades sobre as quais a sociedade trabalha. Por meio das técnicas o homem consegue unir espaço e tempo. Em cada lugar, em cada momento, temos um conjunto de técnicas e de ações.

¹⁰ Para Friedmann (1968) o desenvolvimento tecnológico levou a civilização a ser dirigida pela mídia, dando a possibilidade de uma suposta homogeneização sócio-espacial. Já para Milton Santos (1994, p.33) com o desenvolvimento tecnológico podemos ter o processo inverso, pois: *“(...) graças aos progressos técnicos e à aceleração contemporânea, os espaços nacionais podem, também, grosseiramente, dividir-se... é evidente que, como sempre, situações intermediárias são muito numerosas (...)”*.

Uma área composta por um patrimônio arquitetônico pode ser vista como um conjunto de técnicas pretéritas, datáveis, vivendo em relação, ou não, com técnicas atuais. Na análise de um território onde temos a presença de um patrimônio arquitetônico, poderemos enxergar a transposição de tempos pretéritos e presentes. O patrimônio, enquanto materialidade e imaterialidade, condiciona e é condicionado pelas técnicas e ações do passado e do presente. Quando este sítio urbano passa a ser direcionado às atividades turísticas, exigindo um processo de refuncionalização, temos a presença de técnicas e normas do contexto presente em um território construído no passado.

Esta transposição de técnicas pretéritas e contemporâneas no momento de pensarmos o patrimônio em relação com a organização territorial, evidencia a transformação técnica que vem se dando na forma de trabalhar com este patrimônio, sendo imbuído de um forte caráter econômico, muito diferente do passado, onde o mesmo era tratado como sinônimo de identidade, memória e poder. Esta mudança de caráter com relação ao sentido e ao valor patrimonial no período contemporâneo pode ser vista com uma manifestação técnica e normativa se concretizando no território por meio de constantes intervenções urbanas.

Por exemplo, o ato de criar um patrimônio e depois voltar este território para o desenvolvimento turístico por meio de intervenções urbanas, repercutirá na organização territorial, já que este território entra em evidência e passa a ser trabalhado enquanto um recurso econômico propriamente dito. Por meio de uma ação abstrata, a normatização do sítio urbano enquanto patrimônio, dá-se origem a um novo vetor econômico neste sítio, que em seguida passa a ser direcionado ao desenvolvimento do turismo. Isto nos possibilita afirmar a norma e a técnica enquanto instâncias territoriais.

Devido a esta mudança no sentido do patrimônio, muitas cidades têm procurado criar e normatizar seu patrimônio, mesmo cidades relativamente novas, visto que o fato de possuir um patrimônio lhes possibilita conseguir benefícios financeiros e políticos. No início da década de 1980 o patrimônio era visto como um sinal de imobilismo, o que, com a possibilidade do desenvolvimento turístico, deixou de acontecer, agora todas as cidades querem possuir seu patrimônio.

Na medida em que as técnicas possuem uma inter-relação com os objetos, ao ocorrer uma mudança nos objetos teremos mudanças nas ações e vice-versa. Devido a essa inter-relação entre objetos e ações, teremos um novo padrão espacial (Santos, 2002, p.96)

Ao pensarmos no patrimônio histórico arquitetônico de São Luiz do Paraitinga sendo transformado em uma mercadoria voltada ao mercado do entretenimento, por meio de um processo de refuncionalização paisagística de seu Centro Histórico¹¹, podemos afirmar que temos poucas mudanças nas materialidades dos objetos, sobretudo naquelas que compõem os cenários representativos de estilos arquitetônicos valorizados como memória, já que a preservação é uma das palavras que comandam e dão legitimidade a estas mudanças, porém, temos uma mudança funcional que atribui um novo sentido a este patrimônio, agora uma nova forma-conteúdo suscitando mudanças sensíveis no território.

Dentro deste contexto de reorganização territorial, o planejamento urbano emerge como uma necessidade. Desse modo, com o objetivo de preservar um patrimônio arquitetônico, o planejamento torna-se um importante instrumento não só de preservação das formas, como de atribuições de novos usos a estas, o que implica não comprometer a preservação do sítio histórico e também os significados deste para a população local. Sendo assim, é importante destacar, com relação a refuncionalização, que as transformações nas materialidades implicam mudanças nas suas funções, mesmo que estas novas funções estejam muito próximas das anteriores.

Com o grande desenvolvimento da tecnologia, a organização dos objetos e das ações passou a ser muito importante para a organização sócio-espacial. A ordem mundial passou a ser cada vez mais normativa e também normada (Santos,

¹¹ Em julho de 2002 a cidade foi classificada como Estância Turística do Estado de São Paulo, passando a receber uma verba anual de R\$ 679.000,00 (US\$ 303.125,00) oriunda do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE), órgão ligado a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Assim, deu-se início a um intenso processo de requalificação dos equipamentos urbanos do município, principalmente os existentes no centro histórico. Com os recursos obtidos a cidade foi transformada em um canteiro de obras; foram realizadas, a reforma da Praça Oswaldo Cruz (projeto aprovado pelo Condephaat – Processo nº 43.352/02 – em 18 de agosto de 2003. Verba de R\$ 349.664,05 [US\$156.100,02]), a reforma do Mercado Municipal (projeto aprovado pelo Condephaat – Processo nº 44.395/02 – em 15 de setembro de 2003. Verba de R\$ 330.000,00 [US\$147.321,42]) e a reforma do calçamento das ruas do entorno da praça. Esse processo será analisado com maior detalhe nos capítulos seguintes.

1994). No mesmo sentido, para Antas Jr. (2003), a norma pode ser vista como parte integrante do espaço geográfico, servindo para que o homem organize coerentemente seu espaço cotidiano, e nesse contexto normativo, o planejamento urbano pode ser considerado um grande conjunto de normas de atuação na organização ou reorganização do território, independentemente da escala.

Com o aumento na velocidade das transformações, muitas normas vêm sendo criadas e recriadas e, nos dias de hoje, é importante salientar, as normas acabaram escapando das mãos do Estado, sendo criadas também pelas instituições privadas. Além de uma série de normas jurídicas, geralmente criadas pelo Estado e pela sociedade, hoje temos uma série de normas de gestão, de tecnologia, do consumo, de modos de vida e da política urbana, por exemplo, aspectos presentes na preservação e valorização do patrimônio arquitetônico (Antas Jr, 2003). Portanto, para compreendermos a dinâmica sócio-espacial atual, temos de compreender as normas jurídicas, morais e as normas do trato social existentes no lugar e fora dele. Assim, podemos afirmar que a organização sócio-territorial depende da harmonia entre as normas existentes.

Os equipamentos coletivos existentes no meio urbano são um bom exemplo de normatização do território. Um patrimônio histórico arquitetônico é a mais pura atuação da norma enquanto parte do espaço geográfico, já que só temos um patrimônio no momento em que estes bens, sejam eles móveis ou imóveis, materiais ou simbólicos, são normatizados enquanto tais pelo Estado ou pelo capital privado e pelos usos sociais, o que acaba repercutindo na organização sócio-territorial.

Ao ser criado pelo Estado por meio do tombamento, uma norma geralmente imposta de cima para baixo, fica delimitado o que deve se tornar patrimônio, mas não necessariamente o que será visto e tratado pela sociedade como tal. Estas normatizações do patrimônio, podem não corresponder com as aspirações da sociedade e da comunidade que vive seu cotidiano.

Ao encararmos o patrimônio enquanto um conjunto de formas-conteúdo por meio da análise da sua história, de como emergiu este patrimônio, e da sua relação com a atualidade vivida, podemos afirmar a influência das normas e das técnicas na

organização territorial. Ao direcionar este território ao desenvolvimento do turismo, também teremos uma série de ações que irão incidir no processo de reorganização do território, onde o patrimônio e a sua refuncionalização adquirem um peso decisivo no processo de planejamento urbano das cidades que pretendem dinamizar esta atividade enquanto um vetor de desenvolvimento econômico e social.

Apesar do patrimônio arquitetônico, além de um vetor econômico, ser um elemento importante na continuação da identidade local, as suas formas de apropriação contemporâneas evidenciam a carência de ações da comunidade e do poder público local com relação à sua preservação enquanto memória do lugar, entendendo o lugar como demarcações físicas e simbólicas do espaço, *“cujos usos lhes qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente”* (Leite, 2004, p. 35).

O processo de refuncionalização turística que está se desenvolvendo em São Luiz do Paraitinga nos ajuda a afirmar a dinâmica das formas-conteúdo. Os lugares em processo de refuncionalização, passam a ser transformados em função de suas possibilidades, ou não, de receber os impactos destas novas dinâmicas, aonde podemos apontar uma seletividade entre os lugares. *“(...) essa seletividade tanto se dá no nível das formas, como no nível dos conteúdos (...)”* (Santos, 2002, p. 125). São Luiz do Paraitinga, por meio de suas rugosidades tem se mostrado apto a acolher tais atividades.

Tomando como referência a tendência contemporânea de valorização econômica e turística do patrimônio arquitetônico, o centro histórico de São Luiz do Paraitinga torna-se um exemplo emblemático. Tombado em 1982 pelo Condephaat, transformado em Estância Turística do Estado de São Paulo em 2002, seu centro histórico foi reformado e esse processo está abrindo caminho para um possível desenvolvimento do turismo, mesmo que valorizando e preservando o patrimônio apenas do ponto de vista estético.

Temos aí o desenvolvimento de uma atividade sócio-econômica que, por meio de suas normas e técnicas de funcionamento, vem gerando a refuncionalização da área. Assim, entendemos que a análise da produção e da refuncionalização do

patrimônio arquitetônico de São Luiz do Paraitinga por meio de suas normas e técnicas de ação, deverão nos auxiliar no desenvolvimento de um método geográfico para a interpretação dos processos atuais de valorização do patrimônio histórico arquitetônico nas cidades contemporâneas.

CAPÍTULO 2

Forma, Função, Estrutura e Processo: os sentidos da refuncionalização do patrimônio cultural em São Luiz do Paraitinga

Ao analisarmos o espaço geográfico podemos afirmar que sua produção é social, e que cada lugar é definido pelas ações acumuladas no passado em conjunto com as ações do presente. Isso posto, podemos afirmar também que as épocas são distintas entre si, marcadas pelas etapas de trabalho e pelas relações sociais, que produzem mudanças, tanto do ponto de vista das formas, quanto do ponto de vista das funções estabelecidas pela estrutura social e presentes no território (Santos, 2002).

O espaço geográfico é dinâmico. Uma área transformada em patrimônio histórico arquitetônico e valorizada para o uso turístico pode confirmar esta premissa, pois o patrimônio histórico e cultural, criado e desenvolvido pela sociedade visando preservar algumas características materiais e imateriais de tempos pretéritos, ao ser valorizado para novos usos gera mudanças sócio-espaciais que vão se materializar no território. Ao transformar o centro de São Luiz do Paraitinga em patrimônio e, em seguida, em Estância Turística do Estado, temos o início de uma nova forma de relação entre a sociedade e este território, agora em processo de valorização com o desenvolvimento do turismo. Com esta mudança de sentido, esta área vem sendo enquadrada em uma nova estrutura, passando por um processo de reorganização de seu território com inúmeras intervenções urbanas.

Ao analisar o patrimônio de Ouro Preto-MG e as novas territorialidades criadas *com e para* o desenvolvimento do turismo na cidade, Cifelli (2005) afirma que esta relação entre a organização do território e o turismo, normalmente influenciada por vetores externos ao lugar, vai repercutir diretamente nas práticas e manifestações sócio-espaciais locais, criando uma nova estrutura na cidade que pode trazer consigo impactos positivos ou negativos à população local, mas que tem muitas imbricações na preservação do patrimônio enquanto estrutura básica do território da cidade, que passa a

sofrer constantes intervenções urbanas com vistas a adequá-los cada vez mais ao consumo turístico.

Maffesoli (1999, p.256) considera o espaço como um misto que possibilita a existência humana, fundamentando-se na existência social e na existência natural. Acentua o valor simbólico do espaço, a imaterialidade, em conjunto com as materialidades, pois, por ser uma produção social, ele só existe a partir de seus símbolos e signos. Assim temos uma relação, contraditória ou não, entre os objetos e as ações afirmadas anteriormente por Santos (2002). Ao transformar o território em patrimônio, criado e afirmado pelas normas do Estado por meio do tombamento, podemos confirmar a afirmação de Maffesoli.

Ao ser direcionado ao turismo o patrimônio adquire um novo sentido, sendo visto pela sociedade como um produto. Neste sentido, este passa a ganhar destaque nas aspirações da sociedade e do mercado e, ao mesmo tempo, passa a sofrer uma série de danos materiais, relativos aos bens tombados, e imateriais, relativos as crenças e tradições.

Tomando o espaço geográfico como totalidade, partimos para uma análise da cidade enquanto um local de relações entre materialidades e imaterialidades, formas-conteúdo, em interação e ao mesmo tempo em contradição. Não podemos analisar a cidade somente como uma forma e nem somente como um ponto de junção de funções (circulação, trocas...), pois assim estaríamos sendo reducionistas. Henri Lefebvre (1978, p.73) afirma:

“(...) formas, estructuras, funciones urbanas (em la ciudad, com el territorio por ella influído o dirigido, en las relaciones com la sociedad y al Estado) actuaron unas sobre otras y se modificaron: movimiento que el pensamiento puede hoy reconstruir y controlar”.

O filósofo destaca e afirma a relação entre os signos e símbolos na formação do espaço, afirmando a relação dialética entre a produção do espaço e as ações da sociedade. Como bem define Isnard: *“(...) a sociedade cria-se recriando seu espaço: os dois formam, em conjunto, um todo indissociável que sofre a mesma*

evolução. (...) sociedade e espaço reproduzem-se ao transformarem-se dialeticamente ao longo das gerações” (1982, pp. 85-93).

O espaço urbano pode ser classificado como uma das dimensões da sociedade materializada nas formas espaciais em seu processo evolutivo (Corrêa, 1999, p.9). Ao partirmos desta premissa, podemos afirmar que o patrimônio de São Luiz do Paraitinga, uma forma espacial materializada no passado, por meio de suas *formas-conteúdo*, nos possibilita perceber o processo de evolução de seus arranjos sócio-espaciais na produção dos espaços da cidade.

Com vistas a facilitar a preservação do patrimônio arquitetônico local, no estudo de tombamento (Governo do Estado de São Paulo, 1982) ficou delimitado que o centro histórico seria dividido em duas áreas, com graus variados de preservação. O Centro Histórico 1, uma área com alto grau de preservação e com maior concentração de imóveis tombados, e o Centro Histórico 2, com menor grau de preservação e com menor número de imóveis, concentrando imóveis menos representativos do ponto de vista arquitetônico. Nesta área concentram-se as construções das camadas mais populares, com uma legislação de preservação mais flexível. Além desta divisão em centro 1 e 2, ficou delimitado que o entorno dos centros 1 e 2, também deveria ser preservado, o que não aconteceu, já que a cidade passou por uma considerável expansão em sua área construída.

Assim, o que ficou delimitado como entorno em 1982 já não compreende mais a realidade local, o que nos faz considerar que esta legislação deva passar por uma revisão, pois após 23 anos, as mudanças na cidade foram intensas, mudanças estas que vêm se acentuando com vistas a sua adequação para receber turistas. Portanto, nesta pesquisa, estamos considerando como Centro Histórico, os centros 1 e 2, delimitados pelo Condephaat, e como entorno, a periferia com relação direta com este centro, abarcando praticamente o restante da cidade.

O espaço urbano local possui um belo Centro Histórico, área de *status* social elevado, com obras suntuosas, grandes casarões que foram sempre ocupados pela elite local, e uma periferia com construções mais simples, geralmente ocupadas por pessoas com menos posses. Por meio das formas espaciais e de seu arranjo no espaço

urbano fica claro que esta divisão social existe e é constantemente afirmada e ratificada pelo Estado por meio de suas ações, o que podemos afirmar com base no próprio processo de tombamento realizado pelo Condephaat, dividindo a cidade em Centro Histórico 1 e Centro Histórico 2 (FIGURA 1).

O Centro Histórico¹² é sempre bem cuidado, possuindo uma boa estrutura em equipamentos urbanos coletivos, enquanto o seu entorno apresenta carências com relação a estes mesmos equipamentos, apresentando deficiências na coleta de lixo, na distribuição de água e energia, na iluminação pública, no calçamento inadequado, sem contar com as constantes cheias do Rio Paraitinga que afetam de forma intensa a periferia nos períodos de cheias (FOTOS 1 e 2). Devemos salientar que este processo de diferenciação é mais claro em regiões metropolitanas, mas não deixa de ocorrer em cidades de porte pequeno como São Luiz do Paraitinga.

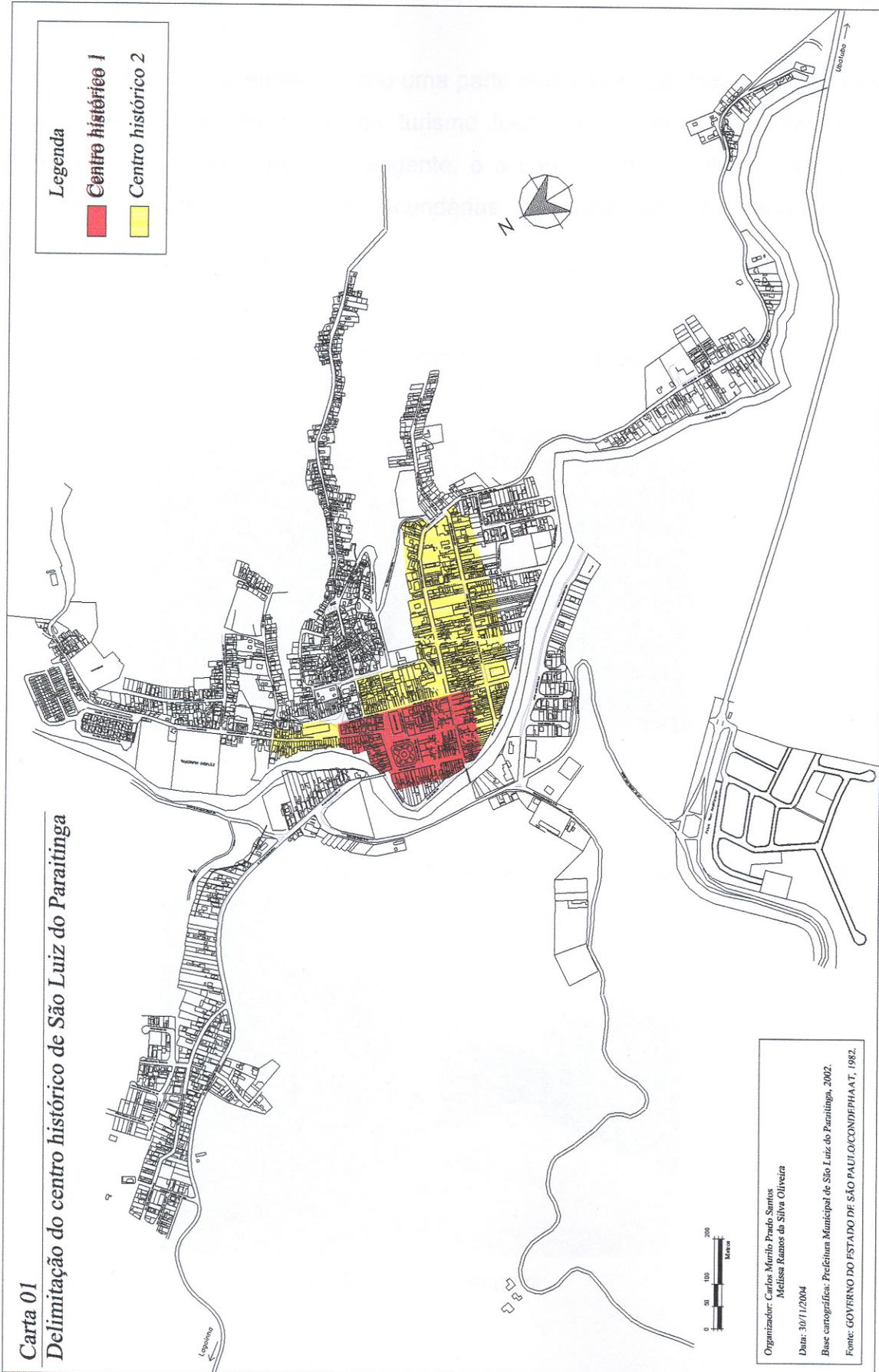
Sendo assim, o Estado mantém e afirma essa modernização desigual com políticas que privilegiam estas áreas de *status* elevado, tendência que se acentua com a possibilidade do desenvolvimento do turismo. O Centro Histórico, a área mais densa em termos de equipamentos urbanos coletivos, vem passando por um intenso processo de intervenções urbanas visando melhorias para desenvolver o turismo, enquanto o seu entorno, também importante para a afirmação desta atividade e para o desenvolvimento local da população residente, vem sendo tratado com descaso e preterido no momento da escolha das obras a serem feitas, mesmo se tratando da área mais carente e deficitária na cidade.

As imagens abaixo (FOTOS 1 e 2) demonstram o quanto o entorno do Centro Histórico está abandonado e, necessita passar por um processo de revitalização e modernização das infra-estruturas, para daí sim a administração da cidade investir em requalificação paisagística, como vem sendo feito nos últimos anos.

¹² Daqui pra frente sempre que nos referirmos ao Centro Histórico estaremos considerando a área que comporta os centros históricos 1 e 2, tombados pelo Condephaat.

Carta 01

Delimitação do centro histórico de São Luiz do Paraitinga



Legenda

Centro histórico 1

Centro histórico 2

Organizador: Carlos Murilo Prado Sumus
Melissa Ramos da Silva Oliveira
Data: 30/11/2004
Base cartográfica: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, 2002.
Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CONDEPHAAT, 1982.

Ao tratar o entorno como uma parte secundária da cidade, já que não é prioritária para o desenvolvimento do turismo local, fica claro a ausência de um planejamento urbano integrado e abrangente, e a carência de um Plano Diretor que incorpore estas áreas tidas como secundárias do ponto de vista econômico e urbanístico.

Foto 1 – Margens do rio Paraitinga, entorno do Centro Histórico local, 2005



FONTE: arquivo do autor2005.

Foto 2 – Rua Raul Alceu Prezotto, entorno do Centro Histórico local,



FONTE: arquivo do autor

É importante salientar que o entorno do Centro Histórico é cercado por um rio de médio porte, com cheias sazonais e volumosas, que vem afetando seriamente as áreas urbanizadas, entre elas o próprio Centro Histórico que sofre um processo acelerado de degradação em suas ruas, nas estruturas de taipa dos casarões, no sistema de coleta e distribuição de água e esgotos, além dos grandes transtornos gerados para as pessoas que vivem no seu entorno.

Por estarem intimamente relacionados às ações da sociedade, materializadas nas formas espaciais, Corrêa (1999) define os agentes sociais que atuam na organização e na reorganização do espaço urbano, os agentes produtores do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, com estratégias diferentes mas, atuando em conjunto. Em São Luiz do Paraitinga temos que incluir também a Igreja Católica, na cidade confundida com o poder público e com a família, e com forte influência na organização sócio-espacial local por meio da importância social de suas crenças, lendas e rituais.

No espaço urbano de São Luiz do Paraitinga a atuação destes agentes se dá de forma muito desigual, sendo o Estado, em suas diversas escalas, o principal vetor de mudanças, sejam elas do ponto de vista material ou imaterial, atuando desde a fundação da cidade, no século XVIII, até os dias de hoje, normatizando e incentivando os diversos usos de seu solo urbano. Nos últimos vinte anos a atuação do Estado foi acentuada com o tombamento e a transformação da cidade em Estância Turística, medidas burocráticas normativas que deram início a um processo de sobre-valorização dos espaços da cidade. Foi uma ação jurídica e intelectual, portanto imaterial, que tem repercutido na organização espacial da cidade.

Em São Luiz do Paraitinga os proprietários fundiários se confundem com os donos dos meios de produção. Com a falência da agropecuária regional, iniciada no final da década de 1970 (TABELA 6), com queda crescente nos rendimentos dos produtores, os agentes fundiários passaram a ter atuação considerável na zona rural, refletindo diretamente na expansão urbana da cidade e afetando de forma considerável o entorno do patrimônio arquitetônico local.

Com a queda na produção do campo, acentuada no início da década de 1980, tivemos um processo de aglutinação das terras, antes parceladas em pequenas propriedades, objetivando a produção de madeira para papel e celulose¹³, o que obrigou muitas famílias a migrarem rumo a cidade. Muitas famílias venderam suas terras e passaram a ser assalariados na mesma terra, porém morando na área urbana. Foi uma mudança aparentemente natural, mas que vem refletindo muito na fisionomia dos espaços da cidade, já que acentuou a expansão urbana local, dificultando ainda mais a preservação do patrimônio.

O êxodo rural causado com estas mudanças no campo vem desencadeando algumas mudanças na cultura local que, por se tratar da *cultura caipira*¹⁴ (Candido, 2003), está se transformando no tempo e no espaço. Onde tínhamos uma série de pequenas propriedades hoje temos grandes fazendas, que, mesmo mantendo um bom número de postos de trabalho na zona rural, afasta essa população de suas tarefas tradicionais, a base da cultura local, pois todos agora são funcionários assalariados destas fazendas.

Para o patrimônio cultural local estas fazendas podem significar uma brusca transformação, mas sem elas, um grande número de famílias estaria sem rendas. Portanto, temos uma questão complexa e contraditória que precisa de uma solução para satisfazer ambas as partes, e que seja compatível com a nova dinâmica que está por se instalar no município com a afirmação do turismo, extremamente dependente do patrimônio cultural local. Não podemos desprezar os malefícios destas grandes propriedades em termos de mudanças nas formas culturais, mas também não podemos desprezar seus benefícios, assegurando um considerável número de postos de trabalho no município.

¹³ Em meados dos anos de 1980 a Simão Papel e Celulose começou a comprar terras no município visando a produção de eucalipto para a fabricação de papel e celulose. Com a boa ambientação desta cultura estas fazendas só tem aumentado em número e em área em São Luiz do Paraitinga. Atualmente a Simão Papel e Celulose foi incorporada pelo grupo Votorantin Celulose e Papel (VCP).

¹⁴ O estilo de vida caipira é utilizado de acordo com as definições de Candido (2003, p. 103), para quem se trata de uma: “Cultura ligada a formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros”. Segundo o mesmo autor, “(...) a cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento econômico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionadas” (p.107).

Com sua ida à cidade, muitos destes habitantes estão sendo enquadrados na cultura urbana, mesmo que de forma precária, deixando seus hábitos e costumes tradicionais em segundo plano. Como relata Judas Tadeu, 62, luizense, professor aposentado¹⁵:

“(...) quando eles vieram da roça para cá, eles se transferiram para a cidade junto com as suas coisas, trouxeram a cultura também, só que trouxeram a cultura e tiveram que se adaptar a uma nova realidade, a uma realidade urbana, eles estão adaptando também a cultura a uma realidade urbana, a Folia de Reis, o Moçambique, as coisas que existem aqui estão se adaptando a uma realidade urbana, é uma releitura, uma reinterpretação daquela cultura, agora no que vai dar isto, eu não sei (...)”.

Os promotores imobiliários têm uma atuação mais discreta na cidade se comparada com cidades grandes, porém não podemos desprezá-la. Em meados da década de 1990 foi construído um loteamento na cidade, o Residencial VerdePerto, inaugurado no dia 05/05/1993, que afetou de forma drástica o entorno do Centro Histórico local, mudando a paisagem e acentuando o assoreamento do rio Paraitinga. O Estado também atuou como um agente imobiliário na cidade no início de 2003 com a construção de um Conjunto Habitacional João Batista Cardoso, inaugurado no dia 30/09/2003, para famílias de baixa renda, também em área imprópria localizada às margens do Paraitinga e no entorno do Centro Histórico. São atos isolados, mas que acabam refletindo na preservação do espaço urbano local.

A mudança na área rural em meados da década de 1980 e a conseqüente construção de loteamentos residenciais, privados e públicos, na década de 1990, acentuaram a expansão urbana local, ocupando em sua maioria, áreas impróprias. Com poucas áreas propícias à expansão urbana, as encostas e fundos de vale, estão sendo ocupadas de forma descontrolada por construções variadas, que vão desde uma

¹⁵ As entrevistas utilizadas foram feitas em duas etapas. A primeira parte foi realizada no final de 2002, período em que estava concluindo minha monografia de graduação. Nesta etapa foram entrevistados aproximadamente 13 pessoas das mais variadas posições sociais na cidade, destacando entre eles, o prefeito local. Na segunda etapa, realizada entre os meses de outubro e novembro de 2004, já como levantamento de dados para dissertação de mestrado, procurei trabalhar com as mesmas pessoas entrevistadas em 2002, e, com poucas modificações nas posições destas a respeito dos novos usos que vem sendo dado ao patrimônio cultural local, as respostas dadas pelos entrevistados são muito semelhantes.

escola pública, a Escola Municipal Coronel Domingues de Castro, a loteamentos residenciais, como o residencial Verdeperto e ruas, como a Rua Alceu Prezotto (FOTO 4).

Nota-se também um crescimento considerável da área urbana construída, ocupando quase por completo a vertente do Morro do Cruzeiro voltada para o Centro Histórico (FOTOS 3 e 4), uma ocupação realizada por famílias de baixa renda, já que o local não é propício à construção de residências.

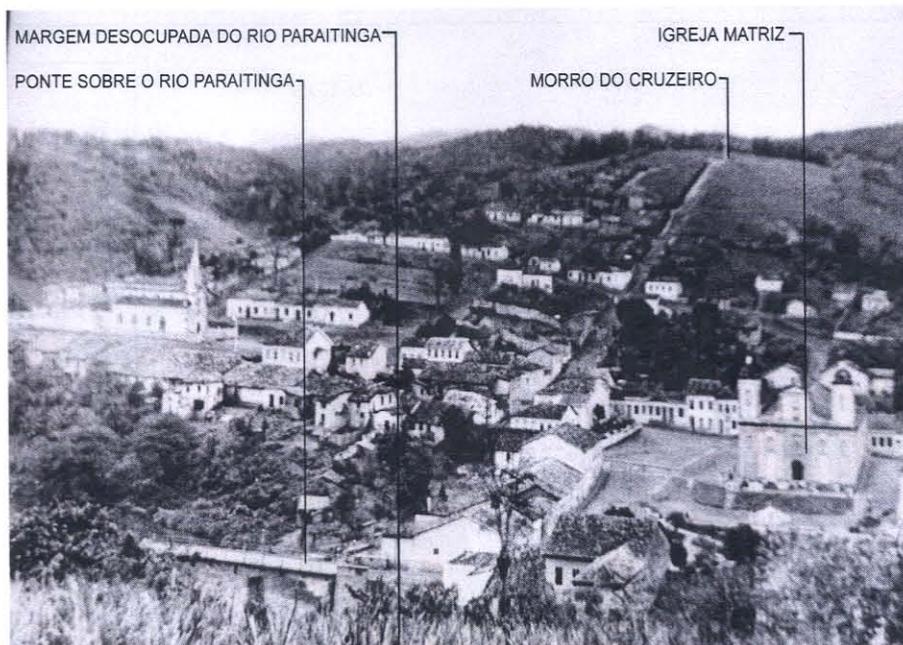
As margens do Paraitinga também já aparecem totalmente ocupadas em 1998 (FOTO 4), muito diferente de 1930 (FOTO 3), aonde o rio aparece com seu leito praticamente livre e ainda composto por sua cobertura vegetal. Devemos salientar que todo este processo de expansão urbana não alcançou o limite do perímetro urbano local, já que o mesmo cobre uma imensa área de aproximadamente 6,60 Km², muito longe de ser ultrapassado, chegando nas margens da Rodovia Oswaldo Cruz. (FIGURA 2).

Podemos afirmar que o período de maior crescimento urbano local se deu em meados do século XX (FIGURA 2), onde foi ocupada praticamente toda a margem do Paraitinga¹⁶; tivemos também a construção do Residencial Verdeperto, do Bairro do São Benedito, a ocupação do Morro do Cruzeiro, da Várzea dos Passarinhos, das margens da Avenida Celestino Campos Coelho e das proximidades do Estádio Municipal, conhecido como Benfica¹⁷ (ÁREA 2).

¹⁶ Tomamos como base para a confecção do mapa de expansão urbana de São Luiz do Paraitinga a delimitação do centro histórico feita pelo Condephaat no processo de tombamento, o que corresponde a porção mais antiga da cidade. Desse modo, baseando-se na análise de fotos, documentos, croquis, mapas e cartas antigas, referentes ao crescimento da cidade, construimos esse mapa. Vale salientar que, por ser baseado na delimitação do Condephaat, surgiram pequenas diferenças com relação à área mais antiga, pois a cidade não foi tombada por inteira. Por exemplo, a casa de Oswaldo Cruz fica no limite do centro histórico delimitado pelo Condephaat, o que não aborda o imóvel por completo, deixando o terreno do quintal para fora deste limite. No mapa de expansão urbana confeccionado, esse quintal aparece como parte da área mais antiga da cidade. Com o Morro do Cruzeiro temos o mesmo problema, pois existe uma planta de urbanização datada de 1840, mas o mesmo se encontra fora do limite do Condephaat. Assim, algumas áreas mais antigas que não possuem imóveis representativos para o tombamento, foram colocadas dentro deste limite e pequenas diferenças vão aparecer na comparação com a delimitação do Condephaat.

¹⁷ Em São Luiz do Paraitinga, oficialmente, não existem bairros delimitados pela Prefeitura Municipal, aonde todos os endereços aparecem como Centro. Porém para os moradores locais existe uma divisão e algumas ruas são tomadas como bairros, mas não correspondem a tal, como o caso da rua do Benfica, que hoje ficou conhecido como o Benfica, mas não chega a ser um bairro propriamente dito. Temos também a rua Nova, dentre outras, que assumiu o mesmo caráter, mas que não pode ser definido como um bairro, pois também está localizada no centro da cidade.

Foto 3 – Vista parcial da cidade de São Luiz do Paraitinga em 1930



FONTE: Coleção Projeto Memória

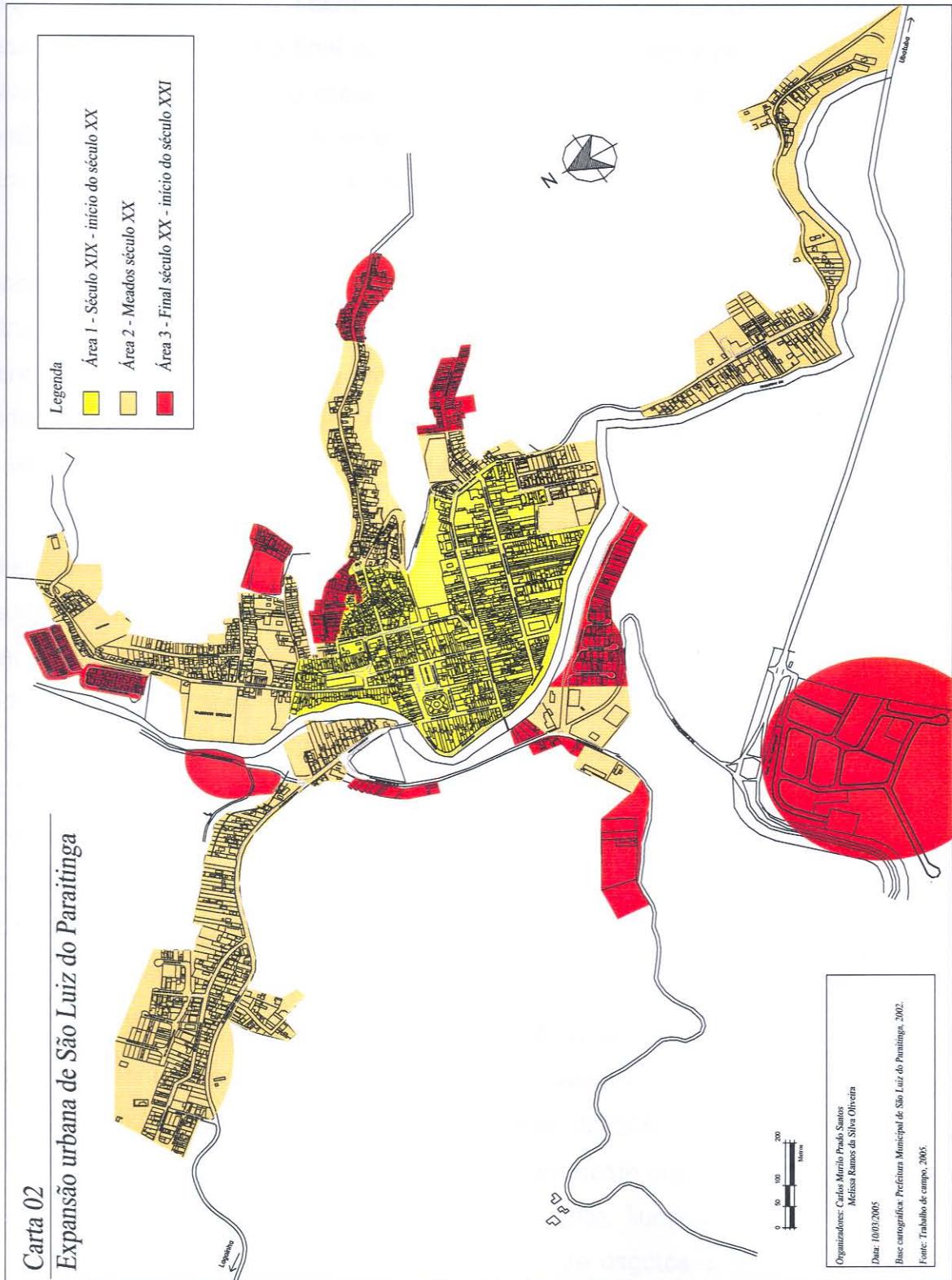
Foto 4 – Vista parcial da cidade de São Luiz do Paraitinga em 1998



FONTE: Chinica Medeiros

Carta 02

Expansão urbana de São Luiz do Paraitinga



O Centro Histórico local (ÁREA 1), por sua vez não sofreu muitas alterações em seu tamanho, ficando praticamente o mesmo que foi construído com as benesses da cafeicultura no final do século XIX. Este pequeno crescimento do centro facilitou a sua manutenção e preservação, pois trata-se de uma área com um valor imobiliário elevado e nada atraente para a população local responsável por esta expansão, em sua maioria, funcionários públicos e habitantes oriundos da área rural.

Já no final do século XX, com as poucas áreas disponíveis ocupadas, a expansão urbana começou a avançar sentido à Rodovia Oswaldo Cruz, com a construção do loteamento Santa Terezinha, de propriedade do senhor Luis do Paulo Mariano, em 18/08/1999, obra mais suntuosa que vem ocupando uma área considerável, pois as demais construções e ocupações ainda são poucas e pequenas para serem consideradas uma expansão (ÁREA 3).

A expansão urbana local é um processo mais lento se comparado com cidades maiores, mas é um crescimento constante, mantendo uma certa regularidade nas suas médias anuais. A elevação da taxa de urbanização do município nos permite afirmar que a cidade cresceu de forma acentuada nos últimos 20 anos, aumentando consideravelmente a área ocupada por construções. Em 1980 a taxa de urbanização local foi de 40,52% (SEADE-2004) do território do município, para em 1990 saltar a 50,24 % (SEADE-2004), apresentando um crescimento de 9,72% em 10 anos. Do ano de 1990 para o ano 2000 temos uma média de crescimento inferior a década de 1980, porém se trata de uma diferença pequena. Em 2000 a taxa de urbanização do município atingiu a casa dos 58,92% (SEADE-2004), apresentando, num período de 10 anos, um crescimento de 8,68%.

As ocupações da periferia (ÁREA 3) que se deram até o presente momento apresentam praticamente as mesmas características, sendo compostas por pessoas de baixa renda, em sua maioria oriundos da zona rural e por funcionários públicos. O poder público por sua vez também auxilia neste processo com a construção da infra-estrutura básica necessária, como calçamento, iluminação e distribuição de água, já que em algumas destas áreas, o despejo de esgotos é feito diretamente no Paraitinga ou em seus afluentes.

Recentemente foi inaugurada uma Estação de Tratamento de Esgoto na cidade com vistas a diminuir a poluição do Paraitinga e melhorar a captação de dejetos sólidos, porém não podemos apontar seus resultados, pois a mesma ainda se encontra em processo de implantação.

Com a tendência de sobre-valorização dos espaços da cidade devido ao desenvolvimento do turismo, a atuação dos promotores imobiliários pode ser acentuada e já demonstram alguns sinais que estes agentes poderão ter uma atuação decisiva em curto tempo, como podemos perceber com a alta constante do preço dos alugueis na cidade, no preço dos imóveis e propriedades locais.

Um indicador que pode ser considerado um sinal desta tendência de aumento da importância do agente imobiliário no município, é a crescente do número de imobiliárias existentes na cidade.

Até o final da década de 1980, a cidade possuía apenas uma imobiliária, de propriedade de Pedro Bilard. De 1990 para cá podemos apontar um crescimento considerável no número de imobiliárias na cidade, mesmo com o fechamento da antiga imobiliária, com abertura de 4 novos estabelecimentos, a Imobiliária Almeida, a Herculano Imóveis, a Imobiliária Colonial e a Imobiliária do Galhardão, um agente autorizado pelo CRECI, mas que não possui um estabelecimento comercial aberto ao público.

Outro ponto que nos auxilia a justificar este aumento, intimamente relacionado ao aumento da demanda turística local, é o aluguel das residências para curtas temporadas, geralmente nas festas mais populares, onde os moradores se retiram de sua moradia com o objetivo de conseguir um dinheiro extra nestas datas. A título de exemplo, uma casa com 3 quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro, onde ficam aproximadamente 10 pessoas, no Carnaval foi alugada para os quatro dias de festa por R\$1.200,00 (US\$ 537,72). Segundo o proprietário José Carlos Monteiro¹⁸, é mais rentável alugar para turistas nas festas, pois o valor alcançado é equivalente a aproximadamente 5 meses de aluguel.

¹⁸ Preço conseguido com uma consulta realizada diretamente com o proprietário durante o Carnaval de 2005.

A atuação dos agentes imobiliários nos lugares turísticos pode se dar pela incorporação imobiliária ou pela exploração do imóvel propriamente dito, por meio de sua locação/venda ou transformando esse imóvel em espaços destinados às atividades de serviços como hotéis, pousadas, cafés, restaurantes etc.. Segundo Rodrigues (1996, p.59),

“(...) estão entre os agentes os moradores nativos que alugam suas casas em temporadas, que mudam suas atividades e passam a ser, como já dito, guias turísticos ou trabalham em embarcações ou como serventes de pedreiros nas novas edificações ou ainda na prestação de serviços nos hotéis ou como caseiros em casas de segunda residência(...)”.

Os grupos sociais excluídos ocupando áreas periféricas impróprias, principalmente o Morro do Cruzeiro, tem uma atuação mais forte, afetando de forma considerável o entorno do Centro Histórico local. Com esta expansão urbana no entorno do Centro Histórico, a fisionomia da cidade vem sendo transformada, já que a vegetação natural, hoje composta por pastagens, vem perdendo espaço para as construções. Devemos salientar que esta ocupação do entorno é incentivada pelo próprio poder público local, reflexo da inexistência de uma política de ocupação e organização dos espaços da cidade. As mudanças que vêm ocorrendo no entorno não estão afetando a estrutura do Centro Histórico, mas sim o conjunto paisagístico da cidade.

Temos que destacar a atuação da Igreja Católica na organização dos espaços da cidade. Em uma reportagem publicada na Folha de São Paulo, intitulada, *“Festa do Divino leva o povo às ruas de São L. do Paraitinga”* fica exposto o quanto pesa a atuação da igreja na organização dos espaços locais.

De acordo com a reportagem estão sendo inauguradas pousadas na cidade, visando atender a demanda que para lá se dirige nas festas religiosas.: *“(...) este ano, a cidade livrou-se de um inconveniente que afastava o turista: a penúria da acomodação. Além do hotel que já existia, inaugurou ao menos duas pousadas confortáveis (...)”* (Folha de São Paulo, maio de 2001, p. F10).

Atualmente a cidade possui 10 estabelecimentos destinados à hospedagem, sendo que um deles não está aberto ao público, a Hospedaria Núcleo Santa Virgínia, um estabelecimento localizado no Parque Estadual da Serra do Mar destinado a pesquisadores e instituições, comportando 35 pessoas. Já os estabelecimentos comerciais são em 9, comportando aproximadamente 375 pessoas em seus leitos. Comparando com uma cidade turística do porte de Campos do Jordão-SP por exemplo, estes números são pequenos, mas para uma cidade que há 5 anos atrás ressentia da carência de acomodações, esse número passa a ter uma grande importância, pois aumentou consideravelmente a capacidade de hospedagem.

Podemos apontar uma relação muito tênue entre o turismo e o patrimônio cultural local, ligada aos rituais litúrgicos da Igreja Católica. Esta relação é confirmada pela atração que estas celebrações exercem, influenciando na organização dos espaços locais, já que atraem um elevado número de fiéis nas festas mais famosas, como a Festa do Divino. A melhoria realizada no entorno da Igreja do Rosário, na gestão do Prefeito Luis do Paulo Mariano (1993-1997), com a reforma do Largo do Rosário e do Largo do Teatro, melhorias estas, feitas para a execução de seus rituais litúrgicos, é um bom exemplo da indução da igreja na organização territorial da cidade.

Atualmente esse espaço está abandonado pelo poder público local, pois, mesmo tratando-se de um dos cartões postais da cidade, os canteiros estão sem a decoração vegetal, deixando a céu aberto algumas tubulações de coleta e distribuição de água, os bancos da praça estão quebrados, os postes de iluminação estão sem lâmpadas, alguns postes inclusive já foram derrubados. Este abandono mostra uma certa contradição na gestão do patrimônio local e do desenvolvimento do turismo, já que um dos pilares de sustentação deste turismo é a memória do café materializada nas formas da cidade.

Na celebração do *Corpus Christie*, é realizada uma procissão que sai da Igreja Matriz e circula pelo Centro Histórico, com as ruas enfeitadas por um tapete desenhado no chão, até a chegada na Igreja do Rosário. Dentro dos rituais litúrgicos, esta procissão é realizada 15 dias após o *Pentecostes*, se tratando do único dia que o

Santíssimo Sacramento é retirado da igreja para circular pelas ruas da cidade. Esta procissão termina com uma missa campal nos arredores do Rosário¹⁹.

A igreja acabou atuando como um importante agente na produção do espaço, induzindo ações de urbanização por meio da construção de templos na periferia, como por exemplo quando da construção da Igreja de São Benedito, localizada no bairro de mesmo nome. Esta área só foi de fato ocupada e começou a ser urbanizada pela prefeitura local após o término dessa construção, finalizada em meados da década de 1980, inaugurada no dia 26/08/1985. Hoje o bairro está praticamente urbanizado e continua crescendo.

Como define Rosendahl (1999, p. 74), em um trabalho que analisa a relação entre a religiosidade e a formação espacial: “(...) *o poder religioso redimensiona o econômico, o público, e o social na vila, afetando conseqüentemente a sua organização espacial*”. A Igreja Católica, predominante no município, apesar de ser uma agente de produção do espaço, não atua como um agente imobiliário, mas sim, como uma indutora de ocupação por meio de suas ações.

Os agentes responsáveis pela (re)produção do espaço criam e recriam formas espaciais. Estas, dentro da dinâmica social, vão, permanentemente, adquirindo novas funções. Assim, a organização espacial do presente acaba agindo sobre o futuro, o que Santos (1985) chamou de *inércia dinâmica*. Dentro desta metamorfose constante, com um intenso desenvolvimento tecnológico, as possibilidades de reorganização do território aumentaram e os lugares passaram a receber novos valores e a desempenhar novas funções, ainda que por curto período de tempo. Uma área de patrimônio pode ser vista com um exemplo muito elucidativo, pois é uma área que deve ser preservada em termos formais, mas estar apta a ser enquadrada em uma nova dinâmica destinada ao turismo por meio de intervenções.

Em um núcleo urbano composto por um patrimônio arquitetônico, com imóveis de séculos e décadas passadas, o processo de refuncionalização está sempre em aberto, dependendo de eventos internos e externos ao lugar. Quando a atividade

¹⁹ Apesar desta procissão ser considerada um atrativo turístico importante, esta celebração está suspensa no momento e teve seus caminhos e rituais alterados pela igreja, uma mudança de caráter momentâneo segundo representantes da igreja local.

turística começou a tomar corpo enquanto atividade econômica e vetor de desenvolvimento no Brasil, estas áreas começaram a ser transformadas em pontos de atração populacional, sofrendo intervenções urbanas e sendo refuncionalizadas.

Muitos sítios com patrimônio histórico arquitetônico de cidades brasileiras vêm sendo refuncionalizados para o uso turístico. Vale ressaltar que, de uma maneira geral, estas refuncionalizações em inúmeras cidades seguem o mesmo modelo, fundindo o tradicional – os bens tombados –, aos novos usos e funções.

Corrêa (1999) destaca que esse processo de refuncionalização ocorre em todas as escalas e dimensões, porém com velocidades variáveis. Segundo o autor, existem locais em que as formas estão mais cristalizadas, sendo difícil qualquer mudança. O processo de refuncionalização destas áreas geralmente é mais lento, mas não deixa de ocorrer. Porém, outras áreas têm uma refuncionalização acelerada. Para Baudrillard (2000), com a evolução material, a funcionalidade de um objeto atualmente se tornou difusa, variando com o processo e com a estrutura em questão.

Em São Luiz do Paraitinga este processo ainda está no início e não podemos afirmar quais serão seus resultados, mas já temos indícios de que seguirá o rumo já trilhado por outras cidades voltadas ao desenvolvimento do turismo.

Ao ser questionado a respeito de uma valorização dos espaços da cidade por meio do turismo, o Secretário de Turismo Municipal Eduardo Valente Júnior, 53 anos, paulistano, gerente do Banco do Brasil aposentado, afirma:

“(...) não tem sido feito nenhum trabalho neste sentido, a gente sabe que isso é uma coisa inevitável. (...) a especulação imobiliária é inevitável, vai acontecer mesmo, isso aí numa cidade pequena, os espaços são poucos e o pessoal vai inflacionar, vamos fazer o quê?”

Pela declaração do Secretário, podemos afirmar que a refuncionalização do patrimônio local está sendo feita sem estudos mais sérios e criteriosos, muitas vezes, copiando modelos e estratégias de outras cidades que podem não dar os mesmos resultados em São Luiz do Paraitinga. Devemos salientar que esta reprodução de projetos é incentivada pelo próprio Condephaat.

Pelo depoimento do atual prefeito, Danilo José de Toledo, 45 anos, luizense, advogado, ele está tentando implantar o modelo de gestão do patrimônio adotado pela prefeitura de Santana do Parnaíba-SP: “(...) *estou pensando em seguir o modelo de Santana do Parnaíba-SP, se o cidadão não reformar o imóvel tombado a prefeitura realiza essa reforma e cobra a título de contribuição de melhoria (...)*”, coisa que não foi concretizada até o presente momento, nem as reformas e nem a cópia do modelo sugerido.

Para compreendermos a produção do espaço em sua dinâmica, utilizamos as categorias de análise²⁰ propostas inicialmente, que são a forma, a função, a estrutura e o processo, sempre as considerando dentro de uma relação dialética (Santos, 1986).

A forma é o aspecto visível do espaço, formando, isoladamente ou em conjunto, um padrão espacial. Ao considerarmos a forma espacial isoladamente abrangeríamos somente sua aparência, deixando de lado sua essência e as possíveis relações entre essência e aparência (Corrêa, 1998). Ao pensar a organização do território das cidades, trabalhando a forma de maneira autônoma com relação ao restante da cidade, o território seria reorganizado de modo que as aspirações sociais estariam relegadas ao segundo plano, pois as formas per si seriam vistas como mais importantes. Em áreas de patrimônio onde a refuncionalização está pautada em intervenções urbanas, um fato comum é sobre-valorizar as formas em favor da sua transformação em mercadoria. Temos um número ilimitado de exemplos, destacando a refuncionalização do Pelourinho, em Salvador, Bahia²¹.

A significação das formas é sempre relativa, como podemos perceber analisando as formas que compõem uma área destinada ao desenvolvimento do turismo.

²⁰ Quanto as referencias relacionadas às formas-conteúdo e às categorias de análise do espaço geográfico, estamos considerando as propostas de método desenvolvida por Lefebvre (1978), Corrêa (1998) e Santos (2002).

²¹ Ao passar pela recuperação de seu patrimônio histórico arquitetônico, foram expulsos os habitantes que viviam no local, instalando novos usos e serviços nos imóveis recuperados em prol dos interesses das classes dominantes, extinguindo atividades tradicionais e cotidianas da população local. Como bem definido por Azevedo (1994, p. 131-137) “(...) o Pelourinho se transformou em um cenário. Aquele bairro onde se sentia a velha Salvador aparece hoje como um teatro onde se representa Salvador para turistas. (...) a obra que fizeram no Pelourinho tem o insofismável mérito de ter salvo o bairro; o defeito de ter feito isto sem delicadeza nem criatividade; e o pecado de ter querido impor a um pedaço da cidade uma vida anti-natural”.

Cria-se uma forma voltada a esta atividade, com um forte apelo simbólico, muitas vezes descoladas da realidade local, mas, realçando a estética destas mesmas formas, arquitetônicas ou naturais, para atrair o olhar dos turistas. Em São Luiz do Paraitinga o poder público tem criado uma série de eventos esporádicos que acabam mascarando os problemas sociais existentes na cidade, que passou a ser vista como um território de festas, de música e dança. Porém, quando o turista vai embora, a cidade cai na realidade e volta a ser pacata, com pouca agitação, pouca gente circulando e, o mais importante, com poucas condições de melhorias econômicas e sociais para a maioria de sua população²².

Assim podemos confirmar a posição de Lefebvre (1978, p.108) que atribui uma dupla existência às formas, uma existência mental e uma existência social, apontando que a forma possui uma existência dupla. Assim, por meio das formas-conteúdo compreendemos a estrutura social. Com uma nova estrutura social se impondo ao uso do território, as formas pretéritas são refuncionalizadas, participando de arranjos espaciais mais ou menos excludentes.

Por possuir um conteúdo que é social, as diferenças sociais podem, e geralmente são, percebidas nas formas da cidade. Por isso a refuncionalização de velhas formas podem ser traduzidas como mudanças estruturais da sociedade (Santos, 2002).

Maffesoli (1999) faz uma consideração importante a respeito dos conteúdos das formas, do sentido que estas possuem perante a sociedade. Para ele, a cidade através de suas formas apresenta uma organização construída e utilizada devido a uma sucessão de emoções, hábitos, trajetos e encenações que podem ser materiais ou imateriais. *“Os movimentos do passeio, ou os do trabalho, a agitação do tráfego, e a do consumo, os fluxos lúdicos ou profissionais constituem um ambiente específico, espécie de caldo de cultura onde tudo pode acontecer”* (p.95).

Assim, podemos afirmar que a forma sem função é uma entidade vazia, sem vida. A forma só passa a ser considerada forma-conteúdo após o contato com as

²² São Luiz do Paraitinga apresentou em 2000 um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,754 (SEADE-2004) o que o classificou no ranking dos municípios do Estado de São Paulo na 516 posição (SEADE-2004).

ações da sociedade. A forma per si é somente um objeto; mas o objeto sendo utilizado, produzido e produzindo, se torna mercadoria e passa a fazer parte da sociedade (Lefebvre, 1970, p.131). Santos (2002), concordando com Lefebvre, afirma que a forma só é relevante quando a ela é dado um valor social, ligado à estrutura do momento.

Com as considerações anteriores a respeito da forma, podemos dizer que a função é o papel ou atividade desempenhada pelo objeto criado (forma), como por exemplo o lazer, as compras, funções associadas à casa, ao bairro, enfim, à cidade e a rede urbana, se tornando impossível analisarmos o espaço separando forma e função (Corrêa, 1998).

Baudrillard (2000) trabalha as funções como a parte subjetiva da forma. Para ele, por assumirem uma função subjetiva, quando em contato com a sociedade, as formas possuem funções a serem descobertas, pois: *“(..) os objetos têm, assim – os móveis especialmente – além de sua função prática, uma função primordial de vaso, que pertence ao imaginário e a que corresponde sua receptividade psicológica”* (p. 33). Baudrillard tem razão ao afirmar a subjetividade das funções que são atribuídas às formas, pois por possuírem uma relação dialética com a sociedade estas funções estão sempre sendo alteradas e redescobertas.

Classificando a função como o lado subjetivo da forma, em uma área de patrimônio a relação forma-função ganha relevância. Por assumir um caráter de subjetividade, a relação forma-função está sempre mudando e adquirindo novos contornos, originando novas *formas-conteúdo*. O patrimônio arquitetônico de São Luiz do Paraitinga, inicialmente destinado à residência, com a possibilidade de implantação das atividades do turismo passou a exercer uma nova função, servindo de suporte para a espetacularização do patrimônio cultural local, o que se confirma com as intervenções urbanas que vem sendo realizadas no Centro Histórico da cidade.

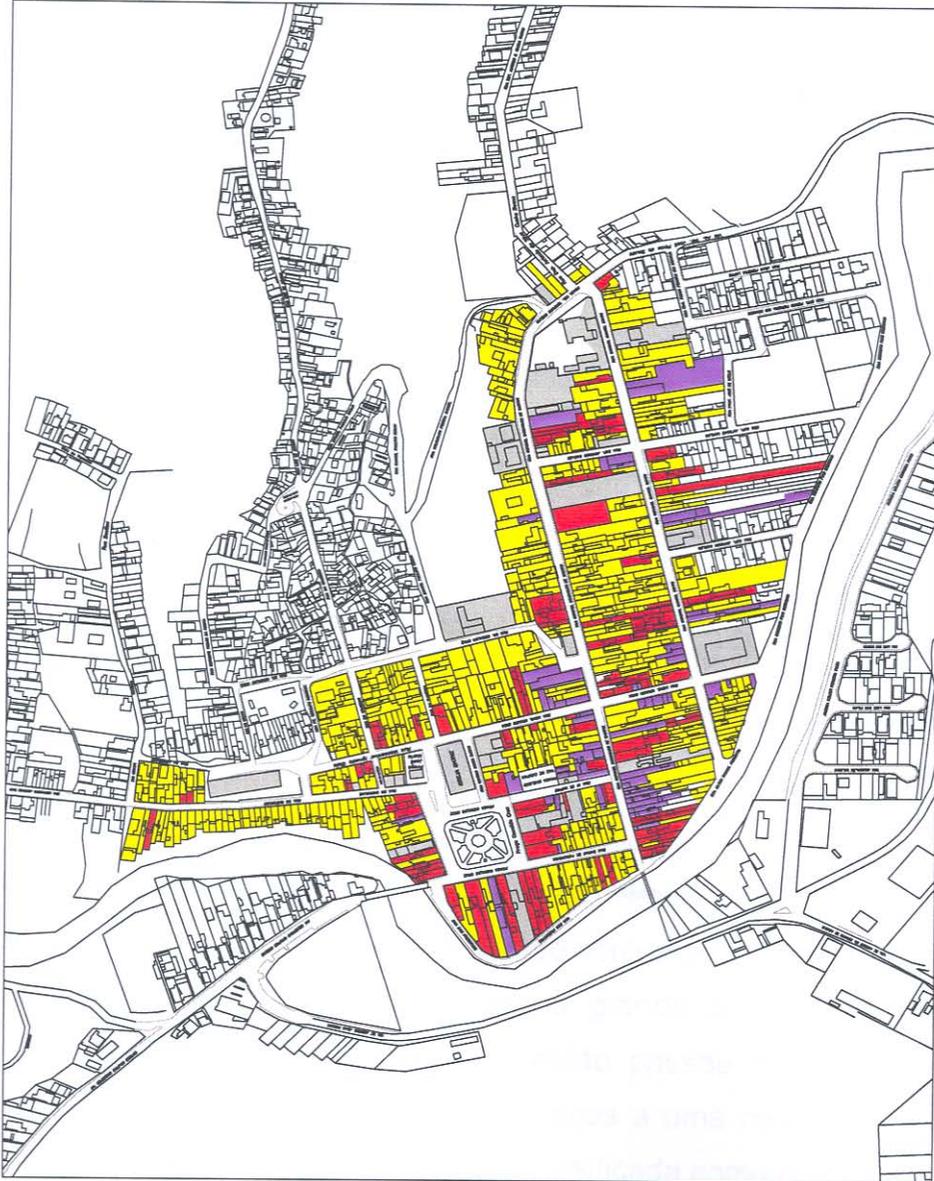
Este patrimônio vem passando a sobrepor funções, servindo, a partir de agora, de cenário e de residência. Mesmo preservando suas formas materiais e seu uso para a moradia, sua estética em destaque retira subjetivamente esta sua condição de estrutura básica do território para se tornar um cenário que nos remeta ao período da cafeicultura no Vale do Paraíba, mesmo que de uma forma muito superficial.

O processo de refuncionalização do patrimônio de São Luiz do Paraitinga nos apresenta uma peculiaridade interessante, nos possibilitando afirmar que esta refuncionalização se dá sobrepondo funções sem eliminar a função anterior. A maioria dos imóveis tombados em 1982, continuam tendo os mesmos usos em 2005, com pequenas alterações (FIGURA 3). De 1982 em diante, nenhum imóvel tombado foi transformado em pousada ou centro cultural por exemplo, desalojando famílias, coisa comum em sítios urbanos com patrimônio histórico arquitetônico.

Aqui cabe uma colocação a respeito da diferença existente entre a função e o uso que podem ser dados ao patrimônio arquitetônico. Em São Luiz do Paraitinga podemos afirmar que atualmente a função do patrimônio arquitetônico é de cenário, atração, porém seus usos continuam sendo os mesmos, de moradia e misto, caracterizado por casas no andar superior e comércio no piso inferior (FIGURA 3). Para o patrimônio imaterial podemos apontar as mesmas diferenças, aonde, o que era uma atividade cotidiana religiosa, como a Festa do Divino e seus rituais, tornou-se um espetáculo. Para a população local os usos destas celebrações continuam sendo os mesmos, a devoção ao santo e o exercício da fé, porém, para o turista é um atrativo pitoresco e peculiar.

Ao analisarmos a relação recíproca e contraditória entre forma e função, podemos afirmar que estrutura está ligada ao modo como os objetos estão organizados, se referindo à maneira como estão inter-relacionados entre si (Corrêa, 1998, p.77). Assim os artefatos culturais são formas cristalizadas em um determinado período histórico, com funções condizentes com a estrutura social a partir da qual estas formas foram construídas. Já o processo implica *“uma estrutura em seu movimento de transformação”* (Corrêa, 1998, p.77).

Mapa de uso do solo do centro histórico de São Luiz do Paraitinga, 2005



- Legenda
- Residência
 - Comércio e serviços
 - Institucional
 - Uso misto



Organizador: Carlos Miroto Prado Santos
Melissa Ramos da Silva Oliveira
Data: 11/10/2005
Base cartográfica: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, 2002.
Fonte: Trabalho de Campo, 2004

Ao analisarmos o espaço devemos considerar conjuntamente a forma, a função, a estrutura e o processo, de modo a permitir a compreensão dos fenômenos sócio-espaciais em sua totalidade. A cidade, então, pode ser vista como uma inter-relação de processos espaciais, contraditórios e complementares entre si. O processo dá essa possibilidade à sociedade, criando e recriando lugares por meio de sua atuação e desenvolvimento.

Na interpretação dos usos atuais atribuídos ao patrimônio podemos enxergar as mudanças estruturais que o espaço sofre devido ao processo histórico e dinâmico da sociedade. São Luiz do Paraitinga, que teve, como a maioria das cidades brasileiras, seu patrimônio preservado devido ao longo período que ficou a margem do desenvolvimento econômico e das concepções modernizantes do desenvolvimento urbano, não sofreu muitas transformações no seu território devido a essa condição de marginalidade econômica, e não porque se pensava na preservação do patrimônio enquanto atrativo turístico, hoje visão predominante entre os administradores locais.

Para o Monsenhor Tarcisio de Castro Moura, 89, luizense, pároco local aposentado, ao ser questionado sobre a ausência de projetos voltados à conscientização da população a respeito do valor de seu patrimônio, afirma:

“(...) Não tem nada a respeito da preservação do patrimônio aqui, não tem nada, o povo não sabe de nada, o patrimônio ficou preservado por acaso, agora veio o Condephaat e muita gente tomou na cabeça, não pode arrumar mexer em nada, e depois o Condephaat não toma os cuidados (...)”.

Quando o Estado tombou este patrimônio este espaço foi revestido por um novo sentido e abriu caminho para sua preservação. Com a valorização do entretenimento, em especial do turismo, uma atitude contestada no início da década de 1980, o tombamento passou a ser visto como a grande saída para melhorar as condições de vida na cidade, que a partir de então passou a ser direcionada ao

desenvolvimento do turismo. Isso só é possível graças a uma mudança estrutural na dinâmica econômica e social desta cidade, antes classificada como morta²³.

Hoje, São Luiz do Paraitinga, seguindo uma tendência global, vem buscando entrar no circuito turístico nacional, tendo como base de apoio seu patrimônio cultural. Como nas demais cidades, o poder público partiu para uma série de intervenções em seu conjunto arquitetônico tombado, negligenciando a dinâmica social cotidiana deste lugar.

Foram iniciadas uma série de intervenções urbanas na cidade, em áreas que sustentavam ricas práticas de sociabilidade local, como a Praça Oswaldo Cruz e o Mercado Municipal, sem levar em conta que estas áreas terão suas funções e seus usos cotidianos alterados, podendo desencadear um resultado inverso do esperado pelo poder público, ou seja, o desmantelamento de grande parte da expressão cultural local que, baseada em práticas cotidianas tradicionais – como os encontros e as conversas que se davam sob as sombras das árvores retiradas da praça – , que expressavam um modo de vida que funcionava também como um atrativo turístico do lugar.

Sua vida simples e pacata, as rodinhas de contadores de causos, o pouco movimento de automóveis e transeuntes, são tão atrativos ao turista dos grandes centros urbanos quanto uma procissão religiosa (FOTOS 5 e 6), mas são tradições locais negligenciadas pelo poder público local.

As procissões (FOTOS 5 e 6) têm sido um dos pontos da cultura popular local mais divulgados e trabalhados como suporte atrativo para o turismo. Devido a mão forte da Igreja elas ainda guardam os trajetos e os rituais litúrgicos de séculos passados, com poucas modificações. A Festa do Divino é celebrada na cidade há aproximadamente 220 anos, porém, com as mudanças que vêm sendo promovidas por meio das intervenções urbanas, alterando o traçado de algumas ruas e largos no Centro Histórico, elas podem ser afetadas e sofrer modificações.

²³ Monteiro Lobato, filho de uma grande latifundiário de Taubaté, em seus artigos publicados em periódicos estaduais no final do século XIX e início do XX, mais tarde organizados no livro *Cidades Mortas*, chama a atenção para estas cidades, prevendo que as mesmas estariam fadadas a morte econômica e social, pois com a crise na produção e no preço do café, estavam inviabilizadas de quaisquer possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico, como dizia o escritor, eram as cidades mortas do Alto Vale (Lobato, 1995).

Foto 5 – Procissão saindo da Igreja Matriz, década de 1930.



FONTE: Coleção Projeto Memória

Foto 6 – Procissão de encerramento da Festa do Divino Espírito Santo em 2003.



FONTE: www.paraitinga.com.br

A título de exemplos, o traçado da rua 31 de Março, da Praça Oswaldo Cruz e do Largo da Matriz foram alterados com as reformas realizadas no Centro Histórico, mudando o percurso realizado pelas procissões e pelos blocos carnavalescos, além de alterar o fluxo do trânsito com a interdição de um dos lados da praça Oswaldo Cruz que foi transformada em um calçadão, agora com as mesas dos bares.

Como destaca Fortuna (1997, p. 235), ao analisar as mudanças nas funções das manifestações culturais em Évora, Portugal, voltando-as ao entretenimento do turista, as imagens de uma cidade, expressas em suas manifestações culturais, vem sofrendo um processo de releitura, onde a tradição assume um novo código. Na cidade de São Luiz do Paraitinga temos uma peculiaridade na construção da sua imagem como um local onde prevalece o tradicional, pois apesar de ser uma construção simbólica ligada ao espaço da cidade, muito de suas formas e manifestações provém da zona rural, ligadas aos modos de vida do caipira. Temos uma construção simbólica onde as práticas cotidianas do campo condicionam as manifestações que se dão na cidade, já que na sua origem, São Luiz do Paraitinga foi uma cidade que nasceu em função da sua produção agropecuária.

É importante afirmar aqui que a refuncionalização territorial está, hoje, fortemente associada ao processo de refuncionalização da cultura que vem ganhando destaque nos lugares atrativos para o turismo. Ao partir para uma série de intervenções urbanas visando o desenvolvimento do turismo podemos afirmar que as práticas culturais específicas de cada território, assumem novos conteúdos e passam a ser incorporados como bens atrativos dos lugares.

“Estas novas formas da paisagem urbana, espetacularizadas pelo city marketing e pelo turismo, podem nos auxiliar a compreender as ideologias que azeitam a estrutura social dominante, assim como os processos que hoje estão incrustados na dinâmica dessas paisagens. Longe de considerá-las neutras, ou suportes inertes da ação social, estas paisagens nos enganam pela fetichização de suas formas” (Luchiari, 2005, p.9).

Desse modo, diferentemente do espaço geográfico, a paisagem é um conjunto de objetos reais concretos, a história congelada que participa da história viva. A paisagem pode ser considerada um resultado histórico acumulado, testemunhando uma sucessão de meios de trabalho. Enquanto materialidade, ela é destituída de condição de existência, é apenas uma abstração, mesmo sua realidade sendo histórica. Para Santos (1985) a paisagem é apenas uma parte do espaço geográfico. Um patrimônio arquitetônico pode auxiliar a enxergar a paisagem enquanto formas concretas e reais.

A valorização da paisagem de um patrimônio arquitetônico, imprime transformações nas suas formas e funções sociais. Áreas com patrimônio estão sendo escolhidas e sobrevalorizadas enquanto paisagens turísticas, porém é uma valorização às avessas, pois retira destas paisagens grande parte de sua essência enquanto fragmento da sociedade, atribuindo valores que tendem a desvirtuar a verdadeira história deste patrimônio em benefício de interesses particulares.

Esta tendência contemporânea de refuncionalização dos territórios cria paisagens direcionadas ao consumo. Assim, podemos dizer que as formas influenciam o movimento da sociedade, na medida em que as determinações sociais levam em conta essas heranças do passado, as chamadas *rugosidades* (Santos, 1978). As formas herdadas do passado, as *rugosidades*, trazem para o presente os traços e as características de um tempo pretérito, revelando combinações que exercem uma grande influência na determinação dos eventos atuais.

São formas que se encontram a espera de novas funções necessárias à sociedade atual. Ao atribuir novas funções às formas, o movimento da sociedade reorganiza o espaço. *“Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas – tornadas assim, formas-conteúdo – podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço”* (Santos, 2002, p.106). A cada movimento da sociedade, um novo conteúdo e novas formas são atribuídos aos lugares, que passam a ser mais diversificados e renovados.

Assim, podemos afirmar que a refuncionalização turística do patrimônio arquitetônico, por estar baseada nas formas herdadas do passado, as *rugosidades*, é seletiva, escolhendo os lugares mais aptos a acolher tais atividades em função desta

herança, que pode ser material ou imaterial. Com base nesta seletividade, os projetos de desenvolvimento turístico escolhem os lugares mais atrativos, desenvolvendo aí, uma territorialidade **do** e **para** o turismo. Nesta refuncionalização turística são selecionados os melhores lugares, a partir daí, tomados de assalto por investimentos externos.

Como destaca Luchiari (2002, p. 40) ao analisar a mercantilização das paisagens naturais, mas que podemos apontar o mesmo processo para as cidades,

“(...) o lugar não é visto, vivido ou compartilhado. Deles são selecionados um conjunto de pontos atrativos que constroem uma narrativa artificial do lugar. Em torno destes produtos ocorre, então, a reprodução de modelos urbanos que participam de uma refuncionalização fragmentada da cidade, e de uma valorização do solo que imprime ao território um uso seletivo”.

Com a tendência de refuncionalização do espaço das cidades pautado na espetacularização do patrimônio cultural e arquitetônico, somos levados a questionar o verdadeiro intuito que sustenta este processo de intervenção urbana. Até que ponto as novas formas de organização sócio-espacial, influenciadas pelo consumo, tem auxiliado na refuncionalização destes lugares enquanto um espaço coletivo e de exercício da cidadania?

Devemos destacar que o juízo de valor do observador pesa muito na definição das formas e funções do patrimônio. Para o turista trata-se de uma bela paisagem, com casas e casarões antigos, um belo cenário histórico e cultural, porém como foi levantado anteriormente, para o morador pode se tratar de um empecilho ao desenvolvimento urbano local.

Neste contexto de mudanças no valor do patrimônio em função da valorização turística a preservação, enquanto prática social, fica em segundo plano. Ao pensarmos na preservação em função do uso turístico, um processo claro de mercantilização, percebemos o conflito entre o *valor de uso* e o *valor de troca* existentes nas práticas preservacionistas. A cidade se tornou um lugar de consumo e ao mesmo tempo consumível, e seu *valor de uso* vem sendo substituído por seu *valor de troca* (Harvey, 1998).

Com todo o destaque que vem sendo atribuído ao patrimônio, objeto de refuncionalização em inúmeras cidades, é importante ressaltar a importância do processo de construção do patrimônio enquanto representação simbólica da história reproduzindo a divisão sócio-espacial existente.

Ao forjar símbolos e signos apoiados na herança do patrimônio cultural com o objetivo do entretenimento, estes símbolos estão fadados ao desaparecimento, pois os mesmos são impostos de cima para baixo (Smith, 1994, p.191). É claro que estes símbolos podem se afirmar enquanto tal, mas ainda assim, temos que ter a anuência das camadas populares, e, geralmente, um fluxo considerável de investimentos econômicos, o que, em pouco tempo, pode descaracterizá-los criando um símbolo novo, muito próximo do anterior, mas ao mesmo tempo muito diferente em seus sentidos e funções enquanto práticas sociais, mesmo que suas formas aparentes sejam semelhantes.

Ao estudar um festival cultural realizado no México, com vistas a exaltar o patrimônio cultural local, Canclini (1994, p. 81), considera que, “(...) *o festival da cidade reproduz as segmentações e segregações da população, engendradas pela desigualdade de acesso ao capital, à educação e a distribuição residencial dos habitantes (...)*”. O patrimônio passa a ser submetido à dinâmica do mercado e da moda, onde seu valor de referencia histórica é subtraído em favor do consumo e do divertimento, transformando-se, de um objeto de culto a um objeto consumível.

Esta segmentação que acompanha a prática da preservação do patrimônio tem sido um problema de difícil solução no momento de delimitar o que deve ser preservado e por que motivo, isto deve ser preservado pelas políticas institucionais. O próprio ato do tombamento, uma norma jurídica voltada à preservação do patrimônio se dá de forma que esta segmentação fique exposta, valorizando o patrimônio de forma fragmentada e gerando um conflito de interesses e práticas, como podemos perceber pela delimitação do patrimônio de São Luiz do Paraitinga.

Mesmo sendo interessante para a sociedade luizense ficou claro este processo de diferenciação entre classes na escolha das obras que devem ser preservadas. No processo de tombamento seu Centro Histórico foi dividido em zonas de proteção (FIGURA 1) que denotam uma tendência a se preocupar e a valorizar as áreas representativas para a elite econômica dominante, haja vista a diferença entre zonas de preservação, dando prioridade ao centro em relação ao seu entorno, composto por obras vernaculares e pela formação vegetal, já bastante transformado.

Para o morador Benito Campos, 53 anos, artesão local, a ineficiência e a contradição das práticas preservacionistas adotadas para São Luiz do Paraitinga são claras, acarretando na descaracterização de todo o entorno da cidade:

“(...) o entorno já está bem detonado, vem sendo ocupado de forma desordenada. (...) essa preocupação só com o centro histórico não resolve, tem que pensar no entorno, é só montanhas, mas mesmo assim eles estão construindo, não adianta preservar somente os casarões que pertenciam aos Barões do Café, só cuidam da Rua Barão (...)”, questiona o artesão.

O entorno do Centro Histórico, por não ser considerada uma área nobre, tanto do ponto de vista das obras aí localizadas, quanto sócio-econômico, vem tendo problemas na sua manutenção enquanto estrutura básica do território da cidade, incorrendo na sua completa descaracterização, em função da falta de uma política relacionada ao controle e organização da expansão urbana local. O Estado, via Condephaat, delimitou esta divisão com diferentes graus de preservação e isso acabou sendo uma medida que beneficiou a ocupação irregular e desordenada deste entorno, já que a legislação relacionada a esta área é mais flexível e acaba sendo sempre desrespeitada pelo próprio poder público local.

É interessante ressaltar que por meio desta divisão criou-se um sentimento de diferença entre os moradores locais que só valorizam o Centro Histórico, tratando com descaso seu entorno, conseqüentemente, não cobrando e fiscalizando o poder público quanto a sua manutenção. O poder público local utiliza esta simbologia para fazer o que bem entender no entorno da cidade, pois o centro está sempre bonito e arrumado, alegam os administradores locais.

Marly Rodrigues (2000), em *Imagens do Passado*, destaca esta mudança no valor simbólico do patrimônio interferindo na organização territorial. Segundo a pesquisadora, o universo simbólico do patrimônio passou a ser revestido de um caráter financeiro e mercadológico importante, com crescente influência na organização espacial das cidades. A preservação passou a ser vista como uma grande possibilidade de desenvolvimento sócio-econômico para estas cidades que passaram a investir na preservação, porém na maioria das vezes, associada a especulação e ao mercado imobiliário, todos amparados na retórica da revitalização.

Com esta crescente valorização, o patrimônio vem sendo trabalhado como uma obra à parte da cidade, um fragmento disperso e aleatório à sua dinâmica territorial, dificultando a sua preservação, sendo sempre enquadrado em políticas urbanísticas pontuais. Assim, como referência da história de um território e da sociedade e também como um possível vetor de desenvolvimento econômico, consideramos que o patrimônio arquitetônico faz parte da dinâmica das cidades e a sua preservação precisa ser tratada como uma questão de interesse comum entre os vários setores da sociedade no momento de se planejar sua gestão e sua organização.

Ao partirmos para a análise do patrimônio histórico arquitetônico e a sua relação com a refuncionalização do território na produção de lugares turísticos, torna-se necessário entendermos como se dá o processo de criação e desenvolvimento do patrimônio histórico no âmbito de suas instituições e suas políticas de preservação. As práticas e políticas de preservação estão em sintonia com as aspirações sociais do momento? Qual o papel desempenhado pelo Estado, passando pelas escalas municipal, estadual e federal, no desenvolvimento das políticas de preservação? As ações de preservação do patrimônio empreendidas até o presente momento tem dado bons resultados para a sociedade? Enfim, são estas indagações a respeito do desenvolvimento das práticas da preservação do patrimônio no contexto das políticas de planejamento e gestão das cidades, influenciadas pelo consumismo desenfreado, que serão o eixo principal do próximo capítulo, procurando relacionar o desenvolvimento deste processo com a criação e a refuncionalização do patrimônio de São Luiz do Paraitinga.

CAPÍTULO 3

Dos ideais românticos aos ideais econômicos, a preservação do patrimônio no Brasil

Algumas obras realizadas pelo homem vêm sendo preservadas pela sociedade desde a Antigüidade Clássica. Durante esse período foi importante a preservação do território do lugar, já que as construções não possuíam um significado simbólico-mítico e poderiam ser refeitas. Com a evolução da arquitetura, os edifícios adquiriram um valor simbólico e passaram a ser considerados sagrados, perpetuando-se a partir daí como símbolos culturais do passado (Meniconi, 1998). Já na Roma Antiga, os edifícios passaram a receber o nome de *monumentum*, termo utilizado para designar obras de caráter celebrativo que tinham por finalidade evocar e transmitir a memória de eventos ou personagens notáveis da história. Desde a Roma Antiga até o século XVIII a preocupação com os monumentos só aumentou.

Quando o cristianismo se tornou hegemônico no continente europeu, início do século XV, os papas passaram a se preocupar com a preservação, condenando a destruição dos monumentos restantes do Império Romano (Choay, 2001, p.56). A preocupação e a influência dos papas na preservação dos monumentos deu origem a uma nova visão de preservação, objetiva e dotada de medidas de proteção e restauração. Entre a segunda metade do século XVI e o segundo quartel do XVIII, período que surgiu o termo monumento histórico, as antiguidades se tornaram objeto de um grande esforço de conceituação e de inventário. Com a afirmação das idéias políticas e filosóficas iluministas, as obras de arte passaram a ser consideradas fontes de conhecimento e foi institucionalizada a preservação das pinturas, esculturas e objetos antigos (Choay, 2001).

A evolução do conceito e da prática de preservação do patrimônio durante o século XIX fez com que os monumentos históricos passassem a ser enquadrados em trabalhos efetivos de preservação e restauração, sendo criados e desenvolvidos na França em 1837, os conceitos e as instituições de tutela do patrimônio,

por meio da Comissão de Monumentos Históricos; esta comissão, organizou uma estrutura institucional voltada à prática da preservação, pautando-se na atuação do Estado como agente de tutela do patrimônio (Meniconi, 1998, p.50). Na passagem do século XIX para o XX, o Estado começou a ser questionado quanto as práticas de preservação adotadas até aquele momento, tendo suas ações questionadas devido sua ineficiência perante aos interesses e influências mercadológicas vigentes.

No século XX, o valor econômico do patrimônio passou a ser seu grande trunfo nas políticas de preservação. Contudo, como é bem frisado por Choay (2001), nas resoluções da assembléia de Icomos²⁴, realizada em 1964, onde foi redigida a *Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração dos Monumentos e dos Sítios*, o quadro teórico, metodológico e prático adotado no século XX, não mostrou uma evolução conceitual e prática, prevalecendo o caráter monumental do patrimônio, preservando somente o patrimônio edificado, geralmente, edifícios institucionais.

Apesar de todas as políticas e práticas voltadas à preservação do patrimônio, e, mesmo com a grande valorização econômica iniciada no final do século XIX, muito vêm se perdendo em termos de bens, sejam eles móveis ou imóveis, onde interesses particulares e do poder público acabam prevalecendo, principalmente em favor dos especuladores imobiliários. Em vários países do mundo, uma série de medidas voltadas à tutela e à preservação do patrimônio foram e continuam sendo desenvolvidas. O Brasil, por sua vez, influenciado por idéias externas, passou, a partir do primeiro quartel do século XX, a formular e a desenvolver sua política própria de preservação patrimonial.

A preservação do patrimônio histórico no Brasil começou a ser pensada no início do século XX sob influência dos intelectuais do Movimento Modernista, marcado pela realização da Semana de Arte Moderna de 1922. Durante este período podemos destacar a criação do Museu Histórico Nacional, homologado pelo Congresso Nacional em 1922, ficando sob a direção de Gustavo Barroso.

Sob as influencias do Modernismo iniciou-se a construção de uma política de preservação do patrimônio histórico brasileiro, culminando com a

²⁴ Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, sigla inglesa criada em 1964 sob recomendação da Unesco.

promulgação do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão responsável pela política de preservação dos monumentos e obras relevantes à memória nacional, instituindo o tombamento²⁵ como o meio principal de preservação (Kersten, 2000). Desde o início, o Estado sempre foi considerado o responsável pela preservação do patrimônio nacional.

A política de preservação deste período foi amparada em ideais românticos e era vista como uma questão de intelectuais da elite, não como um exercício da cidadania, muito menos uma questão de interesse popular e econômico. Foi um período de grande nacionalismo, valorização estética e de legitimação das instituições responsáveis pela questão patrimonial, onde, “(...) a atuação do SPHAN, na medida em que se apresentava como uma questão eminentemente técnica, (...) era vista como elitista, pouco representativa da pluralidade cultural brasileira (...)” (Fonseca, 1996, p. 155).

A política de preservação desenvolvida no Brasil é contraditória e excludente desde seu nascimento, não incluindo a sociedade em sua totalidade, mas poucos intelectuais e o Estado, cenário que vem apresentando mudanças nas últimas décadas com a crescente valorização das obras vernaculares.

Apesar das críticas e dos equívocos, temos que reconhecer que foi um período muito importante no desenvolvimento das instituições e políticas relacionadas ao conhecimento e preservação do patrimônio nacional, realizando inventários e tombamentos que garantiram a manutenção de uma série de obras relevantes à história do Brasil, tomando como símbolo emblemático deste período a cidade de Ouro Preto²⁶, tombada em 1933 pelo SPHAN. Não podemos deixar de destacar que foi uma época em que a preservação era movida pela paixão pessoal dos interessados, já que o recurso financeiro praticamente inexistia.

²⁵ O Decreto-lei 25/37 normatizou a atividade de preservação delimitando os direitos individuais de propriedade sobre coisas móveis e imóveis. O tombamento ficou definido como o instituto jurídico por meio do qual o poder público poderá determinar o que será preservado enquanto patrimônio (Kersten, 2000). Essa prática de preservação gerou e continua gerando uma série de discussões quanto ao direito de propriedade de um imóvel tombado, questão ainda distante de ter uma resolução satisfatória.

²⁶ Em 1933, mediante o Decreto-lei nº 22.928, a cidade de Ouro Preto foi transformada em monumento nacional.

Com a promulgação da Constituição de 1946 o SPHAN foi transformado em diretoria, passando a se chamar DPHAN. Após a morte de seu presidente e idealizador, Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1969, o DPHAN passou por uma considerável reestruturação administrativa e foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sigla que sofreu mudanças durante o tempo, mas que voltou a ser a mesma em meados de 1990.

Nas décadas de 1950 e 1960, um dos maiores problemas enfrentados para a preservação do patrimônio foi a manutenção e a reutilização das obras tombadas. Com os impactos da modernização os centros urbanos passaram a se expandir e a se adensar, e a especulação imobiliária aumentou de forma considerável, trazendo sérios problemas para a preservação de imóveis localizados em áreas urbanas em processo crescente de valorização do solo. Como bem define Fonseca (1996, p.155):

“(...) o trabalho do SPHAN que havia alcançado, no final dos anos 60, pouca visibilidade social, além de, desde os anos 50, com a industrialização e a difusão dos valores do desenvolvimento e da modernização, ficar mais aguda a distância entre o que então era apresentado como os interesses da nação – expressos em termos de metas econômicas – e os valores culturais que o SPHAN se propunha a preservar”.

Em finais dos anos 1960 a política adotada pelo IPHAN foi considerada ineficiente aos novos tempos, pois não trabalhava a gestão dos bens culturais em conjunto com os imperativos da economia. Procurando enquadrar-se nas aspirações do momento, o órgão passou a tomar algumas medidas neste sentido, recorrendo ao apoio da UNESCO para buscar a modernização de suas ações. Nesta onda de modernização²⁷, em 1973 foi criado o Programa Cidades Históricas (PCH), junto a Secretaria do Planejamento (Seplan), procurando dar rentabilidade econômica à preservação, assim como garantir seus benefícios sociais. Neste período tivemos a realização de dois encontros entre governadores, um em Brasília em 1970, e outro em

²⁷ Essa perspectiva modernizadora foi também a que inspirou a criação, em 1975, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que deveria fazer uma revisão crítica conceitual dos trabalhos de preservação do patrimônio (Fonseca, 1996, p. 156). Em 1979 o CNRC foi integrado à Fundação Nacional Pró-Memória.

Salvador em 1972, tendo como ponto central das discussões a descentralização da gestão do patrimônio.

A partir deste momento, juntamente com a idéia de descentralizar a preservação do patrimônio, o conceito foi ampliado e passou a ser utilizado o termo patrimônio cultural, passando a trabalhar a preservação dos bens móveis em conjunto com os bens imóveis. Segundo a arquiteta Denise Madsen Melo (1998, p. 30), ao analisar o desenvolvimento da política de preservação brasileira:

“(...) o novo conceito adotado acompanhou a tendência internacional de valorização da cultura e da arquitetura vernacular. Passou-se a admitir o pluralismo ideológico na determinação das políticas de preservação. Iniciou-se uma descentralização da preservação e do reconhecimento da diversidade e historicidade dos bens culturais”.

A partir de 1980, em um imenso clima de democratização social do País com o final do regime militar, iniciou-se uma discussão acerca da inclusão da sociedade nas políticas preservacionistas. A preservação passou a ter seu contraponto apoiado na expulsão das comunidades tradicionais que viviam em áreas em processo de tombamento, criando uma grande contradição no sentido da preservação patrimonial. *Para quem eram tombados, para que eram tombados*, os monumentos, edifícios e obras de arte existentes na cidade e fora dela, passaram a ser perguntas freqüentes nas discussões entre os responsáveis por essa prática. Passou-se a discutir a função social do tombamento, mesmo que de uma forma tímida e discreta, pois os imperativos econômicos e mercadológicos também passaram a ser questões presentes e primordiais nestas discussões.

Devido às pressões populares e de alguns intelectuais, a promulgação da Constituição Federal em 1988 deu força à atuação municipal nas políticas de preservação através do Artigo 216²⁸. Então os órgãos responsáveis pela preservação passaram a pensar em trabalhos voltados à comunidade.

²⁸ “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de investimentos, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Brasil, 1996, Art. 216, V, § 1).

“Em resumo, a Constituição Federal de 1988 contribuiu consideravelmente para a formação de uma mentalidade empreendedora e visionária quanto às políticas de preservação que, contudo, ainda devem ser complementadas pela legislação ordinária, possibilitando sua efetivação” (Brasileiro, 2001, p. 121).

Com a promulgação da Constituição de 1988, e com a crescente democratização social do País, o poder de controle do patrimônio começou a ser descentralizado. O texto publicado na Constituição Federal de 1988 referente à preservação do patrimônio histórico arquitetônico brasileiro, estabeleceu que os municípios têm a responsabilidade de proteger o patrimônio histórico local, observada a legislação e a ação fiscalizadora estadual e federal. Portanto, se tratou de uma medida contraditória pois, mesmo fortalecendo juridicamente o poder público na esfera municipal, o município não assumiu por completo o controle de seu patrimônio, ficando sujeito às decisões das esferas estadual e federal, onde se tem o controle dos recursos financeiros e técnicos.

O arquiteto Nestor Goulart Reis Filho (1995), em uma análise do quadro da arquitetura no Brasil, chama a atenção para a ineficiência das políticas de preservação por estas estarem vinculadas à escala federal. Devido a proteção do patrimônio ficar sob a tutela do Governo Federal, um bom número de obras de interesse regional estão abandonadas. As obras referentes à economia do café no Vale do Paraíba do Sul, Estado de São Paulo por exemplo, estão desaparecendo de forma sistemática e acelerada, despertando grande preocupação na sociedade e nas instituições responsáveis, normalmente sem recursos financeiros para atuar na área em processo de deterioração.

São Luiz do Paraitinga não fugiu a regra e pode ser enquadrado na afirmação de Reis Filho (1995), tendo seu patrimônio destruído gradativamente devido a falta de recursos financeiros, o que se espera que diminua com a elevação da cidade a condição de Estância Turística do Estado, atraindo recursos financeiros ao município. Benito Campos, 52 anos, aponta o descompasso entre os responsáveis pela preservação do patrimônio como um dos empecilhos para a preservação do patrimônio de São Luiz do Paraitinga:

“(...) isso é um problema que tem que ser discutido em escala maior, aliás a gente percebe isso nos próprios governos, seja ele estadual, federal, municipal, as coisas são feitas de forma individual. (...) não dão seqüência e aí a coisa desanda, isso ocorre muito na prefeitura daqui. (...) a coisa vai sendo arrastada e a coisa vai indo, corre o risco de implodir tudo isso (...)”

Na década de 1980, com a crescente utilização e valorização do termo patrimônio cultural, o patrimônio passou ser visto sob uma nova perspectiva. Podemos dizer que se concretizou o rompimento com as antigas posições adotadas pelos órgãos de preservação, diga-se IPHAN, rompendo com a valorização estética e fachadista vigente. A partir de então, o patrimônio passou a ser valorizado como fonte documental²⁹, procurando dar ênfase à pluralidade cultural brasileira. Com isso, passaram a ser valorizadas as obras dos imigrantes estrangeiros, as obras das camadas desfavorecidas da população; a arquitetura vernacular passou a ser vista de um outro prisma, ou seja, também passou a ser valorizada enquanto patrimônio.

Dentro desta tendência de valorização da arquitetura vernacular o patrimônio de São Luiz do Paraitinga passou a despertar o interesse dos órgãos de preservação, principalmente do Condephaat, e foi tombado e transformado em patrimônio histórico arquitetônico em 1982. As instituições de preservação neste momento já discutiam o patrimônio enquanto um vetor de desenvolvimento econômico e isto ajudou na justificativa dada por este órgão no momento do tombamento dos imóveis deste município. Mas mesmo com o tombamento, segundo Judas Tadeu, 61 anos, a destruição do patrimônio local não foi cessada e continua presente do cotidiano local:

“(...) mudou muita coisa, já se perdeu uma serie de imóveis, derrubados pela própria Prefeitura, pelos próprios proprietários, o casarão do Zé do Cenor, o antigo Hotel Central (FOTO 7), ali onde hoje é a loja do Juvenal, ali derrubaram e fizeram aquilo que esta lá (...) a antiga Cadeia também foi derrubada (...)”

²⁹ “Essa abordagem usava concepções da nova historiografia, tendo referência autores como Marc Bloch e Jacques Le Goff, e exemplos de leitura do território e do tecido urbano, desenvolvidos na Itália. Aproximavam-se, também, do entendimento tradicionalmente usado pela arqueologia e pela antropologia” (Motta, 2000, p.267).

Monsenhor Tarcisio de Castro Moura, 89 anos, com um certo saudosismo, também destaca as mudanças que ocorreram na cidade, alegando que além das péssimas condições financeiras da população, um dos maiores problemas da má preservação dos imóveis locais é a falta de instrução da sociedade, para ele:

“(...) deixaram cair muitas casas aí, os proprietários foram embora, uns faleceram, não importa, essa casa está muito velha vamos derrubar. (...) é falta de conhecimento das coisas, falta de instrução do povo. (...) essa falta de instrução dificulta muito a preservação de qualquer coisa. (...) eu vejo com muita dor de coração o desplante do pessoal, derrubaram aqui, derrubaram ali e modificaram tudo, coitadinha da Rua Barão (...)”.

Na década de 1990 a preservação do patrimônio continua seguindo os rumos iniciados na década de 1980³⁰. O discurso oficial passou a abarcar de forma efetiva os bens imóveis da sociedade brasileira, ganhando muito prestígio em discussões e políticas o termo patrimônio cultural. O patrimônio, devido a seu valor econômico, passou a ser enquadrado na política neoliberal adotada pelo governo brasileiro, em consonância com o processo de globalização. Conforme Motta (2000, p. 268):

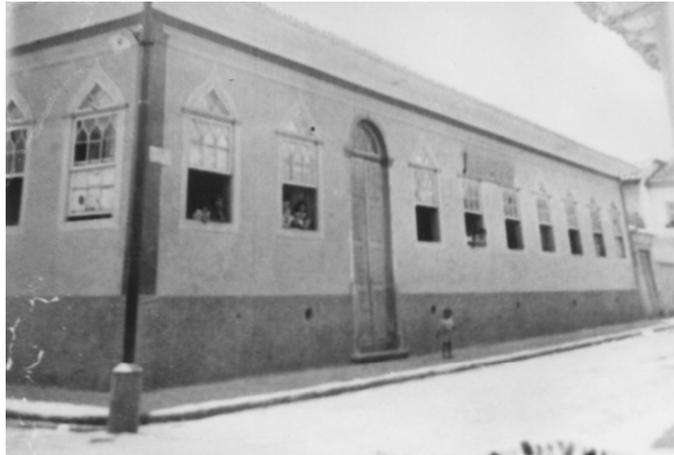
“Ligada à ‘fé’ no livre jogo de mercado, que implica a preparação do patrimônio cultural para o consumo visual pelo poder público, essa concepção de tratamento dada ao patrimônio cultural, resulta no que aqui se entende como um retrocesso quanto às possibilidades de preservação do patrimônio urbano referentes às conquistas no campo conceitual e das ações preservacionistas, implementadas na década de 1980”.

A política de preservação adotada no Brasil foi evoluindo, apresentando pontos positivos e pontos negativos, de uma forma geral, emperrando a prática da preservação. Num primeiro momento, no início do século XX, a preservação era vista por

³⁰ Na década de 1990, ocorreu a transformação do SPHAN/Pró-Memória em autarquia, vinculada a Secretaria da Presidência da República através do Decreto nº 99.492. Em 1992, o órgão voltou a ser subordinado ao Ministério da Cultura e, em 1994, voltou a se chamar IPHAN através de uma Medida Provisória de nº 610. Esperava-se uma revitalização das instituições públicas brasileiras, mas nada aconteceu, muito pouco mudou efetivamente em termos burocráticos e políticos (Kersten, 2000).

meio de um caráter estético, romântico, destacando as obras relacionadas à elite política e econômica brasileira.

Foto 7 – Casarão localizado na Rua Coronel Domingues de Castro, antigo Hotel Central, 1931.



FONTE: Coleção Projeto Memória

Posteriormente, de meados da década de 1960 até o final dos anos de 1970, temos uma revisão das políticas de preservação adotadas até aquele momento, inserindo o termo patrimônio cultural nos debates sobre políticas de preservação; além do aspecto estético passou a ser atribuído o valor econômico ao patrimônio, estando agora vinculado às aspirações do mercado e ao desenvolvimento do turismo. *“Desde a década de 60, a exploração turística do patrimônio cultural vem ganhando destaque como instrumento de salvaguarda, viabilizando intervenções de restauro e conservação de bens culturais”* (Nigro, 2001, p. 55).

Atualmente, além dos valores de mercado incorporados, foi agregada à concepção da preservação, a possibilidade de inclusão social e econômica, a preservação como ferramenta pedagógica e educativa, o exercício da cidadania, procurando agregar o patrimônio à cidade como espaço público de todos os cidadãos, ainda que de forma muito tímida ou mesmo retórica³¹. Rodrigues (1999), atenta às mudanças sócio-espaciais, faz uma advertência quanto ao exercício da cidadania através da preservação. Segundo a pesquisadora, temos que estar atentos aos sentidos que vem sendo atribuídos ao patrimônio nos dias de hoje, principalmente quando as atitudes partem das esferas públicas. As políticas públicas que se dizem preservacionistas, geralmente, criam e concretizam símbolos voltados ao controle ideológico por parte do Estado, procurando sempre afirmar o *status quo*. O patrimônio é trabalhado como uma obra à parte da sociedade e da cidade, camuflando os conflitos e as contradições existentes no convívio social entre Estado, capital financeiro e população.

É interessante salientar, complementando a idéia de Rodrigues (1999) que os arquitetos italianos, Pier Luigi Cervellati e Roberto Scannavini, um dos responsáveis pela preservação do centro histórico de Bolonha, no início da década de 1970, já fazem uma advertência quanto aos métodos e técnicas de preservação que estavam sendo adotados no mundo, principalmente na Europa, antecipando a prática da cidadania como uma maneira de sustentação da preservação patrimonial. Para os referidos arquitetos, o patrimônio, preservado e utilizado por meio da intervenção pública e privada, deveria também prever o uso de grupos sociais menos favorecidos, para que este não seja objeto apenas dos interesses do capital imobiliário.

Assim, a preservação do conjunto paisagístico de um centro histórico deve ser baseada em uma política que seja ao mesmo tempo urbanística e social, um

³¹ Com todas estas mudanças relacionadas à preservação do patrimônio, não podemos deixar de citar a criação de alguns órgãos estaduais de preservação, destacando entre eles o Condephaat em São Paulo. Em 1968, na gestão de Abreu Sodré, foi criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico e Artístico do Estado (CONDEPHAAT), regulamentado pela Lei nº 10.247. É interessante salientar que o Condephaat foi criado para auxiliar o IPHAN. Na visão do Condephaat, a preservação do patrimônio desde o início é trabalhada enquanto um produto de consumo, sendo valorizado pela possibilidade de desenvolvimento da atividade turística, o que de fato se concretizou. A política do Condephaat e suas medidas serão discutidas mais a fundo no capítulo posterior destinado à questão. Mais detalhes sobre a atuação do Condephaat ver: Rodrigues, M. 2000.

processo que envolva todos os cidadãos, pois a preservação de um patrimônio cultural é, ao mesmo tempo, uma questão econômica, política e social (Cervellati & Scannavini, 1979, p.148).

Seguindo a corrente política neoliberal adotada pelo governo brasileiro durante a gestão de Fernando Collor de Mello (1990-1992), um modelo afirmado e desenvolvido em meados da década de 1990 pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), extremamente voltado aos interesses de capitais externos e a privatização das funções do Estado, o patrimônio cultural passou a ser definitivamente valorizado e apropriado sob a ótica do capital mercantil, sendo transformado em um importante objeto de consumo das cidades.

Visando a comercialização destas áreas, a vida cotidiana de seus indivíduos passou a ser alterada ou mesmo suprimida pelos interesses do capital, o que vem suscitando uma série de transformações na dinâmica sócio-espacial local e regional de cidades com patrimônios. Sendo assim, temos como ponto fundamental nos próximos capítulos da Parte III analisar como se dá a organização do território por meios das ferramentas do planejamento urbano, destacando a preservação e a gestão do patrimônio como uma possibilidade de inclusão sócio-espacial.

PARTE II

O planejamento urbano e a gestão do patrimônio cultural em tempos de espetáculo

CAPÍTULO 4

Planejamento urbano e patrimônio: um percurso à integração contemporânea

A sociedade passa por um período de constantes transformações em sua forma de organização sócio-espacial. Podemos dizer que as origens destas mudanças se encontram na evolução do sistema capitalista fordista rígido para um novo modelo de acumulação, originando uma nova ordem econômica e sócio-espacial, o *regime de acumulação flexível*³² (Harvey, 1998). Temos uma grande mudança no modo de pensar, de viver e de sentir a vida, muda-se a *estrutura do pensamento* (Harvey, 1998, p.47); passa-se da produção de bens à produção de símbolos e signos, mudando o padrão de consumo social, onde a imagem e a estética passam a ser primordiais. Com estas mudanças temos um novo padrão cultural. Peet (1997, p.135), ao analisar a relação recíproca entre estrutura econômica e estrutura cultural, vem confirmar a posição de Harvey. Para o autor, a economia está extremamente ligada à ordem cultural, pois:

“(...) a economia, enquanto agente central de poder na sociedade, tem a capacidade parcialmente autônoma de criar estética, estilos, preferências de consumo e outros aspectos da ordem cultural, ou de escolher, a partir de impetuosas manifestações imaginativas, quais sobreviverão, e de que modo (...)”.

Apoiados no desenvolvimento tecnológico e na afirmação da ideologia neoliberal, ambos amparados no discurso da globalização, estamos diante da formação de uma nova estrutura sócio-espacial, dando origem a uma nova lógica de produção do território. Segundo Castells (1999): “(...) a revolução da tecnologia, a reestruturação da economia e a crítica da cultura convergiram para uma redefinição histórica das relações de produção, poder e experiência em que se baseia a sociedade” (p.416).

³² O regime de acumulação flexível pode ser caracterizado como o período de predomínio da flexibilidade nos processos sócio-espaciais, onde tudo deve assumir um caráter dinâmico e metamórfico, flexibilizando as relações de trabalho, de produção, sociais, de consumo, possibilitando a origem de um novo modo de vida (Harvey, 1998).

Para ele, estas transformações estão apoiadas na revolução da tecnologia da informação, na crise e reestruturação do capitalismo e do estadismo e no crescimento e afirmação dos movimentos sociais em todos os sentidos e direções.

Castells (1999) tem razão quando destaca estes pontos, porém esta nova ordem vem apenas reproduzir a ordem anterior. Nos últimos anos os movimentos sociais cresceram em todo o planeta, porém com uma grande tendência a associação com o capital privado e o Estado, dando subsídios e servindo de ponto de apoio a implantação de políticas nem sempre favoráveis ao bem-estar da população como um todo. Trabalhando de forma pontual e fragmentada, muitas vezes sustentados por uma política assistencial que auxilia no esvaziamento das funções do Estado enquanto instância social, estas organizações estão, em muitos casos, auxiliando a despolitizar as relações entre o Estado e a sociedade, geralmente em favor dos interesses do capital privado.

Souza Santos (2002) ao contrário de Castells (1999), afirma que o novo sistema vigente não passa de uma nova maneira de controle dos países desenvolvidos. Para ele a globalização é uma política de Estado, que por meio do controle de capitais e idéias, leva os países centrais a subjugar os países periféricos. *“Tanto a falácia do determinismo como a falácia do desaparecimento do sul têm vindo a perder credibilidade à medida que a globalização se transforma num campo de contestação social e política”* (Souza Santos, 2002, p.53).

Alguns tentam ver a globalização como consequência da evolução tecnológica, como algo espontâneo, o que de fato não é, pois se trata de uma medida *normativa* imposta pelos donos de capital; ou o Estado segue, ou fica excluído do círculo financeiro global. Com o ideal econômico neoliberal, as estratégias econômicas cerceiam o espaço de exercício das políticas públicas, procurando despolitizar ao máximo a relação entre Estado e sociedade civil.

Com o predomínio do viés econômico na organização social, as políticas de planejamento e gestão das cidades também passaram a ser feitas em função das aspirações do mercado. A cidade passou a ser pensada enquanto um conjunto de formas materiais econômicas, independentes da sua teia de relações, impossibilitando

um desenvolvimento mais democrático. Pautados na racionalidade produtivista, a cidade passou a ser planejada de forma fragmentada, pontual, na maioria das vezes, de forma indireta. Para Lefebvre (1969, p. 98): “(...) *a cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para o turista e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco*”.

Esta construção vem se dando sem críticas, sem a participação da sociedade, sendo seus signos e símbolos, construídos para o controle ideológico da população. Tudo passa a ser pensado com vistas ao mercado de consumo.

Ao ser direcionada ao consumo a cidade passa a ser valorizada esteticamente. Por meio de imagens, procura-se maquiar a realidade, escamoteando processos de exclusão social. Complementando Lefebvre (1969), Harvey (1998) propõe o surgimento de um processo de mudança no sentido dos espaços da cidade, substituindo o *valor de uso* pelo *valor de troca*. Nesta mudança de sentido, a cidade perde a continuidade em prol do espetáculo, passando ser trabalhada de forma fragmentada e pontual. A colocação do sociólogo Francisco de Oliveira (2002, p.27), a respeito da valorização e criação das imagens e símbolos das cidades é interessante; para o pesquisador: “(...) *revitaliza-se a cidade, criando vazios embelezados*”.

A afirmação de Oliveira é muito pertinente se transpormos para uma área de patrimônio arquitetônico. É comum serem feitas intervenções urbanísticas nestas áreas que retiram a sua essência enquanto história da sociedade para serem desenvolvidas atividades voltadas ao entretenimento. Ao partirem para este caminho, afirmado no planejamento urbano, os antigos usuários destas áreas são expulsos e as mesmas perdem as sociabilidades baseadas no cotidiano local. Criam-se vazios embelezados amparados no discurso da modernização, da revitalização, e esquecem que esta área só tem sua condição de existência devido a comunidade que lá vive e interage com este território, pois a relação entre o visitante e o patrimônio é de contemplação, superficial e transitória.

As intervenções que vem sendo feitas em São Luiz do Paraitinga demonstram este conflito entre usar e preservar o patrimônio. O poder público local, pelas intervenções realizadas, faz com que o visitante não saia do Centro Histórico para

conhecer o restante da cidade, evitando o contato com a ineficiente coleta de lixo, com a carência em serviços de coleta de água e de esgotos, com a ocupação desordenada, enfim, com os inúmeros problemas urbanos. Cria-se uma imagem positiva do espaço urbano de São Luiz do Paraitinga, e a partir daí, tem-se o Centro Histórico, como um lugar de celebrações e diversão.

“(...) todo mundo chega na cidade e enxerga o centrinho bonito, são dois bairros, são fáceis de manter, é um 8 praticamente o centro da cidade, mas tem vários outros problemas que a gente tem que olhar (...)”, indaga Eduardo Coelho, 35 anos, luizense e empresário do setor de turismo local ao levantar a questão de ser reformado somente o Centro Histórico, deixando o restante da cidade para segundo plano. Para ele essa estratégia não é boa para a cidade e também para o turista, já que o desleixo com o entorno do centro chega a agredir a visão de quem para lá se dirige.

Na esteira do desenvolvimento econômico e tecnológico, o *valor de uso* e a estética dos espaços da cidade ganharam importância significativa nas políticas públicas. Neste novo sentido, temos a emergência de uma cultura empreendedora, transferindo para as cidades a lógica empresarial. Ao assumir um caráter especulativo o planejamento do desenvolvimento e crescimento das cidades passou a ser feito de acordo com o livre jogo do mercado. A cidade tem que criar um bom clima de negócios e oferecer atrativos ao capital. Esta concepção pode funcionar a curto prazo, porém, a médio e longo prazos, devido a busca desenfreada pelos investimentos de capitais externos, pode levar as cidades a uma intensa competição intra-urbana, e a uma suposta homogeneização dos espaços e das ações, já que todas passam a ter o mesmo objetivo, atrair capital (Harvey, 1997, p.53).

A arquiteta Fernanda Sanchez (1997), em uma análise do processo de planejamento desenvolvido em Curitiba, Paraná, faz uma série de críticas quanto ao caráter empreendedor assumido pelos governos urbanos nos últimos anos. Devido a esta lógica os governantes locais procuram cada vez mais transformar a cidade em uma marca, com imagens vendáveis e consumíveis. Toda esta construção ideológica traz consigo um intenso processo de segregação sócio-espacial. O Estado organiza o território com obras de infra-estrutura, intervenções normativas e políticas econômicas que lhes dêem a possibilidade de competir com outros territórios, mas submete-se a

modelos de gestão e administração mais flexíveis, procurando abrir espaços às parcerias entre o setor público e o privado, prevalecendo sempre os interesses dos investidores privados (Sanchez, 2003).

Complementando a crítica de Sanchez (1997, 2003), Schommer (2002), afirma que temos uma nova realidade em termos de gestão e administração pública, desaparecendo aos poucos as diferenças entre os interesses do setor público e do privado; os agentes de desenvolvimento relacionam-se, condicionam-se e interpenetram-se. A participação privada ganha cada vez mais espaço na confecção de políticas públicas via parceria. As empresas acabam relacionando ações sociais às estratégias do mercado, sempre alavancadas pelo forte trabalho de marketing.

Ao mesmo tempo em que cresceu o domínio do viés mercadológico, a retórica do planejamento passou a ser substituída pela gestão³³. O planejamento realizado pelo Estado serve de estímulo ao mercado, possibilitando ao capital privado vantagens na confecção de suas estratégias de atuação. Isenções tributárias, doações de áreas, obras de infra-estrutura, mudanças de zoneamento, enfim, por meio de uma série de subsídios o Estado abre caminho à atuação do capital privado no planejamento e no desenvolvimento das cidades. O planejamento assume um caráter empresarialista, pautando-se no crescimento e na competitividade, a partir de então, palavra corrente nas políticas voltadas às cidades. Os planejadores passam a dar suporte aos interesses capitalistas (Souza, 2002, p.137).

Vainer (2000, p.86) também discorda da adoção do caráter empreendedor nas políticas públicas, já que estas políticas passam a ser desenvolvidas e pautadas nos conceitos de produtividade e competitividade. Para o autor:

³³ Segundo Marcelo Lopes de Souza (2002,p.46), temos que tomar cuidado para não confundirmos planejamento e gestão, pois se tratam de termos relacionados, porém diferentes. "(...) planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido, com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. De sua parte, gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas. O planejamento é a preparação para gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (...) das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são distintos e complementares".

“(...) ver a cidade como uma empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua num contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo de planejamento e execução de suas ações”.

As empresas passam a ocupar o lugar do Estado como o sujeito de transformações, o governo deixa de ser um empreendedor para se tornar um provedor de serviços.

Criticando a nova forma de gestão das cidades, Güell (1997) defende ser complicado transpormos a lógica estratégica empresarial à de uma cidade, pois, como na empresa, teremos que estar pautados no mercado, no custo-benefício, independentemente dos processos subseqüentes. Parte-se à lógica da competitividade e da maximização dos lucros, e isto, para o âmbito das cidades, pode ser extremamente prejudicial em termos de objetivos sociais. Na concepção desta nova lógica ocorre um conflito evidente entre as demandas da escala local e as da escala global, ou, das horizontalidades e das verticalidades (Santos, 2002)³⁴.

Dentro desta discussão da escala ideal de planejamento, os *globalistas* (Vainer, 2002), sugerem ser impossível fugir da escala global, defendendo a criação de uma rede de cidadania global. Já os defensores da escala local alegam que através da atuação nesta escala tem-se uma maior possibilidade de controle sobre determinado território. Defendem esta escala como uma possibilidade de melhor conhecimento de causas específicas e peculiares, suscitando a possibilidade de uma maior flexibilização para mudanças. Para os *localistas*, a escala local é a mais pertinente pois o cidadão vive no local, na cidade, no município.

Vainer (2002, p.25) sugere ser mais pertinente trabalhar de forma que possamos mesclar as escalas de atuação em um projeto único. Para o autor: “(...) *qualquer que seja o projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige*

³⁴ Conforme define Santos (2002, p. 284): “nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. (...) há também constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. (...) De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. (...) sendo o veículo de cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente”.

táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos”.

O planejamento deve trabalhar com as escalas de forma sistemática, do micro ao macro, ou vice-versa, procurando enquadrar o plano do município na dinâmica regional, nacional e global.

Ao analisar a gestão do patrimônio histórico arquitetônico de Ouro Preto-MG, a arquiteta Melissa Oliveira (2005) confirma que o descompasso entre as esferas responsáveis pela preservação tem sido um dos maiores entraves no momento de trabalharmos a gestão em conjunto com a preservação no Brasil. Segundo a arquiteta:

“(...) a gestão patrimonial está condicionada a ação de diversos agentes que trabalham de maneira independente e isolada (...) a baixa articulação entre os setores envolvidos e a conseqüente falta de intersetorialidade das políticas públicas culminam em prejuízos para a prática da preservação (...)”(Oliveira, 2005, p.195).

Oliveira (2002) também faz uma advertência quanto ao problema das escalas na confecção e no desenvolvimento do planejamento de uma cidade. Temos que tomar muitos cuidados com os trabalhos voltados ao planejamento local para não cometermos o equívoco de reproduzirmos a estrutura global. Para o sociólogo: *“(...) o desenvolvimento local não será o elo numa cadeia de desenvolvimento total. (...) ou é concebido como uma alternativa ou reproduzirá a forma estrutural”* (Oliveira, 2002, p. 11). Em vez de reproduzirmos o sistema na escala grande, é importante salientar o movimento dialético entre horizontalidades e verticalidades, o Lugar e o mundo, na organização do território.

Esta relação tende a ser hierárquica, sobressaindo as verticalidades impostas por agentes externos através de arranjos organizacionais, geralmente originados em realidades distantes, impondo novas formas da organização sócio-espacial aos locais; *“(...) a incorporação desses nexos e normas externas têm um efeito desintegrador das solidariedades locais então vigentes, com a perda correlativa da capacidade de gestão da vida local”* (Santos, 2002, p. 285).

Ao trabalhar o planejamento urbano apoiado no modelo empreendedor, uma tendência muito forte nas cidades brasileiras, as aspirações sócio-espaciais dos habitantes do lugar podem ficar comprometidas. Ao buscar o capital privado, pautado na competitividade e na eficiência, o setor privado, passa a ser o norteador das decisões, comprometendo o desenvolvimento social. Neste sentido, o exemplo de Porto Seguro, Bahia, é esclarecedor. Esta área foi destinada ao turismo, o que num curto prazo se concretizou. Com o surgimento de outros pontos mais atrativos e mais novos esta área entrou em processo de decadência com sensível redução nos números de visitantes e o Estado acabou ficando com uma ampla infra-estrutura ociosa, com poucas possibilidades de mudanças funcionais no curto prazo.

Neste sentido se torna importantíssimo, do ponto de vista da preservação tanto quanto da refuncionalização do patrimônio de uma cidade, a prática do planejamento e da gestão do espaço urbano como uma forma de amenizar os equívocos e criar possibilidades de melhorias sociais no lugar. O processo de refuncionalização precisa estar pautado na preservação enquanto prática social e ao mesmo tempo trabalhar estes espaços como um possível recurso a ser utilizado pela cidade de uma maneira que este processo, geralmente pautado em intervenções territoriais, não cause bruscas transformações nas práticas sócio-espaciais do lugar em prol deste mesmo turismo.

Assim para que a atividade turística possa a ser dinamizada em São Luiz do Paraitinga e não comprometa suas práticas sociais, um importante atrativo turístico local, se torna importante o planejamento urbano e a confecção de seu plano diretor, pois a ausência destas ferramentas pode descaracterizar o patrimônio local e impossibilitar a implantação desta atividade, questão abordada no próximo capítulo onde buscamos analisar a relação entre a preservação e o planejamento urbano, normalmente baseada na construção de imagens superficiais das cidades com vistas a atrair cada vez mais turistas e não como uma possibilidade de inclusão e melhorias sócio-espaciais.

CAPÍTULO 5

Planejamento e Patrimônio, a des-construção do passado?

Ao pensarmos o patrimônio arquitetônico enquanto uma face da história de um povo, as políticas de preservação e refuncionalização, definidas no processo de planejamento urbano e legalizadas pelo plano diretor, devem pautar-se na dinâmica cotidiana da população local, não só em intervenções urbanísticas, mas no desenvolvimento e implantação de políticas que visem a melhoria na qualidade de vida (Salcedo e Oliveira, 1997). Conforme recomendado pela Carta de Veneza (1964), a preservação de uma área de patrimônio deve ser feita com a ampla participação popular, buscando melhorias na qualidade de vida por meio da reabilitação dos imóveis pertencentes a esse patrimônio, utilizando os mesmos da forma mais original possível. A restauração dos imóveis deve levar em consideração as características do desenho original, procurando enquadrar-se nas recomendações internacionais (Meniconi, 1998).

Difícilmente os patrimônios arquitetônicos urbanos serão mantidos sem projetos de intervenções físicas. O que temos de prestar a atenção é que as mesmas não sejam pontuais; os projetos de preservação devem procurar manter as características das cidades, suas informações e seus significados como herança cultural, porém, devem abrir caminho para a inserção do patrimônio na teia de relações atuais. O planejamento pode se tornar um bom caminho para a elaboração destas intervenções, atribuindo metas e objetivos amparados em propostas e políticas de preservação. Conforme destaca Silva (1996, p.173): “(...) a intenção é regular – não impedir o novo para garantir o lugar do antigo nas transformações presentes” .

As propostas de gestão e preservação do patrimônio que vem se dando por meio das ferramentas do planejamento urbano geralmente são justificadas pela valorização estética do patrimônio, haja vista os modelos de planejamento estratégicos desenvolvidos por todo o mundo. Este processo de valorização, que interessa sobretudo aos especuladores, vem acompanhado de uma forte segregação sócio-espacial.

Devemos estar atentos a esta tendência que se afirma cada vez mais, pois conforme chama a atenção Arantes (2000, p 31), dentro do modelo estratégico, (...) *rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (...)*. O trabalho desenvolvido visando a preservação precisa ser condizente com a realidade brasileira, escassa em recursos financeiros e repleta de conflitos sociais, procurando amparar-se nos anseios da população que interage com este patrimônio, deixando as aspirações mercadológicas para um momento posterior.

Pelos exemplos que temos até o momento em termos de planejamento e gestão do patrimônio, a tendência à valorização econômica dos espaços das cidades, principalmente das áreas compostas por patrimônios arquitetônicos, se afirma cada vez mais, amparando-se na retórica do desenvolvimento econômico local e da diminuição das desigualdades sociais.

Como chama a atenção Francisco de Oliveira (2002), por meio do discurso os administradores públicos tendem a desvirtuar o exercício da cidadania, procurando esconder os conflitos existentes; retiram a população desfavorecida e os edifícios mais deteriorados através de intervenções pontuais; eleva-se o preço da terra através de investimentos públicos e muda-se o conflito social de lugar, mas não o resolve. Para o sociólogo: “(...) *esvazia-se a história de quem vive lá; em lugar da memória, o esquecimento. (...) privatizou-se o público, mas não publicizou-se o privado (...)*” (Oliveira, 2002, p.21).

Nestas intervenções o poder público passa a ser um produtor de valores, forjando novas identidades no território de acordo com as aspirações do mercado consumidor. Nestes novos territórios criados simbolicamente, os órgãos oficiais, através do planejamento urbano e da vigilância destroem as antigas territorialidades das ruas. Em vez de normatizar a preservação, “(...) *planejamento e policiamento, apagam limites e fronteiras que são custosamente construídas e incessantemente reconstruídas pelos habitantes da rua nas suas práticas cotidianas*” (Arantes, 1997, p. 266).

Considerando a ressalva de Arantes (1997), Brasileiro (2001) classifica os planos locais como fundamentais para desenvolver um modelo de planejamento

democrático. Os planos para a escala local são importantes para manter a diversidade dos espaços urbanos, pois, além de abrigarem expressões culturais e existenciais que justifiquem a preservação destes conjuntos urbanos e dos espaços públicos, dão mais possibilidades para reconhecer as carências a serem sanadas. Ao passar à escala local, a política de preservação deve ser colocada em seu plano diretor, visando assim, ordenar o crescimento e o desenvolvimento da cidade. Devem desenvolver mecanismos específicos de preservação para a área que deverá ser preservada, já que a constante exploração do solo urbano procura sempre substituir o patrimônio por aparelhos urbanos atuais.

Magaldi (1992) chama a atenção para a postura adotada pelos planejadores no momento de regularizar a preservação do patrimônio, geralmente tomando posições favoráveis à especulação e a sua descaracterização. Para ela a destruição do patrimônio vem sendo maquiada com o discurso da renovação, da revitalização, visto como um processo de modernização. Devido a existência de uma legislação contraditória e deficiente para o ordenamento dos usos dos espaços das cidades, a descaracterização e a má preservação do patrimônio acaba sendo ratificada pelo planejamento urbano e endossada pelo próprio Estado.

O planejamento pautado na gestão e na preservação de uma área de patrimônio é uma forma eficiente de atuação, desde que sejam adotadas algumas medidas estratégicas como o controle do fluxo de transeuntes, além de medidas pedagógicas e políticas urbanas preservacionistas. Neste sentido a colocação de Choay (2001, p. 236) é providencial e esclarecedora. Para ela:

“Nunca é demais repetir a advertência de Giovannoni: os centros e os bairros antigos só poderão ser conservados e integrados a vida contemporânea se sua nova destinação for compatível com sua morfologia e com suas dimensões. Vimos os perigos que seu uso cultural e turístico implicam. Eles não resistem melhor à implantação de atividades terciárias maiores, que recriam, de forma secundária as migrações diárias, o trânsito e o consumo que lhes corresponde, cujas exigências fizeram explodir a cidade pré-industrial no século XIX. Em contrapartida esse patrimônio urbano suporta bem o uso residencial e a implantação de serviços de apoio (pequenas lojas, escolas, dispensários) a ele relacionados e que, constituam a maioria, são compatível com um mínimo de atividades de pesquisa e de difusão do saber e da arte. Considerando sob esta perspectiva, centros e bairros antigos representam atualmente um recurso raro, objeto de uma demanda ao mesmo tempo social e societal. Com risco apenas

de degradações superficiais, a satisfação desta demanda favorece, da melhor forma, a acusa da conservação estratégica do patrimônio urbano antigo”.

O planejamento de cidades com áreas compostas por patrimônios, deve estar pautado em uma postura participativa com relação às ações de preservação, relacionando o tema à cidadania, ao direito à cidade, ao acesso ao urbano como espaço estético, histórico e de oferecimento de bens e serviços democratizados (Kersten, 2000, p.272).

A cidade moderna, por meio de técnicas urbanísticas, funciona e se agrega cada vez mais à cidade antiga. As áreas compostas por patrimônios podem ser refuncionalizadas, mas não excluídas da dinâmica cotidiana. A cidade deve ser pensada e organizada em seu conjunto, pois, conforme expõe Argan (1993, p. 80):

“(...) ao revitalizar os centros históricos não se pode contar apenas com as possibilidades técnicas de recuperação. Se a reanimação deve traduzir-se em uma refuncionalização mais orgânica, é claro que a intervenção dos técnicos em patrimônio cultural é necessário desde a primeira fase do estudo do projeto e tal intervenção não deverá ser limitada aos centros históricos propriamente ditos, mas estendida a toda a área da cidade na medida em que influa no centro histórico e o condicione (...)”.

Dentro das propostas de planejamento e gestão de áreas compostas por patrimônio a atividade turística vem ganhando grande espaço, sendo classificada como uma atividade econômica que pode cumprir uma função social, auxiliando financeiramente na preservação desta área e criando novos postos de trabalho. De fato o turismo é um importante vetor de desenvolvimento econômico para uma região, mas, na maioria dos casos o turismo deve ser desenvolvido como uma atividade complementar para o desenvolvimento local e não como a atividade principal.

Em São Luiz do Paraitinga esta posição é defendida por alguns moradores locais, enxergando que somente o turismo não vai dinamizar a economia local como pensam os administradores públicos. Segundo Judas Tadeu, 61 anos:

“(...) eu vejo uma concentração de uma retórica de reequilíbrio da economia da cidade, ancorada totalmente no turismo, como se não existisse mais nada, como se não existisse pecuária, como se não existisse a possibilidade da plantação de frutas de clima temperado que é bem de acordo com o nosso clima. (...) se não existisse um outro tipo de atividade econômica que pudesse reerguer, ou seja, eu não vejo uma política econômica para São Luiz, a política cultural vai depender da política econômica, como que vai reerguer a cultura de São Luiz sem dinheiro, dependendo de verbas que vem de fora, não vai conseguir, nenhum prefeito vai conseguir (...)”.

O desenvolvimento do turismo deve ser planejado como um processo contínuo, desenvolvido a médio e longo prazo, pois caso contrário os impactos poderão ser maiores que os benefícios. A degradação que o intenso movimento de turistas pode gerar para uma área de patrimônio é considerável, podendo causar desequilíbrios no setor terciário, no cotidiano da população, no caráter social do patrimônio, na cultura popular local, gerando mudanças na dinâmica da cidade. Como destaca Alomá (2003, p. 125) em uma análise da política de preservação e gestão desenvolvida para o Centro Histórico de Havana, Cuba:

“A exploração do turismo em territórios altamente valiosos deve ir acompanhada de uma grande sensibilidade e conhecimento daquelas razões que são as que precisamente os tornam atrativos. Todos os temas requerem, então, um tratamento especial, desde os sociais até os que competem ao âmbito físico, que resgatados na sua justa medida e conciliados com sua época, sejam capazes de brindar um produto genuíno e não resultem em más caricaturas que matem a galinha dos ovos de ouro” .

Enfim, a preservação de um patrimônio arquitetônico urbano deve caminhar junto com o processo de planejamento da cidade.

O patrimônio brasileiro, devido a falta de planejamento para sua gestão e utilização, vem sendo muito afetado por intervenções pontuais e descoladas de realidade. Em São Luiz do Paraitinga, onde inexiste qualquer modelo de planejamento as coisas sempre acontecem da noite para o dia. Grandes eventos culturais como o Carnaval e a Festa do Divino Espírito Santo, são divulgados pela mídia e pelo poder público local, porém, a falta de planejamento, compromete praticamente todos os equipamentos urbanos coletivos, resultando em problemas na preservação dos imóveis tombados.

Como exemplo na cidade podemos citar o problema com sanitários para receber estes turistas que para lá se dirigem nos momentos de pico de visitação. Na falta dos mesmos estes turistas são levados a realizar suas necessidades fisiológicas nas paredes dos casarões e casas do Centro Histórico e de seu entorno, sendo que os mesmos se encontram em estado precário de manutenção. Dentre os problemas mais comuns elencamos alguns mais significativos que precisam ser amenizados para a dinamização do turismo e para a preservação do patrimônio local:

- aumento no fluxo de trânsito pelo Centro Histórico dificultando a circulação de veículos e gerando problemas com relação a inexistência de vagas para estacionamento de veículos, que acabam ocupando todas as ruas da cidade, com tendências a aumento no número de furtos;
- tendência no aumento da violência, com elevação no número de boletim de ocorrência policial³⁵;
- destruição paisagística da Praça Oswaldo Cruz³⁶;
- acúmulo de lixo pelo centro histórico e em seu entorno;
- aumento na poluição sonora e visual decorrentes de propagandas;
- deficiência na coleta de esgotos e na distribuição de água, acarretando na falta de água e na supra-utilização da rede de escoamento de resíduos sólidos³⁷;
- carência de leitos para acomodação em hotéis, pousadas, dentre outros³⁸;
- carência de distribuição e venda de alimentos, já que a cidade possui um número reduzido de estabelecimentos destinados a tais serviços;

³⁵ Segundo a Secretaria Estadual de Segurança Pública, em 2000 foram feitos 135 boletins de ocorrências em São Luiz do Paraitinga, para em 2003 este número passar para 182 (SSPSP-2005), registrando um aumento de 47 boletins. Comparando os meses de janeiro e março de 2004 com janeiro e março de 2005 podemos afirmar que o número de ocorrências policiais aumentou neste período, época em que a cidade recebe o maior número de turistas durante o Carnaval. Em 2004 o número de ocorrências foi de 49 (SSPSP-2005) para em 2005 atingir a casa dos 98 (SSPSP-2005) registros, apresentando um aumento de aproximadamente 100%.

³⁶ A Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga gastou R\$ 2.500,00 (US\$ 1.116,08) para reposição do jardim, além de gastos com pessoal, materiais de limpeza, etc., materiais estes que não podem ser mensurados em valores exatos (PMSLP, 2005).

³⁷ A cidade consegue captar 79,84% (SEADE-2004) dos dejetos sólidos por meio de sua rede de coleta, o restante é jogado in natura no Paraitinga, situação que deve ser alterada com a construção da Estação de Tratamento de Esgotos Municipal. A distribuição de água encanada atinge a marca dos 93,26% (SEADE-2004) dos imóveis existentes.

³⁸ A cidade possui 10 estabelecimentos destinados à hospedagem, sendo que 1 deles não está aberto ao público, a Hospedaria Núcleo Santa Virgínia, um estabelecimento localizado no Parque Estadual da Serra do Mar destinado a pesquisadores e instituições, comportando 35 pessoas. Já os estabelecimentos comerciais são em 9, comportando aproximadamente 375 pessoas em seus leitos.

- carência de leitos hospitalares³⁹;
- aumento no consumo de álcool e drogas pelas ruas da cidade.

Ao entrar neste caminho por meio de atitudes que partem para homogeneização dos espaços das cidades por meio de intervenções urbanas pontuais, sinais claros da ausência do planejamento para a refuncionalização turística, São Luiz do Paraitinga pode perder seu diferencial e cair no esquecimento já que, sem muitos atributos a oferecer ao turista, este pode preferir outras cidades como Campos de Jordão, por exemplo, com mais desenvolvimento das infra-estruturas e atividades para o turismo.

Em entrevista concedida ao informativo local do PSDB, durante a corrida eleitoral pela prefeitura municipal em 2004, o prefeito reeleito Danilo José Toledo, o Danilo do Mikilim, afirmou estar pautando o desenvolvimento da economia do município no turismo. Segundo o prefeito e candidato a reeleição:

“(...) de imediato temos que investir em infra-estrutura urbana. (...) é no turismo que apostamos nossas esperanças: investir nele significa aumentar a rede hoteleira, os restaurantes, o comércio e os serviços de entretenimento, e, assim, conseqüentemente, gerar mais empregos (...)”.

A prefeitura local tem pautado em seus discursos, eventos e campanhas que pretende afirmar este caminho, porém, com exceção das intervenções urbanas, nada foi feito em termos de melhorias na infra-estrutura para que o turismo se torne realidade. Além disso, não existe nenhum projeto de inclusão da comunidade local nesta nova fase de desenvolvimento que se almeja. A cidade até o momento não tem suporte para receber um número elevado de turistas, e tão pouco se prepara para isto.

³⁹ A estrutura de saúde existente no município é precária e não suporta a população local no seu cotidiano, quanto mais em dias de festa, aonde a população local chega a dobrar. O serviço municipal de saúde é composto por um hospital, a Santa Casa de Misericórdia, com 30 leitos atendidos por 09 médicos, 8 auxiliares de enfermagem, 1 técnico de enfermagem e 1 enfermeiro. Realiza somente pronto atendimento, Ultra-som, Eletro Cardiograma, pequenas cirurgias e atendimentos ambulatoriais menos complexos. Conta ainda com um posto de saúde composto por uma equipe de 8 médicos e 3 equipes do Programa Saúde da Família (PSF), realizando atendimento ambulatorial, exames e campanhas de vacinação (Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, 2001).

Com todas estas mudanças para a afirmação do turismo, quais os novos papéis que serão desempenhados pelos moradores locais, principalmente os desfavorecidos, social e economicamente? Com a falta de políticas voltadas à capacitação da mão-de-obra local, como estes habitantes poderão ser absorvidos pelo novo mercado que está em vias de se abrir, já que a falta de recursos financeiros é um dos problemas que precisam ser diminuídos com esta nova tendência econômica? Todos os moradores locais trabalharão como caseiros, balconistas, ambulantes, auxiliares de cozinha, dentre outras, ocupações que exigem baixa qualificação?

A título de exemplo, em 2003 o município apresentava 1.121 postos formais de trabalho nos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços (SEADE-2004). O rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios no município, em julho de 2000, foi de R\$ 519,96 (SEADE-2004), demonstrando que além de apresentar um número reduzido de postos de trabalho, a remuneração é baixa, se tratando certamente de trabalhos que exigem pouca qualificação.

A inexistência de um Plano Diretor é o sinal mais claro da falta de ações mais concretas do poder público local com vistas a dinamizar este possível desenvolvimento, de modo que a refuncionalização do patrimônio possa ser utilizada como um mecanismo de inclusão social.

Com relação a ausência de um Plano Diretor local, temos que destacar que não existe nada neste sentido, sendo esta carência reconhecida pelos próprios administradores locais, desrespeitando as normas do *Estatuto da Cidade*⁴⁰ aprovado em 2001. Segundo o Estatuto o município tem a obrigação de elaborar este plano, pois com a homologação da sua transformação em Estância Turística em 2002, a legislação federal obriga a sua elaboração, já que passou a fazer parte dos municípios de interesses especiais⁴¹.

⁴⁰ De acordo com a Constituição Federal de 1988 a política de desenvolvimento urbano, baseada nos artigos 182 e 183, regulamentados pela Lei n.º 10.257 de 10 de Julho de 2001, denominada, Estatuto da Cidade, tem como objetivo principal, ordenar o pleno desenvolvimento das funções urbanas da cidade.

⁴¹ De acordo com o Artigo 41 da Lei n.º 10.257, o plano diretor é obrigatório para cidades: I – com mais de vinte mil habitantes; II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; III – onde Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art.182 da Constituição Federal; IV – **integrantes de áreas de especial interesse turístico**; V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional (Constituição Federal do Brasil).

Além do Estatuto da Cidade, uma lei de âmbito federal, a Constituição do Estado de São Paulo também obriga a elaboração de um Plano Diretor para todos os municípios do Estado e São Luiz do Paraitinga nunca cumpriu essa obrigação⁴². Aqui podemos apontar um conflito entre a legislação e o seu cumprimento, pois a cidade foi transformada em Estância Turística em 2002 descumprindo a legislação urbanística estadual vigente.

Com esta contradição entre as esferas de administração das cidades brasileiras, ficando em último plano a esfera municipal, a Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, mesmo a legislação exigindo, não fez nada até o momento. Segundo Eduardo Valente, 53 anos, o secretário de turismo local:

“(...) não chegamos a fazer esse plano não, nós temos que terminar o plano diretor da cidade, isso aí é obrigatório, é lei, nós tínhamos 5 anos a partir da data da passagem para Estância, 2002, começamos o plano diretor em 2004, mas por ser um ano eleitoral não deu certo. (...) ainda temos mais 2 anos, mas tem que fazer e aí é que vai ter que ser realmente traçado um plano mais a longo prazo (...)”.

Em um depoimento concedido no final de 2002 o prefeito Danilo Mikilim, reeleito em 2004, declarou estar fazendo o plano diretor para a cidade, porém, pelas declarações de seu assessor fica claro que este plano não saiu do papel. Segundo o prefeito:

“(...) tenho conversado com o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), com as associações, com os conselhos e sempre falando que precisamos fazer um planejamento em conjunto com a comunidade. Por sermos estância turística estamos sendo obrigados a fazer um plano diretor e já estamos dando os primeiros passos neste sentido. Esse planejamento deverá ser feito junto com a comunidade, procurando capacitar a população, estamos engatinhando, é uma proposta a longo prazo. Já estou providenciando o levantamento de custo (...)”.

Em São Luiz do Paraitinga o planejamento urbano, até o momento, não foi feito e, conseqüentemente, seu Plano Diretor também não saiu do papel, apesar da

⁴² De acordo com o § 1º do artigo 181 os planos diretores são obrigatórios a todos os municípios do Estado (Constituição do Estado de São Paulo).

grande importância atribuída a estes planos no Brasil desde os primórdios do desenvolvimento urbano das cidades⁴³.

Na década de 1960 o plano diretor passou a ser denominado planejamento urbano integrado; a integração passou a ser o ponto central. Anos mais tarde foi adotado um modelo pautado no zoneamento. Como nas demais partes do globo, o planejamento no Brasil esteve sempre associado à ordem, à racionalidade e à eficiência, procurando seguir os princípios técnicos e ideológicos dominantes do momento.

Villaça (1999) critica o modelo de planejamento que vem sendo forjado no Brasil, afirmando que não podemos considerar as intervenções feitas nas cidades brasileiras um modelo de planejamento urbano, mas apenas uma maneira de organização intra-urbana. Os modelos desenvolvidos não adotam medidas de base, procurando sempre ocultar os problemas existentes através de planos pontuais.

O planejamento praticado no Brasil sempre foi um planejamento ideológico. Geralmente não passam de diagnósticos municipais, na maioria das vezes um inventário com poucos elementos que assegurem sua operacionalidade, além de serem financeiramente inviáveis (Moreira, 1989).

As políticas públicas desenvolvidas no Brasil geralmente são tratadas e aplicadas como ações estratégicas e pontuais para a diminuição da pobreza, ficando sob ampla responsabilidade do Estado, uma política extremamente assistencialista. O grande entrave da afirmação do planejamento no Brasil é a estrutura social paternalista e patrimonialista, inviabilizando a democracia plena, já que a maioria da população é excluída do processo político (Spósito, 1997, p. 313). Como chama a atenção Frey (1996, p. 128), o planejamento é uma questão eminentemente política, não técnica como

⁴³ Conforme Abreu (2002, p.153) diferentemente do que pensam alguns estudiosos brasileiros, as cidades do período colonial não foram obras do acaso, mas sim um processo de construção e planejamento, trabalhando sobre a hipótese do desenvolvimento de um sistema urbano maior. A coroa portuguesa com o objetivo de planejar o desenvolvimento das cidades brasileiras, enviou ao Brasil uma série de arquitetos, engenheiros, destacando-se entre estes o arquiteto Luis Dias. O que deve ser salientado é que foram feitos planos somente as cidades mais representativas, as ditas *cidades reais*. Para o autor: "(...) as decisões relativas à medição e à aruação das sesmarias de chãos, ou seja, dos lotes urbanos doados para a formação da cidade, aparecem desde os primeiros tempos e prolongam-se por todo o período colonial" (Abreu, p. 153, 2002). Pode estar aí o início do planejamento no Brasil, já pautado no patrimonialismo português.

pensam os especialistas, devendo ser trabalhado enquanto uma ferramenta político-pedagógica, um espaço de exercício da cidadania.

Complementando as críticas anteriores e afirmando a ineficiência do planejamento no Brasil, Souza (2002) ressalta a vaguidade da legislação urbana brasileira. As leis relacionadas aos parâmetros de crescimento e desenvolvimento urbanos são muito vagas, abrindo brechas administrativas e técnicas para os planejadores e políticos fazerem prevalecer suas idéias e interesses, como podemos perceber com as constantes mudanças de zoneamento nas periferias das cidades. O planejamento no Brasil é tratado como sinônimo de intervenção urbanística e realização de grandes obras.

Com a aprovação do *Estatuto da Cidade* em 2001, podemos considerar que houve uma melhora na legislação urbanística e na descentralização do papel do Estado nas escalas superiores enquanto norteador das decisões, posição que passou a ser assumida pela escala municipal. Institucionalmente, o planejamento no Brasil é descentralizado, dando aos municípios uma certa autonomia para elaborar seu planejamento e sua política de gestão. O problema enfrentado pela administração pública brasileira está ligado à falta de cultura para se planejar, sendo tudo feito da noite para o dia (Souza, 2002). Os municípios passaram a ter mais autonomia com relação a seu processo de crescimento e desenvolvimento, cabendo aos seus administradores organizar e desenvolver políticas de gestão local, procurando reestruturar seu sistema produtivo e dinamizar sua economia.

Realmente esta colocação de Souza (2002) é muito pertinente, porém ela nos leva a uma interrogação: os municípios com população reduzida, realmente têm autonomia para planejar e executar suas políticas públicas, já que a maior parte de sua receita financeira é oriunda do Governo Estadual e Federal?

A Constituição Federal de 1988, e mais tarde o *Estatuto da Cidade*, fortaleceram a autonomia municipal nos assuntos de cunho local, procurando ressaltar os interesses do município sobre o Estado e a Federação, porém aparentemente esta descentralização não saiu do papel. De acordo com a nova legislação:

“(...) o Poder Público Municipal deve se responsabilizar pelo estabelecimento de normas especiais de urbanização, de uso e ocupação do solo e de edificação, consideradas a situação sócio-econômica da população atendida e, também, fixará, para estas áreas, as normas ambientais pertinentes” (Oliveira, 2001, p.13).

O *Estatuto da Cidade* prevê que a gestão de uma cidade deve estar baseada na adoção de medidas compatíveis com suas possibilidades, econômica, social e ambiental, procurando seguir o rumo da autogestão. Devem valorizar os recursos existentes através de ações inovadoras e responsáveis, garantindo sempre a melhor qualidade de vida de sua população. Os cidadãos, como principais interessados, devem fazer parte das tomadas de decisões relativas ao andamento do desenvolvimento da cidade, criando planos e projetos de iniciativa popular. A população deve ter todo o direito de intervir em seu espaço cotidiano, integrando a gestão da cidade e a democracia.

Seguindo a recomendação do *Estatuto*, temos que ter a população como eixo principal no momento da elaboração do planejamento, porém estar atentos para que esta não se torne uma pseudo-participação, onde os cidadãos só participam dos resultados. A participação se dá apenas na base do discurso, onde os responsáveis, geralmente políticos, delimitam a atuação da população em nome da opinião de especialistas.

Esta ótica vem sendo muito prejudicial para a preservação do patrimônio urbano brasileiro, sempre enquadrado em políticas de intervenções físicas pontuais que procuram ocultar a realidade em que este se encontra. O caso da refuncionalização⁴⁴ do Bairro do Recife (Leite, 2004) é um belo exemplo de uma intervenção pontual e de exclusão sócio-territorial, transformando uma série de pontos de sociabilidade cotidiana em amplos espaços vazios, por meio de reformas de lugares, que só são utilizados plenamente em eventos, geralmente produzidos pelo próprio poder público. Os cidadãos participaram somente como receptores destas políticas.

⁴⁴ O antropólogo Rogério P. Leite (2004) não utiliza o termo refuncionalização mas sim *enobrecimento*. Neste trabalho, em sua essência, podemos considerar os termos como sinônimos, pois ambos tratam das novas formas de utilização do patrimônio arquitetônico, por meio da sua transformação em produto voltado ao desenvolvimento do turismo.

Ao elaborar o planejamento de uma cidade seus administradores devem priorizar a confecção de seu Plano Diretor. Os Planos Diretores necessitam ser aprovados por lei municipal, integrados às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual do município; devem buscar uma melhor adequação do uso da propriedade do solo e a responsável utilização dos recursos existentes, procurando sempre garantir a preservação do ambiente urbano, desenvolvendo condições institucionais contínuas, trabalhando com propostas eficazes e viáveis.

“O plano diretor deve ser entendido como um instrumento através do qual a sociedade orientaria o processo global de desenvolvimento físico da cidade, em função dos objetivos sócio-econômicos e políticos democraticamente escolhidos e dependentes daquele processo” (Costa, 1989, p. 76).

Os planos devem estar direcionados para transformações estruturais no processo de produção, apropriação e uso do espaço urbano, criando uma nova base institucional para o desenvolvimento urbano, trabalhando com objetivos e regras mais democráticas. As transformações e os objetivos propostos para uma cidade devem ser feitos por meio da análise de tendências e problemas específicos de cada cidade.

Um problema comum à elaboração de planos diretores no Brasil é sua relação com a realidade; por serem confeccionados nos gabinetes, os planos geralmente assumem um caráter de sofisticação, como se os problemas e soluções fossem sempre os mesmos. A arquiteta Ermínia Maricato (2000) destaca que grande parte da ineficiência dos planos brasileiros reside no hábito de se resolver os problemas e contradições das cidades através de medidas legislativas descoladas da realidade. Pautados na racionalidade técnica, os planejadores trabalham sempre em função de interesses eleitorais e financeiros, ficando distantes da realidade local.

Apesar da presença dos técnicos de gabinete, a inexistência de quadros técnicos capazes de elaborar adequadamente um plano diretor no âmbito do Executivo também emperra o desenvolvimento do planejamento brasileiro. Os políticos brasileiros geralmente tornam esses planos uma moeda de negociações político-partidárias, sendo feitas concessões arbitrárias sempre em favor dos grupos políticos e econômicos

dominantes (Souza, 2000). Na maioria dos municípios prevalece o conservadorismo e a corrupção.

O poder público de São Luiz do Paraitinga não escapa desta colocação a respeito da falta de planejamento e do desconhecimento para a organização dos territórios da cidade. Monsenhor Tarcísio de Castro Moura, 89 anos, destaca em seu depoimento a falta de conhecimento da realidade no momento de serem realizadas intervenções em São Luiz do Paraitinga:

“(...) a verdade é que é falta de conhecimento mesmo, porque com a prefeitura é o seguinte, eles contratam umas pessoas de Taubaté, eles vem, fazem o negócio sem conhecer, coisa de engenheirinhos (sic) que estão começando a vida, e vai tocando, quer dizer, na frente as casas estão bonitas, mas por dentro já estão todas destruídas (...)”.

Para João Eduardo, 35 anos, empresário do setor turístico local, os interesses eleitorais e financeiros predominam nestas obras e São Luiz do Paraitinga não foge a regra:

“(...) o pessoal gosta de fazer grandes estradas, grandes coisas, coisas faraônicas que vão ficar e vão aparecer, gosta de pintar tudo de amarelo, pra mostrar quem está no poder, bom, acho que não precisa falar quais são os interesses envolvidos nestas intervenções?”.

Podemos afirmar que a Prefeitura local, sem qualquer planejamento, tem trabalhado com vistas a melhorar a cidade enquanto um cenário que remeta o turista ao período do café, pois, seguindo as tendências predominantes nas políticas de preservação e gestão patrimonial brasileiras, é obrigatório somente a preservação volumétrica e da fachada das obras tombadas. Assim, pautadas na manutenção de suas fachadas, estes imóveis foram totalmente transformados na sua parte interna, acoplando, ou destruindo, novos cômodos nestas obras. Vale lembrar que esta recomendação de preservação fachadista está no estudo de tombamento do Condephaat feito para a cidade.

Devido a este entrave político o planejamento urbano não pode ser uma reunião de documentos técnicos, passando a ser trabalhado como um momento de elaboração, atualização e reelaboração de diretrizes técnico-políticas, *um instrumento orientador nas negociações políticas*⁴⁵ em torno do destino da cidade. Visto que o planejamento urbano deve buscar melhorias nas condições de vida da população e do ambiente, Souza (2000a, p.47.) considera como uma possível saída, a adoção de um modelo de planejamento urbano alternativo⁴⁶, pautado na participação da sociedade em sua totalidade.

Uma das saídas do planejamento conservador e tecnocrático é o planejamento do território conjuntamente com programas específicos de geração de empregos e rendas para a sustentação da população local. A idéia de que especialistas devem decidir em nome da maioria é um discurso político e classista. Os técnicos deverão atuar como consultores ou assessores, procurando esclarecer à comunidade suas dúvidas e possibilidades. Ao participar das decisões os cidadãos se sentem muito mais responsáveis por seus resultados (Souza, 2002, p. 330).

Uma das dificuldades apontadas por Maricato (2001, p.51), com relação a confecção de planos de desenvolvimento urbano alternativos no Brasil, é a impossibilidade de tomar o ambiente construído independentemente da sociedade que o constrói e ocupa. Para a autora: *“(...) é impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseadas em relações de privilégio e arbitrariedade, possam produzir cidades que não tenham essas características”*.

Outro ponto citado pela autora é a defasagem funcional da máquina pública brasileira, aplicando leis de forma arbitrária e voltadas a interesses particulares e

⁴⁵ Grifo do autor.

⁴⁶ Para Souza (2002, p. 280) o *planejamento urbano alternativo* deve estar pautado na busca da justiça social, preocupando-se com a melhor distribuição dos investimentos públicos nas obras de infra-estruturas básicas necessárias, visando diminuir a segregação espacial e econômica. As cidades devem adotar uma política de desenvolvimento participativa, partindo para uma co-gestão, entre o Estado, o capital privado e a sociedade civil. Através do planejamento os administradores das cidades devem combater a especulação imobiliária no intuito de aumentar a arrecadação tributária do município, realizando uma sobretributação de imóveis mantidos como reserva de valor. Como exemplo o autor apresenta o modelo adotado pela prefeitura de Porto Alegre em meados dos anos 1980 desenvolvendo o orçamento participativo. Não que todas as prefeituras devam adotar este modelo, mas se trata de um excelente ponto de inspiração para um planejamento mais democrático, devendo ser trabalhado e construído de acordo com a realidade de cada cidade.

eleitorais. A confusão entre as esferas públicas e privadas, predominando sempre o favor, além do grande distanciamento com a realidade local, faz com que sejam importados modelos utilizados no exterior, na maioria das vezes totalmente fora da realidade brasileira (Maricato, 2001, p.54).

Grande parte dos problemas do planejamento urbano no Brasil esbarra na questão política. Quando estão sendo confeccionadas as políticas e ações voltadas ao ordenamento sócio-territorial, prevalecem sempre o patrimonialismo, o paternalismo, o favorecimento. Para Sérgio Buarque de Holanda (1936, p.89) temos aí um traço da nossa formação cultural; a adoção do favor, do paternalismo que tem suas origens na estrutura familiar trazida com a colonização portuguesa. A ordem familiar para o povo luso sempre prevaleceu, nascendo aí, o início da grande confusão que normalmente se dá no Brasil entre o público e o privado.

Celso Furtado (2002, p.15) concorda com Holanda (1936), porém como uma visão mais otimista. Para o economista:

“(...) o nosso país se singulariza pela disponibilidade de recursos. O Brasil é um dos poucos países que dispõem de um nível de renda per capita e de grau de urbanização suficientes para, em prazo relativamente curto, erradicar a fome e a miséria. Nosso problema maior – o da pobreza – tem solução se adotarmos uma política adequada. Vontade e ação política: é disso que necessitamos” .

São Luiz do Paraitinga, uma cidade pequena, pode ser enquadrada em todas as colocações anteriores a respeito da ineficiência do planejamento urbano no Brasil, tratando-se de uma ação e de uma mentalidade que ainda está longe de ser desenvolvida e efetivada na cidade. Os interesses particulares, assim, como os financeiros e eleitorais ainda prevalecem sobre os demais, e a cidade fica com seu desenvolvimento à deriva e à mercê de interesses externos, atualmente, ligados ao mercado turístico. Assim como no período da economia do café, o turismo pode dar bons resultados imediatos e impulsionar a economia local, mas também pode, num longo prazo, acarretar numa grande descaracterização de seu patrimônio cultural, processo irreversível posteriormente.

CAPÍTULO 6

Mitos e ilusões, a preservação e o exercício da cidadania

Dentro deste contexto de revalorização dos espaços das cidades, ditados pelo consumo, a cidade e seu patrimônio vêm incorporando seus signos e símbolos à lógica do mercado. Os ideais da modernidade deram um novo sentido às cidades, que se tornou um lugar de consumo e ao mesmo tempo consumível, ela mesma passou a ser o objeto a ser consumido (Lefebvre, 1969). Com a mudança no valor dos espaços da cidade, o patrimônio arquitetônico passou a ser um dos pilares de sustentação na revalorização destes espaços.

Em São Luiz do Paraitinga, por meio de uma série de intervenções urbanas em seu Centro Histórico, e de um discurso voltado para a valorização do passado enquanto possibilidade de atração turística, o poder público local busca construir imagens positivas do lugar.

A cidade está inscrita no Livro do Tombo do Estado de São Paulo, desde 1982, embora esse tombamento judicial não tenha mudado muito a mentalidade dos responsáveis pelo planejamento e pela gestão da cidade no sentido de preservar o patrimônio existente. Até o momento o poder público não desenvolveu nenhum projeto visando à preservação e a conscientização da população local com relação ao valor de seu patrimônio enquanto referência pedagógica, cívica e cultural.

Algumas iniciativas pontuais, como um acordo de cooperação assinado com a prefeitura de Santana do Parnaíba-SP, em meados de 2003, para a criação de uma oficina de artes para a restauração da Capela das Mercês, não representam, contudo, uma nova mentalidade em termos de planejamento, gestão e preservação. Não há nenhum projeto mais efetivo que englobe a população como um todo, proposto pela prefeitura local ou pela população. As atividades e atitudes acabam sendo esporádicas e paliativas. Não há um comprometimento entre as diversas instâncias sociais, o Estado, a

sociedade civil e o capital privado do município visando a preservação, mesmo com um discurso voltado para o turismo.

O Condephaat, em 1982, após o estudo para o tombamento do patrimônio local incluiu a cidade no *Programa Cidades Históricas*⁴⁷. Foram feitas algumas propostas de intervenção para a cidade, porém muito pouco foi seguido. O próprio Condephaat, responsável pela fiscalização destas intervenções, ficou ausente, averiguando somente pedidos de reforma nos imóveis principais.

Uma das propostas feitas trata-se do desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo, porém, o órgão não fez mais nada para que estas fossem implantadas. Segundo o estudo de tombamento: *“O município alimenta, com razão, face ao valor histórico, artístico e arquitetônico de seu acervo urbanístico/edilício, a perspectiva de ativação da atividade turística”* (Governo do Estado de São Paulo, 1982, p.139). No mesmo estudo tem-se a proposta de elevação do município à condição de Estância Turística do Estado, o que de fato aconteceu vinte anos mais tarde.

Com o tombamento do patrimônio da cidade e com a proposta de desenvolvimento do turismo o respectivo órgão abriu caminho para a valorização dos espaços locais, porém não deu subsídios técnicos e financeiros para que este processo se desenvolvesse de forma a diminuir as desigualdades sócio-econômicas existentes, um ponto chave para qualquer prática preservacionista. Foi uma atuação até certo ponto contraditória, pois o órgão responsável pela preservação fez a proposta e ficou distante de seu desenvolvimento, abrindo caminho para a atuação do capital privado. Conforme destaca Luchiarri (2002, p. 39) ao discutir a valorização do patrimônio natural, mas que podemos transpor para o patrimônio arquitetônico: *“Tal valorização tem se mostrado como propulsora de vários processos de urbanização turística, em que as contradições entre a preservação ambiental, a atividade turística e a justiça social são evidentes”*.

Após o encaminhamento do projeto de Lei em 2001, em julho de 2002 a cidade foi classificada como Estância Turística do Estado de São Paulo⁴⁸. A mudança

⁴⁷ Este programa consiste no desenvolvimento de medidas legais e programas de preservação e proteção, além de propostas de intervenções urbanísticas voltadas ao desenvolvimento local, dentre estas, destaca-se o tombamento.

⁴⁸ Lei Estadual nº 11.197 de 05 de Julho de 2002 – Transforma em Estância Turística do Estado de São Paulo o Município de São Luiz do Paraitinga. (Diário Oficial do Estado de São Paulo, 05/07/2002).

para Estância Turística dará origem a um bom volume de verbas advindas do Governo Estadual para o município e poderá trazer melhorias para a comunidade, inclusive com a possibilidade de aumento no número de postos de trabalhos no local. Segundo representantes da atual gestão administrativa, o município, a partir de janeiro de 2003 tem direito a receber uma verba anual de aproximadamente R\$ 679 mil, oriundos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE), órgão ligado a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

O município já recebeu uma parcela desta verba e deu-se início a um processo de refuncionalização nos equipamentos urbanos do município, principalmente os do Centro Histórico. Com os recursos obtidos através da categoria de Estância Turística, a cidade foi transformada em um canteiro de obras; foram realizadas a reforma da Praça Oswaldo Cruz⁴⁹, a restauração do Mercado Municipal⁵⁰, e a reforma do calçamento das ruas do entorno da praça. Este processo alterou de forma substancial o cotidiano da população local; o Mercado foi fechado, a praça foi cercada com tapumes de madeira, e a circulação de pessoas pelas ruas do centro exigiu a transposição de muitos obstáculos.

Um ponto que deve ser salientado com relação as obras que foram feitas ocorrendo na cidade, é que a execução das obras foram iniciadas sem qualquer consulta prévia à população e os projetos foram apresentados após o início das obras. A reforma que foi realizada na praça central da cidade vem sendo defendida pelo poder público como a saída para o município entrar definitivamente no circuito turístico brasileiro, o que de fato pode não acontecer somente com uma requalificação paisagística.

Alegam os administradores locais, que as reformas realizadas procuraram seguir as formas da praça da década de 1950 e com isso irá melhorar a visão do conjunto arquitetônico, o grande atrativo para o turista. Mas por que seguir o modelo da década de 1950 e não 1930 ou 1980? O desenho da praça de 1950, escolhido como modelo é mais importante do que a forma da década de 1920? Será que o atrativo da mesma praça não era os casarões escondidos pelas copas das árvores,

⁴⁹ Projeto aprovado pelo Condephaat – Processo nº 43.352/02 – aprovado em 18 de agosto de 2003. Verba de R\$ 349.664,05 (US\$ 156.100,00).

⁵⁰ Projeto aprovado pelo Condephaat – Processo nº 44.395/02 – aprovado em 15 de setembro de 2003. Verba de R\$ 330.000,00 (US\$ 147.321,05).

fazendo com que o turista andasse pelo Centro Histórico da cidade numa busca por suas formas arquitetônicas acortinadas pela vegetação? São pontos que nos possibilitam questionar estas reformas da maneira como vem se dando.

A preocupação com a valorização estética e fachadista em São Luiz do Paraitinga é um sinal dos rumos que estão sendo dados pelo poder público local em relação ao verdadeiro objetivo destas intervenções. As intervenções estão ocorrendo, porém os estudos e as metodologias adotadas são contestáveis, mas ao mesmo tempo ratificadas por técnicos responsáveis, entre eles o próprio Condephaat. Segundo a historiadora Olga Rodrigues (ValeParaibano, 03/01/04), uma das responsáveis pelos estudos dos projetos de reforma: “(...) *os fios elétricos têm que ser colocados de uma forma que não prejudique a estética da praça (...)*”. Para ela a praça tem que ser reformada seguindo os modelos da década de 1950, independente da dinâmica social que lá existe e existiu. A atividade turística é o principal argumento das mudanças.

A reforma da Praça Oswaldo Cruz alterou totalmente a sua forma interna e externa (seqüência de fotos, de 8 a 14). Todas as árvores foram retiradas e seu traçado foi redesenhado. A paisagem, após a retirada da vegetação, sofreu uma brusca transformação, pois as grandes e frondosas árvores foram substituídas por pequenos arbustos.

Ao visitar São Luiz do Paraitinga durante a reforma da praça, dois turistas decidiram enviar uma carta à Câmara Municipal local, contestando as mudanças, questionando e enfatizando a retirada das árvores. Realizaram uma pequena enquete com os habitantes da cidade e chegaram a conclusão de que foi uma reforma radical que partiu de cima para baixo, sem qualquer consulta com a população, e em comum acordo com o Condephaat, o que os deixou mais assustados com as obras.

“(...) apesar da farta argumentação apresentada pela prefeitura, associada as autorizações obtidas junto ao órgãos competentes, como CONDEPHAAT, encontramos muita gente contrária à forma como foi conduzido o processo. (...) faltou visão, faltou bom senso. Ninguém seria contra a reforma, mas a preservação de alguns espécimes no interior da praça seria imprescindível e, no mínimo, mais inteligente (...)”, conclui a carta. (Oliveira, Gabriel E.G. de; Nogueira, Paula. A indignação de um turista. [s. l.], [s. d.]).

Atitudes como essa nos levam a questionar estas reformas, pois, como podemos perceber pela atitude que partiu de turistas, estas reformas podem ter efeitos indesejáveis do ponto de vista de atração e desenvolvimento do turismo, causando o efeito contrário e uma certa repulsa por parte daqueles que para lá se dirigem em busca de paz e sossego e de uma praça com sombras, já que nas cidades grandes é coisa rara de se encontrar nos dias de hoje.

Foto 8 – Praça Oswaldo Cruz antes da reforma iniciada em 2004.



FONTE: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga

Fotos 9 e 10 – Início das reformas da Praça Oswaldo Cruz em meados de 2004.



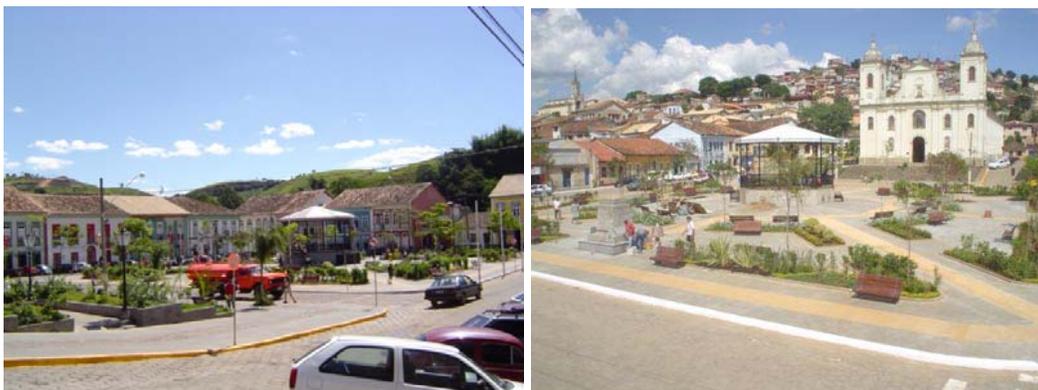
FONTE: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga

Fotos 11 e 12 – Reforma da Praça Oswaldo Cruz em fase de acabamento no início de 2005.



FONTE: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga

Fotos 13 e 14 – Praça Oswaldo Cruz após a conclusão das reformas em meados de 2005.



FONTE: Melissa Ramos da Silva Oliveira

Ao alterar a forma da praça temos a possibilidade de alteração em seu uso, pois a praça era um local de encontro da população, de vivência, onde se davam as trocas e os relacionamentos entre os habitantes locais. Com a nova praça, um processo de refuncionalização territorial voltado para o turismo, tem-se a possibilidade de se perder um dos atrativos da cidade, as trocas que se davam no local em seu cotidiano, já que a praça não será mais a mesma, sem suas belas sombras sempre acalentando os habitantes mais velhos que para lá se dirigiam, visando contar causos e expor seus passarinhos, outra tradição que aos poucos vai sendo esquecida na cidade.

Foi muito comum nos domingos de manhã, os moradores locais levarem suas gaiolas com suas respectivas aves para tomar sol e cantar sob as sombras das árvores da praça. Formavam uma bela sinfonia, geralmente controlada pelo sino da Matriz, que por sua vez, anuncia a hora do almoço, uma tradição que ainda é preservada na cidade.

As árvores não existem mais, melhor, são arbustos; os pássaros estão sumindo; as procissões centenárias estão redesenhando seu caminho; o fluxo do trânsito foi alterado; o Carnaval passa por adaptações em suas manifestações, enfim, temos uma série de alterações que já vem ocorrendo no cotidiano em função destas reformas, além de outras que podem vir a acontecer com o passar do tempo. Onde serão realizados os encontros e passeios que cotidianamente se davam sob as sombras da praça? As mudanças nos trajetos e caminhos construídos em séculos não poderão acentuar uma série de mudanças nas manifestações sócio-espaciais que se dão no cotidiano local?

Não podemos ser deterministas e afirmar que as alterações nas formas das cidades per si irão alterar totalmente as manifestações culturais cotidianas locais, mas já temos indícios de que as mudanças ocorrerão, pois as práticas sociais condicionam e são condicionadas pelas formas da cidade, aqui trabalhadas enquanto forma-conteúdo.

Ao tomarmos o patrimônio arquitetônico enquanto formas-conteúdo da cidade, podemos apontar que a organização do território por meio da refuncionalização,

tem influência decisiva nas manifestações simbólicas que se dão no lugar, um espaço social e fisicamente construído. Segundo Anthony King (1994, p.435):

“(..) as mudanças na construção do espaço, na sua organização e no seu controle e representação na forma da construção e na forma urbana, é um fator importante na transformação das culturas (especialmente materiais) em escala global. Entretanto, a forma não deve ser confundida com o conteúdo, como também não podemos deixar de reconhecer que formas aparentemente similares podem ter significados bastante diferentes”.

Mesmo com as reformas em andamento, a cidade continua carente de serviços básicos coletivos, também necessários ao desenvolvimento turístico, como uma coleta eficiente de lixo nos momentos de pico de visitação, uma nova rede de coleta de esgotos, um sistema viário eficiente, melhorias no calçamento do entorno do Centro Histórico, uma nova rede de distribuição de energia elétrica, melhorias na sinalização, além da ausência de projetos que amenizem os efeitos das enchentes que ocorrem todos os anos durante os meses de janeiro, fevereiro e março, enfim, uma série de medidas que deveriam ser tomadas visando melhorar o cotidiano local, para daí sim, pensar em obras de requalificação da paisagem urbana enquanto atrativo turístico.

O lixo que é jogado nas margens do rio Paraitinga e em alguns outros pontos da cidade, inclusive em locais tombados como no Largo do Rosário, local onde a própria prefeitura colocou um cesto de lixo, entre outras carências, nos leva a questionar qual o verdadeiro sentido destas reformas. A título de exemplo, a coleta de esgotos na cidade abarca 79,84% (SEADE-2004) das casas existentes, sendo os demais despejos realizados in natura no rio Paraitinga, situação que será alterada com o funcionamento da Estação de Tratamento de Esgotos Municipal inaugurada em meados de 2005⁵¹. Sendo assim, uma reforma na rede de esgotos deveria ser um ponto primordial ao escolher as obras que seriam realizadas na cidade com as verbas vindas do DADE

⁵¹ A construção da Estação de Tratamento de Esgotos de São Luiz do Paraitinga é fruto de uma ação civil pública movida pelo Comitê da Bacia do Paraíba do Sul contra a Agência Nacional da Água (ANA) visando a despoluição do rio Paraíba, e como o rio Paraitinga é um de seus principais afluentes, juntamente com o Paraibuna, São Luiz do Paraitinga foi agraciado por esta construção. Esta obra ficou sob a responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo por meio da SABESP (processo nº. 8.54603) Gostaria de salientar que foi reflexo de uma ação maior e não uma atitude pensada e planejada pela administração pública municipal como pregam seus representantes.

visando melhorias para as atividades do turismo. Mais uma vez a falta de planejamento fica exposta.

Todas as obras foram aprovadas pelo Condephaat, contradizendo suas próprias recomendações quando realizado o levantamento para o processo de tombamento, no início da década de 1980⁵². Uma das propostas feitas pelo órgão estava relacionada à manutenção da praça, realizando apenas sua conservação; deveria ser mantido o desenho original, o que não aconteceu com a praça nova que foi construída, pois ela foi feita em conjunto com um calçadão. Delimitou a manutenção da paisagem do entorno do centro da cidade, inclusive como uma medida que poderia auxiliar na redução das enchentes. Esta proposta também não saiu do papel pois a área delimitada para a proteção atualmente é um loteamento residencial, uma escola pública e ruas, com todos os projetos aprovados pelo Condephaat.

As intervenções estão sendo realizadas e podem alterar funcionalmente estes espaços criando, posteriormente, problemas de difícil solução. Muitos imóveis precisam de reformas⁵³ urgentes, as ruas estão em estado precário de conservação, o que acelera o processo de degradação dos imóveis históricos, e uma série de medidas emergenciais precisam ser tomadas, para que a implementação do turismo não fique apenas no discurso político, inclusive a capacitação da mão-de-obra local para tais atividades.

As reformas vêm sendo defendidas pelo poder público local como necessárias e primordiais ao desenvolvimento sócio-econômico do município. Pautados em intervenções urbanísticas e na atuação do marketing, sem iniciar e desenvolver um processo de planejamento, esperam construir uma imagem positiva da cidade para, supostamente, desenvolver as atividades relacionadas ao turismo. Como bem destaca Vainer (2000), através da construção de imagens positivas da cidade temos a criação de uma série de símbolos e signos que servem para mascarar a realidade, direcionando os espaços da cidade ao consumo.

⁵² Com relação ao processo de tombamento, consultar: Governo do Estado de São Paulo, 1982.

⁵³ Gostaria de salientar que em São Luiz do Paraitinga não podemos falar em restauração, pois os trabalhos realizados não seguem as normas internacionais de restauro, se tratando apenas de trabalhos de reforma, geralmente com caráter emergencial.

A reforma do Mercado Municipal e da Praça Oswaldo Cruz tem causado sérios transtornos para os moradores da cidade, alterando seus ritmos de vida. Foram iniciadas as reformas da Praça e do Mercado desconsiderando que estes dois pontos exerciam outras funções, que não a de atração turística, mas sim a de ponto de encontro e sociabilidade dos moradores da zona rural e da área urbana. O Mercado (seqüência de fotos de 15 a 20) pode ter a sua função alterada, passando por um processo de elitização através da valorização turística, retirando daí os antigos freqüentadores.

Esquecem os administradores públicos que a maior função do Mercado Municipal e da Praça Oswaldo Cruz, é o fluxo de transeuntes locais em suas tarefas e atividades cotidianas. Este é o verdadeiro conteúdo destas formas, agora, refuncionalizados. Trabalhando na criação de cenários, o poder público deixa de cumprir sua função de garantir o exercício da cidadania da população local, já que passa a trabalhar em função das aspirações de um mercado externo ao lugar.

Para Marcelo Toledo, 43 anos, luizense, escrevente judiciário, a reforma do Mercado era uma questão de interesse público, devendo ser feita o mais rápido possível. Porém, ele já demonstra preocupações e alerta a respeito dos novos usos que poderão ser dados ao espaço reformado, expulsando os antigos freqüentadores. Para ele:

“(...) tem que se tomar cuidado, o mercado precisa estar melhorando, a aparência dele está muito desgastada, mas eu acho que o mercado depois de reformado, recuperado, tem de se tomar o cuidado para não elitizar, ele tem espontaneamente uma cultura que é do povo, é um ponto popular. (...) não adianta reformar e inibir e expulsar as pessoas que já estavam lá, criando uma outra proposta, como por exemplo um shopping center caipira e maquiar a cultura. (...) temos que procurar chegar em um acordo que seja bom para todo mundo, não elitizando a coisa e fazendo com que ele perca sua natureza de comércio e vire mais um centro cultural, não, nada disso, ele deverá ter uma função cultural e comercial”.

Realmente Marcelo Toledo tem razão ao se preocupar com o destino do mercado. Pela declaração do atual prefeito, Danilo José de Toledo, 45 anos, o Mercado não será o que era antes da reforma, sendo revisto uma série de posições a respeito da ocupação após essa reforma. Segundo o prefeito:

“(...) ali não foi fechado para reforma, mas foi fechado porque iria cair. (...) foi uma ação da Defesa Civil e do Ministério Público, que notificaram a prefeitura para interditar e eu interditei. Tiveram comerciantes que resistiram mas eu falei que era ordem judicial e acabou, eu fechei todo o lado norte. Todos vão ser indenizados, mas não vai ter jeito de retornar todo mundo para dentro do mercado, vai ter um controle maior. O mercado estava aparecendo uma favela, estava uma zona lá dentro, deram espaço para todo mundo e isso não vai acontecer mais. Tem comerciante usando espaço demais, quem não se adequar será indenizado, mas não fica mais trabalhando lá dentro”.

Foto 15 – Fachada externa da entrada principal do Mercado Municipal em 2001



FONTE: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga

Fotos 16 e 17 – Pátio interno do Mercado Municipal em 2002.



FONTE: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga

Foto 18 – Fundos do mercado com a nova praça em construção no final da reforma em 2005.



FONTE: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga

Foto 19 – Pátio interno do Mercado após a finalização da reforma em 2005.



FONTE: Melissa Ramos da Silva Oliveira

Foto 20 – Fachada da entrada principal com a antiga porta reaberta após a reforma finalizada em 2005



FONTE: Melissa Ramos da Silva Oliveira

Nota-se que não foram feitas muitas mudanças na volumetria do Mercado, a não ser pela abertura de uma antiga porta fechada em meados do século XX na sua lateral direita (FOTOS 15 e 20). A abertura desta porta não afetou a organização externa do Mercado e irá facilitar a circulação de pessoas nos horários de movimento mais intenso, como aos sábados durante as manhãs, período aonde a maioria da população vai ao mercado fazer compras de produtos horti-fruti-granjeiros vindos diretamente da zona rural.

A ida ao Mercado aos sábados pela manhã é uma tradição na cidade, se tratando de um dia especial para os habitantes da zona rural que para lá se dirigem para vender sua pequena produção e, ao mesmo tempo, comprar alguns produtos industrializados como cigarros, açúcar refinado, sal, dentre outros. Para os habitantes da zona rural é um dia muito importante, pois é o dia para se contar e ouvir causos, apostar nos jogos de azar, jogando a famosa *cachetinha*⁵⁴, tomar pinga em companhia dos famosos pastéis de farinha de milho e ouvir uma boa moda de viola. Assim segue o dia, vendendo, cantando, bebendo e comendo, até que o sol se põe e já é hora de retornar a vida na roça, afinal, na zona rural não tem domingo e nem feriado, todo dia é dia de trabalho.

⁵⁴ Jogo de cartas semelhante ao pôquer.

Esta tradição, devido a reforma, pode ser perdida ou ser deslocada para outro local, pois com a nova organização interna do Mercado teme-se que os habitantes mais simples fiquem com receio e passem a não freqüentar mais.

O caipira tem como traço muito forte de seu comportamento social o estranhamento à novidade. O caipira tem como base social o grupo fechado, definido pela relação de proximidade territorial, apresentando uma economia fechada baseada no trabalho isolado ou na cooperação ocasional, geralmente, em formas de mutirão. “(...) a sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (...) tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência (Candido, 2003, pp. 46).

Com base na colocação de Antônio Candido podemos afirmar que esta reforma no Mercado pode provocar um certo sentimento de estranhamento da população mais simples, principalmente da população rural, com relação ao novo Mercado, agora todo modernizado com seus novos boxes comerciais e azulejos brancos, e este espaço refuncionalizado pode vir a perder suas antigas sociabilidades, até então, divulgada como uma atração turística local.

Não podemos dizer o mesmo do espaço interno, já que teremos mudanças em sua organização, pois onde está localizada a nova porta (FOTO 20), existia uma antiga banca de frutas (Banca do Anacleto) que deixará de existir ou terá seu tamanho alterado. Nos fundos do Mercado (FOTO 18), foi construída uma praça que não existia, mas que aparentemente não irá afetar em nada na sua volumetria. Apesar de ser um espaço que não existia enquanto tal, ele ajudou a melhorar a higiene e a estética da área do entorno do Mercado, que estava extremamente deteriorada, pois era um terreno baldio utilizado como estacionamento e depósito de lixos, um ponto muito positivo da reforma feita. Mais uma vez podemos afirmar que as reformas foram realizadas com vistas a melhorar a estética da obra, deixando seus resultados num plano secundário.

Com a possibilidade de ser transformado em objeto de consumo, o patrimônio das cidades vem sendo valorizado por suas características estéticas, prevalecendo como prática, a criação de uma imagem voltada aos consumidores. Devido às novas exigências do mercado o patrimônio arquitetônico teve acentuado seu valor

cenográfico, passando por um processo de revitalização voltada ao mercado consumidor. São Luiz do Paraitinga não fica fora deste processo, mesmo ele sendo mais lento devido a falta de recursos financeiros, mas com as poucas verbas conseguidas com a elevação da cidade a Estância Turística, ficou claro quais serão os rumos adotados para a cidade desenvolver o turismo: a valorização estética de sua cultura e de sua arquitetura.

Lia Motta (2000), Antonio Augusto Arantes (1987), Carlos Fortuna (1997), Sharon Zukin (2000), Nestor G. Canclini (1994), e vários outros autores, levantam sérias objeções quanto a esta tendência de utilização patrimonial. Para eles, a elevação do patrimônio à condição de produto de consumo descaracteriza estas áreas enquanto lugares da cidade. Estas áreas passam a ser carregadas de novos símbolos e significados, sendo enobrecidas e destituídas de suas funções dentro da dinâmica sócio-espacial do local. Arantes (1987, p. 52) define de forma clara a mudança no sentido do patrimônio, para ele:

“(...) o que vejo como problemático a este respeito é que estas medidas vincularam os investimentos governamentais às exigências do consumo massificado e aos interesses empresariais do turismo, o que, por sua vez, reforçou a tendência de se preservarem os suportes físicos de uma história reconstruída de maneira linear e em tom glorificante. (...) através de acréscimos de significados e transformações simbólicas, esses bens são como que recriados culturalmente (...)”.

Ao adquirir um novo valor simbólico capitalizado pelo mercado de consumo, o patrimônio passa a ser vulgarizado em sua dimensão simbólica como uma marca, uma grife (Motta, 2000, p.263). O patrimônio é trabalhado e construído como uma mercadoria qualquer, sendo revitalizado e preservado apenas do ponto de vista estético de apelo visual, sacralizado como um cenário.

Desse modo, a refuncionalização do patrimônio voltado ao mercado se torna problemática do ponto de vista da preservação, pois incorpora estes cenários no espaço urbano, afastando-os do cotidiano do lugar. Assim, com a fetichização da paisagem e a sua refuncionalização para o uso turístico são criados, como afirma Zukin (1996, p. 218), sítios de fantasias com o intuito de substituir a realidade, iniciando um

processo de *disneyficação* do lugar, a partir de então, um produto oferecido ao entretenimento e ao lazer.

Com base nesta seletividade, os projetos de desenvolvimento turístico escolhem os lugares mais atrativos, desenvolvendo aí, uma territorialidade **do e para** o turismo. Nesta refuncionalização turística são selecionados os melhores lugares, a partir daí, tomados de assalto por investimentos externos. Como destaca Luchiari (2002, p. 40) ao analisar a mercantilização das paisagens naturais, mas que podemos apontar o mesmo processo para as cidades,

“(...) o lugar não é visto, vivido ou compartilhado. Deles são selecionados um conjunto de pontos atrativos que constroem uma narrativa artificial do lugar. Em torno destes produtos ocorre, então, a reprodução de modelos urbanos que participam de uma refuncionalização fragmentada da cidade, e de uma valorização do solo que imprime ao território um uso seletivo”.

Um ponto muito importante levantado por Motta (2000) e por uma série de pesquisadores, está relacionado a atuação do poder público na revalorização do patrimônio. Para a autora, o poder público deixa de cumprir uma de suas principais funções, a garantia da cidadania, quando atua em função dos interesses do capital especulativo. Com as novas interações entre capital, Estado e sociedade, a problemática patrimonial está mudando. Os problemas hoje em dia não são mais as políticas e estratégias de preservação, mas sim, os usos que serão atribuídos a este patrimônio.

“Considerando-se a enorme importância que a preservação e a defesa ainda tem, o problema mais desafiante, são os usos sociais do patrimônio. (...) aí que se devem concentrar os maiores esforços de investigação, reconceitualização e de política cultural” (Canclini, 1994, p.103).

Pautando-se no discurso da revitalização, do desenvolvimento, o restante da área, o entorno do objeto considerado patrimônio, passa a ser reurbanizado, modernizado e revitalizado, prevalecendo a valorização estética.

O patrimônio de São Luiz do Paraitinga vem sendo enquadrado dentro deste processo de criação de cenários voltados ao turista, medida confirmada pelas

recentes intervenções urbanas realizadas no Centro Histórico, em detrimento de problemas urbanos mais emergentes e que abrangeriam maior parcela da comunidade local. O objetivo social da preservação, neste caso, inexistente, sendo superposto pelo interesse econômico e eleitoral por parte dos administradores locais.

O descaso do poder público local em relação ao entorno do Centro Histórico irá se refletir no próprio centro, como já podemos perceber com o aumento no volume e no ritmo das enchentes que todos os anos acontecem na cidade, pois a periferia vem sendo empurrada cada vez mais para dentro do rio, já dá sinais de esgotamento, trazendo problemas ainda mais sérios para a preservação do patrimônio local. O rio está em processo acelerado de assoreamento devido a ocupação de grande parte de suas várzeas por construções residenciais, ruas, prédios institucionais, áreas impróprias para a moradia localizadas na periferia local, já que não se tem qualquer plano de expansão urbana na cidade (FIGURA 2).

Nesse processo de reconstrução das imagens da cidade, a indústria do entretenimento cultural vem ganhando cada vez mais espaço nas políticas públicas, e promove uma série de intervenções, físicas e simbólicas, realizando mudanças substanciais na dinâmica do lugar. Isto cria uma série de problemas à preservação do patrimônio enquanto fonte de referência documental.

Temos duas observações importantes feitas por Monnet (1996, p.227) a respeito das práticas de preservação adotadas atualmente. A primeira observação refere-se ao fato do patrimônio ser criado e sacralizado como o lugar do belo, da fantasia, da tradição, do passado glorioso, onde a violência não existia, portanto, estando sempre pautado nos discursos e interesses das camadas dominantes, que instituem sua história como a história coletiva. A outra observação está relacionada a possível homogeneização das práticas; a preservação vem assumindo um caráter global, e todas as cidades caminham no mesmo sentido, utilizando as mesmas retóricas, idéias, políticas, enfim, rumam à generalização, produzindo resultados muito semelhantes e análogos, porém em lugares com contextos muito variados.

Canclini (1994, p.96) destaca a preservação como uma prática que gera conflitos e contradições na sociedade atual. O patrimônio na sociedade contemporânea

vem sendo utilizado como um recurso para produzir (ou reproduzir) as diferenças entre os grupos sociais, e manter a hegemonia das classes dominantes. As diferenças sócio-econômicas dificultam muito a valorização dos bens culturais populares, e a cultura popular acaba ocupando um lugar subalterno e subordinado nas aspirações da sociedade, principalmente no momento de sua preservação. Os projetos de preservação ou revalorização de um patrimônio são contraditórios, pois a preservação normalmente é um termo que vem associado ao imobilismo⁵⁵, indo de encontro aos conceitos de desenvolvimento e progresso (Fortuna, 1997).

Para que a preservação do patrimônio arquitetônico se torne realmente eficaz e tenha um sentido cultural mais amplo, é preciso integrá-la à dinâmica das cidades, procurando incorporá-la no contexto urbanístico vigente. Os projetos de preservação devem manter as características da cidade, suas informações e seus significados, porém devem estar sempre abertos às transformações decorrentes da evolução sócio-espacial. Neste sentido, é interessante ressaltar a colocação feita pelo arquiteto Nestor Goulart Reis Filho (1995), ao fazer uma análise do quadro da arquitetura no Brasil.

De acordo com o autor, não devemos analisar um patrimônio histórico arquitetônico apenas como um acervo documental, mas sim, como um ponto de partida para as novas ações culturais do presente, procurando relacionar funcionalmente, elementos culturais do passado e elementos culturais do presente. As transformações devem ser realizadas, valorizando o cotidiano, o *saber-fazer* das coisas, a maneira de produzir e não o produto somente. Em ambientes urbanos, ao pensarmos em qualquer projeto de preservação, temos que pensar nos fins sociais deste processo, pois uma paisagem sacralizada como patrimônio por meio do tombamento, não deve perder o sentido para a população que nela habita, ou, a partir dela, se reconhece.

Zukin (1996) enxerga alguns pontos positivos e negativos no modelo de valorização do patrimônio adotado nos últimos tempos. Por um lado, ele pode alavancar

⁵⁵ Conforme trabalhado por Nestor Garcia Canclini (1994), a preservação vem ligada ao termo imobilismo, ao tradicional, o que pode ser considerado um ponto de vista equivocado. Para o autor, temos que partir da visão de que a cultura de um povo não se forma somente através da reprodução de sua tradição, mas sim, através da mistura e do uso de bens e mensagens multiculturais contemporâneos, pois a cultura é dinâmica e multiforme, variando de acordo com o contexto vigente.

o desenvolvimento do setor de serviços da área, revalorizar os imóveis, criar novos postos de trabalho, atrair a atenção da mídia, enfim, enquadrar esta área em uma nova dinâmica econômica e social. Por outro lado, devido às necessidades de grandes intervenções construtivas e normativas, ele pode tirar o significado do lugar, atribuindo outros que não faziam parte de sua dinâmica cotidiana⁵⁶. Conforme defendido por muitos estudiosos da questão, este processo, muitas vezes, desterritorializa⁵⁷ a população local.

Seguindo os caminhos apontados por Arantes (1984), procurando pautar-se na memória do lugar para a construção de projetos de preservação, temos que trabalhar com a conscientização das pessoas, procurando realizar um trabalho de valorização da cultura popular do local, encarando a cidade como um bem cultural coletivo. Na ordenação dos territórios da cidade os núcleos antigos fazem parte de um sistema urbano integrado, onde a criação de atividades para o seu desenvolvimento devem ser complementares entre si, sacrificando a racionalidade econômica em nome da diversidade social. O centro histórico não representa somente um bem econômico, mas também um notável bem cultural urbanístico que deve ser preservado visando a sua utilização como estrutura básica do território⁵⁸.

Apesar dos inúmeros problemas levantados anteriormente, a preservação do patrimônio arquitetônico está em evidência, e os empreendedores, principalmente os do capital imobiliário, vêm se apropriando de inúmeras edificações nos centros históricos das cidades, utilizando o discurso da revitalização e da iniciativa cultural. Ocorre daí uma grande especulação imobiliária, e o patrimônio, então, passa a ser supra-valorizado ou apropriado pelas atividades do turismo⁵⁹. Por meio da ação

⁵⁶ Mais detalhes sobre a reconstrução simbólica da cidade ver: SANCHEZ, Fernanda. (2003).

⁵⁷ Esta questão das novas territorialidades que vem sendo formadas no mesmo território de uma cidade, é trabalhada por Arantes (1997) em seu artigo intitulado *A Guerra dos Lugares*. Segundo o autor, através dos símbolos construídos no imaginário coletivo, podendo ser oficiais (Estado) e não oficiais, são criadas diferentes realidades dentro de um mesmo território.

⁵⁸ Neste sentido é interessante a colocação feita pelos arquitetos italianos Píer Luigi Cervellati e Roberto Scannavini (1979). Para os arquitetos, deve-se tomar muitos cuidados com a utilização de centros históricos, lembrando sempre que todo monumento está inserido em um contexto histórico e urbano, destinado a cumprir uma função social, devendo o Estado estar sempre exigindo ações de defesa, preservação, recuperação e valorização do patrimônio.

⁵⁹ O turismo é uma atividade que pode estar ligada à preservação e à recuperação de patrimônios arquitetônicos, mas se não forem tomados certos cuidados com a sua implantação, ele se torna uma atividade que pode descaracterizar as formas arquitetônicas, assim como submeter os valores culturais existentes aos interesses financeiros, prática comum no planejamento turístico desenvolvido no Brasil.

especulativa do capital, os centros históricos vêm sendo transformados e reapropriados, tendo suas funções alteradas, conseqüentemente, sofrendo um intenso processo de degradação. De acordo com os arquitetos italianos Cervellati e Scannavini (1979, p.120):

“(...) devemos tratar o centro histórico como um bem cultural inalienável, como um notável patrimônio econômico edificado que não pode ser desperdiçado de modo absurdo, nem abandonado, nem deixado nas mãos da especulação. Pelo contrário, deve ser conservado e recuperado para o uso social e, deste modo, evitar as transformações estruturais e funcionais que acontecem espontaneamente”.

É consenso entre técnicos, pesquisadores e instituições responsáveis pela preservação do patrimônio para os cuidados necessários no momento de utilizar um patrimônio arquitetônico enquanto um empreendimento, já que podemos gerar nestas obras alguns efeitos indesejáveis. Visando colocar o patrimônio no mercado de consumo, as atividades locais passam a sofrer constantes alterações, podendo ser excluídas juntamente com a população local preexistente, como aconteceu na restauração do Pelourinho da cidade de Salvador na Bahia.

Com a valorização do patrimônio em favor do turismo, apesar da legislação de preservação, os mesmos continuam sendo destruídos em favor da modernização e também da restauração, ou mesmo à força de pressões políticas. A valorização do patrimônio histórico pode causar uma certa ilusão na sociedade, pois geralmente são feitas reconstituições históricas fantasiosas, demolições arbitrárias e restaurações inqualificáveis. A crescente valorização do patrimônio histórico, contribui muito com o aumento do fluxo de visitantes nas áreas tombadas, o que pode acelerar de forma considerável o ritmo de degradação destas áreas. Assim, a valorização pode tornar-se um instrumento de banalização do patrimônio histórico.

O patrimônio deve ser o suporte para um futuro desenvolvimento de atividades relacionadas à utilização de sua paisagem, como atividades relacionadas ao turismo histórico-cultural, por exemplo. Assim, uma proposta de preservação e utilização de um patrimônio histórico arquitetônico, deve estar integrada ao planejamento urbano, tendo como meta a garantia de sua existência como uma paisagem urbana atrativa que

pode se transformar em um vetor de desenvolvimento sócio-econômico para a população local.

É de consenso geral entre os estudiosos que a ideologia preservacionista e suas práticas voltadas para o jogo do mercado, tem trazido sérios problemas e contradições à preservação patrimonial. Pelos resultados obtidos até o presente momento, em termos de preservação é possível afirmar que as regras do mercado influenciam de forma sistemática na definição das políticas de preservação do patrimônio, dificultando muito esta prática que deveria estar atrelada ao exercício da democracia e da cidadania, e não ao livre jogo do mercado. Precisamos estar atentos para o que já foi realizado e para o que desejamos realizar em termos de preservação patrimonial, pois: *“(...) o passado ‘forma’. Às vezes ‘deforma’. Mas, necessariamente não ‘conforma’ o presente. O passado ‘informa’. Mas cabe ao presente inclusive a ‘reforma’ do passado”* (Falcão, 1984, p.47).

A carência de planos para o desenvolvimento do turismo pode pôr em risco o desenvolvimento local, processo que já ocorreu com a ascendência e queda da cafeicultura. Com isto, nos próximos capítulos da parte III analisaremos a evolução sócio-espacial do município, enfatizando a emersão do seu patrimônio e suas conseqüências dentro da evolução urbana local e regional, com vistas apontar a importância da cafeicultura na formação deste patrimônio, atualmente, um recurso turístico, e em seguida a sua decadência, que persiste até os dias atuais, exemplo clássico da ausência de políticas e planos voltadas ao desenvolvimento das cidades brasileiras no longo prazo.

PARTE III

A pena e o facão: uma história de Capitães, Barões e Coronéis

CAPÍTULO 7

No Caminho do ouro: o processo de urbanização no Vale do Paraíba do Sul

O processo de urbanização brasileiro constitui-se em um complexo campo de análise para a Geografia, já que este termo envolve e abrange inúmeros aspectos da organização espacial da sociedade brasileira. Tendo em vista que nosso objetivo é a análise do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga, inicialmente iremos abordar os aspectos mais relevantes desse processo no Vale do Paraíba do Sul, Estado de São Paulo, a partir do século XVII.

Buscamos com isso, compreender o contexto no qual emergiu este patrimônio, bem como, focalizar a organização sócio-espacial realizada pelo homem no desenvolvimento de suas atividades produtivas, dando ênfase à cafeicultura iniciada no século XIX, período de intensas modificações na paisagem da região.

Desse modo, inserido no contexto da expansão territorial e econômica da Colônia, o povoamento no Vale do Paraíba e a sua conseqüente urbanização, estão ligados à política administrativa da Metrópole portuguesa que tinha como foco central a extração de produtos minerais e vegetais. Muller (1969, p.13) relaciona esta expansão a três pontos principais:

“a) a política metropolitana de promover a ocupação de territórios através da doação de terras; b) a procura de jazidas minerais e, como substitutivo provisório, de preamento de índios; c) o interesse em estabelecer ligações com o litoral norte da Província”.

Por possibilitar ligações terrestres com o litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro, onde está a cidade de Paraty, o Vale se afirmou como rota de circulação da produção de ouro extraído da Capitânia de Minas Gerais rumo aos portos de Paraty e Ubatuba, e o aumento no fluxo de viajantes transformou essa região em uma importante fonte de abastecimento de produtos de primeira necessidade.

Mesmo com os incentivos da Coroa portuguesa e com a intensa circulação por suas rotas, o povoamento na região foi um processo demorado e lento. Destarte, o povoamento só veio a se concretizar com o desenvolvimento da economia cafeeira na região em meados do século XIX. Lemos (1999) chama a atenção para o fato de que, antes da chegada do café, a região não possuía muitos atrativos econômicos que fossem além de pequenas fazendas voltadas ao abastecimento do trânsito de tropas, e isso dificultou a atração de pessoas dispostas a povoar a região.

Com seu processo de urbanização iniciado em meados do século XVII, o Vale do Paraíba se afirmou enquanto uma área de passagem e de circulação e passou a fazer parte dos roteiros dos comerciantes do período.

“Enquanto o Vale Médio caracterizou-se, de início, por ser uma área de passagem, embora a seguir tenham sido desenvolvidos em algumas áreas - como a da Bacia de Taubaté - atividades da lavoura, visando abastecer em alimentos outros espaços, especificamente os da mineração, o Baixo Vale, no século XVII, criava gado para atender os reclamos dos engenhos que circundavam a Guanabara e, tudo isto, graças à posição geográfica da calha paraibana” (Cardoso, 1991, p.93).

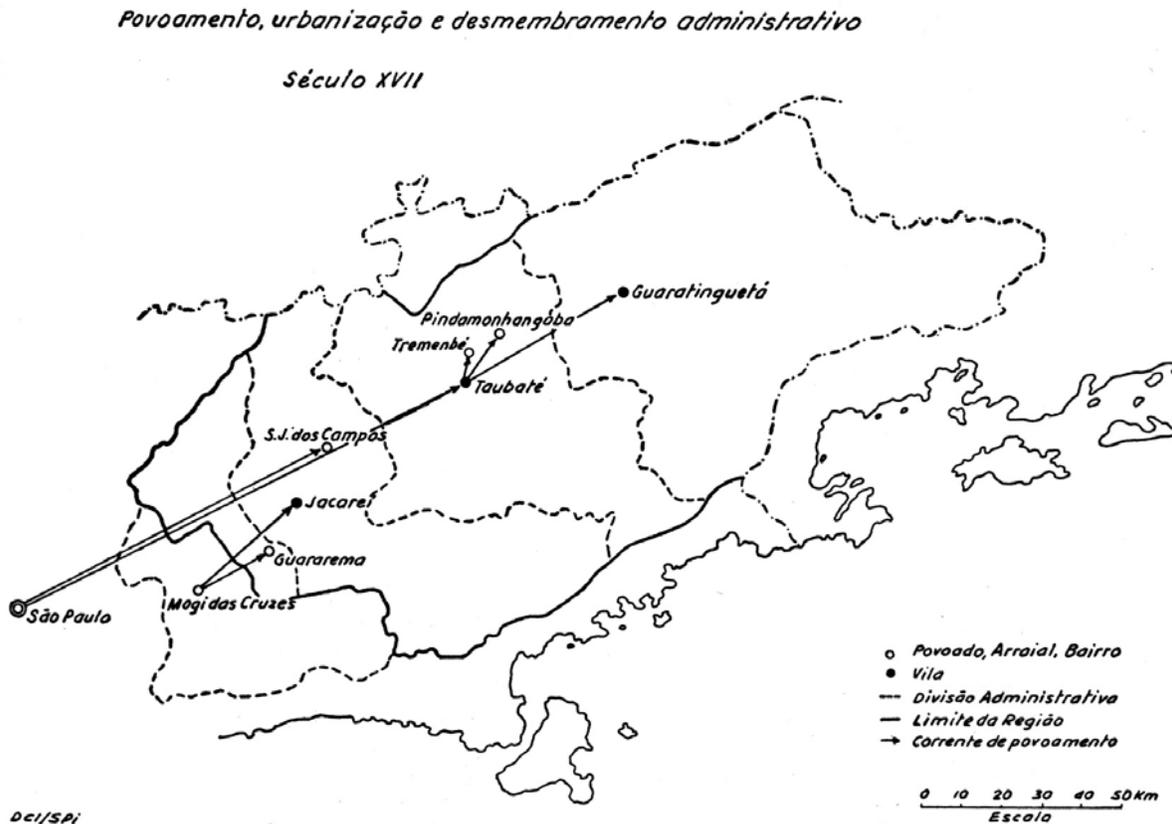
Em meados do século XVII, a região de Taubaté com sua agricultura de subsistência começou a se destacar na produção de gêneros alimentícios e seus excedentes passaram a abastecer a zona da mineração e a Vila de São Paulo. Ao longo dos caminhos em que eram escoadas essas produções, tanto em direção ao interior quanto em direção ao mar, foram surgindo núcleos de povoamento que tiveram grande importância no desenvolvimento da região (FIGURA 4).

“As antigas trilhas da Serra do Mar tiveram no passado, em ambas as direções, uma importância muito grande. Elas determinaram, mais do que qualquer outro fator econômico ou político, a qualidade do primeiro povoamento da região do Alto Paraíba” (Brandão, 1995, p.24).

Temos que considerar que o Vale do Paraíba possuiu uma posição estratégica nos séculos XVII, XVIII, XIX e início do XX, pois a sua localização geográfica o colocava próximo aos principais centros econômicos, sociais e demográficos da

Colônia em plena fase de ocupação do território, realizando o abastecimento dos núcleos urbanos existentes com produtos agropecuários e minerais básicos⁶⁰ (Cardoso, 1991).

FIGURA 4 – Evolução urbana do Vale do Paraíba no século XVII



FONTE: Muller, 1969, p.18.

Pautadas no desenvolvimento econômico, as cidades brasileiras nesse momento podem ser caracterizadas, sob a ótica do capitalismo mercantil, pontos localizados próximos às áreas de produção, com a função de administrar e de escoar a

⁶⁰ O Vale manteve essa posição estratégica, tanto do ponto de vista econômico quanto social, pois está localizado entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, os dois mais importantes centros demográficos do País. O Vale vêm se afirmando como um corredor industrial e financeiro mais importante da América Latina, processo ainda em desenvolvimento, mas em estágio avançado. Devido às facilidades de circulação, graças a Rodovia Presidente Dutra e a Rodovia Carvalho Pinto, muitas empresas e indústrias ainda estão se instalando pela região, dando seqüência a interiorização industrial por que passa o País desde início da década de 1990.

mesma, objetivando aumentar a produtividade e gerar uma maior acumulação de recursos financeiros dentro das cidades.

“O que se pode concluir é que a atividade agrícola permitiu uma melhor distribuição do fato urbano do que a atividade mineira. No entanto, a atividade mineira permitiu um grande incremento econômico na cidade e fora dela, proporcionando um aumento populacional e do número de empregos. A cidade torna-se um lugar de comerciantes, residência de agricultores e funcionários da Colônia” (Gil Filho & Gil Freitas, 1997, p.81).

Devido a esta relação cronológica com a economia da mineração ocorrida em Minas Gerais, podemos afirmar que a colonização do Vale e a mineração em Minas, trataram-se de processos paralelos e, bem ou mal, articulados entre si (Muller, 1969, p. 15). Um dos sinais que nos permite apontar esta relação está no padrão construtivo encontrado nas cidades do Vale e nas cidades da região aurífera.

Pelas suas características formais⁶¹, composta por sobrados com embasamento de taipa de pilão e com paredes e travas internas de pau-a-pique, fica claro que os padrões construtivos predominantes no Vale do Paraíba foram influenciados pelos modelos da região aurífera de Minas Gerais (seqüência de fotos de 21 a 24) e da região dos engenhos fluminenses (seqüência de fotos de 25 a 27).

Ao comparar a composição de exemplares mineiros, fluminenses e de algumas fazendas e casas localizadas em São Luiz do Paraitinga (seqüência de fotos de 28 a 32), Saia e Trindade (1977, p. 26), afirmam a influência mineira e fluminense nas construções do Vale do Paraíba. Para os arquitetos: “(...) *a região do vale do Paraíba representa na arquitetura paulista a área de encontro dessa influencia mineira aliada, especialmente na arquitetura do café, com a experiência dos engenhos na baixada fluminense, e a taipa de pilão*”.

A influência mineira e fluminense nas construções do Vale do Paraíba, em particular de São Luiz do Paraitinga, é facilmente notada pelas semelhanças dos

⁶¹ “Como detalhes construtivos, os sobrados apresentavam, em geral, pavimento térreo em taipa de pilão ou pedra entaipada, uma parede interna de travamento igualmente em taipa e paredes divisórias de pau-a-pique. (...) O piso do andar superior era de tabuado sobre barrotes de madeira de lei engastado nas paredes estruturais e os forros em tábuas com junção tipo saia e camisa ou com mata-junta (...)” (Governo do Estado de São Paulo, 1982, p.15)

edifícios citados (seqüência de fotos de 28 a 32), que vão desde a adoção de cores a soluções construtivas.

Da região fluminense, a influência mais forte se trata do partido de sobrado, com piso térreo para acesso e depósito. Já a influência mineira é perceptível nas soluções construtivas encontradas, pois grande parte dos pedreiros (mestre de obras) existentes no período eram mineiros.

Muitas soluções utilizadas em São Luiz do Paraitinga encontram seus modelos em Minas Gerais, como por exemplo, a utilização da topografia para o embasamento dos sobrados, construídos encostados nos barrancos. O prolongamento do telhado⁶² também é uma indicação da forte presença mineira na região.

A Capela das Mercês de São Luiz do Paraitinga (FOTO 28) é bom um exemplo dessas influências na cidade, já que apresenta características muito semelhantes as das igrejas mineiras e fluminenses citadas. A Capelinha, como é carinhosamente chamada pelos luizenses, é uma das construções tombadas da cidade que, mesmos com as reformas feitas pelo Condephaat no começo da década de 1980, solidificando algumas paredes de taipa e refazendo a pintura, apresenta poucas mudanças. Mesmo com estas intervenções, a Capelinha sofreu poucas transformações em suas formas e desenhos originais.

No ano de 2003 a Capelinha foi reformada, trabalho realizado por meio de um acordo de cooperação com a Prefeitura de Santana do Parnaíba-SP, que consistiu na realização de uma oficina para capacitação de jovens da cidade, a Oficina de Artes e Ofícios. Estes jovens recebiam uma bolsa de auxílio financeiro para fazer uma

⁶² O prolongamento do telhado era feito devido à necessidade de proteger as paredes de terra, taipa de barro, taipa de pilão, dentre outras, da ação das chuvas, já que o Sul de Minas, assim como o Vale do Paraíba apresentam altos índices pluviométricos durante o verão. Podemos apontar também como uma solução para a diminuição nos custos pois a cobertura seguia o traçado da planta, utilizando das estruturas das paredes e do pavimento superior, além da intenção decorativa dada as fachadas. Segundo Andrade (1986, p.48) ao analisar a evolução nas construções do Vale do Paraíba: "(...) no conjunto dos fatores que determinam as soluções de arquitetura é atribuída importância ao pretendido aspecto plástico, posto em relevo os acabamentos e intenções decorativas (...)".

oficina onde foram ensinadas algumas técnicas de restauro, para daí, eles poderem trabalhar na reforma da capela⁶³.

A Igreja Matriz de São Luiz do Paraitinga (FOTO 29), um edifício que foi muito alterado, também apresenta traços arquitetônicos muito semelhantes a igrejas mineiras e fluminenses, confirmando a influência mineira e fluminense na região do Vale do Paraíba.

Foto 21 – Igreja de Bom Jesus dos Matosinhos, Ouro Preto-MG.



FONTE: www.desvendar.com/cidades/ouropreto/fotosdacidade.asp#

Foto 22 – Capela São João Batista, Ouro Preto –MG.



FONTE: www.desvendar.com/cidades/ouropreto/fotosdacidade.asp#

⁶³ Oficina Escola de Artes e Ofícios, Restauração da Capela das Mercês, realizado pela Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, em convênio com a Prefeitura Municipal de Santana do Parnaíba e FIEMG-SENAI/MG, patrocinada pelo Banco Real, Programa AMIGO REAL, em 2003.

Foto 23 – Casario localizado no centro histórico de Mariana – MG.



FONTE: www.desvendar.com/cidades/mariana/fotosdacidade.asp#

Foto 24 – Casario localizado no centro histórico de Ouro Preto – MG .



FONTE: www.desvendar.com/cidades/ouopreto/fotosdacidade.asp#

Foto 25 – Casa localizada no centro histórico de Paraty – RJ.



FONTE: www.paraty.com.br/vcentro.asp

Foto 26 – Sobrado localizado no centro histórico de Paraty – RJ.



FONTE: www.paraty.com.br/vcentro.asp

Foto 27 – Igreja de Santa Rita dos Homens Pardos, Paraty – RJ.



FONTE: www.off-rio-off.com.br

Foto 28 – Capela de Nossa Senhora das Mercês, São Luiz do Paraitinga –



SP.

FONTE: www.paraitinga.com.br

Foto 29 – Igreja Matriz de São Luiz do Paraitinga.



FONTE: Melissa Ramos da Silva Oliveira

Foto 30 – Casa de partido baixo localizada no Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga - SP.



FONTE: www.paraitinga.com.br

Foto 31 – Casario localizado na Praça Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga –



SP.

FONTE: www.paraitinga.com.br

Foto 32 – Casario localizado na Praça Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga – SP.



FONTE: www.paraitinga.com.br

A Matriz teve sua construção iniciada em 1840, foi inaugurada em 1875 e finalizada em 1972. A Igreja Matriz é um templo em estilo colonial, de duas torres altas e paredes de taipa de avantajada espessura; seu interior é simples, de pintura lisa e piso coberto por ladrilhos, se tratando de um ambiente espaçoso, arejado e bem iluminado.

Ao entrar nesse templo, damos de cara com seus vitrais coloridos que tomam quase ao todo a parede do fundo, possuindo altares bem ornamentados em suas laterais. As paredes estruturais da nave da capela-mor, originalmente edificada em taipa de pilão, foram reconstruídas com aplicações de tijolos. As paredes laterais da fachada, devido a problemas construtivos de material e engenharia, também foram reconstruídas com tijolos (Governo do Estado de São Paulo, 1982, p.16).

Os casarões de São Luiz do Paraitinga (seqüência de fotos de 28 a 32) foram construídos no auge da economia cafeeira, se tratando de construções que apresentam um grande número de elementos utilizados nas edificações mineiras e do neoclássico carioca⁶⁴.

A organização interna dos sobrados seguiu os padrões da época, utilizando o pavimento térreo somente para depósitos, pontos comerciais e acesso ao pavimento superior, exclusivo para a moradia. Na parte interna dos casarões podemos distinguir três partes diferentes: na parte da frente, em contato com a rua, temos a área nobre da residência, local onde eram realizadas as festas e saraus, representando o estar social do morador; na parte intermediária, temos os quartos ou as alcovas, todos sem janelas, a parte íntima da casa. Na parte dos fundos, temos a cozinha feita no quintal com um puxado coberto, inexistindo banheiros (Governo do Estado de São Paulo, 1982). As casas térreas, também foram organizadas internamente de acordo com a forma e o tamanho do lote, de pouca largura.

⁶⁴ De acordo com a tipificação das obras do patrimônio de São Luiz do Paraitinga feita pelo Condephaat, a arquitetura existente no município é definida com: "(...) forte presença mineira, seja em relação aos elementos formais, seja na acomodação das edificações à topografia irregular, juntavam-se vestígios do neo-clássico, em largo uso no rio de Janeiro, reflexo da presença da Corte, da experiência dos engenhos da baixada fluminense e da taipa de pilão, característica marcante da região paulista" (Governo do Estado de São Paulo, 1982, p.14).

É interessante salientarmos que este tipo de construção é decorrente das limitações urbanísticas características dos séculos XVIII, XIX e início do XX, utilizando lotes com pequenas dimensões de frente e grandes dimensões de comprimento.

O Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga, de uma maneira geral, é composto por edifícios que apresentam poucos problemas estruturais e estéticos se comparado ao patrimônio de outras cidades da região, pois a sua maioria ainda mantém seus usos originais, servindo de moradia. Os pavimentos térreos são praticamente todos ocupados por pontos comerciais ou depósitos.

Algumas casas térreas foram construídas em outra época e substituíram casas que caíram ou foram derrubadas, contrastando com o restante das fachadas, mas ainda são diferenças pequenas e pouco perceptíveis aos olhos de leigos. Por se localizar no Centro Histórico, estes casarões e casas estão sempre passando por reformas emergenciais, pelo menos em sua fachada.

Antônio Nicolau de Toledo⁶⁵, 76 anos, aposentado, mineiro originário de Lambari, Sul de Minas, morador em São Luiz do Paraitinga desde 1940, chegou a participar, quando criança, de algumas construções. Segundo seu Toninho do Bar, como é conhecido na cidade, eles faziam a casa da seguinte maneira:

“(...) primeiro eles faziam a parte de baixo da casa, a parte térrea, quando não era de taipa pilão, eles faziam uma coluna de pedra, uma caixa de pedra que era cheia de pedra e barro; depois de feita a parte de baixo eles faziam o assoalho para em seguida fazer as divisões e a parte de cima. Então se você precisa fazer uma reforma no assoalho fica complicado porque o assoalho está por baixo das divisões, das paredes. Outro problema é que eles não mediam, não faziam a parede bem em cima do vigote, eles faziam em cima da tábuas do assoalho. Eles faziam toda a estrutura com madeira e bambu e depois vinham barreando a parede, para em seguida dar o acabamento com pau-a-pique. (...) a taipa de pilão é feita da seguinte maneira. Eles faziam a caixa de madeira com mais ou menos 80 cm e iam colocando terra e socando, se eu colocava 1 metro de terra eu tinha que socar até ficar com 25 cm. Depois de socar, tinha uma ferramenta que lembra uma cavadeira, que fazia uma porção de dente para ser colocada mais terra para dar um acabamentinho (sic). Aqui em São Paulo era usada a taipa pilão, em minas era usado o “Adobo” (sic), que se trata de um tijolo que não é queimado, é um barro misturado com capim, isso não foi usado em São Luiz, já em Ouro Preto tem bastante. O pau-a-pique eles faziam a estrutura de madeira e bambu, lembrando uma teia de aranha, e cobriam com

⁶⁵ Meses depois da coleta de seu depoimento no final de 2002, seu Toninho do Bar veio a falecer.

barro. Algumas casas ficavam com a parte de baixo de taipa e a de cima de pau-a-pique, a minha tem um pedaço de pedra e o resto é de pau-a-pique, hoje na parte de baixo está toda de tijolo (...)”, conta seu Toninho sentindo a passagem do tempo.

Com todas estas influências podemos afirmar que no Vale do Paraíba foi desenvolvido um novo modelo construtivo, com uma arquitetura singular mesclando as diferentes soluções construtivas disponíveis. A arquitetura encontrada na região de São Luiz do Paraitinga, do ponto de vista formal, pode ser considerada muito simples, não apresentando muitas riquezas em detalhes e ornamentações, diferentemente das casas mineiras e fluminenses, carregadas em detalhes.

Temos que frisar que os novos ricos surgidos com a cafeicultura eram pessoas que viviam de uma maneira muito simples, dentro da *cultura caipira* (Candido, 2003), e isto pode ter refletido na simplicidade adotada nas construções encontradas no município. Mesmo os sobrados maiores são poucos ornamentados. Essa peculiaridade na arquitetura encontrada no Vale deve ser preservada, sobretudo porque restam poucos exemplares em boas condições materiais e que passaram por poucas modificações.

Após o século XVIII, com o desenvolvimento da cafeicultura e a possibilidade de maior acúmulo de recursos na cidade, a urbanização brasileira passou a desenvolver-se efetivamente e a casa da cidade tornou-se a residência mais importante do fazendeiro, que a partir de então, só se dirige às fazendas no momento da colheita (Santos, 1993). As cidades serviam como uma rede de sustentação ao sistema colonial, podendo ser consideradas pontos administrativos e comerciais da Coroa Portuguesa, já que, por meio da rede urbana passou a ser escoada toda a produção agrícola e mineral existente na Colônia.

Com a transformação do Brasil em País independente em 1822, reflexo das mudanças que vinham acontecendo na economia internacional, iniciadas no final do século XVIII, foi gerado um grande incremento por produtos primários no mercado externo. A Europa e a América do Norte estavam passando por um considerável desenvolvimento demográfico, em fase de crescente industrialização e aperfeiçoamento técnico, organização do comércio mercantil e financeiro. Este desenvolvimento acabou

estimulando a produção de matérias-primas e gêneros tropicais voltados à exportação nas antigas colônias.

Assim, podemos afirmar que vinculada a comercialização do açúcar, com redução do preço deste e aumento do preço do café, até então um setor do mercado dominado pelos produtores da Colônia francesa do Haiti, em meados do século XIX, o café tornou-se o principal sustentáculo da economia brasileira, iniciando uma trajetória grandiosa de transformações no cenário produtivo e político do Brasil (Prado Jr, 1988).

Como reflexo destas mudanças externas, em meados do século XIX, a monocultura cafeeira foi iniciada no Vale do Paraíba do Sul, desenvolvendo-se, primeiramente, na região fluminense próxima a capital da nação e, em seguida, ocupando todo o Vale. Segundo Cardoso (1991, p. 105): “(...) *com a introdução do café, o Vale foi sendo densamente povoado, amplos e contínuos espaços até então recobertos pela mata foram sendo desbravados, graças às constantes levadas de população que para lá se dirigiam*” .

O café como principal produto da economia brasileira criou no Vale do Paraíba do Sul um sentido de unidade espacial e deu origem a uma sociedade regional bem definida em sua estrutura, com os escravos em uma ponta e os fazendeiros na outra. Com o domínio dos *barões do café* na região por várias décadas do século XIX, o Vale e seus fazendeiros receberam vários privilégios do governo nacional como a construção de diversas linhas férreas cortando a região, bem como a elevação de uma série de vilas à condição de cidades, dentre elas, São Luiz do Paraitinga.

No primeiro decênio após a independência, o café já ocupava o terceiro lugar na lista de produtos do cenário exportador brasileiro, ficando atrás do açúcar e do algodão. Nos dois decênios seguintes a rubiácea assumiu a ponta na lista de exportações brasileiras, representando um valor aproximado de 40% do total dos produtos comercializados com o exterior (Cardoso, 1991).

Com a expansão da economia do café, o processo de urbanização do Vale passou por significativas mudanças e apresentou um aumento significativo no número de cidades, a partir de então, um local de importantes funções comerciais

(Cardoso, 1991). Isto não significa que tais funções fossem novas, mas qualitativamente superiores, já que as atividades cafeeiras passaram a necessitar de uma estrutura de transporte e bancária, de atividades comerciais para atender o consumo dos fazendeiros, dentre outros.

Além dessas mudanças no sistema produtivo deslocando os fazendeiros para morar nas cidades, ocorreram também, muitas mudanças na paisagem urbana. O enriquecimento dos fazendeiros proporcionou aos mesmos, quando estes fizeram sua transferência para a cidade, a construção de residências cuja arquitetura passou a chamar a atenção pela suntuosidade e pela incorporação de diferentes estilos.

Com o aumento do volume da circulação financeira nas cidades do Vale do Paraíba, vindos com a afirmação da economia do café, o número de agrupamentos urbanos (cidades, vilas e povoados) deu um salto quantitativo de 8 no século XVII (FIGURA 4), para 18 no século XVIII (FIGURA 5), e num período de aproximadamente um século, a região foi ocupada. Desse modo, podemos afirmar que o processo de urbanização do Vale do Paraíba é resultado direto da mudança na dinâmica produtiva e sócio-espacial da região, já que os novos fazendeiros da cafeicultura passaram a ser os novos habitantes das cidades.

Como destaca Lemos (1999, p. 134) ao afirmar a importância da economia cafeeira na transformação sócio-espacial do Vale do Paraíba:

“(...) o café foi um verdadeiro divisor de águas na vida cultural em geral e na civilização material em particular de São Paulo. (...) antes, a colônia era pobre e caipira; depois, a província riquíssima. (...) o café alterou para sempre as relações necessárias até então vigentes entre o saber-fazer local e os recursos que o meio ambiente oferecia”.

Com as mudanças oriundas com a economia cafeeira no Vale, uma agricultura baseada na monocultura com suas grandes plantações voltadas ao mercado externo e na mão-de-obra escrava, têm-se o início de um processo de desnaturalização do morador da região, causando mudanças drásticas em sua organização territorial, social, familiar, cultural e econômica.

A partir da riqueza acumulada com esta nova forma de exploração do território todo um modo de vida baseado na subsistência foi sendo deixado de lado para ser substituído por um padrão voltado e amparado no processo de industrialização. A partir de então, em vez do cidadão produzir tudo o que necessitava na sua roça, ele passou a ser obrigado a comprar tudo nas cidades.

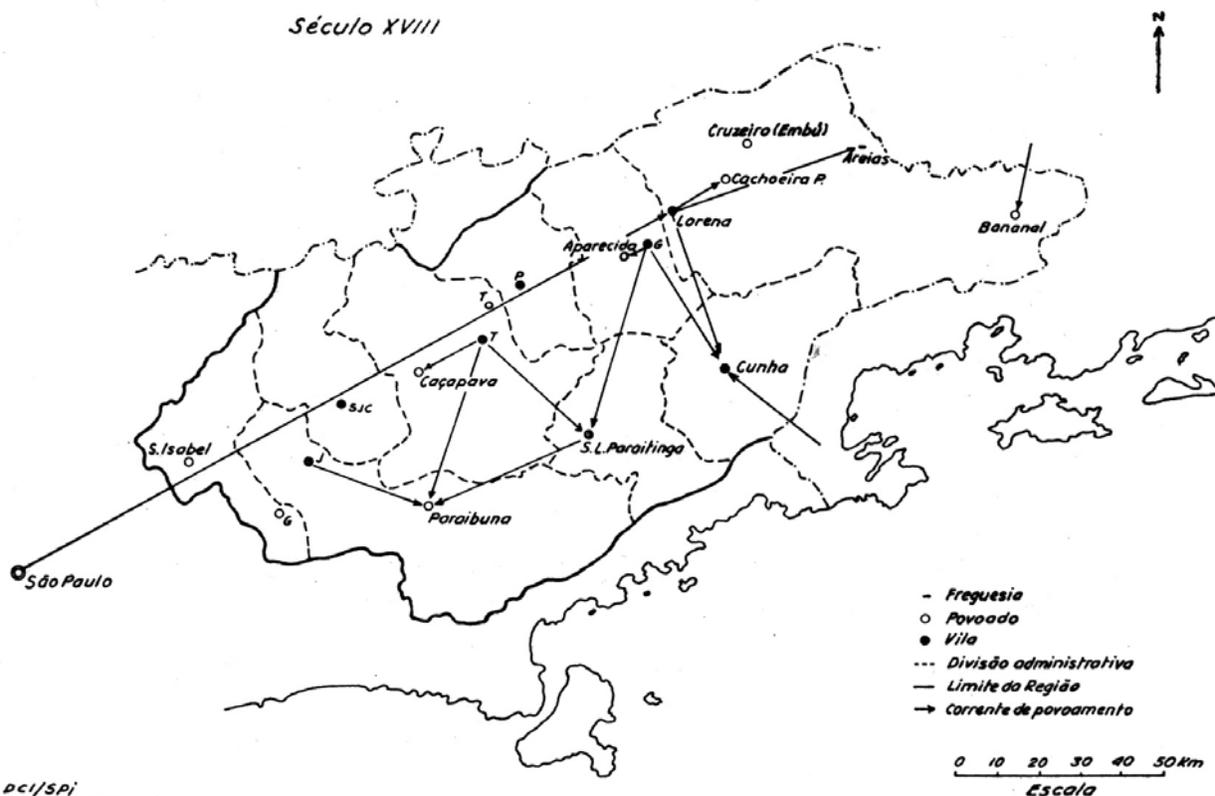
Mesmo com o considerável aporte econômico alcançado com a cafeicultura, refletindo no embelezamento das cidades, atualmente a região apresenta uma série de sítios pobres com roças caipiras e algumas fazendas remanescentes do café, porém todas modestas. Brandão (1995, p. 23) afirma que apesar do considerável patrimônio oriundo com a economia do café, as riquezas advindas com essa cultura são pífias. A agricultura era vista apenas como uma fonte de riquezas e as cidades, apesar de sua crescente importância em termos sociais, como um local de lazer e de negócios.

As cidades, por um curto período de tempo, passaram por vigorosas modificações em seu casario, ampliação no número de residências e grandes melhorias na infra-estrutura urbana e adquiriu funções comerciais importantes e primordiais. Todas estas modificações, oriundas com a economia cafeeira no século XIX gerou um belo conjunto arquitetônico, hoje transformado em importante patrimônio histórico arquitetônico, o que nos permite entender o contexto econômico e sócio-espacial de origem das cidades do Vale.

Figura 5 – Expansão urbana no Vale do Paraíba, após a chegada da economia do café no século XVIII.

Povoamento, urbanização e desmembramento administrativo

Século XVIII



DCI/SPi

FONTE: Muller, 1969, p. 20.

Foi um período de grande desenvolvimento e crescimento das cidades, principalmente as que possuíam lavouras de café, porém, podemos afirmar que foi um crescimento esporádico, sazonal, pois todas as cidades que viveram em função da economia do café, com exceção das que ficaram localizadas nas margens da rodovia Presidente Dutra, Br-116, tiveram suas economias estagnadas e ficaram de fora da dinâmica econômica contemporânea, dificultando muito as condições de vida de seus habitantes.

Como foi destacado anteriormente por Brandão (1995), apesar de possuir todo este patrimônio, as cidades do Alto Vale ficaram carentes e foram esquecidas, confirmando o que já alertava Monteiro Lobato em seu livro *Cidades Mortas*, publicado no início do século XX. Segundo o romancista:

“(...) umas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes. (...) a gente olha assombrada na direção que o dedo cicerone aponta. Nada Mais!...A mesma morraria nua, a mesma saúva, o mesmo sopé de sempre. De banda a banda, o deserto – o tremendo deserto que o Átila café criou” (1995, p. 22).

Mesmo com os problemas advindos com a economia do café, baseadas em técnicas e métodos agrícolas rudimentares de produção⁶⁶, não podemos deixar de destacar sua importância para a formação das cidades brasileiras.

Na segunda metade do século XIX as cidades passaram a ter uma grande importância na constituição do território brasileiro, deixando de ser um complemento da vida rural e passando a comandar as futuras ações no próprio campo (Hollanda, 1936, p.139). A cafeicultura foi sem sombra de dúvidas o grande vetor desta mudança no Vale do Paraíba e, num curto período, se comparado com outras regiões brasileiras, deu suporte para desenvolver uma série de cidades.

Dentro deste contexto de mudanças nos sentidos dos espaços das cidades transformadas em patrimônios, se torna de extrema importância entender o processo de desenvolvimento urbano do Vale do Paraíba, para assim podermos analisar como se deu a criação do patrimônio histórico arquitetônico de São Luiz do Paraitinga.

Desse modo, buscando compreender a dinâmica territorial local e a sua relação com a dinâmica territorial da região do Paraíba do Sul, é importante para essa

⁶⁶ As terras onde foram plantados os cafezais possuem um forte declive e foram desmatadas por meio de queimadas, retirando toda a floresta. Com a utilização destas técnicas, estas plantações não suportaram por muito tempo a ação das intempéries sobre o solo desprotegido. “(...) Os cafezais foram plantados em terras muito íngremes e, portanto, sujeitas a erosão, reduzindo-lhes drasticamente a fertilidade natural e sua capacidade de produzir competitivamente, com técnicas tradicionais. Tamanho desconhecimento técnico, associado a um certo desleixo, podia ser observado a partir da própria distribuição do cafeeiro, em que se adotou a disposição de fileiras em linhas retas, perpendiculares à encosta, desenho este que, embora facilitasse a implantação do cafezal, lhe determinava, ao mesmo tempo, vida curta, pois estabelecia uma condição propícia para a erosão”(Argollo, 2004, p.149).

pesquisa entendermos a evolução urbana de São Luiz do Paraitinga, destacando a influência da economia do café em meados do século XIX, onde foi forjada a maior parte de seu patrimônio cultural, hoje, um atrativo para dinamizar as atividades do turismo.

Vale salientar que a maioria das cidades do Alto Vale do Paraíba que teve seu apogeu econômico e social com a cafeicultura e em seguida foi excluída do circuito econômico regional, com diferentes níveis e escalas de intervenções, hoje vem passando por um processo de refuncionalização turística, apoiando-se na memória da cafeicultura.

CAPÍTULO 8

Uma trilha e uma tropa de burros, o café alcança as margens do Paraitinga

Seguindo algumas trilhas utilizadas pelos índios, como a *Trilha dos Tamoios*, ou criando novas trilhas, as tropas de burros oriundas das Minas Gerais foram fundamentais para definir dois caminhos à descida da serra do Mar: um que saía de Guaratinguetá e chegava até Paraty, e outro, uma ramificação do primeiro, situada na região dos Campos de Cunha, que chegava até Ubatuba. No início do século XVIII, após a abertura de uma casa de registro no pé da serra de Paraty, muitos viajantes passaram a usar o caminho que ia para Ubatuba, pois este era uma forma de desviar dos postos de cobranças reais. Estes desvios possibilitaram a origem e o desenvolvimento de uma série de povoações no seu trajeto, dentre eles São Luiz do Paraitinga⁶⁷.

Situada no Alto Vale do Paraíba do Sul, entre as cidades de Taubaté e Ubatuba, 170 Km da cidade de São Paulo, capital, São Luiz do Paraitinga teve sua fundação oficial em 1769, apesar de sua área ter sido fracamente ocupada um século antes por fazendas de produtos de subsistência⁶⁸. Com o início da produção cafeeira em meados do século XIX, seus benefícios econômicos fizeram com que o núcleo urbano se tornasse maior, transformando-se em um importante centro urbano regional⁶⁹. A cafeicultura se tornou a atividade mais importante da região, um período de esplendor que durou aproximadamente até 1918 (Petroni, 1959, p.82).

⁶⁷ A origem do nome do município vem do rio que corta a cidade, o rio Paraitinga. Na língua *Tupiguarani* significa, rio de águas claras, sendo conjuntamente com o rio Paraibuna, rio de águas turvas, os responsáveis pela formação do rio Paraíba do Sul.

⁶⁸ A ocupação na região se iniciou em fins do século XVII com a concessão de sesmarias para criar povoados, porém inicialmente, essas terras foram abandonadas por seus donos, um fato muito comum no período. Assim, a região encontrou-se parcialmente ocupada até meados do século XVIII por posseiros ou indivíduos estabelecidos na área por conta própria, desenvolvendo atividades agrícolas de subsistência mediante técnicas e métodos agrícolas rudimentares (Governo do Estado de São Paulo, 1982).

⁶⁹ Possuindo uma área de aproximadamente 737 Km² o mesmo apresenta um clima tropical de altitude e uma topografia montanhosa. O município, localizado à altitude média de 749 m, faz divisa com os municípios de Taubaté, Ubatuba, Redenção da Serra, Natividade da Serra, Lagoinha e Cunha. A cidade está sobre um trecho do médio vale do Paraitinga, no planalto cristalino do reverso da Serra do Mar. O município possui como principal acesso a Rodovia Estadual Dr. Oswaldo Cruz, SP-125, que liga a cidade de Taubaté à Ubatuba.

Com um relevo acidentado, apresentando pequenas várzeas constantemente inundadas, morros marcados por vertentes íngremes e rios repletos de corredeiras e quedas d'água, a penetração na região do Paraitinga foi complicada (Petrone, 1959).

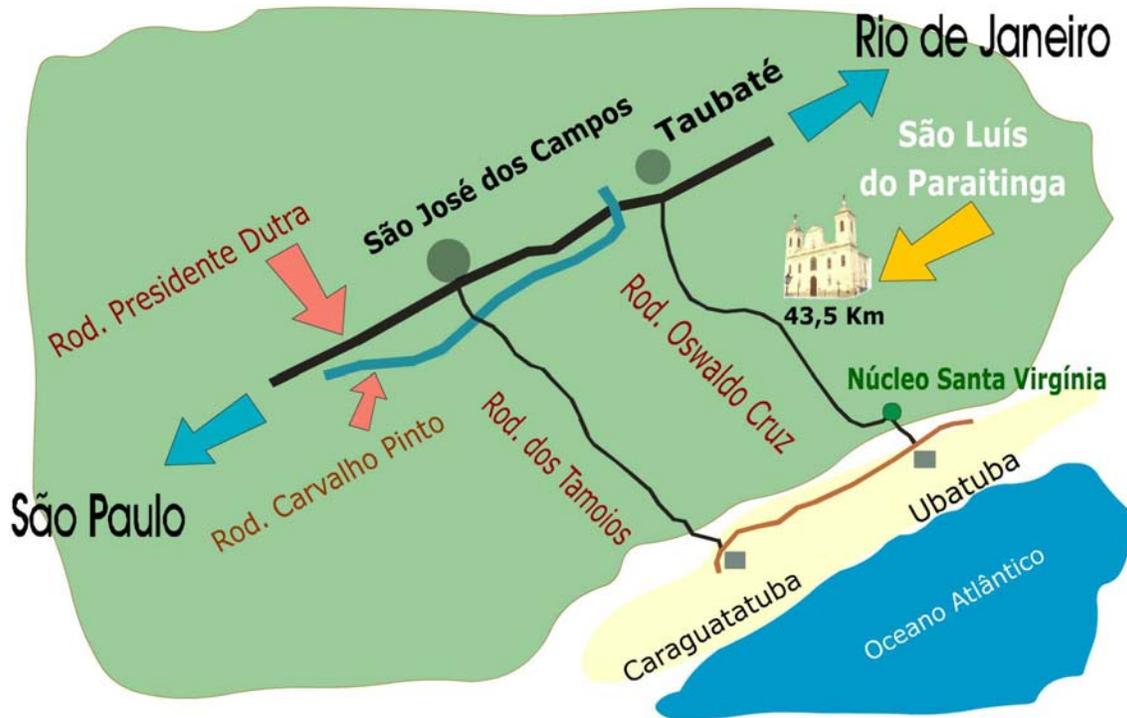
Com condições naturais desfavoráveis e o desconhecimento de quaisquer riquezas minerais, o povoamento não se afirmou na região nos séculos XVII e XVIII, processo que só vem a ganhar vulto com a chegada da economia do café em meados do século XIX na região.

A cidade de São Luiz do Paraitinga está localizada no *Planalto do Paraitinga* (proposta de Fernando Flávio Marques, 1964, p.189 apud Muller, 1969), sendo caracterizada como um território típico de *Mar de Morros*. Pelas características geográficas descritas, podemos afirmar que o sítio urbano de São Luiz do Paraitinga está praticamente todo localizado às margens do rio Paraitinga, uma modesta planície extremamente desfavorável ao desenvolvimento de cidades maiores. A cidade se desenvolveu ao longo do vale do Paraitinga, uma pequena planície de base local.

Esta formação, de um lado cercada pelo rio e de outro pelos morros mais íngremes repercutiu na forma e na fisionomia da cidade, como descreveu Petrone (1959, p. 77):

“A estrutura da cidade é grosseiramente ortogonal. As principais ruas – Barão do Paraitinga, 31 de Março, Monsenhor Ignácio Gióia, Coronel Manuel Bento, Domingues de Castro – cruzam-se em ângulos retos, num traçado de xadrez, dentro do qual se dispõe a praça principal da Matriz. As primeiras três ruas citadas tem orientação geral sudoeste-nordeste, enquanto as duas últimas se orientam no sentido noroeste-nordeste; desse modo elas como que envolvem o Morro do Cruzeiro, acompanhando o curso do rio em enorme L ajustado grosseiramente ao meandro por ele descrito. Há, embora não dos mais nítidos, um caráter linear na cidade. Tal caráter transparece principalmente nos dois grandes eixos representados pelas ruas coronel Manuel Bento e Domingues de Castro de um lado, e Monsenhor Ignácio Gióia e Carvalho do outro. A disposição em L, a quase linearidade, a retilinidade das ruas e o caráter ortogonal das quadras é, nessa principal parte da cidade, decorrência do sentido do rio, da presença do baixo terraço, de sua forma e exigüidade alongada no sentido do rio, mas apertado pelo Morro do Cruzeiro principalmente”.

Figura 6 – Localização do Município de São Luiz do Paraitinga.



FONTE: www.paraitinga.com.br

A outra parte da cidade, localizada nos flancos do Morro do Cruzeiro, segue o mesmo traçado do restante da cidade, apresentando ruas acidentadas e ladeiras íngremes. É interessante notar na fisionomia da cidade a influência do espaço natural na sua formação. Ao ser fundada às margens do Paraitinga, a cidade foi adaptada ao relevo acidentado e ao vale do rio, adquirindo um contorno peculiar.

As formas construídas, normalmente, são adaptações do espaço natural para satisfazer as necessidades humanas. As características físicas não são apenas transformadas pela adaptação das formas, mas também, influenciam as formas

que serão adaptadas. Quando a cidade não sofre um processo de verticalização, como São Luiz do Paraitinga, o perfil e o contorno da aglomeração urbana nos permitem visualizar o desenho do espaço natural onde a cidade foi erguida e delimitar suas influências mais diretas, como por exemplo a direção das ruas margeando o rio.

Para Serra (1987, p.54) a relação do meio ambiente com a forma urbana é um fato, pois, *“(...) está claro que a forma da adaptação construída dependerá da declividade de terreno, de sua drenagem e orientação, da importância da insolação e das condições de conforto térmico, assim como, dos tipos de técnicas e materiais empregados”*.

Vale lembrar que, mesmo com mudanças em sua periferia, a cidade mantém o mesmo traçado descrito acima. As novas áreas que estão sendo ocupadas até o momento não alteraram totalmente o desenho central da cidade, principalmente no Centro Histórico.

O desenvolvimento da cultura cafeeira em São Luiz do Paraitinga, com algumas peculiaridades, foi semelhante a todo o Vale do Paraíba. A cultura do café dominou toda a área agricultável do município por meio de grandes propriedades de terra, sobrepondo-se como monocultura comercial à policultura existente. O café deu margem a um grande desenvolvimento econômico ao município, possibilitando à construção de casarões e sobrados na cidade, como o casarão que pertenceu ao Barão do Paraitinga (FOTO 33), além de suntuosas sedes nas fazendas.

O casarão do Barão do Paraitinga atualmente é umas das mais belas construções da cidade, já que sua fachada e sua estrutura externa foi totalmente reformada por seu antigo proprietário, o senhor Jorge Pião, no final da década de 1990. Mesmo passando por uma reforma (FOTO 34), hoje a casa continua apresentando os mesmos usos do período em que foi construída, com comércio na parte inferior e residência na parte superior. Contam os habitantes mais antigos que foi o primeiro casarão construído na cidade.

Desde a fundação de São Luiz do Paraitinga, seus administradores se preocuparam com o desenvolvimento da povoação, adotando medidas voltadas ao

crescimento do núcleo urbano⁷⁰. Com a afirmação da produção cafeeira no município, sua crescente riqueza fez com que o núcleo urbano se tornasse maior, crescendo rapidamente e transformando-se no final do século XIX, em um belo centro urbano. O progresso nesta fase justificou sua elevação à categoria de cidade, por lei provincial de 30 de abril de 1857, recebendo mais tarde o título de Imperial Cidade de São Luiz do Paraitinga⁷¹ (Azevedo, 1986).

A segunda metade do século XIX foi a fase de maior prosperidade para São Luiz do Paraitinga, pois a cidade cresceu e se desenvolveu⁷². O casario pouco a pouco foi alinhado ao longo das novas ruas, largas, retas e planas, ou então em torno do grande largo da Matriz. Além da Igreja Matriz (FOTO 35), foram construídos outros dois templos religiosos, a Capela das Mercês (FOTO 28) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (FOTO 36) (Petrone, 1959).

Como podemos perceber pelas imagens (Fotos 35, 36 e 37), as igrejas locais passaram por uma série de intervenções em suas formas, ganhando uma série de detalhes construtivos e ornamentos, mesmo após a decadência da cafeicultura. Segundo Monsenhor Tarcisio, 89 anos, ao comentar as mudanças por que passaram a igrejas da cidade, e exaltando as qualidades artísticas de seus executores:

“(...) antigamente havia o Monsenhor Gióia, ele fez esta igreja do Rosário (FOTO 37), não precisou de ninguém, ele fez com o Mestre Pedro, desenhou e tudo, isso é muito bem feito, do contrário não estaria bem conservada. (...) eu ainda lembro, a

⁷⁰ “Sob esse aspecto é sugestiva a ordem baixada pelo governador-general (sic) em 18 de maio de 1771 ‘que obrigava os senhores a comprarem as benfeitorias dos que, estando arranchados em terras alheias, quisessem mudar-se para a nova povoação’. A iniciativa oficial na criação e no incentivo ao desenvolvimento do núcleo transparece na rapidez com que foi elevada a categoria de vila, fato que, ‘com alvoroço e com alegria de seus habitantes’ verificou-se a 31 de março de 1773” (Petrone, 1959, p.77).

⁷¹

“No dia 11 de junho de 1873, Dom Pedro II, Imperador do Brasil deu a São Luiz o título de Imperial Cidade de São Luiz do Paraitinga, título com que eram agraciadas as cidades que se destacavam no progresso do Império” (Azevedo, 1986, p.12).

⁷²

Mesmo possuindo este grande acervo arquitetônico, o processo de construção de São Luiz do Paraitinga teve algumas peculiaridades que devem ser destacadas. Mesmo incorporando as novidades vindas da Europa em termos de construções, o Centro Histórico da cidade foi refeito no final do século XIX. “São Luiz do Paraitinga foi realmente um caso à parte quanto à arquitetura do café porque, ao contrário de outras cidades velhas do Vale, como Lorena, Guaratinguetá, Taubaté ou Pindamonhangaba, não oferecia um mínimo de conforto ou infra-estrutura aos fazendeiros ali aportados por volta de 1840, e por isso seu pequeno centro histórico foi praticamente refeito”(Lemos, 1999, p. 184).

Matriz, como coroinha, não era de nada, era uma igreja bem construída mas começou deteriorar-se e o Monsenhor Gióia, não transformou, ele era artista, mas ele apenas aperfeiçoou (FOTO 38), ele garantiu a igreja como está, e hoje a igreja já está abandonada. (...) eu fiz o que pude também, uma vez o forro caiu e imediatamente eu arrumei, um serviço muito bem feito (...).”

Foto 33 – Casa que pertenceu ao Barão do Paraitinga em 1928.



FONTE: Coleção Projeto Memória

FOTO 34 – Casa que pertenceu ao Barão do Paraitinga em 2005.



FONTE: Melissa Ramos da Silva Oliveira.

Foto 35 – Construção da segunda torre da Igreja Matriz, obra feita pelo Monsenhor Ignácio Gióia, finalizada em 1972 pelo Monsenhor Tarcísio de Castro Moura.



FONTE: Coleção Projeto Memória

Foto 36 – Reforma da Igreja Nossa Senhora do Rosário iniciada em 1908 e finalizada em 1921.



FONTE: Coleção Projeto Memória

Foto 37 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário, 1921.



FONTE: Coleção Projeto Memória

Foto 38 – Igreja Matriz após a reforma feita pelo Monsenhor Ignácio Gióia, 1966.



FONTE: Coleção Projeto memória

A riqueza oriunda da lavoura cafeeira possibilitou o embelezamento da cidade, no qual foram construídos alguns ricos edifícios assobradados (FOTO 42), período em que a cidade adquiriu parte de sua fisionomia atual, circunscrita hoje à área central da cidade. Um das últimas obras de grande porte realizadas na cidade e que

podemos considerar resquícios dos rendimentos da cafeicultura foi a substituição da antiga ponte de madeira (FOTO 39), por uma ponte de concreto em 1934 (FOTO 40).

“Atravessando o rio, velha ponte de madeira leva o viajante a uma grande praça ajardinada, que termina ao pé da escadaria da Matriz, templo tradicional e amplo, há pouco reconstruído. É a sala de visitas da cidade. Todas as festas, quer religiosas, quer profanas, têm seu começo e seu fim nesse grande e bem cuidado quadrilátero, limitado por construções de tipos vários, todos com seus abrigadores beirais, entremeados de catorze casas de sobrados, quase todas em estilo colonial (FOTO 42). Ao fundo o busto de Osvaldo Cruz, homenagem de seus conterrâneos” (Aguiar, 1949, p.8).

Foto 39 – Antiga ponte de madeira, 1926



FONTE: Coleção Projeto Memória

Foto 40 – Ponte de concreto construída em 1934 para substituir a antiga ponte de madeira, 1945.



FONTE: Coleção Projeto Memória

Foto 41 – Casario localizado na Praça Oswaldo Cruz, 1926



FONTE: Coleção Projeto Memória

Foto 42 – Casario localizado na Praça Oswaldo Cruz 1930.



FONTE: Coleção Projeto Memória

Foi um período de grande desenvolvimento para a cidade, com um intenso movimento social e comercial de produtores que se dirigiam até a mesma para vender sua produção, dando uma vida relativamente intensa para a área. A cidade mantinha contínuas relações comerciais com os centros mais próximos, mas também com São Paulo. As possibilidades fornecidas pela lavoura do café, permitiram que em São Luiz do Paraitinga se formasse não só um escol financeiro mas também cultural.

Com o seu crescimento, a administração pública procurava construir e conservar a cidade limpa e em ordem:

“Em edital de 21 de agosto de 1916 a prefeitura proibia, expressamente, atirar *lixos e matérias pútridas nas zonas da cidade*; outrossim, solicitava a todos os proprietários de prédios que caiassem seus imóveis, *as frentes de seus prédios, janelas, portas, paredes ou muros*. No ano seguinte, o delegado de polícia comunicava que exercia severa repressão à vagabundagem e que, só aos domingos seria permitido aos pobres pedirem esmolas, e mesmo assim, com prévia licença por escrito (...)” (Petroni, 1959, p.82).

Vinculada a todas estas transformações em sua economia, a evolução da população do município se trata de um bom índice para explicitar as fases econômicas, mais ou menos prósperas, pelo qual passou o mesmo até os anos de 1950. A análise da tabela 1 nos permite afirmar o quanto a população cresceu de forma regular a partir de 1836, atingindo o máximo em 1900, a partir do qual começou a diminuir. O grande crescimento da população entre os anos de 1836 a 1900 estava ligado a economia do café, que atraiu um grande número de pessoas para trabalhar nas fazendas produtoras.

Tabela 1: Evolução da população total de São Luiz do Paraitinga: 1836 - 1950

ANO	POPULAÇÃO TOTAL
1836	6.296
1854	10.393
1874	13.894
1886	17.368
1900	29.535
1920	25.166
1934	20.367
1940	11.127
1950	14.547

FONTE: Petroni, 1959, p.32

OBS: Na contagem da população entre 1836 – 1886 não estão incluídos os escravos existentes.

As transformações nas relações econômico-sociais vindas com a economia do café, geraram profundas mudanças, tanto na produção agrícola como nas atividades urbanas do município. O café se tornou a cultura mais importante da região e seu período de esplendor durou até 1918, pois como em todos os locais em que foi cultivado por meio de técnicas rudimentares, o seu cultivo levou o solo à exaustão. *Os rendimentos baixaram continuamente, as crises econômicas sucederam-se, até que, em 1918, a grande geada que afetou toda a cafeicultura, veio contribuir em definitivo para a decadência da lavoura cafeeira em São Luiz*” (Petroni, 1959, p.19).

A inserção de São Luiz do Paraitinga no sistema econômico do Vale do Paraíba, como caminho obrigatório e produtor de gêneros básicos, garantiu um período de estabilidade, embora de curta duração, na medida em que a lavoura cafeeira foi deslocada para o interior e Oeste Paulista⁷³. Com a conseqüente decadência dos portos do litoral Norte de São Paulo, principalmente o de Ubatuba, associada a construção da estrada de ferro D. Pedro II, a famosa Central do Brasil, em fins do século XIX, São Luiz do Paraitinga entrou num imobilismo econômico, pois ficou localizado fora do eixo de escoamento da produção do Vale.

“Assim, a cidade ficou reduzida novamente as relações locais de subsistência, uma vez cortada sua principal função econômica e fator de crescimento, o que, por outro lado garantiu a sobrevivência do magnífico acervo arquitetônico de que hoje dispõe” (Governo do Estado de São Paulo, 1982, p.13).

Mediante esta conjuntura de fortes transformações, passando pela alteração das relações sociais, dificuldades para escoamento da produção, desgaste do solo explicando uma diminuição progressiva de produtividade, diminuição da população total, entre outras, rapidamente a cultura cafeeira entrava em forte declínio. A queda na produção de café do município foi muito grande entre os anos de 1912 e 1922, sendo abandonados aproximadamente 1.200.000 pés de café. A decadência prosseguiu implicando na erradicação de outros cafezais, até que a grande crise econômica de 1929

73

Vale lembrar também que a produção de café em São Luiz do Paraitinga estava apoiada na mão de obra escrava, e com a abolição da escravidão, em 1888, muitos fazendeiros entraram em decadência. “Com a Abolição, numerosos fazendeiros do Vale do Paraíba viram-se definitivamente arruinados. Um sem número de propriedades ao longo do Vale foram abandonadas. Os ex-escravos, recém-libertados, negavam-se a continuar no mesmo local. E esta situação tornava-se ainda mais grave no Vale do Paraíba, pois, às vésperas da abolição, muitos fazendeiros arruinados possuíam como única riqueza os seus escravos que chegavam a representar 75% de seu patrimônio” (Cardoso, 1991, p.107).

encerrou definitivamente esta produção em São Luiz do Paraitinga, sendo os poucos cafezais que restaram destruídos gradativamente (Petrone, 1959).

A economia do café deixou muitas marcas na paisagem da região, modificando radicalmente os aspectos paisagísticos da área.

“Alinhando-se nas encostas mais ou menos íngremes substituiu algumas vezes culturas anuais, como o milho, ou eliminou capoeiras, indício do caráter itinerante da antiga lavoura branca. O fato mais importante é que o café acelerou a destruição das matas, em busca de solos mais ricos” (Petrone, 1959, p.21).

Entre os anos de 1912 e 1922, a produção de café em São Luiz do Paraitinga encontrava-se bastante oscilante, mas com forte tendência ao declínio. Por outro lado, a riqueza oriunda com a economia do café transformou profundamente a paisagem da área e motivou o aparecimento das ricas sedes das fazendas (seqüência de fotos de 43 a 47) e de sobrados na cidade.

A humilde e tosca casa de pau-a-pique do agricultor foi substituída por sedes amplas de um ou dois pavimentos e numerosas dependências. As instalações mais complexas de uma fazenda de café substituíram o paiol e o chiqueiro. Surgiram os grandes terreiros e a senzala, depósitos e instalações para beneficiamento do produto, telheiros para carros e cercados para os animais. *“Nos pastos que hoje em dia cobrem a maior parte da superfície é comum reconhecerem-se as marcas alinhadas deixadas pelas plantas que desapareceram”* (Petrone, 1959, p.22).

Foto 43 – Fazenda da Fábrica



Foto: Marcelo Toledo

FONTE: www.paraitinga.com.br

Foto 44 – Fazenda Boa Vista



Foto: Marcelo Toledo

FONTE: www.paraitinga.com.br

Foto 45 – Fazenda do Chapéu



Foto: Marcelo Toledo

FONTE: www.paraitinga.com.br

Foto 46 – Fazenda São Luiz



Foto: Marcelo Toledo

FONTE: www.paraitinga.com.br

Foto 47 – Fazenda Pinheirinho



Foto: Marcelo Toledo

FONTE: www.paraitinga.com.br

Mesmo possuindo todo este patrimônio cultural construído e deixado com a economia do café, Brandão (1995, pp.23-33), destaca a pobreza sócio-econômica do município após a estagnação da cafeicultura:

“(...) São Luiz do Paraitinga não viveu um desenvolvimento significativo desencadeado pela agricultura do café durante o período em que, sob o trabalho escravo, ele transformou a economia, a vida e as relações sociais em São Paulo. Não produziu durante tal período e nem depois, excedentes capitalizáveis que pudessem ser aplicados na modernização da agricultura ou na instalação de indústrias. Não atraiu capital ‘vindo de fora’, aplicável na agricultura e na pecuária leiteira, a não ser em raras ocasiões. (...) Desprovido até hoje de indústrias, o município mantém mais da metade da população fora da cidade e possui uma economia que oscila basicamente entre o leite, o milho e o feijão (...)” .

A cafeicultura deu um grande impulso no desenvolvimento das cidades brasileiras, em especial, nas cidades do Vale do Paraíba. No entanto, acabou fazendo com que estas cidades, amparadas na extração da rubiácea, caíssem no obscurantismo, ficando com poucas possibilidades de dinamizar sua economia novamente. Atualmente, devido a esta riqueza deixada pela economia do café, uma riqueza até certo ponto questionável em termos econômicos e sociais, tem levado as mesmas rumo ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo.

Mais uma vez, tem-se a possibilidade de dinamizar a economia da região amparando-se na memória do café, mas a falta de planejamento, de sintonia

entre as escalas de administração pública e de vontade dos administradores públicos locais vêm dificultando este movimento. Desse modo, este suposto desenvolvimento caminha lentamente e é questionável, pois como no período do café, estão ficando nas mãos dos mais abastados financeiramente, reproduzindo uma tendência que já se mostrou ineficiente no passado, favorecendo poucas pessoas e esquecendo a grande maioria dos habitantes.

CAPÍTULO 9

Do auge cafeeiro à condição de pequeno núcleo urbano: as cidades mortas do Alto Vale

Após um período de intensa exploração e utilização do solo com a economia do café, a partir do segundo decênio do século XX, a região passou a apresentar uma terceira fase de exploração econômica, cultivando novamente os produtos para subsistência. Esta etapa não pode ser bem caracterizada como as anteriores, do povoamento e da cafeicultura, e deve ser considerada uma transição da cafeicultura à criação de gado leiteiro.

Um fato muito importante durante esse período de transição foi a grande divisão que ocorreu com as terras das antigas fazendas de café, na qual poucas se mantiveram com a área que possuíam, originando estabelecimentos rurais bem menores (Petrone, 1959). O número total de estabelecimentos rurais no município saltou de 268 em 1920, para 1.240 em 1934, conforme podemos ver pelos dados das tabelas 2 e 3 a seguir. Durante esta transição, ocorreu uma mudança importante no regime de posse e ocupação das terras, o que causou muitas transformações na paisagem do município, a partir daí, composta por pequenas propriedades.

Tabela 2: Número de estabelecimentos e classes de área de São Luiz do Paraitinga:1920

ÁREA DAS PROPRIEDADES (há)	N.º DE PROPRIEDADES
Menos de 41	101
De 41 até 100	99
De 101 a 200	43
De 201 a 400	13
De 401 a 1000	12
Total de estabelecimentos	268

FONTE: Petrone, 1959, p. 23.

Entre os anos de 1920 e 1934, o município passou por um período de grande aumento no número de seus estabelecimentos rurais, conseqüência da ocupação de novas terras e decorrência da fragmentação das propriedades preexistentes. Houve um aumento significativo no número de propriedades com até 100 ha, estabelecendo um predomínio absoluto em termos numéricos dos pequenos estabelecimentos rurais. Quanto à incorporação de terras não ocupadas, em 1920 a área total do município era de 80.500 ha, dos quais apenas 26.080 ha eram efetivamente utilizados com atividades agropecuárias.

Tabela 3: Número de estabelecimentos e classes de área de São Luiz do Paraitinga:1934

ÁREA DAS PROPRIEDADES (ha)	N.º DE PROPRIEDADES
Menos de 24,2	862
De 24,3 até 60,5	215
De 60,6 até 122	100
De 123 até 242	45
De 243 até 605	11
De 606 até 1210	6
De mais de 2420	1
TOTAL	1240

FONTE: Petrone, 1959, p. 23

Paralelamente às transformações na utilização do solo ocorreu uma mudança no tipo de responsável pela propriedade, surgindo os arrendatários e os administradores. O arrendamento se tornou uma das formas mais comuns de produção e administração das propriedades na região, prática que perdura até os dias atuais. Mesmo após essas mudanças verificadas na propriedade da terra, as técnicas agrícolas utilizadas continuavam as mesmas de períodos anteriores, nas quais as lavouras continuaram a ser praticadas por meio das queimadas e da utilização da enxada. Com o esgotamento do solo, a policultura não resistiu e passou a fornecer rendimentos irrisórios

aos seus produtores, favorecendo o aproveitamento destas terras para a formação de pastagens.

“Durante o período em que dominou no município a policultura, sucedendo-se ao café, nos primeiros trinta anos do século, somente o gado suíno foi objeto de criação, tendo mesmo adquirido grande destaque como produto comercial. Foi somente a partir da década de 1930-1940 que as propriedades com rebanho bovino, particularmente leiteiro, começaram a se multiplicar. De então para cá a criação introduziu no panorama econômico da região de São Luiz radicais transformações, somente comparáveis, às decorrentes, no século passado, da introdução do café. As pastagens vieram substituir os antigos cafezais, canaviais algumas vezes, roças ou então capoeiras. Não raramente vieram contribuir também para a derrubada da mata” (Petroni, 1959, p.35).

Esse retorno à policultura durou pouco tempo e a maior parte do Vale passou a ser ocupado pelas pastagens necessárias à criação de gado, voltando-se para produção de leite. A produção leiteira no Vale do Paraíba em 1920 chegou a 21% de toda a produção do Estado de São Paulo (Cardoso, 1991).

A queda da economia do café e as mudanças na utilização e posse das terras possibilitou a chegada de muitos migrantes vindos do Sul de Minas Gerais, que enxergaram nesta região a possibilidade de se tornar os donos das terras, comercializadas de forma parcelada. Os migrantes vindos de Minas Gerais chegaram na região a partir de 1930, e concentraram-se na zona rural como criador. Não há como não relacionar o progresso da pecuária na região com os mineiros, pois raramente um mineiro se dedicava à agricultura.

Desse modo, o barateamento da terra foi o grande fator de indução dessa presença mineira na região, já que a falência da cafeicultura derrubou o preço da terra na região do Paraitinga, e os preços ficaram bem mais baixos do que os do Sul de Minas.

Outro aspecto que deve ser mencionado com relação a afirmação da pecuária leiteira local, foi a ampliação e a construção de novas estradas no município em meados da década de 1940. A abertura da estrada que liga São Luiz do Paraitinga a Ubatuba, atual Rodovia Oswaldo Cruz, SP-125, bem como a melhoria de suas estradas

vicinais, permitiram que companhias de laticínios se instalassem no município e passassem a incentivar a produção, garantindo a compra do produto⁷⁴.

Com a passagem da agricultura para a pecuária como atividade predominante, temos uma mudança considerável na dinâmica da produção local, o que gerou um grande decréscimo no número de postos de trabalho na zona rural. A pecuária exige um número reduzido de trabalhadores e esses passaram a ser feitos pelas famílias dos donos ou responsáveis pelas terras⁷⁵.

A mudança na forma de utilização do solo e no tamanho das propriedades abriu caminho para a afirmação dos arrendatários e para o predomínio do trabalho familiar na região. O trabalho familiar e a pequena propriedade, passaram a predominar no campo, características que permanecem até os dias de hoje nas poucas propriedades que resistem.

Com a introdução da pecuária leiteira e a permanência da policultura de subsistência, tivemos a convivência de dois tipos de economia diferenciados. De um lado tivemos a presença de uma atividade especializada, configurada pela pecuária, e do outro, um vasto rol de atividades não especializadas, quase todas vinculadas ao arrendamento (Governo do Estado de São Paulo, 1982). Com isso, estabeleceu-se uma relação de manutenção entre os dois setores que tenderam a cristalizar-se pela ausência de um foco dinamizador capaz de reverter a lenta inflexão econômica da atividade não especializada.

As repercussões das mudanças territoriais ocorridas no campo em função das transformações econômicas são evidentes pela variação da estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais, conforme a tabela 4 a seguir.

74

Na área de São Luiz operaram duas empresas de laticínios, a S.A. Fábricas de Produtos Alimentícios Vigor, com sede no município e a Embaré, com sede no município vizinho de Taubaté. Vale lembrar que com a chegada da Fábrica da Vigor na cidade em 1953, ela adquiriu todas as empresas de laticínios menores que atuavam no município.

⁷⁵ A título de curiosidade, um funcionário que trabalha com criação animal chega a cuidar de aproximadamente 70 animais, sendo necessários poucos trabalhadores para cuidar de um rebanho médio, como no caso de São Luiz do Paraitinga.

Com as mudanças ocorridas no regime de posse e ocupação das terras no município de São Luiz do Paraitinga, podemos perceber o quanto foi determinante para a organização do território da região o desenvolvimento e a queda da cafeicultura.

Tabela 4: Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de São Luiz do Paraitinga: 1950 – 1995/96⁷⁶

ANO	Estabelecimentos com até 50 (ha)		Estabelecimentos com mais de 50 e menos de 100 (ha)		Estabelecimentos com mais de 100 e menos de 500 (ha)		Estabelecimentos acima de 500 (ha)	
	N.º	Área	N.º	Área	N.º	Área	N.º	Área
1950	266	7403	96	6904	100	19544	9	19998
1960	522	-	107	-	213	-	13	-
1970	494	9901	154	11106	141	25014	7	20318
1980	251	6106	113	8390	105	19615	9	10611
1995/96	320	5749	87	5959	98	17833	12	9474

FONTE: IBGE, 1950 – 1995/96

Pautada nas grandes propriedades, quando esta economia demonstrou sinais de queda nos rendimentos, abriu-se caminho para uma mudança intensa na paisagem regional e local, que a partir de então teve que voltar à pequena produção de subsistência destinada a abastecer as pequenas cidades vizinhas. Enfim, com estas mudanças tem-se uma nova estruturação territorial na região.

O número de pequenas propriedades deu um salto no município, onde, em um período de 10 anos cresceu de 266 em 1950, para 522 em 1960 (TABELA 4). Nota-se que este processo de parcelamento abriu caminho para o pequeno produtor, que a partir destas mudanças, passou a predominar na região. Por outro lado, é muito interessante que apesar de diminuição no seu número, as propriedades com mais de 500 ha entre os anos de 1950 e 1970, aumentaram suas áreas, para logo depois, entrar em processo de diminuição.

⁷⁶ Durante a década de 1980, grandes porções de terras do Município de São Luiz do Paraitinga passaram a pertencer aos municípios vizinhos como Natividade da Serra, Redenção da Serra, Taubaté e Lagoinha.

Segundo Antônio Nicolau de Toledo, 76 anos, originário do Sul de Minas:

“(...) o meu pai quando morava em Minas ele tinha um açougue, depois foi funcionário público mas queria ter um sítio. Ele combinou com um primo dele e veio para cá e arrendou um sítio lá no sertão do Campo Grande. O sítio não deu certo e nós voltamos para a cidade e meu pai ficou trabalhando de pedreiro e fazendo alguns negócios até poder voltar para a roça. (...) em 1941 nós mudamos para a chácara da sua vó, que era 10 vezes maior do que a alugada e fomos tocar a roça (...)”.

Com as mudanças na utilização das terras, ocorreram mudanças substanciais na economia da região, alterando toda sua dinâmica produtiva, a partir deste período, voltada à pecuária. Pelos dados da tabela 5, podemos afirmar que foram rápidas as transformações vinculadas à posse das terras, e abriu-se o caminho para a afirmação da pecuária leiteira em São Luiz do Paraitinga.

Tabela 5: Evolução do efetivo de bovinos e produção leiteira de São Luiz do Paraitinga:
1950 – 1995/96

ANO	Número de animais	Produção leiteira (em mil/l)	Vacas ordenhadas
1950	14.786	4125,6	3.418
1960	25.263	8250,9	10.082
1970	27.252	8647	7.619
1980	21.333	7084	5.577
1985	18.300	7320	5.350
1995/96	20.171	7751	4.091

FONTE: IBGE, 1950 – 1995/96

Entre 1950 e 1970 a pecuária passou por um processo de franca expansão com relação ao efetivo bovino e a produção de leite. A partir de então, principia a redução, abrangendo tanto o efetivo bovino como a produção de leite. Com a queda na produção leiteira e com o encerramento das atividades da Usina Vigor – empresa que adquiria toda a produção – em meados da década de 1980, ficou difícil a

continuidade das atividades e uma grande parcela dos pequenos pecuaristas também foram obrigados a vender suas terras e migrarem em busca de empregos.

Contudo, entre 1980 e 1995/96, houve uma relativa estabilização na produção leiteira, com tendência à ligeira ampliação da mesma, que foi acompanhada por uma pequena elevação do efetivo entre 1985 – 1995/96, mas nada que pudesse dinamizar a economia do município.

Segundo Judas Tadeu, 61 anos, a economia de São Luiz é extremamente decadente:

“(...) olha o Galvãozão pai, ele viveu o auge da produção leiteira aqui em São Luiz, era ele que recebia o leite na Vigor. Ele me contou que na época existiam 25 caminhões que vinham abarrotados de latões de 50 litros de leite, eram 15 para a Vigor e 10 para a Embaré, uma empresa que não existe mais em Taubaté. Hoje, quando estou caminhando de manhã lá naquele retão (sic) (SP 125) passa por mim, eu não sei de quem é o carro, um fusquinha branco, puxando uma carretinha atrás com dois latões de 25 litros na carroceria (...) essa é a imagem da decadência, de 25 caminhões abarrotados de leite, sobra hoje esse carrinho que passa aí. (...) para mim esse carrinho é o símbolo da decadência da economia de São Luiz (...)”.

Se a principal atividade do município do período sofreu relativa diminuição, a policultura também manifestou sua inexpressividade, tanto em termos de produção, como da perspectiva de geração de rendas. De acordo com os dados da tabela 6, podemos afirmar que a produção dos principais produtos agrícolas do município vem sofrendo diminuição constante, à exceção do tomate, que teve sua produção expandida após 1970, mas na última data já manifesta redução.

Pelos dados abaixo podemos afirmar que a produção agrícola passou a ser somente para subsistência, com um fluxo comercial muito reduzido. A produção agrícola local, apesar da relativa importância do tomate e do milho, é irrisória, deixando muitas pessoas sem trabalho na zona rural. O tomate, diferentemente dos demais produtos, começou a ser produzido somente no final da década de 1940, e daí para frente passou por fase de expansão e retração, apesar do clima local não ser propício ao cultivo do mesmo, com altos índices pluviométricos no verão e baixas temperaturas no inverno, o que dificulta muito a produção com as constantes geadas e cheias.

A produção aumentou de forma considerável em 1970, passando de 25 toneladas em 1950, para 297 toneladas na última data. Passou por redução entre 70 e 80, para novamente ser expandido no início de 1990, propiciando até a abertura de uma micro-empresa de molho de tomate, a Agroindústria Bom Gustaio. Mesmo com esta expansão, a produção de tomates ainda é pequena, nada capaz de movimentar a economia do município, como a cafeicultura e a pecuária leiteira fizeram num passado próximo.

Tabela 6: Evolução dos principais produtos agrícolas de São Luiz do Paraitinga: 1950 – 1995/96

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS					
ANO	Café (ton)	Arroz (ton)	Feijão (ton)	Milho (ton)	Tomate (ton)
1950	2	190	430	4606	25
1960	10	90	156	1256	6
1970	1	29	190	1317	297
1980	0,787	6	303	1696	126
1990	5	45	222	3750	506

FONTE: IBGE, 1950 – 1995/96.

A agropecuária garantiu um curto período de estabilidade econômica ao município, porém, em meados da década de 1980, esta também manifestou sua redução. Mais uma vez tem-se uma mudança sensível no regime de ocupação das terras, que a partir daí, passaram a ser agregadas novamente.

Com o declínio da produção de leite, acompanhado de queda na produção agrícola, muitas terras estão sendo agregadas, formando novamente as grandes propriedades. Grande parcela da terra disponível vem sendo adquirida por indústrias de papel e celulose, como a Papel Simão por exemplo, para a produção de eucalipto, pois o relevo da região não favorece a agricultura. Os custos com a produção, devido a degradação do solo e a dificuldade de transporte são elevados, abrindo espaço para incorporações como vem ocorrendo. Esta falência da agropecuária acabou acentuando o êxodo da população rural, até então, dominante no município.

Segundo Marco Rio Branco, 50 anos, escriturário escolar, classificando os dois períodos mais marcantes na economia do município como errôneos e equivocados do ponto de vista produtivo, alertando quanto ao destino do patrimônio cultural local, já praticamente transformado em mercadoria destinada ao mercado do entretenimento:

“(...) eu fico imaginando o que o café veio fazer em São Luiz, uma região extremamente fria, foi uma imposição e deu no que deu. Quando a grande oligarquia sentiu que não dava mais ela pegou a trouxa e foi embora, quando chegou na década de 20 as terras ficaram a preço de banana, chegaram os mineiros impondo a criação, também sem muito sentido pelo próprio relevo local, e não deu certo, quebrou todo mundo. Então sobrou o que, sobrou o dado cultural, uma coisa que São Luiz sempre vendeu bem (...)”.

Mesmo com os inúmeros problemas levantados a respeito da economia do café no município temos que reconhecer que muito do que vem sendo valorizado como atrativo turístico atualmente trata-se de resquícios da cafeicultura, tanto do ponto de vista material, quanto imaterial. Muito do que está sendo valorizado e refuncionalizado, a arquitetura, a culinária, o folclore popular, os rituais litúrgicos, enfim, as próprias práticas cotidianas, são heranças desse período, tão marcante na evolução da cidade.

A Cavalhada, o Moçambique, o Jongo, o pau-de-sebo, os bonecões gigantes, o afogado, o pastel de farinha, o aguardente de cana, a canjiquinha, dentre outros, além das obras arquitetônicas, podem ser consideradas heranças deste período, manifestações que foram introduzidas na região durante a efervescência econômica e social vindas com o café, período em que a cidade passou por um intenso crescimento e desenvolvimento sócio-espacial.

Desse modo, com as transformações agrícolas que se seguiram, a economia do município entrou em uma fase de grande estagnação com forte redução na oferta de empregos. Destarte, o município de São Luiz do Paraitinga vem enfrentando sérias dificuldades quanto à geração de novos postos de trabalho, e com a sucessiva diminuição da produção agrícola essa situação se agrava ainda mais, levando seus habitantes a migrarem para as cidades vizinhas como Taubaté e São José dos Campos.

Este fato vem provocando diminuição da população municipal, com fortes repercussões no setor comercial e prestador de serviços.

A análise dos dados censitários em São Luiz do Paraitinga, (TABELA-7), nos permite afirmar uma contínua diminuição de sua população, diminuição essa ligada a fatores como a mudança na estrutura do campo, e ao recente e vertiginoso desenvolvimento industrial experimentado pelo eixo São José dos Campos – Taubaté. Após períodos de próspero crescimento e desenvolvimento econômicos, alcançados com a cafeicultura e com a produção leiteira, o município de São Luiz do Paraitinga não foi inserido em atividades econômicas capazes de gerarem empregos e rendas, ficando sem muitas alternativas e dependente de verbas dos governos federal e estadual.

A população do município passou por um processo de decréscimo acentuado durante os anos de 1950 a 1980, reflexo de uma economia urbana pouco diversificada e da falência das atividades produtivas do campo, o que obrigou seus habitantes a deslocarem-se para cidades maiores em busca de novas oportunidades de trabalho. A população rural, desde o fim da cafeicultura no início do século XX, vem diminuindo gradativamente, demonstrando que o campo não tem mais condições de manter sua população trabalhando no mesmo, conseqüentemente, aumentando a taxa de urbanização. A título de exemplo, a taxa de urbanização de São Luiz do Paraitinga saltou de 40,52 (SEADE-2005) em 1980, para 60,37 (SEADE-2005) em 2005.

A população urbana do município cresceu de 1.395 habitantes em 1950, para 6.145 em 2000, atingindo os 6.476 habitantes em 2005. Já a população rural decresceu de 13.152 em 1950 para 4.284 em 2000, processo em andamento com a queda para 4.251 habitantes em 2005. A população total do município também apresenta quedas em sua totalidade, caindo de 14.547 em 1950, para 10.727 em 2005.

Tabela 7: A evolução da população total urbana e rural de São Luiz do Paraitinga: 1950 – 2005

ANO	População total	População urbana	População rural
1950	14.547	1.395	13.152
1960	10.497	2.493	8.004
1970	11.655	3.103	8.552
1980	9.743	3.947	5.796
1990	9.888	4.968	4.920
2000	10.429	6.145	4.284
2005	10.727	6.476	4.251

FONTE: IBGE, 1950 – 2001/ SEADE-2005.

Temos que destacar que, mesmo apresentando um número populacional decrescente se compararmos o ano de 1950 com o de 2005, do início da década de 1980 até o ano 2005, um período de 15 anos, este número vem apresentando crescimento, indo de 9.743 em 1980 para 10.727 habitantes em 2005. A população rural por sua vez continua apresentando taxas decrescentes desde a queda da economia do café, processo que tende a ser acentuado com a tendência cada vez mais forte de mecanização das atividades agropecuárias existentes.

Estes dados nos permitem afirmar que mesmo com o decréscimo na população total do município apresentado durante o século XX, a cidade apresenta um crescimento no número de sua população com habitantes vindos da zona rural, o que nos permite confirmar um processo de expansão urbana local.

Pela taxa de crescimento populacional apresentada do ano de 1980 para o ano 2005 podemos afirmar também que este processo de expansão tende a ser acentuado, o que pode se tornar mais complexo com afirmação das atividades do turismo, transformando a cidade num foco de atração populacional, com isso, surgindo a necessidade de se ocupar cada vez mais novas áreas.

Marco Rio Branco, 50 anos, ao relatar sua experiência como funcionário da prefeitura, diz:

“(...) a cidade expandiu de uma forma desordenada, os órgãos responsáveis não se preocuparam quanto a isso. Em 74, eu trabalhava na prefeitura, foi uma das melhores épocas do movimento cultural na cidade e eu sempre falava para o prefeito segurar o crescimento do Alto do Cruzeiro, mas não interessava, eles deixaram a coisa desandar, precisavam tirar o povo da zona rural, temos que urbanizar o País, o Brasil precisa industrializar e esta aí o resultado. Foram trazidas todas as famílias da zona rural, que não sabiam nem escrever o nome e jogaram na cidade e deu no que deu. Foram sendo criados bairros sem a mínima estrutura, sem nenhum planejamento, a sensação que eu tenho é que a especulação imobiliária e a própria incompetência predominaram (...)”.

Por meio da análise da evolução populacional do município, fica claro que a dinâmica populacional está ligada ao seu desenvolvimento econômico. Com uma economia estagnada, o município vem passando por um período de estabilização no número de habitantes, pois os habitantes do local são, normalmente, obrigados a deixar o município em busca de trabalhos nas cidades maiores.

Mesmo com este decréscimo populacional, é possível constatar que a função mais importante da cidade é a comercial, mas a mesma também vem passando por sérias dificuldades. Uma característica importante do comércio de São Luiz do Paraitinga é a presença do trabalho familiar, no qual encontramos o pai, a mãe, os filhos e os parentes mais próximos ocupando estes postos de trabalho.

O comércio tem sua concentração nas ruas mais centrais, como as ruas 31 de Março, Coronel Domingues de Castro, Coronel Manoel Bento e na parte baixa da Monsenhor Ignácio Gióia, todas localizadas no Centro Histórico. Aí se encontram os mais diversos estabelecimentos comerciais como, farmácias, supermercados, lojas de confecções, calçados, dentre outros, ocupando de forma desordenada os porões e os próprios casarões.

Com este pequeno rol de serviços, em 2003 existiam apenas 251 estabelecimentos comerciais na cidade, como podemos ver pelos dados da tabela 8. O pequeno número de estabelecimentos comerciais faz com que a oferta de produtos seja relativamente reduzida com pouca variabilidade e baixa qualidade de produtos.

A tabela abaixo (TABELA – 8) demonstra um número reduzido de estabelecimentos comerciais, sendo a maior parte concentrada no setor de produtos

alimentícios, bebidas, estimulantes e fumo, representado em grande parte por bares e botequins. Este gênero comercial emprega a maior parte da mão-de-obra da cidade, pois são postos de trabalhos que não exigem uma formação específica, facilitando a situação dos habitantes, que em sua maioria estudam somente até o final do ensino fundamental e médio, não possuindo condições financeiras de fazer um curso técnico ou superior.

Não existem muitos incentivos por parte do poder público, nem para a comunidade estudar nas cidades vizinhas, nem para trazer cursos até a cidade. A única medida prática para a capacitação e formação de mão-de-obra existente na cidade, é o pagamento feito pela prefeitura de 50% do custo do transporte escolar entre as cidades de São Luiz e Taubaté, no qual aproximadamente 90% dos jovens locais realizam seus cursos de nível superior.

Tabela 8: Número de Estabelecimentos Comerciais por Classe e Gênero de São Luiz do Paraitinga – 2003

CLASSES E GÊNEROS COMERCIAIS	Nº.ESTAB.
Ferragens, Produtos Metalúrgicos, Ferramentas e Materiais de Construção.....	13
Máquinas , aparelho e material elétrico e não elétrico.....	6
Veículos e acessórios.....	8
Móveis e artigos de habitação.....	1
Papel, impressos, artigos de escritório, artigos escolares, papelaria.....	4
Produtos químicos e farmacêuticos, odontológicos e perfumaria.....	6
Combustíveis e lubrificantes.....	8
Tecidos, artefato de tecidos, artigos do vestuário, armarinho.....	25
Produtos alimentícios, bebidas, estimulante, fumo.....	116
Mercadorias em geral sem produtos alimentícios.....	8
Mercadorias em geral com produtos alimentícios.....	12
Artigos diversos.....	44
Máquinas, aparelhos e equipamentos para uso comum, industrial e agrícola...	6
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS.....	251

FONTE: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, 2003.

Um outro gênero comercial que emprega grande parte de jovens é o de tecidos, artefatos de tecidos e artigos do vestuário e armarinhos, apresentando um

número razoável de lojas que comercializam de tudo um pouco. Com a melhoria nos transportes e com a redução do tempo para percorrer as distâncias, os habitantes locais passaram a realizar compras nas cidades vizinhas maiores. O pequeno comércio local acabou ficando com um volume reduzido de compradores e seu movimento financeiro diminuiu bastante, já que os mesmos não conseguem fazer frente à concorrência do comércio das cidades maiores.

Este pequeno comércio, com a queda da produção no campo vem passando por sérias dificuldades, na medida que grande parte de sua demanda era consumida pelos moradores da zona rural do município, já que os mesmos, pouco se dirigiam rumo às cidades vizinhas maiores. Com a diminuição desta população, o movimento do comércio local se restringiu a produtos de primeira necessidade e em pequena quantidade. A título de exemplo, a cidade possui somente um posto de gasolina em seu perímetro urbano⁷⁷.

Nos últimos meses de 2002, o setor comercial teve sua situação mais agravada com a interdição do Mercado Municipal pela Defesa Civil e pela Prefeitura Municipal. Alguns estabelecimentos foram fechados. O Mercado Municipal foi reaberto em meados de 2005, mas alguns comerciantes que lá trabalhavam ainda não retornaram às suas atividades.

O setor prestador de serviços também começa a enfrentar problemas. Este setor (TABELA-9), apresenta atualmente um total de 201 estabelecimentos. A classe de serviços que apresenta destaque é o de reparos, manutenção e conservação, com 30 estabelecimentos, representado sobretudo pela presença de um bom número de oficinas mecânicas para automóveis, pois com o baixo poder aquisitivo dos habitantes locais, a maioria possui automóveis velhos e antigos, constituindo-se bom mercado para os mecânicos em geral. Outro ponto que auxilia o movimento deste setor é a localização próxima a Rodovia SP-125, Rodovia Oswaldo Cruz, onde nos finais de semana e na temporada de verão, ocorre um aumento considerável no tráfego de automóveis que se dirigem rumo ao litoral norte de São Paulo, especificamente à cidade de Ubatuba.

⁷⁷ Vale destacar que atualmente, esse número de estabelecimentos comerciais sofre pequenas variações, sendo muito comum, fecharem alguns estabelecimentos e abrirem outros, mas nada que aumente o número de postos de trabalhos na cidade.

Tabela 9: Número de Estabelecimentos Prestadores de Serviços por Classes de Serviços de São Luiz do Paraitinga – 2003

CLASSES DE SERVIÇOS	Nº ESTAB.
Serviços de alojamento e alimentação.....	16
Serviços de reparação, manutenção e conservação.....	30
Serviços pessoais e higiene pessoal.....	16
Serviços comerciais.....	36
Serviços de diversão, radiodifusão, TV, promoção, espetáculo artístico.....	5
Serviços auxiliares diversos.....	98
Serviços de compra, venda, loteamento, incorporação, administração, locação, arrendamento e imóveis.....	2
TOTAL	203

FONTE: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, 2003

Merece um certo destaque, devido a uma tendência de desenvolvimento da atividade turística iniciada no final de década de 1990 na cidade, um relativo aumento no numero de hotéis e pousadas nos últimos cinco anos. Com o objetivo de transformar São Luiz do Paraitinga em Estância Turística, fato consumado em 2002, a prefeitura incentivou, por meio de propagandas, a expansão desse setor. Contudo foi apenas uma melhora parcial em termos de criação de postos de trabalho, tratando-se do início de uma nova atividade econômica que pode vir a se afirmar na cidade, o turismo.

É interessante notar também, que os serviços destinados ao turismo como alojamento, alimentação etc., vem passando por alguns problemas com relação à mão-de-obra, pois a maioria da comunidade é composta por trabalhadores com baixo nível de escolaridade, sendo necessário a contratação, principalmente para os serviços mais especializados e melhor remunerados, de pessoas oriundas de outras cidades, geralmente que já trabalham no setor.

A título de exemplo, temos duas empresas de turismo na cidade que realizam passeios guiados pelo rio Paraibuna no Núcleo Santa Virgínia, Parque Estadual da Serra do Mar, a Cia de Rafting e a Montana Rafting, mas em termos de criação de empregos os números são reduzidos, possuindo em conjunto um pequeno número de pessoas da cidade trabalhando no setor, mesmo com os possíveis empregos indiretos.

Para João Rafael Coelho Cursino dos Santos, 22 anos, estudante, natural de São Luiz do Paraitinga:

“(...) é aí que mora a maior dificuldade do nosso município. Embora até existam algumas tentativas ainda se está longe de um projeto que consiga implantar a população nos mecanismos do turismo. O básico para aprimorar o atendimento ao turista é uma população bem informada sobre o que estes procuram conhecer, infelizmente são raros os cidadãos que conseguem informar um turista corretamente. Ademais, nos comércios que atendem turistas (restaurantes, pousadas, lanchonetes etc) são raríssimos os casos de profissionais que além do interesse financeiro consigam dar mais sustentação ao turismo com a explicitação dos bens que o formam e que poderiam estender a estadia dos mesmos e aí gerar mais divisas para este próprio informante”.

João Eduardo do Espírito Santo, 35 anos, proprietário da Cia de Rafting, compactua da mesma posição de Rafael. Segundo o empresário:

“(...) não existe nada a respeito da inclusão da comunidade. (...) eu vou falar da Cia de Rafting, precisávamos envolver a comunidade porque? (...) porque precisávamos de gente para trabalhar e as pessoas vieram trabalhar na Cia, dentro dos objetivos da Cia, desenvolver as pessoas, a gente atende um público e esse público precisa ser bem atendido, então as pessoas precisam ter capacitação, a gente promove junto às pessoas que estão na Cia para elas voltarem a estudar, ou seja, se desenvolver, agora, se você for ver a comunidade que está fora desse âmbito, eu não vejo nada, eu não vejo a comunidade, ela entende o que é turismo?(...) acho que não!!!”.

Os demais serviços oferecidos, similar ao que ocorreu no comércio, também sofrem muito com a concorrência das cidades vizinhas que são maiores. Se um cidadão luizense precisar de um médico especializado ele terá de ir até Taubaté. Em São Luiz do Paraitinga são ofertados somente serviços de primeira necessidade, como o atendimento de um médico clínico geral, para em seguida o mesmo encaminhar seu paciente para médicos especialistas existentes nas cidades vizinhas. O baixo poder aquisitivo da população também dificulta o desenvolvimento desse setor, já que a comunidade acaba dependendo das instituições públicas municipais, estaduais e federais.

A função industrial, (TABELA - 10), é incipiente, existindo apenas pequenas oficinas de ferreiros, carpinteiros, seleiros e pequenas indústrias, entre elas destacando-se, uma indústria de molho de tomate, uma de farinha de milho e alguns

alambiques que produzem aguardente. Conforme apresentado na tabela abaixo, o número de estabelecimentos industriais na cidade é muito pequeno, perfazendo um total de 23 estabelecimentos.

No geral, as indústrias do município são pequenas e oferecem um número reduzido de empregos, sendo a maioria deles sem qualificação. A função industrial foi muito pouco incentivada e desenvolvida, restando para este setor, pequenas indústrias alimentares, de vestuário, de extração mineral e vegetal.

Fora os empregos criados pelo comércio, pelo setor prestador de serviços e pela pequena indústria local, o restante dos postos de trabalho do município são cargos públicos da Rede de Ensino Estadual, do Poder Judiciário e da Prefeitura Municipal, além das três agências bancárias existentes na cidade⁷⁸. Apresentando um número aproximado de 354 funcionários – entre professores da rede municipal, frente de trabalho, assessores, etc. – a prefeitura da cidade acaba sendo uma das principais fontes de empregos, sendo estes objeto de intensas barganhas políticas e eleitorais. A maioria da população fica esperando mudar o partido político dominante para conseguir uma vaga na prefeitura, uma prática muito comum em cidades de pequeno porte. O clientelismo e o paternalismo, talvez uma herança da época dos coronéis que por muito tempo dominaram a região, ainda estão presentes de forma muito forte no município⁷⁹.

Tabela 10: Número de Estabelecimentos Industriais por Gênero Industrial em São Luiz do Paraitinga – 2003

⁷⁸ Existe na cidade, uma Agencia Banespa, uma Agencia Banco do Brasil e um posto da Nossa Caixa.

⁷⁹ Por ser a maior fonte de empregos na cidade, encontramos um outro problema observado empiricamente, que é o grande nepotismo para a ocupação das vagas ofertadas na prefeitura municipal. É muito comum na mudança de prefeitos, ser trocado uma série de funcionários, geralmente os que fazem parte do grupo dominante no momento, por funcionários de outro grupo que irá assumir a administração municipal. Os membros do grupo dominante acabam ocupando os melhores cargos e recebem os melhores salários, sendo que muitos destes cargos deveriam ser ocupados por profissionais devidamente qualificados em concursos públicos.

GÊNEROS INDUSTRIAIS	Nº ESTAB.
Extração mineral.....	4
Produtos minerais não metálico.....	4
Madeira.....	4
Vestuário, calçados e tecidos.....	2
Produtos alimentares.....	4
Bebidas.....	3
Diversos.....	2
TOTAL	23

FONTE: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, 2003

A atividade turística vem sendo classificada como uma boa possibilidade de desenvolvimento econômico-social para o município, mas ainda trata-se de uma atividade em fase de implantação. Nos últimos anos o turismo vem sendo muito incentivado no município e na própria região do Alto Vale do Paraíba do Sul, pois são municípios que apresentam atrativos para esta atividade.

Em São Luiz do Paraitinga existe um grande movimento neste sentido, principalmente com a transformação da cidade em Estância Turística, mas muito pouco de concreto foi realizado. Algumas agências de turismo estão sendo criadas, mas em termos de postos de trabalho ainda é muito pouco para satisfazer as necessidades da população local.

A cidade de São Luiz do Paraitinga apresenta uma certa multiplicidade de funções, porém todas modestas. No conjunto podemos afirmar que a cidade é um centro local, influenciando a área do município e pequenas áreas dos municípios vizinhos como Redenção da Serra, Natividade da Serra e Lagoinha. Alguns bairros da zona rural de Taubaté e Ubatuba também são influenciados por São Luiz do Paraitinga, pois são áreas que se encontram nos municípios citados, mas quotidianamente estabelecem suas relações com São Luiz do Paraitinga, onde são satisfeitas as necessidades básicas, inclusive atividades escolares, pela própria distância das sedes dos municípios citados. Fica mais perto, mais barato e mais fácil para moradores de alguns bairros se deslocarem para São Luiz do que para Taubaté ou Ubatuba.

A população do município vem decrescendo, como reflexo de uma economia pouco diversificada, obrigando seus habitantes a deslocarem-se para cidades maiores em busca de novas oportunidades de trabalho. A população rural vem diminuindo gradativamente, demonstrando que o campo não tem mais condições de manter sua população trabalhando no mesmo, conseqüentemente, aumentando a taxa de urbanização. Sendo assim, torna-se necessário o planejamento da ocupação urbana, para que a cidade não tenha seu processo de crescimento acelerado de forma desordenada, como ocorreu até os dias de hoje, podendo resultar na completa descaracterização de seu patrimônio cultural.

Com vistas a analisar a relação entre as mudanças territoriais e as mudanças culturais, para assim, completar nossas análises a respeito da refuncionalização do patrimônio cultural local para o desenvolvimento do turismo, na parte IV apontamos como está este processo hoje. Como vem sendo realizada a renovação urbana local com vistas ao desenvolvimento turístico, amparada no discurso da preservação da memória do lugar; como a cultura local vem sendo preparada ao consumo do turista por meio de uma autenticidade memorial encenada?

Pretendemos apontar como as intervenções territoriais urbanas têm preparado o terreno para esta construção simbólica ser vendida para o turista e confirmar algumas mudanças nas práticas sócio-espaciais cotidianas decorrentes desta nova tendência que predomina no lugar. Com isso, para finalizarmos esta pesquisa, procuramos enfatizar e apontar no que esta tendência turística poderá contribuir, ou não, no desenvolvimento local.

PARTE IV

A cidade imperial de São Luiz do Paraitinga: o
patrimônio cultural e a refuncionalização do território

CAPÍTULO 10

Versões e contravenções: as contradições do tombamento

Segundo o Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa (1971), *tombar* significa *deitar no chão; derribar; cair no chão; ressoar; retumbar*. Além dessas definições, significa também *arrolamento, inventário, registro*, o sentido utilizado nas práticas e ações relacionadas a preservação de um patrimônio. Com isso, podemos considerar que esta palavra possibilita interpretações variadas e contraditórias, dependendo do contexto em que for utilizado.

Com essa contradição semântica na norma que legitima o patrimônio, é comum em áreas com imóveis tombados, o dono desses, desdenharem da política de preservação com o seguinte trocadilho: “*se o Estado tombou, deixa a casa tombar*”.

Assim, a pergunta se faz presente. Como trabalhar o tombamento como uma ferramenta de preservação do patrimônio de uma cidade, onde as contradições sócio-territoriais são concretizadas por meio da organização e do uso do solo urbano, na medida que sua homologação tende a acirrar esta contradição?

Além de uma contradição semântica, a sua afirmação enquanto norma de preservação vem se dando sobre uma série de conflitos em torno do uso do solo, já que o mesmo é enquadrado em um novo status normativo e, a partir daí, um patrimônio tombado. São Luiz do Paraitinga, por sua vez, não foge à regra, sendo o tombamento uma ação que gerou, e, continua gerando, alguns conflitos entre os proprietários dos imóveis tombados e o Estado na manutenção do bem para sua preservação.

Desse modo, podemos afirmar que a grande contradição existente no tombamento tem sua origem na definição dos direitos e deveres em torno da manutenção e do uso deste imóvel. Esse conflito tende a ser cada vez mais acirrado, pois, ao ser homologado o patrimônio, automaticamente, é agregado um valor cultural e econômico ao imóvel tombado, possibilitando com isso, a extração de *rendas monopolistas* (Harvey, 2005) com a comercialização desses imóveis.

Seguindo Harvey (2005, p.233), que descreve e analisa a extração de rendas monopolistas advindas com os negócios do vinho, pautados em símbolos e características peculiares no momento de agregar valor na sua comercialização, podemos considerar que o termo tombamento desencadeia o mesmo processo, pois,

“(...) o que está em jogo é o poder do capital simbólico coletivo, isto é, o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a um lugar, dotados de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital de modo mais geral. (...) o capital simbólico coletivo vinculado a nomes e lugares (...) é de grande importância, conferindo a tais lugares grandes vantagens econômicas (...)”.

Por isso, a preservação no Brasil, como nas demais partes do mundo, tem se dado de forma complexa e repleta de contradições. Mesmo com a crescente importância que vem adquirindo, o jogo de interesses escusos no momento de escolha do que será patrimônio, tem dado origem a uma política de preservação com parâmetros pouco claros, principalmente, sobre o que realmente deve ser preservado e para quem deve ser preservado. Além disso, a ausência de Conselhos de Defesa do Patrimônio dispostos a participarem de forma direta e comprometida com o processo de tombamento, vêm acentuando as contradições, possibilitando que os interesses econômicos e políticos sobreponham-se aos interesses sociais e culturais.

Ao tratar o patrimônio como uma possibilidade de obtenção de benefícios econômicos, a busca por atrativos localizados em uma região, cidade, bairro, sob esse rótulo, vem assumindo uma posição de certo destaque na formulação de políticas para a organização e uso do território, seja para o desenvolvimento turístico, seja, para a obtenção de recursos financeiros vindos de projetos como o *Programa Monumenta*⁸⁰, desenvolvido pela Unesco.

Além da mercantilização do patrimônio, uma tendência confirmada no Brasil, Joaquim Falcão (1984) aponta que a política de preservação adotada no País é fragmentada e comete o equívoco de valorizar e preservar somente as obras que

⁸⁰ O Programa Monumenta consiste no financiamento de projetos de revitalização e preservação de patrimônios históricos edificados a partir de uma parceria entre a Unesco, o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Oliveira, 2005).

interessam a elite dominante, gerando uma política de preservação elitista e regionalista, não privilegiando de forma igualitária as classes sociais e as regiões.

Nestor Goulart Reis Filho (1995) , concordando com Falcão (1984), vê o descompasso entre as escalas federal, estadual e municipal, como um dos grandes empecilhos ao desenvolvimento da preservação no Brasil. Devido à proteção do patrimônio geralmente ficar sob a tutela do Governo Federal, muitas obras, em geral de interesse regional, estão abandonadas por falta de recursos técnicos e financeiros.

Com isso, podemos afirmar que as políticas de preservação geralmente nos colocam em contato com a contradição. É comum em uma cidade muito de seus habitantes apoiarem a preservação do patrimônio, enquanto outros são a favor da modernização urbanística, ou mesmo são indiferentes à questão. O Estado, por sua parte, atua de forma a acentuar essa contradição e nesse sentido, a colocação de Arantes (1987, p. 48), é muito explicativa. Para ele,

“(...) a ação desenvolvida pelos órgãos oficiais se realiza com vários graus de autonomia em relação às vontades da sociedade. (...) ela não é jamais culturalmente neutra que possa ser reabsorvida suave e homoganeamente por toda a sociedade. (...) Neste sentido, ela é sempre uma forma de intervenção”.

A preservação do patrimônio pode se dar por meio de uma série de ações, que abrange desde atos administrativos até a tutela da obra pelo poder público, regimentados por atos legislativos, normalmente, cerceando o uso dos bens. Dentre as ferramentas existentes para preservar o patrimônio, a mais usada e, pelo menos, até o momento, a que tem dado melhores resultados, é o tombamento da obra.

O tombamento pode ser pedido por qualquer cidadão, porém, deve-se obedecer a uma série de atos legislativos que irão garantir a homologação do processo. Assim, a obra tem a sua existência jurídica e social transformada, sendo enquadrada em uma série de restrições, obrigações e direitos (Lemos, 1981). No Brasil o tombamento foi

regularizado pelo Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937⁸¹. O tombamento só ganha validade após a homologação do processo por um conselho consultivo.

Alguns juristas afirmam que o tombamento só pode ser homologado com a anuência do proprietário do imóvel, caso isso não ocorra, passa a ser classificado como desapropriação.

“Por outro lado, se o Estado não cumprir com o dever de preservar e conservar o bem tombado, medidas que devem ser executadas no prazo de seis meses após o tombamento, o proprietário poderá requerer o cancelamento do ato, possibilidade prevista pelo Decreto-lei n.º 3.365/41” (Kersten, 2000, p.54).

Há os que defendem o tombamento como uma forma de manter a função social do bem. Como podemos perceber pelas possibilidades de interpretações jurídicas, se trata de uma questão longe de definições.

Com todos esses problemas colocados, o tombamento ainda é considerado um dos melhores instrumentos de preservação de bens patrimoniais, podendo ser utilizado como uma ferramenta de gestão e de planejamento urbano. Destarte, ele se tornou uma ferramenta utilizada somente em caso de extrema necessidade, pois esta lei acaba esbarrando no direito de propriedade.

Em São Luiz do Paraitinga temos muitas contradições a respeito do que é o tombamento e qual a função do Condephaat com relação à manutenção dos imóveis. Quem de fato é o responsável pela manutenção dos imóveis, a Prefeitura Municipal, o Governo do Estado de São Paulo ou os proprietários particulares?

Essa responsabilidade é questionada constantemente nas conversas a respeito do tema, pois, a maioria dos proprietários não tem condições financeiras para manter estes grandes casarões. Assim, enquadrado um novo contexto normativo com relação à conservação desses imóveis, os donos acabam sendo obrigados a vendê-los ou a realizar apenas reformas de caráter emergencial.

⁸¹ Considera-se passível de tombamento: “(...) os bens móveis ou imóveis, privados públicos, ou eclesiásticos, que estejam vinculados a fatos memoráveis da história, ou por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, ou por serem considerados monumentos naturais, tais como sítios e paisagens particulares dotados pela natureza (Decreto-lei n.º 25/37)” (BRASIL, 1988).

No início da década de 1980, São Luiz do Paraitinga passou a fazer parte do Programa Cidades Históricas criado pelo Condephaat – órgão que ficou responsável por elaborar um plano integrado de preservação e desenvolvimento da cidade por meio da gestão de seus recursos naturais e culturais (Governo do Estado de São Paulo, 1982) – plano este, que até o presente momento não foi elaborado.

O processo de tombamento foi iniciado em 1969, no entanto, é somente em 1982 que de fato o mesmo foi homologado. No decorrer deste período, apesar da lei proteger a integridade arquitetônica dos imóveis desde a abertura do processo, muitos casarões foram derrubados e muitas fachadas foram descaracterizadas.

De acordo com o levantamento inicial feito pelo Condephaat, aproximadamente 90 edifícios construídos nos séculos XIX e XX deveriam receber atenções especiais do órgão, que atuaria em conjunto com a prefeitura local (Governo do Estado de São Paulo, 1982). O levantamento prevê não só a proteção da parte histórica, mas também da paisagem que cerca a cidade, o que também não aconteceu como já foi discutido anteriormente no capítulo 2.

De acordo com Antônio Nicolau Toledo, 76 anos, a cidade sofreu muitas transformações:

“Os casarões estão diminuindo. Foram demolidos vários casarões como o antigo Fórum, a Cadeia Velha, e o casarão do Zé do Cenor, uma maravilha que pegava o quarteirão inteiro e não tinha necessidade de ser demolido. Tivemos a casa do Pedro Alves, um casarão que não tinha mais condições de ser restaurado pois os antigos usavam o barranco como alicerce para a casa e isso tudo apodreceu. Os casarões tinham uma sacada externa que foram desmanchadas porque estava perigoso, apodreceu e poderia cair na cabeça de quem passeava pela rua”.

Com base nas declarações do Antônio Nicolau, podemos afirmar que a política de preservação tem se mostrado ineficiente na cidade, pois, mesmo tombados muitos imóveis foram derrubados. Atualmente, a reforma da Praça Oswaldo Cruz, também discutida anteriormente no capítulo 6, é um bom exemplo da falta de compromisso com a preservação, seja na escala municipal, por realizar a reforma com

estudos pouco criteriosos, seja pela parte do Condephaat, por aprovar as reformas sem análises mais profundas.

De acordo com Luiz Póla Baptista⁸², 72 anos, dentista e professor, e um dos articuladores do processo de tombamento da cidade, em São Luiz do Paraitinga este é falho desde o começo:

“(...) o processo de tombamento da cidade foi iniciado pelo Condephaat, eu estava na Comissão Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, em 1969. O Condephaat não tinha sequer um escritório regional e eu fiquei responsável pela fiscalização do patrimônio arquitetônico. Foram feitas algumas tentativas de tombamento pelo Poder Público Municipal mas, devido a interesses políticos, a coisa não deu certo. Assim, mesmo com o tombamento, muita coisa foi transformada, muitas transformações nas fachadas aconteceram, os exemplos estão espalhados pela cidade. Outra coisa engraçada é que o Condephaat dizia que se fosse construir um prédio novo ele não deveria ser no estilo colonial e sim no estilo da época para contrastar com os prédios do período colonial, um discurso totalmente diferente do atual, onde eles exigem reformas e construções dentro do padrão construtivo da cidade, ou seja, construções no estilo colonial, é complicado deste jeito”.

No processo de tombamento feito pelo Condephaat, este órgão realizou algumas propostas de intervenções necessárias para a preservação do centro histórico local e de seu entorno. As propostas, de uma forma geral, foram interessantes, mas não foram seguidas pelos cidadãos e pela prefeitura local⁸³. A proposta que merece destaque é a realização do planejamento urbano para ordenar o desenvolvimento e a conservação da área urbanizada da cidade, mas, nada foi feito.

As ações do Condephaat na cidade, além do tombamento, foram realizadas de forma parcial, geralmente em caráter emergencial. O órgão por sua parte tombou o patrimônio da cidade e não tomou mais nenhuma atitude no sentido de se preservar o patrimônio criado. Desse modo, podemos afirmar que foi um tombamento judicial, pois, praticamente pouco mudou no sentido de preservar o patrimônio.

Assim, o conflito é evidente. Por um lado, existe a obrigatoriedade da preservação de custo elevado e para o qual não há verbas destinadas; por outro, um

⁸² Em setembro de 2004, Luiz Póla Batista veio a falecer.

⁸³ Mais detalhes consultar Governo do Estado de São Paulo, 1982.

grande interesse do poder público local e de alguns comerciantes em manterem esses imóveis com boa aparência para o desenvolvimento turístico, além de ocorrer um relativo desconhecimento do sentido e do significado do patrimônio arquitetônico para a maioria da população local, prevalecendo o descaso e o improvisado nas ações realizadas.

Em 2002 a cidade foi classificada como Estância Turística, uma tática que poderia ser utilizada para preservação na medida em que o município passa a receber uma soma em dinheiro destinada à conservação e a revitalização da estrutura urbana. No entanto, o processo de intervenção urbana que vem acontecendo nos últimos anos nos possibilita afirmar que a mentalidade do poder público e da população local com relação à preservação também não demonstra mudança, e as ações continuam sendo feitas de forma pontual, esporádica e com critérios e estudos pouco confiáveis.

Para Marcelo Toledo, 40 anos, não existe nenhuma ação destinada à preservação:

“(...) a comunidade não sabe do que se trata um patrimônio histórico, nem imaginam o que é um tombamento, eles acham que tombamento é uma sacanagem, é uma coisa que cerceia o uso do imóvel. Deveria existir um trabalho que começasse nas escolas, discutindo com toda a comunidade para esta passar a valorizar o patrimônio, conhecer o patrimônio, entender a importância de se preservar um casarão, fazendo com que a comunidade seja uma aliada na preservação (...)”.

Apesar do destaque dado pela Prefeitura Municipal à preservação de seu patrimônio, esta idéia está longe de se afirmar na cidade e a linha pautada na manutenção estética da fachada predomina; tendência incentivada pelo próprio órgão responsável por zelar pela preservação.

No final de 2001, segundo o prefeito Danilo Mikilim, com o objetivo de coordenar melhor a ação de preservação na cidade foi criado o Conselho do Patrimônio Histórico Municipal.

“O Conselho foi votado recentemente e eu acho que as pessoas que devem participar deste conselho são aquelas ligadas a defesa do patrimônio, pois no

conselho seus integrantes terão voz de decisão e será tirada a responsabilidade da Prefeitura, já que a maioria da comunidade acha que os problemas existentes são culpa do prefeito”.

Esse conselho ainda não é atuante e, segundo as entrevistas realizadas, a maioria da população possui pouco conhecimento sobre a existência desse Conselho.

Para Amarildo Ribeiro, 38 anos, professor de educação artística, a conscientização da população local sobre a importância da preservação do patrimônio é quase inexistente. Para ele:

“Este trabalho é despertado esporadicamente, ele não aparece com constância, é um movimento bem fraco. A escola, por exemplo, ela não se lança neste terreno (...). Não sei se a escola é que não se lança para ocupar este espaço, ou se é a própria comunidade que não se apercebe do valor deste espaço. Se for realizado um trabalho mais efetivo neste sentido, eu tenho certeza que a comunidade não jogará mais lixo na rua, por exemplo. (...) a comunidade não considera esse ambiente como deveria ser considerado, muito menos o Estado”.

Um outro ponto que nos possibilita afirmar a ineficiência das ações de preservação é a adoção da linha de trabalho pautada na estética como solução, o que tem causado alguns problemas estruturais nos sobrados. Internamente a maior parte dos casarões foi reformada, adotando um padrão utilizado nas casas contemporâneas, por exemplo, realizando mudanças para a construção de cozinhas e banheiros anexados diretamente na casa.⁸⁴ Foram construídos ou destruídos alguns cômodos internos. Os sobrados possuíam uma grande sala na entrada para receber visitas e realizar festas, quanto maior a sala de visitas, maior o poder sócio-econômico da família. Atualmente essas salas foram divididas em quartos ou escritórios, às vezes com o uso de biombos, às vezes com a construção de paredes de alvenaria; o que gerou problemas estruturais nos sobrados pela colocação de peso indevido no piso superior⁸⁵.

⁸⁴ Vale lembrar que nos sobrados construídos pelos portugueses, a cozinha e o banheiro, por exemplo, ficavam do lado externo da casa, no quintal.

⁸⁵ Outra mudança importante foi a retirada das antigas sacadas das janelas do andar superior dos sobrados, já que a falta de manutenção deixou as mesmas em más condições estruturais. As sacadas começaram a cair e antes que ocorresse um acidente mais sério com os transeuntes foram todas

Nessas adaptações muito foi perdido em termos de memória. As salas que foram divididas geralmente possuíam telas e painéis pintados nas paredes e nos seus forros, e hoje estas pinturas quase não existem mais.

Devido a política de preservação estar pautada em uma linha de trabalho baseada na manutenção das fachadas e da volumetria dos imóveis, as ações realizadas internamente são permitidas, tanto pela legislação Federal quanto pela Estadual.

Seguindo essa tendência fachadista, acentuada com o objetivo de destacar a estética do conjunto arquitetônico, alguns imóveis foram melhorados e recuperados com a anuência dos proprietários e dos comerciantes locais, que, por sua vez, passaram a retirar os toldos e os luminosos anexados nessas fachadas. Algumas portas de ferro colocadas anteriormente pelos comerciantes, para diminuir os custos de manutenção das antigas portas de madeira, foram substituídas pelas portas de madeira novamente.

Seguindo ainda a tendência de espetacularização do patrimônio para o uso turístico, muitas fachadas vêm sendo pintadas com cores fortes, destacando a forma dessas construções. Com isso, muitos detalhes de ornamentação vêm sendo descaracterizados e perdidos em função do destaque cromático.

De acordo com o Presidente da Associação Comercial de São Luiz do Paraitinga em 2002, Valdir Bonafé, 44 anos, essa questão é um grande problema para o comércio da cidade.

“Com relação aos toldos e luminosos poluindo as fachadas, por exemplo, foi discutido com a Promotoria Pública há uns dois anos atrás e ficou decidido que temos de pensar em uma saída para substituí-los, porque não dá para simplesmente tirá-los e não colocar nada no lugar. Não podemos tirar os toldos, pois o sol entra uns 3, 4 metros para dentro das lojas causando certos prejuízos com a deterioração de certos produtos. Então ficou decidido que os toldos deveriam ser da mesma cor da parede e os luminosos deveriam ser tirados, mas como você sabe, não foram tirados. É um problema que não existia (...)”.

retiradas, pois o piso inferior dos sobrados sempre foi utilizado para as mais variadas atividades, destacando a comercial.

Para Marcelo Toledo, 40 anos, a questão da manutenção estética da fachada, é complicada:

“Elaboramos um projeto de lei para resolver esta questão, mas a Câmara Municipal não aprovou para defender interesses particulares, ou eu não sei o que. Com relação às portas de ferro que foram colocadas nos casarões, por exemplo, é muito complicado mexer, pois algumas portas foram instaladas muito antes da cidade ser tombada. (...) a Prefeitura deveria estar concorrendo de alguma forma para estar convencendo esse proprietários a discutir esta questão, disponibilizando mão-de-obra, criando uma série de facilidades para melhorar a aparência dos casarões (...).”

Nos últimos anos, com o destaque dado pela mídia ao patrimônio local devido à transformação da cidade em Estância Turística, o Condephaat passou a se preocupar mais com o patrimônio, mas ainda podemos afirmar que foi uma preocupação retórica e contestável. As intervenções urbanas que vêm sendo realizadas pela Prefeitura e, aprovadas pelo órgão, é um sinal da ausência do Condephaat nessas discussões, sendo os projetos apreciados com um certo distanciamento. A importância do papel do Condephaat é inegável, porém, é pouco claro e contestável.

Apesar do Condephaat ter aumentado a preocupação com a preservação do patrimônio de São Luiz do Paraitinga, seu trabalho acaba sendo ineficiente, pois, o órgão não tomou nenhuma medida de fiscalização, acompanhamento, subsídios financeiros e técnicos, que venham realmente zelar pelo patrimônio.

O Condephaat só atua na cidade quando surgem denúncias para serem feitas fiscalizações de obras indevidas, mas mesmo assim, não realiza nenhuma ação que possa ser considerada mais relevante para a preservação, como por exemplo, a aplicação de multas ou mesmo o embargo destas obras. Não existe um trabalho educativo com a população a respeito da preservação do patrimônio, uma atividade proposta no processo de tombamento para ser desenvolvida pelo Condephaat em conjunto com a Prefeitura e com a população local.

De acordo com o prefeito local, o Condephaat é um órgão estadual que não possui verba própria e tem muitas dificuldades para desenvolver o seu trabalho.

“Para conseguir um fiscal do Condephaat, a Prefeitura tem que pagar as despesas do engenheiro. Eles não têm recursos, não viabilizam qualquer ajuda financeira. Com a criação do Conselho Municipal do Patrimônio pretendemos diminuir o trabalho do Condephaat, têm problemas que podemos resolver aqui na cidade mesmo, como por exemplo, projetos de pequenas reformas em imóveis tombados”.

O prefeito insiste na atuação do Conselho Municipal do Patrimônio, embora esse Conselho, como foi relatado, não tenha ainda saído do papel.

Para Dona Cinira, 77 anos, artesã local, além do Condephaat não ajudar em nada, às vezes ele chega a atrapalhar quem pretende cuidar de seu imóvel, como a casa da Roxane, do Nê Melo.

“Ela começou uma reforma para voltar à forma original, veio o Condephaat e embargou a obra. Aqui em casa eu fiz uma reforma e não pedi ordem para ninguém. Lógico que eu fiz tudo dentro das normas. O Cunha Bueno esteve aqui com o Ruy (Ruy Ohtaque), então eu falei para eles que eu iria mandar um projeto lá para o Condephaat. Na época o Dr. Rui era o dono do Condephaat, ele respondeu que confiava em mim e que eu poderia fazer a reforma e não precisava mandar papel nenhum. Passado um tempo ele veio e perguntou se eu tinha arrumado a casa, perguntou de um beiral que estava faltando e eu disse que estava sendo feito e ele não falou mais nada. Um pouco depois veio o Lemos e viu que minha parede estava rachada. Eu falei que era por causa de um obstáculo que tem aí na rua. Ele disse que precisava ser tirado este obstáculo já que era isto que estava abalando a casa mas nada aconteceu. Eu estou cansada de falar mas ninguém faz nada. O que eles falam não se escreve (...)”.

Quanto aos incentivos financeiros destinados aos donos dos imóveis para manter a conservação e preservação do patrimônio, a atuação do Estado, é falha. Não existe uma política de financiamento ou parceria que viabilize essa preservação. Não existe uma política, local e estadual, de incentivos para os donos dos imóveis e acaba ficando tudo sob a responsabilidade dos proprietários. Com isso as recomendações feitas pelo Condephaat no processo de tombamento não são seguidas, pois a comunidade não tem dinheiro para arcar com estes custos de manutenção.

De acordo com Antônio Nicolau, 76 anos:

“(...) estão reformando todas as casas e quem olha acha que os moradores são todos milionários. Eu não sou, eu sou aposentado, mas estou guardando dinheiro para, pelo menos, dar uma pintura na casa. Eu sempre falo para os prefeitos que passam pela prefeitura que o dinheiro que eles gastam com foguetes nas festas da cidade daria para pintar todas as casas. Se a prefeitura desse pelo menos a mão-de-obra, ficava mais fácil. Fizeram um projeto para ajudar os donos de casarão mas não foi aprovado na Câmara Municipal. (...) tenho o dinheiro dos aluguéis da parte de baixo do casarão, estou guardando este dinheiro para reformar a casa, caso contrário a casa vai cair, ainda para ajudar a prefeitura deu um aumento absurdo no IPTU. Tem alguma coisa errada, meu IPTU era de 300 reais e subiu para 800, isto é uma bagunça e ainda querem falar de preservação?”.

Marcelo Toledo, 40 anos, concorda com Antônio Nicolau e afirma:

“(...) o Estado deve ser o responsável por cuidar do imóvel tombado quando o dono não tiver dinheiro para conservá-lo, mas até o momento isto não aconteceu. As reformas feitas ficam a cargo do proprietário do imóvel. Eu acho que deveria existir pelo menos algumas linhas de financiamento para a recuperação do patrimônio, como queda na taxa de IPTU, juros com carências, enfim, alguma coisa que pudesse ajudar os donos dos imóveis, mas infelizmente não tem nada (...)”.

Desse modo, a falta de recursos técnicos e financeiros para a manutenção acentua os problemas de ordem estrutural dos imóveis tombados. Com o intuito de utilizar estes imóveis, seus donos geralmente acabam realizando algumas reformas equivocadas. Um fato muito comum nos estabelecimentos comerciais localizados no pavimento térreo dos casarões que possuem a parte de cima adaptada e ocupada por atividades comerciais, é a queda freqüente do forro, da instalação elétrica, da iluminação, do barreado das paredes, da tinta, enfim, acabam abalando a estrutura do prédio em todas as partes.

A descaracterização e a conseqüente destruição do Largo da Capela das Mercês é um exemplo de um imóvel que está sendo afetado por obras irregulares de comerciantes, evidenciando mais um sinal da ineficiência das ações de preservação. O Largo das Mercês passou a ser utilizado como estacionamento de um supermercado (Supermercado Batistela) e o conjunto, a Capela e o Largo, estão sendo deteriorados pelo intenso uso para atividades comerciais.

De acordo com Benito Campos, 52 anos, no Largo das Mercês ocorreu uma aberração em termos de preservação.

“Ali foi feita uma construção diferente do projeto original e ficou uma porcaria. O prédio descaracterizou o local e passou a afetar a estrutura da Capela, pois na parte de baixo do prédio virou um supermercado e o Largo passou a ser usado como estacionamento. Eu ouvi umas conversas de que vão colocar o antigo chafariz que lá existia, mas isso é um outro problema, pois, não podemos interditar aquela rua. (...) medidas efetivas de conservação não foram tomadas, o trânsito está afunilando cada vez mais no centro histórico”.

Recentemente, o proprietário do imóvel em questão, foi notificado pela Promotoria Pública a respeito do não cumprimento do projeto original, aprovado pelo Condephaat, e deu-se início a um processo judicial. O proprietário foi condenado e teve que refazer a fachada de seu imóvel, mas, o problema relacionado ao uso do Largo das Mercês como um estacionamento do supermercado não foi resolvido.

Devemos destacar que esta reforma só foi realizada devido a uma ação da Promotoria Pública e não do Condephaat, que por sua vez já tinha dado o caso como encerrado tempos atrás.

Com isso, podemos afirmar mais uma vez que poucas ações concretas foram realizadas pela Prefeitura e pelo Condephaat. O casario continua sendo constantemente transformado, e a cidade pretende entrar no circuito nacional do turismo cultural e histórico, o que trará novas demandas.

O Poder Público local, por sua vez, fica perdido nesse processo, tomando atitudes pouco importantes para a preservação. Pelas entrevistas realizadas podemos afirmar uma contradição de idéias e atitudes dentro do próprio poder público local. Segundo o atual Secretário de Turismo Municipal, diferentemente dos moradores e do próprio prefeito, a preservação é uma prática que já está enraizada na cidade.

Para o secretário Eduardo Valente, 53 anos:

“(..) a preservação é uma coisa espontânea do nosso munícipe, o próprio luizense que tem muito orgulho de ser luizense, por sinal tem ele muito orgulho do nosso patrimônio arquitetônico, ele faz questão de preservar, a própria pessoa, sem qualquer interferência do poder público, sem que tenha sido

necessário nenhuma vez acionar as leis que obrigam o proprietário a fazer a preservação do seu patrimônio, nós temos todos os nossos prédios praticamente em perfeitas condições, pintados, sempre restaurados, porque o próprio proprietário sente essa necessidade e sente o orgulho de poder mostrar isso, então eu acho que não tá se havendo necessidade do poder público interferir nesse processo já que a própria população tá fazendo como deve ser feito (...)”.

Neste sentido as colocações de Marcelo Toledo, 40 anos, resumem bem o problema da preservação do patrimônio na cidade. Segundo ele:

“(...) existe uma grande falha dos administradores e das pessoas mais esclarecidas com relação à preservação, se tratando de uma questão restrita e centralizada nas mãos de poucas pessoas, que em tese deveriam representar a comunidade. Deveríamos trabalhar esta questão com toda a comunidade, envolver todos os setores da população, realizar uma discussão mais aberta com a comunidade no geral e não de forma parcial, discutindo somente com os setores mais favorecidos econômica e politicamente da cidade, criando até uma certa repulsa da comunidade para esta questão por achar que se trata de um assunto de intelectuais e dos políticos”.

Com as poucas possibilidades de desenvolvimento econômico local, o patrimônio de São Luiz do Paraitinga pode e deve ser utilizado para o desenvolvimento turístico, mas de uma forma em que os benefícios advindos com esses novos usos possam ser revertidos em prol da população e daí sim, se tornar um importante vetor de desenvolvimento local. O valor econômico do patrimônio não pode ser desprezado, mas este valor não deve ser tratado como o vetor principal.

Ao basear o desenvolvimento local na refuncionalização do território para o uso turístico, tratando o patrimônio como formas-conteúdo da cidade, as intervenções urbanas decorrentes desse processo desencadearão em transformações nas sociabilidades locais. No capítulo a seguir analisaremos como essas mudanças territoriais têm auxiliado na espetacularização do patrimônio cultural local com o objetivo de atrair cada vez mais turistas para a cidade.

CAPÍTULO 11

Festas, fogos e folguedos: indústria cultural e a espetacularização do patrimônio

Há vinte anos atrás fazer turismo em São Luiz do Paraitinga era uma atitude fora do contexto; com a valorização do pitoresco, do singular, do patrimônio vernacular, iniciado no começo da década de 1980, esta cidade começou a chamar a atenção por sua arquitetura e por sua cultura imaterial, e passou a despontar como um ponto de atração cada vez mais procurado, sobretudo por turistas alternativos e pesquisadores, na Festa do Divino Espírito Santo e durante o Carnaval, festas em que o número de turistas atinge seu ápice⁸⁶.

Pelas imagens do Carnaval de 2005 (FOTOS 48 e 49) realizado após a conclusão da reforma da Praça Oswaldo Cruz, iniciada em meados de 2004, podemos afirmar que as intervenções urbanas que foram feitas no local têm como objetivo principal adequá-la ao recebimento de espetáculos e turistas, já que pelas obras realizadas, esta praça foi transformada em um palco a céu aberto para a espetacularização do patrimônio cultural local. A mudança na forma do antigo Coreto com a construção de um camarim no subsolo e com um aumento no seu tamanho, agora com sua frente voltada para as escadarias da Igreja Matriz, utilizada como uma arquibancada nos possibilita a fazer esta afirmação.

Famoso por suas marchinhas, o Carnaval de São Luiz tem sido uma das manifestações culturais que se enquadra perfeitamente na dinâmica do turismo, sendo uma festa que superlota os espaços da cidade. Apesar de ser uma festa relativamente nova na cidade, sendo realizada desde 1982, é tratada como um dos carnavais mais tradicionais do Brasil.

O Carnaval luizense, conhecido como o *Carnaval do Rabo e Chifre*, é famoso por suas marchinhas carnavalescas e por ser um legítimo carnaval de rua. Suas

⁸⁶ Enquanto a população de São Luiz do Paraitinga é de 10.727 habitantes (SEADE – 2004), no Carnaval de 2005, a sua população atingiu o número de aproximadamente 10.000 visitantes por dia, segundo estimativas da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga.

fontes de inspiração são as lendas e mitos da cultura luizense, resgatando a imagem de personagens e histórias marcantes na cidade. Outro ponto que atrai no carnaval local são os famosos boneções gigantes que circulam com os blocos pelas ruas do Centro Histórico, ironizando personagens e eventos marcantes da cidade. Entre os blocos de destaque podemos citar o Juca Teles dos Sertões das Cotias, o Bloco do Lençol, o Pé na Cova, o Pique das Traias, o do Caipira, o Espanta Vaca, o da Maricota, dentre outros. Segundo o Comitê Pró-Associação para o Desenvolvimento Cultural e Ambiental de São Luiz do Paraitinga (1997, p. 62):

“(...) São Luiz do Paraitinga possui fama de terra de músicos e espírito vivo das festas, povo ordeiro e contente e de forte tradição histórica cultural, cujo cenário de fundo são importantes casarões coloniais que dão tempero na folia d’outro mundo”.

A título de exemplo, no ano de 1983, na gestão do prefeito Adélio José Cardoso (1982-1986), a prefeitura mandou cortar uma mata de pinheiros, o popular *pinheirinho*, que existia nos fundos do Museu Oswaldo Cruz, alegando que o bosque mantinha uma grande umidade nas casas localizadas na rua Coronel Domingues de Castro e que as pessoas só se dirigiam para este bosque para usar entorpecentes e realizar atos sexuais. Porém muito jovens locais utilizavam este bosque para outras atividades que não as citadas anteriormente, resultando em um protesto que acabou virando música, uma marchinha carnavalesca local, por sinal, umas das mais cantadas pelas ruas da cidade quando ocorrem eventos de protestos. A letra diz o seguinte:

*Putá que bosta se a cidade fosse nossa nada disso acontecia.
Putá que bosta se a cidade fosse nossa o pinheirinho existiria.
A natureza com certeza não seria machucada.
A nossa festa que beleza iria até a madrugada, ai, ai, ai, ai...
(Putá que Bosta – Turma do Break)*

O fluxo de turistas rumo à cidade durante esta festa tem aumentado ano a ano, começando a causar estranhamento na população local com relação ao volume de transeuntes durante os 5 dias das festividades de Momo. O poder público local já

demonstra sinais de que o aumento constante de turistas no Carnaval precisa ser pensado e planejado, pois há anos fugiu do controle da administração pública, causando uma série de problemas que vão desde uma tendência no aumento na violência a uma possível descaracterização das manifestações culturais, que vem perdendo espaço para o grande volume de pessoas circulando pelas ruas do Centro Histórico.

Fotos 48 e 49 – Carnaval na Praça Oswaldo Cruz, 2005.



FONTE: www.paraitinga.com.br

Esta preocupação do poder público é facilmente comprovada por meio de uma campanha realizada pela prefeitura via internet com vistas a obter opiniões que gerem melhorias no Carnaval. Segundo o documento:

“(…) a municipalidade observou o aumento excessivo dos turistas neste carnaval, ofuscando parte dos nossos costumes e gerando grandes problemas de ordem estrutural, tais como, ausência de segurança efetiva, de espaço físico, de rede hoteleira, etc. (...) desta maneira, preocupada com o rumo do nosso carnaval a Prefeitura solicita sua participação **COM SEGUSTÕES** de como atrair para nossa cidade um público condizente com nossa estrutura e mais compromissado com a preservação de nosso patrimônio histórico e cultural” (Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, 2004)

A posição do poder público local tem se mostrado extremamente contraditória, demonstrando a falta de planejamento das ações relacionadas ao desenvolvimento turístico do município, pois ao mesmo tempo em que a prefeitura local divulga as festas da cidade de forma concisa na mídia regional, formula esta enquête contestando o aumento no volume de turistas durante estas mesmas festas e tão pouco se prepara para recebê-los.

Este processo que está se desenvolvendo em São Luiz do Paraitinga através da refuncionalização da sua cultura popular nos ajuda afirmar a dinâmica das formas-conteúdo. Na década de 1950, de acordo com a descrição de Petrone (1959, p. 88), São Luiz possuía uma cultura classificada como medíocre. Para o geógrafo, “(...) *São Luiz possui uma função cultural sem nenhum realce (...)*”. Atualmente São Luiz é destaque devido ao seu rico patrimônio cultural conservado. Mudou-se a estrutura da sociedade, mudaram-se os valores e valorizou-se o singular, conseqüentemente, a cultura local foi destacada como atrativo turístico.

Um das grandes atrações culturais do município é o famoso *Afogado*, comida servida durante a Festa do Divino, que vem tendo sua confecção e seu consumo espetacularizados. O *Afogado* é uma comida típica da culinária caipira local. Trata-se de um cozido composto basicamente de carne bovina e farinha de mandioca acompanhado de aguardente de cana. Este prato é servido na Festa do Divino ao povo que para lá se dirige durante sua celebração. Muitos acreditam que esta comida por ser servida durante a festa é benta, uma comida que vem com a graça do Divino. Um prato comum no município, porém exótico e atrativo para o turista.

A cultura local hoje é vista como um dos trunfos no momento de atrair turistas. Uma cultura que sempre foi tratada pejorativamente, com a valorização do pitoresco, do peculiar, um estilo de vida tido como inferior passou a ser exaltado e visto como um verdadeiro *modus vivendi*, que deve ser mantido. Agora todos devem ter orgulho de ser caipira, o que era impensável há 30 anos atrás, pois o caipira significava um retrocesso social para o Brasil, materializado na imagem estigmatizada do *Jeca Tatu* do romancista Monteiro Lobato.

Com a possibilidade de ser vendida e consumida pelo turista, a cultura caipira foi envolvida em uma aura de positividade e adquiriu um novo sentido perante a sociedade. O que está imperando nesta transformação, pelo que se percebe em São Luiz, é o paradigma do consumo em detrimento dos hábitos e costumes do povo local. Com isso tem início a um intenso processo de mudança cultural.

A cultura é dinâmica, evolui e se transforma, mas são os novos conteúdos sociais que incorporam novos sentidos a cultura, quer material ou imaterial. Até o momento não podemos apontar muitas mudanças na suas formas de representação, mas temos sim, uma mudança na sua função, agora voltada ao entretenimento do turista. O cênico não sofreu muitas alterações, porém o seu sentido ritual, mítico, vem se perdendo no tempo. Os ritos, agora, são realizados independente da ocasião; tem-se turista na cidade, tem que ter Moçambique (FOTO 50), Cavalhada (FOTO 51) João Paulino (FOTOS 52 e 53), Dança de Fitas (FOTO 54), enfim, tem que ter uma atividade da cultura local.

Mesmo admitindo a natureza dinâmica da cultura, é importante salientar que a refuncionalização turística contemporânea do patrimônio vem se sobrepondo aos modos de vida locais, aos calendários festivos, aos rituais, geralmente ligados a Igreja Católica e a vida no campo. O patrimônio cultural fica à mercê do tempo do entretenimento. A título de exemplo, atualmente, a Folia do Divino Espírito Santo (FOTOS 56 e 57) se apresenta em qualquer dia e horário, e não somente nos atos relacionados aos dias de festa, que geralmente ocorre no mês de maio, sofrendo descaracterizações em seu ritual e em seu sentido enquanto agradecimento a Deus pelas boas colheitas. A encenação continua a mesma, mas o seu sentido vem sendo desfigurado.

O Moçambique realizando sua evolução durante a Festa de São Sebastião, é uma atração hoje espetacularizada para o turismo, com presença marcada em todas as festas religiosas da cidade e também da zona rural. O Moçambique é uma dança típica muito popular na região onde temos a presença do caipira. Originada de antigas danças africanas, o Moçambique foi incentivado e desenvolvido no Brasil pelos Coronéis e pela Igreja no intuito de diminuir a desavenças entre os negros, já que os negros oriundos de Moçambique eram vistos como inferiores pelos negros oriundos do

Congo, motivo de constantes lutas entre eles nas senzalas (Araújo, 1964). Assim, esta dança foi incentivada com vistas a controlar os passos dos escravos, já que uma outra manifestação muito popular nas senzalas naquele período era a capoeira, uma prática de contestação da ordem vigente apoiada em movimentos de luta, nada bom para os proprietários de escravos⁸⁷.

Foto 50 – Moçambique em plena evolução na Rua Barão do Paraitinga.



FONTE: www.paraitinga.com.br

“(…) o Moçambique atual é um bailado onde há várias danças. Neste bailado a parte dramática é insignificante, não é a parte central da exibição como acontece na Congada. (...) é um conjunto enorme de variações de temas coreográficos, cujas danças recebem nomes *figurações* que nada mais são do que o característico de uma das variações da coreografia. Denominações em geral de cunho religioso: escada de São Benedito, Estrela da Guia, etc. A parte coreográfica em geral é muito rica (...)” (Araújo, 1964, p. 351).

⁸⁷ É interessante que a capoeira também é muito praticada na cidade, apesar de grande parte da população de negros que viviam na mesma ter se dirigido rumo às cidades mais próximas da região fluminense, como Bananal por exemplo. Apesar da capoeira não ser muito apreciada como manifestação da cultura local pelos administradores locais, ela já vem sendo utilizada com um atrativo turístico local, pois o casario em estilo colonial favorece sua espetacularização, criando uma imagem que remete ao pelourinho de Salvador-BA.

O Moçambique está ligado aos rituais da religião católica, onde o moçambiqueiro, ao dançar, pensa estar prestando um serviço ao santo:

“(...) e por ser *dança de religião* (sic), como dizem, não recebem pagamento para executá-la, bem como se esforçam para comprar todo o uniforme para *agradar o santo*... (...) além de se prestar para que devotos prestem um culto coletivo e ao mesmo tempo individual em louvor a São Benedito, assume também um caráter de dança medicinal, curativa. Quando um menino fica doente das pernas, uma das promessas mais comuns é a de dançar Moçambique” (Araújo, 1964, p. 356-357).

Apesar das mudanças decorrentes de sua evolução natural, a sua prática ainda existe na cidade e na zona rural, onde podemos destacar a Nova Congada do Alto do Cruzeiro, a mais importante e organizada atualmente na cidade. Devemos salientar que, por se tornar um atrativo turístico muito valorizado, hoje o poder público local auxilia na sua manutenção auxiliando financeiramente o grupo como uma forma de mantê-los a sua disposição para eventuais festas destinadas a turistas. Sendo assim, podemos afirmar que esta prática assume uma nova função e vem perdendo seu caráter litúrgico em detrimento do entretenimento. Pensam os administradores locais que somente o financiamento destes grupos podem significar sua perpetuação enquanto manifestação local, porém a inexistência de uma política voltada à sua manutenção enquanto memória do lugar pode ser um equívoco que dificultará a sua preservação.

Como as demais manifestações da cultura local, o Moçambique é muito utilizado como atrativo turístico, chegando a se apresentar inclusive no Carnaval, uma festa de caráter profano. Como as demais manifestações, é sempre enviado pelo poder público local nas feiras e eventos relacionados às atividades do turismo, com vistas a divulgar a cidade.

Outra manifestação cultural local, a Cavahada (FOTO 52), é uma encenação teatral sobre cavalos que representa a luta entre Mouros e Cristãos e a eventual conversão dos infiéis (mouros) em cristãos, representada na cidade a mais de 90 anos. A Cavahada sempre foi apresentada nas festas religiosas, sendo presença constante nas ruas da cidade em dias de festa.

“(..) houve época, em que a cavalcada era arroz de festa, isto é, todos os programas das festas religiosas traziam, à tarde, a famosa cavalcada, para a diversão do povo. Os programas anunciavam isto e davam até o nome de quem a comandava. Os caboclos gostavam e acorriam em massa. (...) na década de 20, São Luiz era indissociável da cavalcada, tão vulgarizada estava. Não havia festa, se não houvesse a cavalcada” (Azevedo, 1986, p. 71).

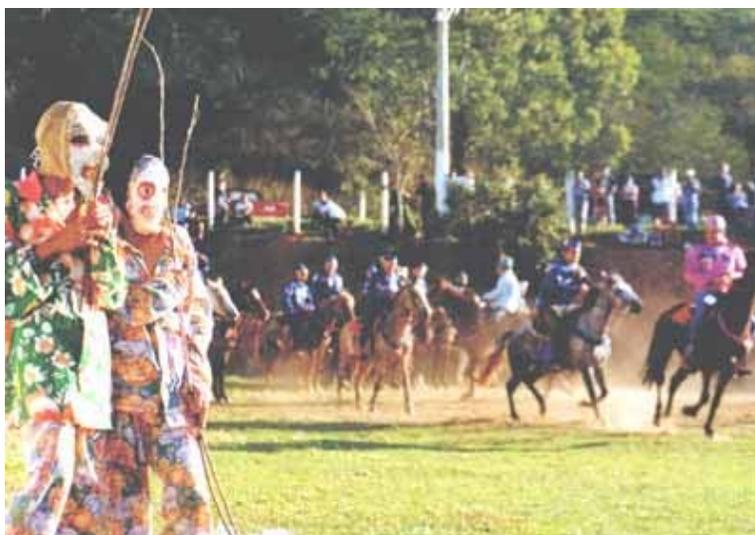
Como as demais manifestações culturais do município, a Cavalcada vem fazendo parte do cenário que se espera construir, com base nas imagens de uma cidade que ainda vive o período da cafeicultura. Por ser uma encenação que exige uma estrutura maior para se apresentar, pois são aproximadamente 30 cavaleiros, ela é menos divulgada fora da cidade, mas também já foi envidada pela prefeitura municipal para eventos relacionados ao turismo. Como é uma atividade de caráter religioso e agrícola, atualmente tem-se apenas uma companhia na cidade, sediada no Distrito de Catuçaba⁸⁸, a Cavalcada de São Pedro de Catuçaba, com sérios riscos de ser uma manifestação que deixará de existir, pois com a vinda dos roceiros para a cidade não temos muitos candidatos aptos a encenar tal peça.

O João Paulino e a Maria Angu (FOTOS 52 e 53), são bonecos gigantes que se apresentam nas festas religiosas locais e representam uma sátira aos famosos Barões do Café do século XX, os ditos homens grandes do período. É uma prática trazida da Península Ibérica para o Brasil, mas em São Luiz do Paraitinga ninguém sabe ao certo quem e em que data, ela foi introduzida nas festas do local, porém, já virou tradição. Os bonecos são feitos de papel machê e taquara poca (usa-se o popular jacá, cestos encaixados no lombo dos burros utilizados para carregar milho e demais produtos da roça)⁸⁹. A cabeça é feita de papel e o corpo de taquara coberto com uma roupa, geralmente terno para os bonecos masculinos e vestidos de chitão para os bonecos femininos.

Foto 51 – Cavalcada se apresentando em São Luiz do Paraitinga, Festa do Divino Espírito Santo de 2004.

⁸⁸ No tupi-guarani quer dizer “*buraco do mundo*”. Distrito com características rurais que se localiza a 22 Km da sede municipal de São Luiz do Paraitinga, possuindo 2.100 habitantes (PMSLP – 2005)

⁸⁹ Taquara muito popular, usada para trabalhos de artesanato como cestos, baús, caxixi, ganzá, peneiras, balaies, dentre outros. É uma taquara de forte incidência na região, sendo utilizada inclusive nas construções de pau-a-pique e de taipa de barro ou pilão.



FONTE: www.paraitinga.com.br

Fotos 52 e 53 – João Paulino e Maria Angu pelas ruas do Centro Histórico da cidade.



FONTE: www.paraitinga.com.br

O fato é que estes bonecos fazem parte do roteiro cultural da cidade e passaram a ser comuns no dia-a-dia. Como as demais manifestações, são uma atração que está sendo sempre levada para feiras e eventos ligados ao turismo para divulgar a cultura local.

A Dança de Fitas (FOTO 54) ninguém sabe ao certo a suas origens no município, mas ela é praticada nas festas religiosas há aproximadamente 80 anos. Segundo Azevedo (1986, p.76-77) esta dança:

“(...) é um folguedo, provavelmente europeu, oriundo, talvez, da Espanha ou da Áustria e trasladada (sic) ao Brasil por algum estrangeiro loiro, como soem acontecer os europeus. (...) a Dança de Fitas não se interpreta como uma história do passado, quer da igreja, quer da civilização, em geral. É a arte pela arte de cantar, dançar e trançar fitas. Conseqüentemente, não tem nenhum significado, a não ser a beleza do espetáculo em si”.

Como todas as demais manifestações, a Dança de Fitas não fica de fora dos atrativos locais destinados aos turistas. Por não possuir um ritual de caráter litúrgico, ou outro qualquer, e contar apenas com crianças, esta dança tem presença marcada nas feiras e eventos destinados a divulgar a cidade e suas atrações turísticas. Temos que destacar que, diferente das demais manifestações, ela não possui relação nenhuma com a zona rural, se tratando de uma manifestação puramente urbana. Tem grande importância na manutenção desta dança, Benedita Antunes de Andrade, a Dona Didi, uma grande incentivadora desta prática.

Foto 54 – Dança de Fitas se apresentando na Praça Oswaldo Cruz, em frente a Igreja Matriz.



FONTE: www.paraitinga.com.br

A Folia do Divino (FOTOS 55 e 56) é um grupo musical que tem por característica principal esmolar para o Divino Espírito Santo durante uma festa e outra, num período de aproximadamente um ano. A Folia tem um caráter religioso, mas trata-se de um trabalho de profissionais contratados para suas tarefas. A Folia do Divino é composta por:

“(…) Alferes da bandeira, pessoa idônea e bem trajada que, a falta de quem o faça em cumprimento de promessa, vai à frente do grupo conduzindo o estandarte; Mestre, o que dá o tom e o início das cantigas; Contra-mestre, o que entoia como segunda voz; Contralto, aquele que marca o ritmo; Tiple, geralmente um menino, que sustenta a voz por tempo maior que o das firmatas; vem, finalmente, o Cargueiro, encarregado da condução das roupas, instrumentos e mais objetos pertencentes ao bando” (Aguiar, 1949, p. 29).

Fotos 55 e 56 – Folia do Divino Espírito Santo em um momento de devoção.



FONTE: www.paraitinga.com.br

O Tiple é o tocador do triângulo, enquanto o contralto toca a caixa. Por ser muito rica do ponto de vista musical, entoando cantigas louvando ao Divino em duetos e tercetos, acompanhados dos instrumentos de cordas e da percussão, a Folia tem sido uma manifestação muito utilizada pelo poder público como atrativo turístico, sendo muito apreciada pelos forasteiros, o que possibilita que realizem uma série de apresentações fora de seu itinerário religioso, freqüentando inclusive programas televisivos.

A folia é uma manifestação que também pode desaparecer da região, já que atualmente temos apenas um agrupamento na cidade, a Folia de Reis de São Luiz, além de mais duas companhias da zona rural, a Folia de Reis do Bairro do Bom Retiro e a Folia de Reis de Catuçaba.

Além das manifestações citadas, temos outras formas de expressão da cultura local que perfazem o roteiro das festas no município, como o Pau de Sebo, a Catira, o Jongo, o Caiapó, a Dança do Sabão, a Dança do Balaió, a Dança do Caranguejo, além de duas atrações musicais com presença marcada nas festas da cidade com seus shows e retretas no coreto da Praça Oswaldo Cruz, a Banda Musical São Luiz de Tolosa, fundada em 1949, e a Fanfarra Monsenhor Ignácio Gióia (FAMIG), fundada em 1987, corporações musicais de muita tradição e responsáveis pela formação de muitos músicos na cidade e na região.

Para a população local, apesar de suas apresentações e encenações ficarem cada vez mais à mercê de interesses ligados ao mercado, muito de suas tarefas tidas como atrativas para o turista ainda são desenvolvidas natural e rotineiramente. Se chegarmos no município e questionarmos qualquer habitante local sobre suas verdadeiras intenções com relação a participar de uma procissão do Divino, as respostas serão unânimes⁹⁰: *participo porque acredito no Divino; porque este ano foi muito bom para minha roça, para meu comércio, para minha família, então venho na procissão para agradecer sua graça*. Já para a mesma pergunta feita ao turista⁹¹ a resposta é outra: *como é bonita esta procissão; como as pessoas respeitam a organização e o caminho; como a cidade mantém suas tradições*, mas nada é comentado a respeito da devoção ao santo ou da fé religiosa. Para o forasteiro trata-se de uma manifestação efêmera e muito atrativa, porém, seu caráter litúrgico é irrelevante.

Antônio Candido, em seu célebre estudo sobre a cultura caipira, faz uma colocação interessante a respeito das mudanças nos sentidos das práticas locais em função de vetores externos ao lugar, o que nos permite fazer um paralelo e justificar o

⁹⁰ Entrevistas abertas realizadas com a comunidade em dezembro de 2004.

⁹¹ As posições dos turistas a respeito das manifestações culturais da cidade foram conseguidas por meio de conversas abertas entre o pesquisador e os turistas durante as festividades de Natal e de virada do ano de 2004 para 2005. Mesmo não se tratando de um período de festas tradicionais na cidade, a mesma recebeu um bom número de visitantes.

processo de refuncionalização turística que vem se dando em São Luiz, amparado nas suas manifestações culturais. Segundo o cientista social a mudança de sentido atribuído à caça pela sociedade moderna, transformando-a em esporte, nos permite fazer um paralelo com as mudanças culturais já que a caça como subsistência do caipira foi substituída pela caça como esporte. “(...) *o que era básico se torna acessório, o acessório se torna básico, e vemos um meio de subsistência tornar-se atividade lúdica, dando lugar a uma constelação inteiramente renovada (...)*” (2003, p. 38). Podemos apontar o mesmo caminho para a cultura popular local, já que sua função passou a ser nova.

O poder público local, por sua vez, contribui e acelera este processo criando uma série de eventos sazonais e pontuais no intuito de atrair mais turistas, apesar do discurso estar pautado na valorização da cultura local. Muitos destes eventos acabam não se perpetuando e rapidamente são substituídos por outros, como a tentativa de criação de uma feira de produtos agropecuários aos sábados, fora do espaço do Mercado Municipal e de seus arredores. *A Roça vai a Cidade*, como ficou conhecido este evento, sucumbiu, pois a população não o sustentou enquanto atividade cotidiana e a feira não se afirmou. Hoje ela não existe mais e as compras destes mesmos produtos continuam sendo feitas no Mercado Municipal.

Estudiosos consideram que a cultura, por representar o modo de vida de um povo, não pode ser reduzida a um objeto, já que ela é a sociedade em suas atividades rotineiras; porém, quando estas atividades passam a ser os atrativos, podemos afirmar que esta prática fica descolada da realidade local, transformada em produto, e reduzida a um bem passível de ser vendido no mercado. Enquanto a Folia de Reis se apresenta nas festas litúrgicas, dentro de seu sentido religioso ela não deve ser vista como um objeto, mas a partir do momento em que esta mesma Folia de Reis se apresenta no *Viola Minha Viola* da Tv Cultura, seu sentido passa a ser outro, divulgar a cidade e seus produtos. Como coloca Leite (2004, p. 233): “(...) *essas apresentações ocorrem, obviamente, na forma alterada de espetáculo, bem diferente das demoradas festas populares que caracterizam essas manifestações (...)*”.

Podemos afirmar que se trata de um *fast-food cultural*, onde em um curto período o turista consome toda uma tradição secular, agora reduzida ao instante.

A mídia, em conjunto com o poder público, exerce um papel importantíssimo nesta construção de uma imagem atrativa, amparada na memória do patrimônio de São Luiz do Paraitinga voltada ao entretenimento. A título de exemplo, recolhemos algumas das reportagens divulgadas na mídia exaltando a cultura da cidade enquanto um atrativo turístico:

- *“Em Paraitinga, carnaval a moda antiga”* (Folha de Londrina, *Caderno Turismo*, 7 de fevereiro de 2002);
- *“A cidade das mil festas”* (Os Caminhos da Terra, julho/2000);
- *“Interior de SP une o sagrado e o profano”* (Folha de São Paulo, *Turismo*, 11 de maio de 1998);
- *“Cenas de Vida Caipira”* (ValeParaibano, *ValeViver!*, 6 de novembro de 2004);
- *“Carnaval a Moda Antiga”* (ValeParaibano, *ValeViver!*, 3 de fevereiro de 2005);
- *“Marchinha toma conta de São Luiz”* (ValeParaibano, *ValeViver!*, 21 de janeiro de 2005);
- *“Anti-samba, São Luís do Paraitinga cultiva marchinha”* (Folha de São Paulo, *Turismo*, 27 de janeiro de 2005).

Alguns personagens locais de destaque também fazem parte desta construção positiva, destacando entre eles o médico e sanitarista Oswaldo Cruz e o compositor musical Elpídio dos Santos, responsável por grande parte das trilhas sonoras dos filmes do Mazzaroppi.

João Rafael Coelho Cursino dos Santos, 22 anos, vê o interesse financeiro se sobressaindo aos sociais nesta nova forma de apropriação da cultura local. Para ele:

“(...) o interesse financeiro vem sendo visado como ponto principal, esquecendo-se que assim a cultura – responsável por todo nosso turismo – possa se tornar algo cuja função é apenas de entreter. (...) como em várias cidades no mundo, esta nova visão pode permitir, se feito de forma sustentada, uma maior valorização, inclusive pela sua própria população, dos aspectos culturais e/ou históricos da cidade. (...) em São Luiz, faltam aspectos cruciais ao turismo e seus gestores ainda não conseguiram dar esta base de sustentação que o

transforme não apenas em instrumento enriquecedor e, sim num instrumento que valoriza e não deprecia sua cultura (...)”.

Judas Tadeu, 62 anos, também questiona o papel que a mídia e o poder público vem desempenhando quanto ao patrimônio e a cultura local: *“(...) a cidade está cheia de problemas em sua estrutura básica e a Prefeitura ainda fica fazendo propaganda na televisão, no ValeParaibano, isto é complicado e não é bom para a cidade (...)”*, afirma o professor.

Ao conversar com um representante da Sociedade dos Observadores de Saci (SOSACI), uma ONG que trabalha com a recuperação e conservação de mitos e lendas populares e escolheu São Luiz do Paraitinga como sede por sua riqueza cultural, concorda com a utilização da cultura como atrativo turístico, que, se feita de uma forma racional e coerente, em comum acordo com os interesses dos habitantes locais, pode trazer benefícios à comunidade, caso contrário ela vai ficar perdida na memória. Como afirma Jô Amado, 61 anos, jornalista e comerciante, morador na cidade há 3 anos:

“(...) num momento em que o modelo capitalista vigente excluiu a produção, no sentido tradicional da palavra, e, conseqüentemente, o emprego, o setor terciário, de serviços, surge como alternativa de sobrevivência. O turismo e a cultura se enquadram neste setor. Conduzida com inteligência, essa dinâmica pode proporcionar benefícios para uma população carente, o que ainda não acontece aqui (...)”,

Para João Eduardo, 35 anos, a inclusão da comunidade nesta nova dinâmica que está sendo desenvolvida após o tombamento da cidade é questionável: *“(...) você vai lá no morro do Cruzeiro e fala das festas, eles falam para você que as festas que ocorrem aqui em baixo é festa dos ricos (...)”*. A comunidade que fica na periferia é excluída na medida em que os espaços da cidade vão sendo sobrevalorizados pelo Estado e por setores mais favorecidos da cidade.

Ao transformar o patrimônio em mercadoria, o seu sentido cotidiano, juntamente com os meios de vida locais vão sendo eliminados em função do espetáculo. Segundo Luchiari (2002, p.13-14):

“Enquanto os projetos de revitalização carregam nas tintas para salientar as formas que agora exibem a estética da espetacularidade para o consumo do lazer, os usos sociais seletivos destas áreas não disfarçam o processo de segregação sócio-espacial. Apesar do revigoramento das formas, a fragmentação social continua presente no uso direcionado ao consumo cultural, ou seja, exclusivo aos grupos sociais economicamente privilegiados. (...) mesmo que as antigas formas permaneçam, o conteúdo social dos bens tombados submete-se às mudanças de conteúdo e de significado social, agora impulsionados pela nova vocação turística destas áreas” (Luchiari, 2002, p14).

Devido a este processo de refuncionalização ligado ao desenvolvimento de atividades turísticas, a comunidade local passa a se sentir deslocada diante de um novo cotidiano: sentem a falta do vínculo com o território criado para o turismo já que estas novas territorialidades passam a ter características sazonais. A construção do objeto turístico se dá pelo simbólico, se dá na satisfação de determinadas fantasias criadas pela sociedade e pelas próprias empresas turísticas. Busca-se sempre a novidade, o desconhecido: *“(...) trata-se, pois, em converter os sonhos em ações e toda habilidade turística consiste, então, a levar a clientela em direção a estes lugares selecionados, aos lugares-imagens”* (Almeida, 1998, p.23).

Ao tomar o patrimônio cultural como um vetor de desenvolvimento econômico-social por meio da sua utilização como suporte atrativo, temos que objetivar diminuir as desigualdades sociais, trabalhando-o como uma ferramenta de promoção de equidade social. A utilização do patrimônio precisa ser revertida em benefício da comunidade que vive este patrimônio, o que geralmente não ocorre, pois ao entrar no jogo do mercado sobre-valorizados com o rótulo de patrimônio, os especuladores e investidores acabam tomando de assalto estas áreas com o objetivo de obter cada vez mais lucros, expulsando os antigos usuários. Ele não pode ser utilizado como mais um vetor de exclusão sócio-espacial, mas sim como um vetor de inclusão na medida que poderá propiciar melhorias econômicas à comunidade em que este se encontra.

Em São Luiz do Paraitinga o patrimônio local é muito relevante para a formação cultural do habitante, servindo de fonte de conhecimento e de inspiração no desenvolvimento de suas tarefas cotidianas, principalmente as relacionadas a criação cultural. A cultura local é muito ligada ao patrimônio arquitetônico, como podemos

perceber pelas declarações de alguns artistas locais, sendo sempre cantado, desenhado, pintado, esculpido e materializado nas mais diversas formas de manifestações culturais que lá se desenvolvem.

Em um trecho extraído da poesia “*Gregos e Parahytinganos*”, contida no ensaio *Parahytinga SLD* de autoria de Marco Rio Branco, percebemos a preocupação com a preservação da arquitetura local e também a influência destas obras na formação cultural da comunidade local.

“(...) Nunca faz que vai, mas não vai. Vai mesmo. Para nunca mais. Eu te quero tudo e o mais. Poesias arquitetônicas de uma nau cidade. Uma nave cidade? (...)”

Por meio desta quadra escrita por Seu Toninho do Bar (*In Memoriam*), folclorista local, podemos enxergar a influência da arquitetura nas atividades culturais, exaltando os materiais (o barro), a metodologia construtiva (barreado), as benesses da formação natural (quaricanga) e a devoção com a igreja. O material e o imaterial são exaltados, de forma inconsciente, pois fazem parte do cotidiano local.

*“Tamém fizemo uma capela
De pau fincado no chão
Cobriro com quaricanga
Pranta da região
Barriaro as parede
Não dexaram nem um vão (...)”*

(Trecho extraído de uma poesia sem título composta por Antonio Nicolau Toledo (*in memoriam*), conhecido como Seu Toninho do Bar)

Ao ser questionado sobre a relação da cultura e a arquitetura em São Luiz, Rio Branco, 53 anos, enfatiza essa relação como primordial. Para ele: “*Uma coisa está muito atrelada a outra, é impossível um viver sem o outro, um ajuda a preservar o outro. O dado cultural é muito forte, é o canto da rua, é o que explode e o que implode das paredes do casarão*”.

Ponto de vista também ressaltado por Paulo Baroni, 45 anos, músico e compositor luizense:

“(...) são duas coisas que andam juntas. O cenário tem tudo a ver com a inspiração cultural. As pessoas que lidam com a cultura se inspiram no casarão. Então devemos manter esse casarão para mantermos a inspiração da cultura local (...)”, afirma Paulo.

Maria Campos da Silva Velho, Dona Cidoca como é carinhosamente conhecida na cidade, também deixa sinais que nos permitem apontar a influência da arquitetura na sua produção literária, lembrando e exaltando as qualidades de uma praça que não é mais a mesma, mas continuou presente em sua memória. A autora já coloca a praça em seus sonhos, meio que prevendo a sua transformação pelas mudanças que já vinham ocorrendo na cidade em meados da década de 1980.

*“Jardim da minha cidade,
De encontros termos, tristonhos...
És o abrigo da saudade
Na passagem do meu sonho (...)”
(Trecho extraído de Azevedo, 1986, p.150)*

Assim, visando o fortalecimento da prática da cidadania, a sociedade deve ter a liberdade e o esclarecimento para decidir, e normalmente decide instintivamente, o que vai ser preservado. Devido a pouca liberdade de decisão e de esclarecimento quanto ao seu papel na sociedade, raramente as histórias populares são preservadas oficialmente, sendo preservado somente o que tem interesse e significado político para as classes de poder econômico dominante. É importante que os projetos de preservação sejam apoiados nas vivências das pessoas, pois, caso contrário, a estratégia de preservação perde seu sentido social. Não adianta tentar preservar o que é delimitado pelo Estado ou pelos intelectuais e técnicos, enfim, pelas instâncias de poder, mas sim preservar o que realmente tem sentido enquanto memória *do* e *para* o lugar (Arantes, 1984).

Desse modo, com o intuito de diminuir as contradições a cerca da função do patrimônio como estrutura básica do território, no próximo capítulo procuramos analisar como a criação do Patrimônio e da transformação da cidade em Estância

Turística, uma série de normas e técnicas de utilização e organização do território contemporânea, estão auxiliando, ou não, no desenvolvimento local.

CAPÍTULO 12

Desorganizando e reorganizando o território: o turismo e o desenvolvimento local

Falar em desenvolvimento local atualmente merece uma série de colocações iniciais a respeito do que se entende por desenvolvimento local. Em um período em que a sociedade tem como meta principal o consumo de mercadorias, o desenvolvimento local, na maioria das vezes, é tratado como sinônimo de crescimento e desenvolvimento econômico; uma meta a ser atingida e não construída ao longo do desenvolvimento sócio-espacial.

No momento de serem definidas as metas e objetivos propostos, o desenvolvimento é reduzido a noções economicistas, prevalecendo o quantitativo sobre o qualitativo (Oliveira, 2002). Assim, antes de se pensar em qualquer forma de planejamento e gestão de uma cidade, a reflexão a cerca do que se entende por desenvolvimento local se faz necessária.

Como pensar o desenvolvimento local dentro da dinâmica de transformações globais atuais onde a cópia de modelos de gestão e planos se tornou uma prática comum? Como trabalhar esse desenvolvimento de uma forma que seja uma alternativa ao sistema vigente?

Como alerta o economista indiano Amartya Sen (1993), o grande problema a ser pensado no desenvolvimento do processo de planejamento, é definir quais são os fins deste processo e o que será benéfico para o bem comum. Segundo o economista, não devemos confundir o desenvolvimento com aumento de renda e crescimento econômico, hoje, comumente tratado como sucesso de planejamento. A propriedade econômica não é um fim a ser atingido, mas sim, um meio para se chegar a um fim; uma ação que deve valorizar a vida das pessoas e não suas posses econômicas. Mas como pautar o desenvolvimento local na melhoria da vida das pessoas em um período em que os imperativos econômicos predominam sobre os demais?

Segundo Sen (1993) uma saída é promover o planejamento e o desenvolvimento local pautado na *expansão das capacidades*⁹² locais, para assim, formar cidadãos e instituições responsáveis quanto aos objetivos a serem atingidos em benefício da população no processo de planejamento. Essa proposta é interessante, mas, infelizmente, nos últimos anos, vem predominando nas políticas públicas os modelos de gestão transportados do setor privado, que tomam a gestão das cidades como um empreendimento.

Os governos locais, ao partirem para a ação empreendedora como um modelo de gestão nas cidades, vem criando uma série de problemas com relação à organização do seu território. Em cidades com patrimônios culturais tombados esta prática acaba sendo mais nefasta do que nas demais, pois possibilita acentuar o caráter pontual dos objetivos propostos, já que, geralmente, seu planejamento está pautado em intervenções urbanas formais. Como Harvey (2005, p.174) chama a atenção: “(...) *os projetos específicos a um determinado lugar também têm o hábito de se tornarem o foco da atenção pública e política, desviando a atenção e os recursos de problemas mais amplos (...)*”.

Com base nas colocações anteriores, pensar o desenvolvimento local por meio das atividades turísticas se torna uma tarefa árdua e complexa do ponto de vista da gestão das cidades, pois, para uma cidade se tornar um ponto de atração turística, ela sofre uma série de intervenções simbólicas e concretas em seu território e, a partir daí, passa por um processo de refuncionalização, comumente amparado em intervenções urbanas.

O território passa a ser organizado e reorganizado em função do turista, e na maioria das vezes, desterritorializa a população local. Sem cairmos em uma crítica vazia, entendemos que esse processo de intervenção é necessário para o desenvolvimento turístico, mas, o questionamento que se faz aqui refere-se às formas e aos objetivos destas intervenções, que, muitas vezes, não incluem a melhoria da qualidade de vida da população local, ou mesmo o acesso democrático a estas áreas refuncionalizadas.

⁹² Mais detalhes consultar Sen (1993).

Em São Luiz do Paraitinga esse processo está em curso e a reorganização territorial se destaca nas intervenções feitas no centro histórico com vistas a espetacularizar o patrimônio local, quer seja o simbólico ou o material.

Um exemplo, desse processo expresso na paisagem, foi a retirada das antigas árvores da Praça Oswaldo Cruz para realçar os sobradões do conjunto arquitetônico, e aumentar o espaço para receber os turistas.

Do ponto de vista da preservação podemos considerar que foram reformas questionáveis. O piso da praça sempre foi considerado uma obra de arte, que, inclusive, deveria ser protegida pelo tombamento devido à exatidão e perfeição no seu desenho. Na reforma o piso foi substituído por ladrilhos de concreto chapiscado com listras amarelas.

O antigo coreto de madeira foi substituído por um novo de ferro para a construção de um camarim no subsolo com o intuito de que, o mesmo, seja utilizado para palco nas festas e celebrações. Por um equívoco cometido na reforma, o camarim dificilmente é utilizado, pois não construíram uma saída direta ao coreto, o que obriga quem vai se apresentar a passar pelo meio do público para chegar ao destino desejado. Atualmente, esse camarim já está sendo utilizado como depósito pela Prefeitura.

Com o objetivo de aumentar o tamanho do coreto, para poder acomodar melhor algumas apresentações artísticas, foi criado um outro problema para a sua utilização. Em dias de chuva, devido à elevação na cobertura, o coreto fica inutilizado, pois a chuva penetra pelos vazios deixados. Atualmente, a Prefeitura improvisou uma cobertura de plástico para evitar os efeitos provocados pelas chuvas.

Pelos resultados obtidos com o coreto, em menos de dois anos após a reforma, já temos sinais da ineficiência dessa refuncionalização paisagística, podendo ser consideradas equivocadas do ponto de vista técnico-constructivo e do ponto de vista estético; e por isso, já vem recebendo críticas dos moradores e de turistas que para lá se dirigem com mais freqüência.

Mesmo pensando no desenvolvimento turístico pelo viés do mercado, podemos afirmar que as reformas foram precipitadas, pois para receber turista a infraestrutura da cidade precisa ser preparada em todos os seus aspectos e não realizar

somente uma melhoria paisagística. Em curto prazo, essa melhoria paisagística poderá dar resultados e atrair mais turistas, mas na medida em que o movimento aumentar e o turismo se afirmar como uma atividade econômica na cidade, alguns problemas deixados em segundo plano aparecerão, como por exemplo, a carência no atendimento médico, no sistema de coleta e distribuição de água que será sobrecarregado, dentre outros.

Um outro problema, que aparentemente é de fácil solução, mas, não foi sequer citado como ponto importante na organização dos espaços da cidade pelos administradores públicos quando questionados sobre as reformas em andamento, é o aumento no fluxo de veículos transitando pelo centro histórico. Pode aparecer um problema simples, possível de ser resolvido com algumas mudanças no fluxo de trânsito da cidade, mas isso é um grande engano, e o descaso com esta questão pode dificultar a preservação dos imóveis, conseqüentemente, o próprio desenvolvimento turístico. Foi gasto uma boa soma de dinheiro nas reformas e com relação ao fluxo de autos a situação piorou, pois foram fechadas algumas ruas importantes para a circulação. Mais uma vez a falta de planos para o desenvolvimento local é aparente, uma bela contradição entre a retórica e a ação de fato.

Se seguirmos a proposta de Sen (1993) em termos de desenvolvimento local, esta refuncionalização que vem ocorrendo em São Luiz do Paraitinga é extremamente contestável, já que elas não estão pautadas na expansão das capacidades locais e sim em critérios políticos e econômicos que visam satisfazer os interesses de um pequeno grupo que almeja resultados no curto prazo. A população não foi consultada se é exatamente no turismo que deve ser pautado o desenvolvimento local.

Pensar o desenvolvimento local no sentido de desenvolver cidadãos críticos, para em seguida lhes dar o direito de realizar a escolha do rumo que pretendem seguir é o desafio do planejamento urbano atualmente.

Assim, apoiando-se no discurso de que o turismo é a indústria moderna, a indústria sem chaminés, os administradores locais, muitas vezes, esquecem, que as

atividades do turismo já estão dando sinais de que os impactos sócio-ambientais serão tão fortes quanto qualquer outra atividade econômica.

Pelos resultados obtidos até o momento, o desenvolvimento local pautado no turismo ainda é um argumento de retórica, pois não foram criados os postos de trabalhos prometidos e a população já vem sendo segregada dentro de seu território decorrente do aumento do número de turistas, principalmente nas festas mais populares como o Carnaval e a Festa do Divino Espírito Santo.

Desse modo, em pouco tempo já temos uma grande contradição advinda com o turismo, pois os promotores da festa, a população local, estão se tornando espectadores de suas próprias manifestações. Hoje já existe um movimento na cidade, partindo de pessoas ligadas ao poder público local, para acabar com o Carnaval de rua, devido ao aumento crescente no número de turistas.

Eduardo Coelho, 35 anos, empresário do setor turístico local, confirma esta posição:

“(...) eles estão preocupados com o excesso de pessoas, o ano passado foi salvo do caos devido a chuva, esse ano há uma certa preocupação de fechar a cidade, controlar o número de pessoas, uma vez que o limite físico da cidade é pequeno e toda a estrutura que envolve, banheiros, hospital, para manter esse pessoal aqui, sempre tem problema. (...) é segurança de moradores, segurança de carros, é onde ocorre muitos furtos, então já se ouviu alguma conversa neste sentido através da prefeitura (...)”

Atitudes como esta nos permitem afirmar, mais uma vez, a falta de critérios para a execução de projetos na cidade, e apontar que de fato os objetivos que prevaleceram para as reformas foram eleitorais.

Com a intenção de desenvolver o turismo na cidade, foi incentivada a construção de pousadas, lojas, restaurantes, mas não houve incentivo financeiro, como programas de crédito ou qualquer outro subsídio. Enfim, nada foi feito para a afirmação do turismo enquanto atividade econômica e socialmente viável para a população local. Não foi desenvolvido nenhum projeto de capacitação de mão-de-obra local para estas

atividades e, a maior parte dos postos de trabalho criados são ocupados por pessoas de outras cidades.

Desse modo o desenvolvimento local fica restrito a um pequeno grupo de pessoas da cidade que tem condições de arcar com os custos de capacitação profissional nas cidades maiores, como, por exemplo, fazendo um curso técnico ou cursando uma faculdade. A maioria da população, por não possuir condições financeiras para estudar, fica excluída desse processo, pois, a capacitação profissional inexistente na cidade.

Mesmo passando a ser Estância Turística, a cidade ainda continua sem planejamento e carente de infra-estrutura urbana, como já foi discutido anteriormente. Resumindo, falta infra-estrutura, capacitação de mão-de-obra, políticas e ações efetivas que privilegiem a inserção da comunidade local nesse processo de desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo. O pouco que foi realizado para o desenvolvimento do turismo no município escapou ao controle da comunidade local e está sendo coordenado por pessoas oriundas de outras cidades.

Judas Tadeu, 62 anos, contesta o suposto desenvolvimento local por meio das atividades turísticas.

“(...) ancorada totalmente no turismo, como se não existisse mais nada, como se não existisse pecuária, como se não existisse a possibilidade da plantação de frutas de clima temperado que é bem de acordo com o nosso clima. (...) eu não vejo uma política econômica para São Luiz e acho que todo o resto está ancorado na política econômica, a política cultural vai depender da política econômica, como que vai reerguer São Luiz sem dinheiro, dependendo de verbas que vem de fora, não vai conseguir, nenhum prefeito vai conseguir (...)”.

João Rafael, 22 anos, comerciante local, compactua com esta opinião:

“(...) embora até existam algumas tentativas ainda se está longe de um projeto que consiga implantar a população nos mecanismos do turismo. O básico para aprimorar o turismo é uma população bem informada (...). Nos comércios são raríssimos os casos de profissionais que além do interesse financeiro, consigam dar mais sustentação ao turismo com a explicitação dos bens que o formam, e aí gerar mais divisas para os moradores. Parece que o interesse financeiro vem sendo visado como ponto principal e enxergo em São Luiz um processo semelhante ao de Paraty no início do turismo. Hoje Paraty vem tendo sérios

problemas, pois a maior parte da população já foi embora e só tem gente de fora morando e trabalhando no turismo (...)".

Assim, a linha de desenvolvimento que vem sendo adotada pelo município nos leva a questionar o verdadeiro papel que as atividades turísticas irão desempenhar no novo momento que a cidade procura adentrar. Será que o turismo realmente é uma boa opção para o município? Qual será o papel da maioria da população nessa nova dinâmica?

A falta de planejamento e organização para o desenvolvimento do turismo acaba acarretando problemas de acomodação, de alimentação, carências no atendimento sanitário, problemas de atendimento hospitalar, aumento no número de ocorrências policiais, aumento no volume de lixo pelas ruas, enfim, a cidade não tem suporte para receber um número elevado de turistas, e tão pouco se prepara para isto. As medidas que vêm sendo tomadas ainda estão restritas ao centro histórico, onde se dá a concentração de turistas, e mesmo ali, a desorganização prevalece.

Com isso, podemos afirmar que para a comunidade local ser inserida nesse processo será necessário um trabalho que vá muito além de intervenções urbanas pontuais, sendo primordial um intenso trabalho de qualificação e de melhorias na educação, na saúde, de conscientização popular a respeito do turismo, do valor do patrimônio enquanto suporte para o desenvolvimento turístico, entre outras ações hoje distantes de serem efetuadas na cidade.

Desse modo, a adoção desta atividade não pode ser a única solução para os problemas sócio-econômicos locais, passando a impressão de que tudo será resolvido num passe de mágica, e de que o desenvolvimento local se dará naturalmente. Outras atividades poderiam ser analisadas antes de se tomar um caminho em busca do desenvolvimento apoiado no turismo, mas para que isso aconteça, o planejamento e a confecção do plano diretor devem ser os primeiros passos nessa direção.

Apesar dos problemas colocados anteriormente, o desenvolvimento turístico pode ser uma boa opção para cidades pequenas como São Luiz do Paraitinga e, com um planejamento adequado, em longo prazo, é possível gerar melhorias para toda a população e suas condições de vida.

Muitas intervenções urbanísticas são realizadas com o intuito de adaptar a cidade para o desenvolvimento da atividade turística e, uma boa estratégia é procurar reverter estas melhorias em benefício da população local dessas áreas. As ações que geralmente ocorrem para o melhor recebimento de turistas, como a manutenção do calçamento das ruas, melhorias na coleta e distribuição de água, melhorias nas vias de ligações com as cidades maiores, dentre outras, podem ser utilizadas em conjunto, pelos turistas e pela população local.

Com essas intervenções no território muitas sociabilidades podem ser destruídas, mas novas sociabilidades também podem surgir. O turismo proporciona a possibilidade do encontro entre o cidadão local e o cidadão estrangeiro, dando origem a uma nova teia de trocas e relações que podem ser econômicas, sociais e culturais. Temos um aumento no intercâmbio de bens e pessoas que pode ser muito benéfico para a população afetada. É nesse sentido que finalizamos esse capítulo afirmando que as possibilidades de desenvolvimento local amparadas nas atividades do turismo deve considerar a população local e suas condições de vida como foco principal.

Considerações Finais

O desenvolvimento local aponta como um dos grandes desafios das políticas públicas, e também do planejamento urbano, durante o século XXI. Com a mudança no modelo de desenvolvimento sócio-econômico vigente, a proposição de modelos alternativos para a organização dos centros urbanos se torna uma peça chave nesse processo. Embaladas pela moda, e também pelo mito, muitas cidades vêm tentando construir um caminho para esse desenvolvimento alternativo e, grande parte delas, amparadas nas atividades do turismo.

De fato o turismo pode se tornar um importante vetor para esse desenvolvimento, mas não isoladamente como pensam os administradores públicos, e sim associado ao desenvolvimento integrado de vários setores econômicos e sociais.

São Luiz do Paraitinga, por sua vez, toma esse caminho amparado na memória da cafeicultura, valorizada e materializada com o tombamento do seu patrimônio arquitetônico pelo Condephaat, em 1982. Com a sua transformação em Estância Turística do Estado, em 2002, esse caminho ficou definido, e a partir daí, uma série de intervenções urbanas tiveram lugar.

Desse modo, atualmente, em territórios com patrimônio podemos considerar o tombamento como uma etapa da refuncionalização territorial para o posterior uso turístico, uma ação que agrega valor simbólico e econômico ao território, e irá inspirar o desenvolvimento desse novo uso.

Com isso, após adquirir um novo status normativo, abriu-se caminho para a atribuição de um novo uso para esse território. Com suas normas e técnicas de funcionamento, a atividade turística, nos permite confirmar a norma e a técnica como instâncias territoriais. O tombamento do patrimônio, a transformação da cidade em Estância Turística e as intervenções urbanas decorrentes, tratam de bons exemplos das imaterialidades das técnicas e das normas, repercutindo diretamente no território por meio de ações concretizadas e materializadas nas intervenções urbanas.

Nesse sentido, a análise de um patrimônio foi um bom caminho para o entendimento das mudanças sócio-espaciais, já que essas implicam em mudanças

materiais e imateriais no território. Ao analisarmos o patrimônio cultural por meio do método geográfico proposto, considerando o patrimônio um conjunto de formas-conteúdo das cidades, ficou clara a influência da esfera simbólica presente no território, na medida em que mudanças territoriais vêm gerando transformações nas práticas sociais que se dão no município.

São Luiz do Paraitinga, vem buscando entrar no circuito turístico nacional, tendo como base de apoio seu patrimônio tombado. Como nas demais cidades, o poder público partiu para uma série de intervenções em seu conjunto arquitetônico histórico, negligenciando a dinâmica social cotidiana desse lugar.

Foram realizadas uma série de intervenções urbanas na cidade, em áreas que sustentavam ricas práticas de sociabilidade local, como a Praça Oswaldo Cruz e o Mercado Municipal, sem levar em conta que estas áreas terão suas funções e seus usos cotidianos alterados, podendo desencadear no desmantelamento de grande parte da expressão cultural local que, baseada em práticas cotidianas tradicionais, expressavam um modo de vida que funcionava também como um atrativo turístico do lugar. Sua vida simples e pacata, as rodinhas de contadores de causos, o pouco movimento de automóveis e transeuntes, são tão atrativos ao turista dos grandes centros urbanos quanto uma procissão religiosa, mas são tradições locais negligenciadas pelo poder público local.

Temos que ficar atentos quanto a essas mudanças nas práticas e sociabilidades decorrentes das intervenções para o uso turístico, pois no caso de São Luiz do Paraitinga essas mesmas práticas, que estão passando por mudanças, são tidas como um dos principais atrativos turísticos do município. Neste sentido, podemos afirmar, mais uma vez, que as reformas foram precipitadas e pouco criteriosas, pois as mudanças nas práticas sociais já são perceptíveis. Por exemplo, a resistência da população mais simples em retomar os antigos usos do espaço interno do Mercado Municipal, tidas e divulgadas como uma grande atração turística.

Ao impor uma nova função ao patrimônio cultural local, o poder público pode acelerar a descaracterização da cultura, desvirtuando-a em função de resultados econômicos de curto prazo. No longo prazo, com problemas sócio-ambientais que

podem ocorrer pela ausência de planejamento, a cidade pode cair no esquecimento novamente, fato que já ocorreu com a decadência da cafeicultura. As intervenções e a refuncionalização do patrimônio cultural (material e imaterial) devem ser realizadas valorizando o cotidiano e as características que lhe atribuem uma peculiaridade interessante do ponto de vista da atração turística e também da população local.

Isso posto, podemos considerar que o patrimônio tombado e o turismo estão auxiliando no desenvolvimento local? A população está sendo inserida nesse novo momento que se vislumbra na cidade com a possibilidade do desenvolvimento turístico?

Até o presente momento, a inclusão da população local no processo de implantação do turismo está distante de acontecer na cidade. A maioria da população está ficando às margens dessa atividade, e os postos de trabalho criados com o turismo, ainda reduzidos, na sua maior parte demandam mão-de-obra especializada, como a função de guia turístico, por exemplo, que exige registro dos órgãos competentes.

Com isso, visto que uma proposta de desenvolvimento local baseada no uso do patrimônio da cidade deve incluir a população local, para assim afirmar o acesso democrático a esse patrimônio, até o momento, os resultados estão passando longe do esperado pelo poder público local em termos de melhorias nas condições de vida da população.

São Luiz do Paraitinga possui poucas possibilidades para seu desenvolvimento sócio-econômico e o turismo pode ser um excelente vetor de inclusão e, ao mesmo tempo, de valorização da cultura local, porém, pelos rumos que estão sendo adotados, podemos apontar que a cidade caminha no mesmo sentido de outras cidades que tentaram implantar o turismo. Ao executar uma série de ações que descaracterizam seu patrimônio, o município passa a oferecer as mesmas atividades que encontramos em todas as cidades que vivem do turismo, com shows e espetáculos que pouco fazem sentido para a população local. Caso o município siga esta tendência podemos afirmar que o turismo trará poucos benefícios para a sua população e, ao mesmo tempo, irá acelerar a descaracterização de seu patrimônio cultural material e imaterial.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a Cidade no Brasil do Passado. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Brasil. Questões Atuais de Reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., pp. 145-184, 2002.

AGUIAR, Mario. São Luiz do Paraitinga usos e costumes. **Revista do Arquivo**: Departamento de Cultura, São Paulo, vol. 71, 1949.

ALOMÁ, Patrícia Rodriguez. Centro Histórico de Havana: Um modelo de gestão pública. In: CACLINI, Nestor Garcia et. al. **Políticas Culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, pp.117-138, 2003.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Cultura – Invenção e Construção do objeto turístico. In: **Espaço Aberto**. Fortaleza: AGB – Seção Fortaleza, pp. 17-30, 1998.

ANDRADE, Antonio Luiz Dias. de. Arquitetura Vernacular: Vale do Paraíba. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, n. 21, pp. 158-164, 1986.

_____. **Vale do Paraíba, sistemas construtivos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura – FAU – USP), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

ANTAS Jr, Ricardo Mendes. A norma e a técnica como elementos constitutivos do espaço geográfico: considerações sobre o ressurgimento do pluralismo jurídico. In: SOUZA, M A de. (org.) **Território Brasileiro**. Usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, pp. 74-92, 2003.

ARANTES, Antonio Augusto. A Guerra dos Lugares. Fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano de São Paulo. In: Fortuna, C. (org.). **Cidade, Cultura e Globalização**. Oeiras: Celta Editora, pp.259-270, 1997.

_____. Documentos Históricos, Documentos de Cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n.º 22, pp.48-55, 1987.

_____. **Produzindo o Passado**. Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliensis, 1984.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, pp. 11-74, 2000.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore Nacional: festas, bailados, mitos e lendas**. São Paulo: Melhoramentos, 1^o v., 1964.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte Como História da Cidade**. São Paulo: Martins fontes, 1993.

ARGOLLO, André. **Arquitetura do café**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

AZEVEDO, Paulo de Campos. **Paraitinga no meu tempo**. São Paulo: Gráfica Sangirard LTDA, 1986.

AZEVEDO, Roberto Marinho. Será o novo Pelourinho um engano? **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, p. 131-137, 1994.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema de objetos**. São Paulo: Perspectiva, 4^a ed. , 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Partilha da Vida**. São Paulo: Geic/Cabral Editoras, 1995.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. In: Brasileiro, V. B. A legislação de preservação do patrimônio ambiental urbano: uma abordagem arquitetônica contemporânea. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte: PUC, v.8, n.9, p. 115-146, 2001.

BRASILEIRO, Vanessa Borges. A legislação de preservação do patrimônio ambiental urbano: uma abordagem arquitetônica contemporânea. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte: PUC, v.8, n.9, p. 115-146, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 10^a ed. , 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, p. 95-111, 1994.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. Organização e reorganização do espaço no Vale do Paraíba do Sul: uma análise geográfica até 1940. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v.53, p. 81-135, 1991.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, v.3, 1999.

CERVELLATI, Píer Luigi. & SCANNAVINI, Roberto. Bolonha: porque o centro histórico? Pesquisa e Metodologia. In: Forti, Reginaldo. (org). **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, pp. 119-152, 1979.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.

CIFELLI, Gabrielle. **Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto-MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia – Instituto de Geociências – Unicamp) Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

COMITÊ PRÓ-ASSOCIAÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. **São Luiz o ano inteiro**. Taubaté: Vogal, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 4ª ed., 1999.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 6ª ed., 1998.

COSTA, L. C. Plano Diretor, idéias e cuidados. In: SEMINÁRIO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, 1989, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP/FAU, p. 75-84, 1989.

CRUZ, Rita de Cássia. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

FALCÃO, Joaquim. Política de Preservação e Democracia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, nº 20, pp.45-49, 1984.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1971.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, nº 24, pp.153-163, 1996.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade. O caso de Évora. In: Fortuna, C. (org.). **Cidade, Cultura e Globalização**. Oeiras: Celta Editora, pp.231-257, 1997.

FREY, Klaus. Crise do Estado e Estilos de Gestão Municipal. **Lua Nova**. CEDEC: São Paulo, n. 37, pp.107-138, 1996.

FRIEDMANN, George. **7 Estudos sobre o Homem e a Técnica**. São Paulo: Difel, 1968.

FURTADO, Celso. **Em Busca de um Novo Modelo**. Reflexões Sobre a Crise Contemporânea. São Paulo: Pa e Terra, 2002.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. & GIL FREITAS, Ana Helena Corrêa de. Notas sobre o processo urbano regional brasileiro. **RAE'GA O espaço geográfico em análise**. a. 1, v.1, n.1, p.74-95, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **São Luiz do Paraitinga: revitalização do Centro Histórico**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1982.

GÜELL, José Miguel Fernández. **Planificacion Estratégica de Ciudades**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1997.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição Pós-Moderna**. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Loyola, 7ª ed., 1998.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaços & Debates**. NERU: São Paulo, A XVI, n. 39, pp. 48-64, 1997.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

ISNARD, Hildebert. **O Espaço Geográfico**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais de tombamento e a escrita da História**. Bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

KING, Anthony. A arquitetura, o capital e a globalização da cultura. In: Featherstone, Mike. **Cultura Global**. Nacionalismo, Globalização e Modernidade. Petrópolis-RJ: Vozes, pp. 421-437, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **El Derecho a la ciudad**. Barcelona: Ediciones Península, 4ª ed. , 1978.

_____. **La revolucion urbana**. Madri: Alianza Editorial/Edicions Galimard, 1970.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Documentos LTDA, 1969.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos da cidade**. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracajú, SE: Editora UFS, 2004

LEMOS. Antonio Carlos. **Casa Paulista**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas**. São Paulo: Brasilienses, 1995.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. Centros Históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural. **Geographia**. Rio de Janeiro:UFF (no prelo) 2005.

_____. **Turismo, patrimônio cultural e sociedade de consumo**. Texto apresentado no VI ENCONTRO DE TURISMO COM BASE LOCAL, Campo Grande (MS), nov. 2002.

_____. Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUNHS, Heloisa; PAES-LUCHIARI, Maria Tereza D. (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas/SP: Papirus, pp.105-130, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 2ª ed. , 1999.

MAGALDI, Cássia. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. In: In: Chauí, Marilena. **O Direito à Memória**. São Paulo: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, pp.21-24, 1992. ???

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidade**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____ As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. O planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, pp. 121-192, 2000.

MENICONI, Rodrigo. A questão do patrimônio: arquitetura, memória e gestão das cidades. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte: PUC, v.6, n.6, p.45-58, 1998.

MELO, Denise Madsen. Patrimônio e planejamento urbano. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte: PUC, v.6, n.9,p.7-44, 1998.

MONNET, Jérôme. O Álibi do Patrimônio. Crise da Cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, nº 24, pp.220-228, 1996.

MOREIRA, A. C. M. L. O novo e o velho Plano Diretor. In: SEMINÁRIO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, 1989, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP/FAU, p.186-191, 1989.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: Arantes, A. A. **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papyrus, pp. 256-286, 2000.

MULLER, Nice Lecocq. **O fato urbano na Bacia do Paraíba do Sul**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.

NIGRO, Cíntia. Patrimônio cultural e Território Urbano. **Boletim Paulista de Geografia**. Rio Claro, n.78, pp. 45-76, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: SPINK, Peter; BAVA, Sílvia Cáccia. ; PAULICS, Veronika. **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo: Polis/Programa gestão Pública e Cidadania, pp. 11-31, 2002.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras. de. **Estatuto da cidade para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. **Gestão patrimonial em Ouro Preto-MG: alcances e limites das políticas públicas preservacionistas**. Dissertação (Mestrado em Geografia – Instituto de Geociências – Unicamp) Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da Técnica**. Vicissitudes das Ciências. Rio de Janeiro: Livro Ibero Americano, 1969 (1963).

PEET, Richard. A produção cultural de formas econômicas. **Experimental**. São Paulo, n.3, pp. 117-136, 1997.

PETRONE, Pasquale. A região de São Luiz do Paraitinga. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 1, n. 3, p. 3-99, 1959.

PRADO Jr, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 36^{ed}, 1988.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 7^{ed}, 1995.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: Yázigi, E.; Carlos, A. F. A. ; CRUZ, R. de C. A. da (orgs.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: HUCITEC, pp. 55-62, 1996.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado**. A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo: EdUNESP/ Imprensa Oficial do Estado/ Condephaat/ FAPESP, 2000.

_____ Retratos de Permanências. In: **História Social**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, nº 6, pp.95-111, 1999.

ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis: O sagrado e o urbano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

SAIA, Luis. & TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luiz do Paraitinga**. São Paulo: CONDEPHAAT, nº 2, 1977.

SALCEDO, Rósio Fernández Baca. & OLIVEIRA, Lívia de. A Percepção do Centro Histórico de Cusco, Peru. **Geografia**. v. 22, n. 2, p. 5-39, 1997.

SANCHEZ, Fernanda Ester Garcia. **A Reinvenção das Cidades** - para um Mercado Mundial. Chapecó: Argos, 2003.

_____ Cidade e Informação: o papel organizador do City Marketing. **Experimental**. São Paulo, n. 3, pp. 23-34, 1997.

SANTOS, Carlos Murilo Prado; LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A espetacularização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga-SP. Texto apresentado no 4º SEMINÁRIO DE PESQUISA MEMÓRIA E CONTEMPORANEIDADE, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, 2005. **Anais...** Campinas, 2005.

SANTOS, Carlos Murilo Prado **O Patrimônio Histórico Arquitetônico de São Luiz do Paraitinga-SP à Luz do Planejamento Urbano Autonomista**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica, Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____ **Técnica Espaço Tempo**. Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____ **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____ **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 4ª ed. , 1988.

_____ **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: HUCITEC, 2ª ed., 1986.

_____ **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____ **Por uma Geografia Nova.** Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão das capacidades. **Revista Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, nº 28-29, pp. 311-333, 1993.

SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana.** São Paulo: Nobel, 1987.

SCHOMMER, Paula Chies. Investimento Social das Empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. In: FISCHER, Tânia (org.). **Gestão do desenvolvimento e Poderes Locais:** marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, pp. 91-109, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Setúbal de Rezende. Preservação na gestão das cidades. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília: IPHAN, pp. 165-174, 1996.

SMITH, Anthony D. Para uma cultura Global? In: Featherstone, Mike. **Cultura Global.** Nacionalismo, Globalização e Modernidade. Petrópolis-RJ: Vozes, pp. 183-205, 1994.

SOUZA, Marcelo .José Lopes de. **Mudar a cidade.** Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____ **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____ Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa. **Terra Livre**, São Paulo, a.1, n.1, p. 39-58, 2000a.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Os processos da Globalização. In: SOUZA SANTOS, B. de. **A Globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, pp. 25-99, 2002.

SPÓSITO, Eliseu Savério. Políticas Públicas: teoria, prática e ideologia. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, pp. 311-329, 1997.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, pp. 13-32, 2002.

_____. Pátria empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, pp. 75-103, 2000.

VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para a História do Planejamento no Urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). **O processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, pp. 170-243, 1999.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do Século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: Arantes, A. A. **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

_____. Paisagens pós-modernas urbanas: mapeando cultura e poder. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, nº 24, pp. 205-219, 1996.

JORNAIS CONSULTADOS

ABREU, Karen. Fim de Semana em São Luís do Paraitinga. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22/04/2003. Viagem, p. V11.

Adolescentes irão restaurar capela. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27/04/2003. Folha Vale, p. f3.

AMATO, Fábio. Cidade de SP faz festival de marchinhas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22/01/2005. Folha Cotidiano, p. C4.

BERGEL, Skazufca Mariana. Em Paraitinga, carnaval moda antiga. **Folha de Londrina**, Londrina-PR, 07/02/2002. Turismo, p.3.

BERNARDINO, Maria. Carnaval à moda antiga. **ValeParaibano**, São José dos Campos-SP, 03/02/2005. Valeviver!, p.8.

CORRÊA, Fabiana. Vale ignora legado arquitetônico de Euclides. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01/06/2003. folha Vale, p. C3-C1.

FARIAS, Carolina. Arte Sacra do Vale tem acervo desconhecido. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27/04/2003. Folha Vale, pp.F1–F2.

GUERRA, Fernanda. Cenas de Vida Caipira. **ValeParaibano**, São José dos Campos, 06/11/2004. Valeviver!, p. 1.

MAGALHÃES, Margarete. Anti-samba, São Luís do Paraitinga cultiva marchinha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27/01/2005. Folha Turismo, p. F7.

MENDONÇA, Eliane. Cidade do interior de SP promove evento para resgatar figura saci. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06/09/2003. Folha Cotidiano, p. C7.

NASCIMENTO, Sebastião. Interior de São Paulo une sagrado e o profano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11/05/1998. Folha Turismo, pp.7-14.

_____ Festa do Divino Leva povo às ruas de S. Luiz do Paraitinga. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14/05/2001. Folha Turismo, p. F10.

NUNES, Daniel Gonçalves. A cidade das mil festas. **Os caminhos da Terra**. São Paulo, a. 9, n. 7, Julho 2000.

PEREIRA, Rafael Alves. Figuras luizenses viram bonecos gigantes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27/01/2005. Folha Turismo, p. F6.

ROSA, Beatriz. Igreja suspende o afogado de São Luís. **ValeParaibano**, São José dos Campos-SP, 12/02/2005. Geral, p.10.

São Luís 'importa' emprego. **ValeParaibano**, São José dos Campos-SP, 27/01/05. Carnaval, p.8.

São Luís investe R\$ 679 mil para reformar bens públicos. **ValeParaibano**, São José dos Campos-SP, 03/01/2004. Geral, p.6.

VESARO, Estela Mari. Marchinhas tomam conta de São Luís. **ValeParaibano**, São José dos Campos-SP, 21/01/2005. Valeviver!, p.1.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

ACISLP – Associação Comercial e Industrial de São Luiz do Paraitinga. **Boletim Informativo**. São Luiz do Paraitinga-SP, 2002.

A indignação de um turista. **Carta enviada à Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga**, (Oliveira, Gabriel E.G. de; Nogueira, Paula. [s. l.], [s. d.]

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Org. Juarez de Oliveira, 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. (Coleção Saraiva de Legislação).

Coleção Projeto Memória. **Arquivo de fotos.** Escola Estadual Monsenhor Ignácio Gióia: São Luiz do Paraitinga-SP, 1993.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DE PORTO ALEGRE. **Estatuto da cidade: Lei n. 10.257.** Porto Alegre: CREA, 2001.

SÃO PAULO, **Constituição do Estado de São Paulo.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, março/2001.

Governo do Estado de São Paulo. Projeto aprovado pelo Condephaat – Processo nº 43.352/02 – aprovado em 18 de agosto de 2003. Verba de R\$ 349.664,05. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 2003. (Reforma da Praça Oswaldo Cruz)

Governo do Estado de São Paulo. Projeto aprovado pelo Condephaat – Processo nº 44.395/02 – aprovado em 15 de setembro de 2003. Verba de R\$ 330.000,00. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 2003. (Reforma do Mercado Municipal)

Governo do Estado de São Paulo. Lei Estadual nº 11.197 de 05 de Julho de 2002. Transforma São Luiz do Paraitinga em Estância Turística do Estado. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 2002.

Governo do Estado de São Paulo. Projeto de lei nº 214, de 23 de Abril de 2001, transforma em Estância Turística o Município de São Luiz do Paraitinga. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados do Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga. **A Reestruturação do Carnaval.** Enquete realizada pela Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga: Departamento de Cultura, 2005. (www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br)

Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga. **São Luiz do Paraitinga, seu povo defende com orgulho sua história e cultura.** Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga: Departamento de Cultura, 2002.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira. São Luís no Rumo Certo. **Boletim Informativo**. São Luiz do Paraitinga-SP, 2004.

SÍTIOS CONSULTADOS

www.desvendar.com/cidades/ouopreto/fotosdacidade.asp# (acesso em 20 de junho de 2005)

www.desvendar.com/cidades/mariana/fotosdacidade.asp# (acesso em 20 de junho de 2005)

www.ibge.gov.br (acesso em 26 de julho e 2005)

www.off-rio-off.com.br (acesso em 14 de maio de 2005)

www.paraitinga.com.br (acesso em 27 e julho de 2005)

www.paraty.com.br/vcentro.asp (acesso em 20 de junho e 2005)

www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br (acesso em 22 de julho de 2005)

www.sead.gov.br (acesso em 15 de julho de 2005)

www.ssp.sp.gov.br (aceseo em 15 de julho de 2005)

LISTA DE ENTREVISTADOS

Entrevistas realizadas entre os dias 18 e 20 de outubro de 2002.

- **Antônio Nicolau Toledo**, (*in memorian*) 76 anos, oriundo do Sul de Minas, mora em São Luiz desde 1940. Músico e Oficial de Justiça aposentado, é um dos maiores conhecedores e divulgadores da cultura popular local. Conhecido como Toninho do Bar, foi por muito tempo maestro e Presidente da Corporação Musical de São Luiz de Tolosa, uma banda criada no final do século XIX. Atualmente atua somente como músico. Proprietário de um imóvel tombado.
- **Benito Euclides da Cunha Campos**, 52 anos, natural de São Luiz, formado em administração de empresas. Trabalha cotidianamente como artesão, atualmente ocupa os cargos de Presidente do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e Assessor do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga. Uns dos grandes incentivadores da cultura popular na cidade através de seus bonecos gigantes e máscaras carnavalescas.
- **Danilo José de Toledo**, 42 anos, advogado e atual prefeito da cidade pelo PSDB. Filho de um grande comerciante local, Danilo Mikilim, como é conhecido, defende o turismo como a principal saída para a crise enfrentada pela cidade, uma pessoa dinâmica e esperta.
- **Marcelo Toledo**, 40 anos, luizense, conhecido como Tchelo. Formado em História pela Universidade de Taubaté e mestrado em Ciências das Religiões pela PUC – São Paulo. Atualmente trabalha com escrevente judiciário e é vereador na cidade em seu segundo mandato pelo PT. É um grande conhecedor da história local e uns dos maiores defensores do patrimônio histórico do município.
- **Marco Rio Branco**, 50 anos, natural de São Luiz. Músico e compositor, é um dos grandes responsáveis pelas marchinhas carnavalescas criadas na cidade. É formado em Educação Artística, mas atua como escriturário escolar na rede pública estadual, sendo um grande conhecedor da história local e defensor do patrimônio histórico local.
- **Paulo Baroni Júnior**, 42 anos, músico e professor. Natural de São Paulo, mora em São Luiz há doze anos, mas conhece a cidade desde 1976. É também um dos grandes responsáveis pelas músicas carnavalescas criadas na cidade. Atualmente vem desenvolvendo um projeto teatral a respeito da preservação e da limpeza do rio Paraitinga.
- **Luiz Póla Baptista**, 76 anos, professor, advogado e dentista (*In Memórian*). Natural de São Paulo, mora em São Luiz desde 1950. É o maior incentivador do tombamento da cidade, pois veio de uma família muito influente de São Paulo, e teve um papel fundamental neste processo perante o CONDEPHAAT.
- **Amarildo Ribeiro**, 38 anos, professor de educação artística da rede de ensino do Estado de São Paulo e Ex-Presidente da Associação de Ação Cultural (ACCULT) de São Luiz do Paraitinga, onde mora a aproximadamente 8 anos. Além de professor, Amarildo é músico e construtor de bonecos.

- **Benedito Valdir Bonafé**, 44 anos, natural de São Luiz. Atua como comerciante na cidade a aproximadamente vinte anos, sendo atualmente Presidente da Associação Comercial da cidade. Um dos grandes defensores do turismo na cidade.
- **Cinira Pereira dos Santos**, 77 anos, natural de São Luiz do Paraitinga, artesã e folclorista. Vó Cinira como é conhecida pela comunidade, é uma grande divulgadora da cultura popular local, sendo uma artesã de renome nacional. Viúva de Elpídio dos Santos, um grande músico luizense, atualmente Vó Cinira trabalha como artesã em sua própria casa.

Entrevistas realizadas entre os meses de Novembro e Dezembro de 2004.

- **Judas Tadeu Campos**, 61 anos, natural de São Luiz do Paraitinga. Pedagogo, diretor escolar aposentado pela rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Após concluir o mestrado e o Doutorado pela PUC-SP, atualmente atua como professor do Departamento de Educação da Universidade de Taubaté. Grande estudioso da cultura popular local.
- **Monsenhor Tarcísio de Castro Moura**, 89 anos. Natural de São Luiz do Paraitinga, foi para o Seminário quando criança e voltou anos mais tarde para se tornar pároco local, Monsenhor e aposentar na paróquia da cidade. Um grande conhecedor das manifestações populares locais, principalmente as manifestações ligadas a liturgia.
- **João Eduardo Espírito Santo**, 35 anos. Natural de São José dos Campos, mora na cidade a 8 anos. Empresário do setor turístico local, sendo um dos primeiros a trabalhar com tais atividades no município. Hoje podemos falar que já se tornou parte da comunidade local.
- **Eduardo Valente**, 53 anos. Paulistano, Gerente do Banco do Brasil aposentado, atuou por alguns anos como guia turístico na Disney World. Atualmente trabalha como Secretário de Turismo Municipal. Não conhece nada da história da cidade apresentando uma série de pontos de vista equivocados quanto a formação sócio-espacial local.
- **João Rafael Coelho Cursino dos Santos**, 22 anos. Luizense, formado em História pela universidade de São Paulo e comerciante local. Também é um estudioso da cultura popular local, pendendo para as manifestações musicais.
- **Jô Amado**, 61 anos. Paulistano, jornalista e comerciante local. Mora na cidade há 3 anos e pesquisa e desenvolve trabalhos relacionados a conservação da cultura popular local. Representante da SOSACI (Sociedade dos Observadores de Saci) na cidade.
- **Eduardo de Oliveira Coelho**, 35 anos. Luizense, formado em agronomia pela Unitaui atualmente atua como empresário do setor turístico local. Conjuntamente com João Eduardo, foi um dos primeiros a trabalhar com tais atividades no município